

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A INSERÇÃO DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA NA DIVISÃO
TERRITORIAL DO TRABALHO**

Claudio Roberto Bragueto

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Curso de Pós-Graduação em Geografia
Humana - Departamento de Geografia -
FFLCH/USP para obtenção do título de Mestre
Orientador: Prof. Doutor Paulo Pedro Perides**

SÃO PAULO

1996

*Ao Rafael, meu filho, à Marcia,
minha companheira e aos meus pais,
que um dia migraram de seu pequeno
sítio de café, para poder dar
condições para os filhos estudarem.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Paulo Pedro Perides, pela orientação paciente e meticulosa;

aos colegas professores do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, pela troca de idéias e incentivo recebido;

à Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas e Departamento de Geociências que possibilitaram minha licença para a realização da etapa final da pesquisa;

ao CNPq, pela bolsa de estudos, fundamental no início do curso de pós-graduação;

aos órgãos visitados e/ou que forneceram dados: IBGE, Secretaria da Agricultura-Núcleo Regional de Londrina, Prefeituras de Ibiporã, Cambé, Rolândia e Londrina, EMATER, IAPAR e IPARDES;

ao Otávio Ferreira e principalmente ao Marcos Buche, pelo desenho dos mapas;

aos funcionários do Departamento de Geociências (Anilda, Nadir, Marcos, Regina e Paulo) e da Coordenadoria de Recursos Humanos - Divisão de Documentação de Docentes, pela atenção dispensada;

à Fumiko e Ana, da secretaria de pós-graduação do Departamento de Geografia da USP, pela atenção dispensada, nas inúmeras vezes que recorri a elas;

aos parentes, pelos momentos de descontração, informações e convívio no meio rural;

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Combinação de formas de utilização da terra no Norte do Paraná - 1940.....	41
TABELA 02 - Norte Velho do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1960/1985	42
TABELA 03 - Naturalidade dos brasileiros natos do Norte do Paraná - 1970.....	50
TABELA 04 - Títulos de terras expedidos pelo governo do estado na área das concessões do Norte do Paraná - 1923-1929.....	56
TABELA 05 - Norte Novo do Paraná - número total e área média dos lotes vendidos pelas concessões para colonização, segundo os concessionários - 1923, 1926 e 1927.....	57
TABELA 06 - Data de chegada dos trilhos da ferrovia nos municípios do Norte do Paraná	62
TABELA 07 - Data de pavimentação dos trechos das rodovias da região Norte do Paraná	64
TABELA 08 - Receita da CTNP referente a venda de lotes rurais.....	69
TABELA 09 - Número de propriedades e área vendida pela CTNP/CMNP - 1930-1974.....	74
TABELA 10 - Número de propriedades vendidas pela CTNP/CMNP - por faixas de área - 1930/36 - 1965/74.....	77
TABELA 11 - Norte Novo do Paraná - estrutura fundiária - 1940 a 1985	81
TABELA 12 - Norte Novo do Paraná - condição legal da terras - 1950 a 1985.....	82
TABELA 13 - Norte Novo do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1940 a 1985.....	86
TABELA 14 - Norte Novo do Paraná - área colhida (ha) das principais lavouras temporárias e permanentes - 1950 a 1985.....	89
TABELA 15 - Norte do Paraná - naturalidade da população - 1970.....	93
TABELA 16 - Norte Novíssimo do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1960 a 1985.....	97
TABELA 17 - Datas referentes a evolução administrativa dos municípios da Microrregião Geográfica de Londrina.....	113
TABELA 18 - Número de propriedades, área cultivada, área média, número de cafeeiros, na Microrregião do Norte Novo de Londrina.....	121
TABELA 19 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1940 a 1985.....	122

TABELA 20 - Município de Londrina - produção (t.) das principais lavouras temporárias e permanentes - 1940.....	123
TABELA 21 - Microrregião Geográfica de Londrina - área colhida (ha) das principais lavouras temporárias e permanentes - 1950 a 1985.....	134
TABELA 22 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1940 a 1985.....	142
TABELA 23 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1940 a 1985.....	147
TABELA 24 - Distribuição percentual dos cafeeiros, segundo as relações de trabalho, para cada classe de tamanho dos cafezais no Norte do Paraná em 1961.....	152
TABELA 25 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1940 a 1985.....	155
TABELA 26 - Erradicação oficial e espontânea de cafeeiros no Paraná - 1963-1971.....	177
TABELA 27 - Recuperação de áreas liberadas pela erradicação de cafeeiros no estado do Paraná - 1965.....	178
TABELA 28 - Microrregião Geográfica de Londrina - principais lavouras temporárias (porcentagem) 1960-1975.....	185
TABELA 29 - Microrregião Geográfica de Londrina - principais lavouras temporárias (porcentagem) - 1975-1985.....	217
TABELA 30 - Valores reais do crédito destinado à atividade agrícola do Brasil e do Paraná: taxas reais de juros e valores dos subsídios destinados à atividade agrícola paranaense - 1970-85.....	222
TABELA 31 - Participação dos principais produtos agrícolas no crédito de custeio destinado ao Paraná - 1974-85.....	224
TABELA 32 - Microrregião Geográfica de Londrina - uso de fertilizantes e defensivos (n. de estabelecimentos) - 1960 a 1985.....	226
TABELA 33 - Microrregião Geográfica de Londrina - máquinas e instrumentos agrícolas - 1940 a 1985.....	228
TABELA 34 - Microrregião Geográfica de Londrina - uso da força utilizada nos trabalhos agrários - 1950 a 1985.....	230
TABELA 35 - Microrregião Geográfica de Londrina - evolução da condição do produtor - 1940 a 1985.....	233
TABELA 36 - Evolução da população do estado e da região Norte do Paraná - 1940/1991...	246
TABELA 37 - Microrregião Geográfica de Londrina - população rural e urbana - 1940/1991.....	248

TABELA 38 - Microrregião Geográfica de Londrina - evolução da população rural e urbana - 1950/60 a 1980/91.....	250
TABELA 39 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado por setor - 1970/1985.....	251
TABELA 40 - Norte Novo do Paraná (exceto a Microrregião Geográfica de Londrina) - pessoal ocupado por setor - 1970/1985.....	253
TABELA 41 - Microrregião Geográfica de Londrina - valor adicionado por setor (porcentagem) - 1975/1990.....	254
TABELA 42 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1950.....	284
TABELA 43 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1960.....	285
TABELA 44 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1970.....	286
TABELA 45 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1975.....	287
TABELA 46 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1980.....	288
TABELA 47 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1985.....	289
TABELA 48 - Microrregião Geográfica de Londrina - evolução da estrutura fundiária - 1940 a 1985.....	290
TABELA 49 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1950.....	291
TABELA 50 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1960.....	292
TABELA 51 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1970.....	293
TABELA 52 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1975.....	294
TABELA 53 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1980.....	295
TABELA 54 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1985.....	296
TABELA 55 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1950.....	297
TABELA 56 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1960.....	298
TABELA 57 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1970.....	299

TABELA 58 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1975.....	300
TABELA 59 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1980.....	301
TABELA 60 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1985.....	302
TABELA 61 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1950.....	303
TABELA 62 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1960.....	304
TABELA 63 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1970.....	305
TABELA 64 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1975.....	306
TABELA 65 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1980.....	307
TABELA 66 - Microrregião Geográfica de Londrina - condição legal das terras - 1985.....	308
TABELA 67 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1950.....	309
TABELA 68 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1960.....	310
TABELA 69 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1970.....	311
TABELA 70 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1975.....	312
TABELA 71 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1980.....	313
TABELA 72 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1985.....	314
TABELA 73 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1990.....	315
TABELA 74 - Microrregião Geográfica de Londrina - área (ha) colhida das principais lavouras temporárias e permanentes - 1995.....	316
TABELA 75 - Microrregião Geográfica de Londrina - faixas de área das propriedades com café - 1985.....	317
TABELA 76 - Microrregião Geográfica de Londrina - uso de fertilizantes e defensivos (n. de estabelecimentos) - 1985	318
TABELA 77 - Microrregião Geográfica de Londrina - máquinas e instrumentos agrícolas - 1985	319

TABELA 78 - Norte Novo de Londrina - população rural e urbana - 1970-1991.....	320
TABELA 79 - Municípios da Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado por setor - 1970 a 1985.....	321
TABELA 80 - Municípios da Microrregião Geográfica de Londrina - valor adicionado por setor (porcentagem) - 1975 a 1990.....	322

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Delimitação do Norte Velho, Novo e Novíssimo do Paraná e da Microrregião Geográfica de Londrina - 1990.....	2
FIGURA 02 - Delimitação do Norte do Paraná - segundo Cambiaghi(1954).....	5
FIGURA 03 - Delimitação do Norte do Paraná - segundo Muller (1956).....	6
FIGURA 04 - Delimitação do Norte do Paraná segundo Padis (1965).....	8
FIGURA 05 - Localização aproximada da frente de expansão oriunda dos Campos Gerais.....	31
FIGURA 06 - Colônia Faxinal de São Sebastião - planta parcial.....	33
FIGURA 07 - Produção de café - São Paulo e Paraná - participação na produção brasileira - 1920/21 a 1967/68.....	38
FIGURA 08 - Norte Velho do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1960/1985.....	42
FIGURA 09 - Norte Velho: procedência da população - total de pessoas por origem entre 1884/1950.....	44
FIGURA 10 - Norte Velho - procedência da população - milhares de pessoas - 1885/1950.....	45
FIGURA 11 - Norte Velho - procedência da população - porcentagem - 1885/1950.....	45
FIGURA 12 - Norte Pioneiro - porcentagem da distribuição da população paranaense até 1950.....	46
FIGURA 13 - Norte Pioneiro - porcentagem da distribuição da população paulista até 1950.....	47
FIGURA 14 - Norte Pioneiro - porcentagem da distribuição da população mineira até 1950.....	48
FIGURA 15 - Naturalidade dos brasileiros natos - Norte Velho do Paraná - 1970.....	50
FIGURA 16 - Colonização do Norte do Paraná.....	53
FIGURA 17 - Exemplo de loteamento na Colônia Sertanópolis.....	54
FIGURA 18 - Evolução da infraestrutura rodoferroviária - 1940/50/60/70.....	65
FIGURA 19 - Área pertencente a Cia. de Terras do Norte do Paraná.....	67
FIGURA 20 - Companhia de Terras Norte do Paraná - porcentagem de terras vendidas a vista e a prazo - 1930/43.....	70
FIGURA 21 - Companhia de Terras Norte do Paraná - porcentagem de terras vendidas - 1930/74.....	75

FIGURA 22 - Companhia de Terras Norte do Paraná - área média das terras vendidas - 1930/74.....	75
FIGURA 23 - Propriedades vendidas pela CTNP/CMNP - porcentagem por faixas de área - 1930/36 a 1965/74.....	77
FIGURA 24 - Companhia de Terras Norte do Paraná - propriedades vendidas por faixa de área.....	78
FIGURA 25 - Companhia de Terras Norte do Paraná - área média das propriedades vendidas por faixas de área.....	78
FIGURA 26 - Norte Novo do Paraná - delimitação utilizada para coleta de dados estatísticos - 1940/70.....	83
FIGURA 27 - Norte Novo do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1940 a 1985.....	87
FIGURA 28 - Norte Novo do Paraná - área colhida(ha) das principais lavouras temporárias e permanentes - 1950 a 1985.....	90
FIGURA 29 - Naturalidade dos brasileiros natos - Norte Novo do Paraná - 1970.....	93
FIGURA 30 - Norte Novíssimo do Paraná - utilização das terras (área ocupada em ha) - 1960 a 1985.....	97
FIGURA 31 - Naturalidade dos brasileiros natos - Norte Novíssimo do Paraná - 1970.....	99
FIGURA 32 - Microrregião Geográfica de Londrina - utilização das terras (área em ha) - 1940 a 1985	132
FIGURA 33 - Microrregião Geográfica de Londrina - área colhida (ha) das principais lavouras temporárias e permanentes - 1950 a 1985.....	135
FIGURA 34 - Município de Londrina - estrutura fundiária da zona colonizada pela CTNP/CMNP - 1961.....	139
FIGURA 35 - Município de Londrina - estrutura fundiária da área fora da zona colonizada pela CTNP/CMNP - 1961.....	140
FIGURA 36 - Microrregião Geográfica de Londrina - estrutura fundiária - 1940 a 1985.....	143
FIGURA 37 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado - 1940 a 1985.....	156
FIGURA 38 - Microrregião Geográfica de Londrina - principais lavouras temporárias (porcentagem) - 1960-1975	185
FIGURA 39 - Microrregião Geográfica de Londrina - principais lavouras temporárias - 1975-1985.....	217

FIGURA 40 - Microrregião Geográfica de Londrina - uso de fertilizantes (porcentagem de estabelecimentos em relação ao total) - 1960 a 1985.....	226
FIGURA 41 - População do Norte do Paraná - número de habitantes e porcentagem em relação ao estado.....	246
FIGURA 42 - Microrregião Geográfica de Londrina - população rural e urbana - 1940/1991.....	248
FIGURA 43 - Microrregião Geográfica de Londrina - evolução da população urbana - 1950/60 a 1980/91.....	250
FIGURA 44 - Microrregião Geográfica de Londrina - pessoal ocupado por setor - 1970/1985.....	251
FIGURA 45 - Norte Novo do Paraná (exceto Microrregião Geográfica de Londrina) - pessoal ocupado por setor - 1970/85.....	253
FIGURA 46 - Microrregião Geográfica de Londrina - valor adicionado por setor - 1975/1990.....	254
FIGURA 47 - Reduções Jesuíticas espanholas - 1601-1640.....	280
FIGURA 48 - Município de Cambé - propriedades rurais - 1984.....	323

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20
1. O COMPORTAMENTO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ COMO FRENTE DE EXPANSÃO E FRENTE PIONEIRA.....	22
1.1. Introdução.....	22
1.2. Frente de Expansão e Frente Pioneira.....	24
1.3. O Comportamento do Norte do Paraná como Frente de Expansão.....	26
1.3.1. A Colônia Militar de Jataí.....	26
1.3.2. Os primeiros deslocamentos de mineiros para o Norte do Paraná.....	28
1.3.3. O deslocamento de população dos campos gerais.....	30
1.4. O Comportamento do Norte do Paraná como Frente Pioneira.....	34
1.4.1. O Norte Velho.....	34
1.4.1.1. Utilização das terras.....	36
1.4.1.2. Origem da população.....	43
1.4.2. O Norte Novo.....	49
1.4.2.1. Concessões de terras devolutas a particulares.....	51
1.4.2.2. A Companhia de Terras Norte do Paraná.....	58
1.4.2.3. As colônias estaduais.....	79
1.4.2.4. Estrutura fundiária.....	80
1.4.2.5. Utilização das terras.....	85
1.4.2.6. Origem da população.....	91
1.4.3. O Norte Novíssimo.....	94
1.4.3.1. Utilização das terras.....	95
1.4.3.2. Origem da população.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	100
2. A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E A CULTURA CAFEIEIRA: 1930-1962.....	102
2.1. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, Política Cafeeira e Formação do Mercado Interno.....	102
2.1.1. Economia exportadora capitalista e nascimento e consolidação da grande indústria... ..	103
2.1.1.1. A Cafeicultura no Paraná neste período.....	111
2.1.2. Mudanças no padrão de acumulação e nas políticas cafeeiras.....	113
2.2. A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Territorial do Trabalho.....	119
2.2.1. Utilização das terras.....	119
2.2.2. Estrutura fundiária.....	137
2.2.3. Relações de Trabalho.....	149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	160

3. A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E AS TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA: 1962-1975.....	162
3.1. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e Redefinições na Divisão Territorial do Trabalho.....	162
3.2. A Política Cafeeira Pós-1962.....	172
3.3. Os Efeitos da Política Cafeeira no Paraná.....	176
3.4. As Transformações da Estrutura Agrária na Microrregião Geográfica de Londrina.....	182
3.4.1. Utilização das terras.....	182
3.4.2. Estrutura fundiária.....	187
3.4.3. Relações de trabalho.....	194
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	203
4. A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1975... ..	205
4.1. Introdução.....	205
4.2. O Desenvolvimento do Capitalismo Monopolista na Agricultura.....	206
4.3. A Industrialização da Agricultura na Microrregião Geográfica de Londrina.....	213
4.3.1. Utilização das terras.....	214
4.3.2. A generalização da tecnificação no campo.....	225
4.3.3. Estrutura fundiária.....	229
4.3.4. Relações de trabalho.....	238
4.3.5. Alguns aspectos da nova relação do rural e do urbano.....	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	256
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	258
BIBLIOGRAFIA.....	267
ANEXOS.....	278
Anexo A - As Primeiras Povoações no Atual Território do Estado do Paraná.....	279
Anexo B - Tabelas e Figuras Complementares.....	283

RESUMO

A preocupação principal do trabalho foi procurar entender como se manifestam na Microrregião Geográfica de Londrina, o movimento e as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, logo como este território se integrou ao espaço nacional ao longo das sucessivas divisões internas do trabalho, verificando-se as diversas particularidades na qual as tendências gerais se manifestaram, especialmente as implicações na relação agricultura/ indústria.

A periodização deste processo consistiu de: uma análise mais geral sobre os processos de ocupação e colonização do Norte do Paraná, enfocando o comportamento da região como frente de expansão e frente pioneira e de uma análise mais específica sobre a Microrregião Geográfica de Londrina. Nessa Microrregião ela dividiu-se em três períodos: a) o período de 1930 a 1962, em que, no processo de formação do mercado nacional a Microrregião Geográfica de Londrina é incorporada como produtora de café e produtos alimentares; b) de 1962 a 1975, quando as necessidades da dinâmica da acumulação monopolista desencadearam novos processos de articulação da economia e do território nacional. Data dessa época o início do processo de transformação da estrutura agrária da Microrregião, num primeiro momento, com o declínio da cafeicultura e expansão da pecuária e, num segundo momento, com o avanço das culturas temporárias mecanizadas e; c) de 1975 até os dias atuais, em que a industrialização da agricultura que se iniciara no período anterior se consolida, marcada por uma relação de dominação da agricultura pelo setor industrial.

INTRODUÇÃO

O tema da presente pesquisa está relacionado às mudanças nas relações agricultura/indústria e as implicações sociais acarretadas por tais transformações. Porém sabemos que estas transformações vão ocorrer de formas distintas no tempo e no espaço. Logo, as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista vão se manifestar de formas diferentes em cada território, em função de como e quando este território se integra ao espaço nacional (e/ou internacional) ao longo das sucessivas divisões do trabalho. Assim sendo, as diversas particularidades, na qual as tendências gerais se manifestam, também vão exercer papel importante na divisão territorial do trabalho.

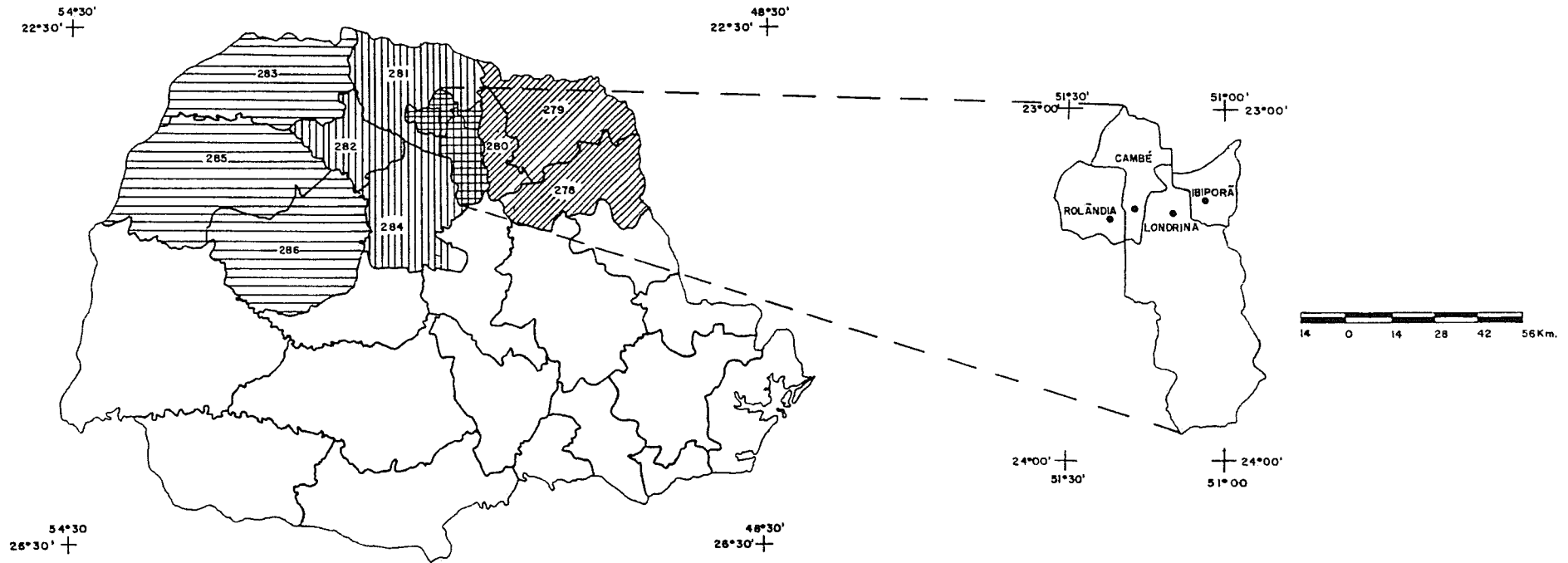
Para o desenvolvimento deste tema, utilizamos como área objeto de estudo a Microrregião Geográfica de Londrina. Esta microrregião, composta pelos municípios de Londrina, Cambé, Rolândia e Ibiporã, é uma das regiões componentes da recente divisão regional do Brasil, realizada pelo IBGE em 1989. Trata-se de uma área que passou por processos de transformação bastante acelerados, fruto da integração econômica nacional e internacional, que obedece à lógica do desenvolvimento do capital, porém, cria singularidades, particularidades em cada espaço.

A referida microrregião é parte integrante do chamado Norte do Paraná, o qual teve seu território ocupado de forma mais intensa a partir do avanço da cafeicultura. Ou mais especificamente ao Norte Novo do Paraná, uma vez que considerando os períodos de avanço da frente pioneira sobre o Norte do Paraná, comumente os autores se referem ao Norte Pioneiro (ou Velho), Norte Novo e Norte Novíssimo. (Figura 01)





A preocupação principal deste trabalho foi verificar, nos diferentes momentos do desenvolvimento do capitalismo nacional, em particular nas fases mais recentes do desenvolvimento industrial, como vai se redefinindo as proporções e o significado social e territorial da divisão do trabalho, logo como vai se configurando os processos de regionalização.

Assim sendo, nosso propósito foi procurar entender como se manifesta na Microrregião Geográfica de Londrina, o movimento e as tendências gerais do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil, logo como este território se integra ao espaço nacional ao

FIGURA 01-DELIMITAÇÃO DO NORTE VELHO, NOVO E NOVÍSSIMO DO PARANÁ(*)E DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - 1990.



LEGENDA

-  NORTE VELHO DO PARANÁ
-  NORTE NOVO DO PARANÁ
-  NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ
-  MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA

278, 279... MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS
 * ADAPTADO AOS LIMITES DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS

DESENHO :
 BUCHE, M.W.

longo das sucessivas divisões internas do trabalho, porém, procurando verificar as diversas particularidades na qual as tendências gerais se manifestam, especialmente as implicações na relação agricultura/indústria.

Desta forma, uma preocupação que norteou a pesquisa foi verificar o processo inicial de integração do Norte do Paraná e em particular do Norte Novo do Paraná (como dissemos onde está inserida a Microrregião Geográfica de Londrina) ao espaço nacional e internacional.

Para enfocar esta questão adotamos como critério os períodos de avanço da frente pioneira sobre o Norte do Paraná, que acabaram por caracterizar os chamados Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo do Paraná.¹

Uma outra preocupação foi analisar as transformações ocorridas no espaço agrário da Microrregião Geográfica de Londrina, em função dos diferentes momentos do processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Para o desenvolvimento deste objetivo, utilizamos como elemento estruturador uma periodização que leva em conta três períodos. O primeiro é quando a Microrregião Geográfica de Londrina se comporta como frente pioneira, assim como a fase de crescimento da atividade cafeeira. Este período se estende do início da década de 1930, quando a estrada de ferro chega à Londrina até o início da década de 1960, podendo ser estabelecido como marco de ruptura deste período o ano de 1962, quando é colocado em prática o primeiro plano para erradicação do café, promovido pelo governo federal.² O segundo período é marcado pelo declínio da cafeicultura, acompanhada de um processo inicial de avanço da pecuária e em seguida pela expansão das lavouras temporárias.. Este período se estende de 1962 até 1975, quando

¹ Como não é possível fazer uma caracterização somente da Microrregião Geográfica de Londrina como frente de expansão ou frente pioneira isoladamente do contexto regional, necessariamente tivemos que verificar este comportamento para o conjunto da região Norte Paranaense e em particular para o Norte Novo do Paraná.

² Naturalmente que não foi o plano de erradicação a causa do início da decadência da cafeicultura, porém, é um indício de que a organização deixa de ser eficaz. Como coloca SANTOS (1988, P.82/83), quando trata da noção de periodização, a qual leva à noções de regime e de ruptura:

"...O regime é dado pelo conjunto de variáveis funcionando harmonicamente, ao longo de um pedaço considerável de tempo, mas cuja evolução não é homogênea. Há sempre, desníveis entre as diversas variáveis. O que lhes permite trabalhar, isto é, funcionar em conjunto, é a existência de uma organização, encarregada de impor regras de ação. É a organização que mantém as coisas durante um certo período de tempo funcionando de uma maneira, apesar do movimento real da sociedade. Isto se mantém até o momento em que a organização deixa de ser eficaz. É aí que se dá uma ruptura, sinal de crise e de passagem a um outro período."

ocorre uma geada que destrói toda a lavoura cafeeira e a política agrícola a partir de então se acentua no incentivo às lavouras ditas modernas. O período seguinte, que vai de 1976 até os dias atuais, se caracteriza pela intensificação da chamada industrialização da agricultura, marcada por uma relação de dominação da agricultura pelo setor industrial.

Definidos os objetivos, a próxima etapa foi a delimitação da área a ser estudada. Para tanto, partimos de um levantamento dos principais trabalhos que tentaram estabelecer uma delimitação do Norte do Paraná.

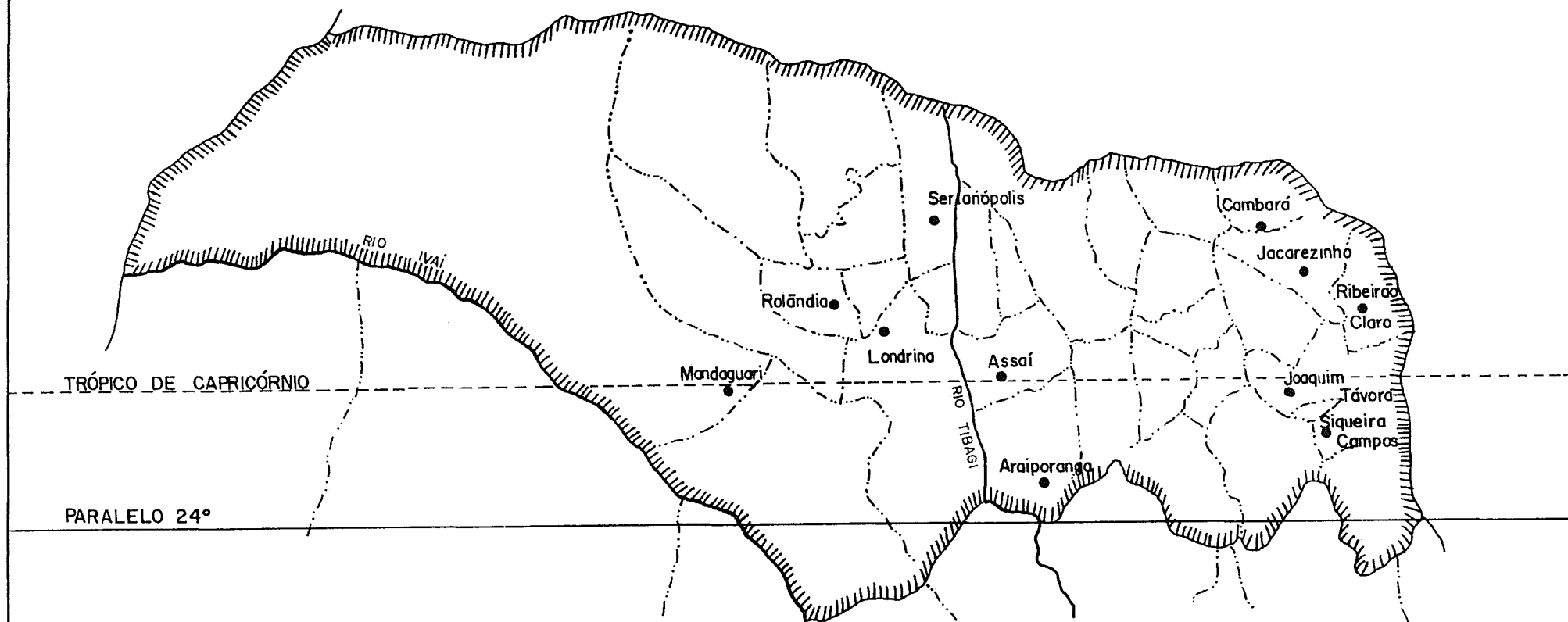
Um destes trabalhos, realizado por CAMBIAGHI (1954, p.81), coloca que a região Norte do Paraná é limitada ao norte pelo Paranapanema, a oeste pelo Paraná, a leste pelo Itararé e ao sul pelo paralelo de 24 e pelo rio Ivai, apresentando uma área que pode ser avaliada em 43.759,7 Km², correspondendo a cerca de 21,8% da área do estado do Paraná, já que o mesmo possui 200.731 Km² de área. (Figura 02)

Em estudo mais aprofundado, MULLER (1956, p.55) tratando dos limites da região, diz que é no sentido Sul que reside o problema de sua delimitação. Na tentativa de estabelecer tal limite, a autora coloca que parece que o melhor critério seria o de adotar a produção de café, elemento que lhe assegura individualidade no conjunto do Estado. Esta solução esbarrava, porém, no grave inconveniente de que as fronteiras do café não estavam definitivamente estabelecidas, uma vez que sua marcha, à procura de terras virgens, estava ainda em pleno desenvolvimento.

Diante deste inconveniente, a autora considerou como Norte do Paraná (Figura 03) também as áreas de possível expansão do café, mesmo com o risco da necessidade de futura revisão. O critério adotado para a delimitação destas áreas foi o limite climático do café, estabelecido por MAACK em seu Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná em 1950.

Também PADIS (1981, p.85) faz uma correlação entre fatores físicos e as áreas ocupadas pelo café, porém, discorda de Muller quando considera, como limite sul da região, apenas áreas tipicamente cafeeiras. Desta maneira o referido autor coloca que as áreas além do paralelo 24, mesmo que apresentassem o plantio de café, não devem ser consideradas como integrantes do Norte do Paraná. Partindo dessas premissas, Padis define a região:

FIGURA 02 - DELIMITAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ - CAMBIAGHI (1954)



LEGENDA :

--- LIMITES INTERMUNICIPAIS

▨ DELIMITAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

FONTE :

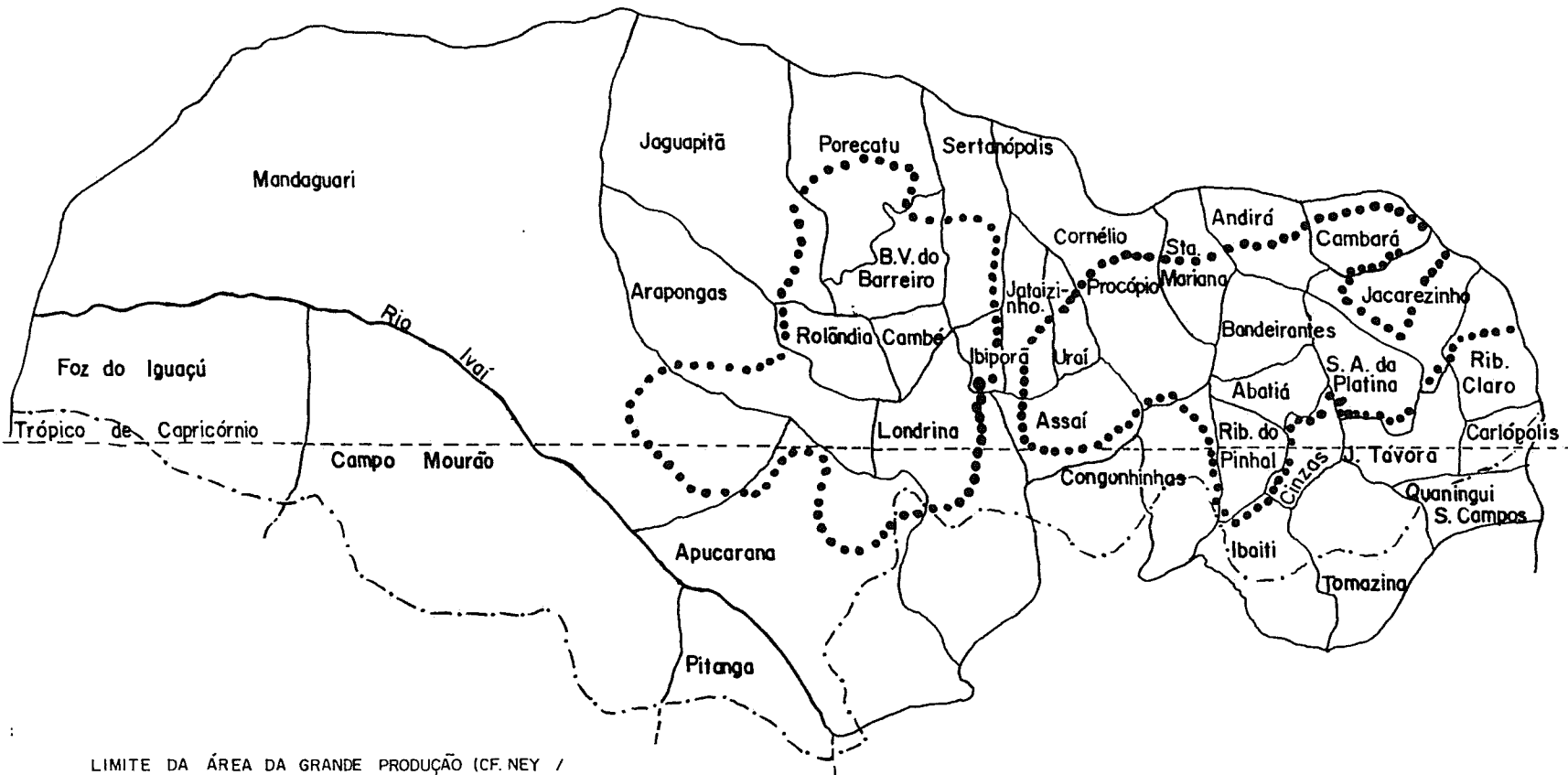
NAKAGAWARA, Y. - 1972

DESENHO :

BUCHE, M.W.

FERREIRA JR., O.

FIGURA 03 - DELIMITAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ - MULLER (1956)



LEGENDA :

●●●● LIMITE DA ÁREA DA GRANDE PRODUÇÃO (CF. NEY / STRAUCH, IN CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS E ASPECTOS GEOECONÔMICOS DA BACIA DO PARANÁ-URUGUAI,pg.69).

----- LIMITE CLIMÁTICO DO CAFÉ (CF. REINHARD MAACK, MAPA FITOGEOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ-1950)

FONTE :

NAKAGAWARA, Y. - 1972

DESENHO :

BUCHE, M.W.

FERREIRA JR.,O.

Portanto, à região física - isto é, à unidade geográfica, determinada especialmente pelos fatores climáticos, pedológicos e hidrológicos - deve-se associar a região econômica, caracterizada pela relativa homogeneidade da estrutura ocupacional da população ativa.

A Figura 04 apresenta a delimitação da região norte-paranaense utilizada por Padis, a qual, apesar de ter seguido paradigmas diferentes, é a mesma delimitação proposta por NAKAGAWARA em trabalho anterior, realizado em 1972 intitulado: "As Funções Urbanas de Londrina e sua Área de Influência". Segundo esta autora (1972, p.19-20),

nos cartogramas construídos observa-se uma certa frequência e intensidade de dependência ou subordinação de determinadas cidades dentro de um espaço geográfico que era constante e comandado por Londrina. Assim, pela superposição das cartas pode ser delimitada uma parcela Norte do Estado do Paraná(...). O critério dessa delimitação nada tem a ver com as paisagens ou feições físicas, sendo baseado antes em fatos funcionais, isto é, foram delimitados como fazendo parte do Norte do Paraná, aqueles municípios que apresentaram maior soma de inter-relacionamentos ou dependências de Londrina. É também um espaço geográfico de muitas diferenças físicas e humanas.

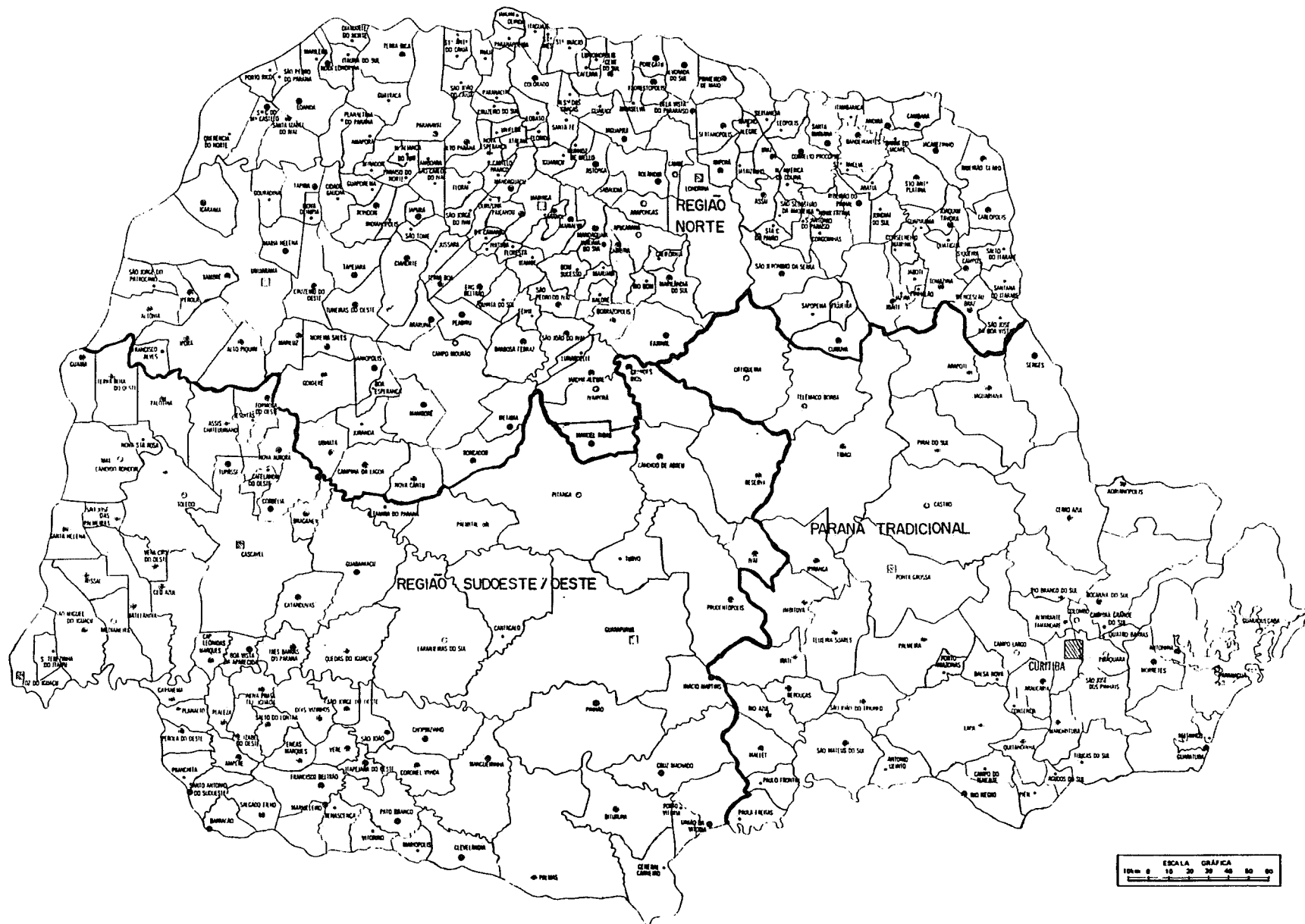
Utilizando como parâmetro estas duas últimas delimitações, quanto ao limite sul do Norte do Paraná, devemos levar ainda em consideração que em termos de ocupação, ou melhor, considerando os períodos de avanço da frente pioneira sobre o Norte do Paraná, comumente os autores se referem ao Norte Pioneiro (ou Velho), Norte Novo e Norte Novíssimo. O início do uso destas expressões ou o reconhecimento desta regionalização, não constam da bibliografia consultada, porém é certo que deve ter surgido na década de 1960, uma vez que os textos de maior relevância sobre a ocupação do Norte do Paraná da década de 50 ainda não se referem a esta regionalização.

Embora haja discordâncias quanto aos limites destas regiões, uma vez que determinados autores consideram como Norte Novo uma área que compreende também o noroeste do Estado (em termos de microrregiões homogêneas seria a de Paranaíba)³, enquanto outros consideram esta área (microrregião de Paranaíba) como parte do chamado Norte Novíssimo⁴, para efeito deste trabalho, em função dos períodos de ocupação e da própria característica desta ocupação, passaremos a adotar, como referência para a explanação, esta última delimitação. (vide Figura 01)

³COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (1975); LOPES (1982); MENDES (1988)

⁴MORO (1991); LUZ (1980); MARQUES (1991)

FIGURA 04 - DELIMITAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ SEGUNDO PADIS (1965)



FONTE

MAPA DO ESTADO DO PARANÁ DE 1985 ELABORADO PELO ITCF.

AS DIVISÕES DO NORTE DO PARANÁ, SUDESTE/OESTE E PARANÁ TRADICIONAL FORAM REALIZADAS PELO AUTOR COM BASE EM PADIS (1982)

Cabe esclarecer que este mapa foi construído com base na delimitação do Norte do Paraná de PADIS e NAKAGAWARA, com os limites sendo traçados visando facilitar a coleta de dados estatísticos, com base nas microrregiões homogêneas estabelecidas pelo IBGE em 1969. Esta divisão regional, definia o espaço homogêneo como forma de organização em torno da produção, o qual foi expresso pela combinação de áreas que se identificavam por certa forma de combinações destes fatos.

Esta divisão resultou em 24 microrregiões homogêneas no Estado do Paraná, as quais em 1977, foram agrupadas em unidades de hierarquia superior - as mesorregiões. Deste agrupamento resultaram quatro mesorregiões, uma das quais a do Norte Paranaense (compreende as microrregiões: Norte Velho de Jacarezinho (279), Algodoeira de Assaí (280), Norte Novo de Londrina(281), Norte Novo de Maringá(282), Norte Novíssimo de Paranavaí(283), Norte Novo de Apucarana(284) e Norte Novíssimo de Umuarama(285). Portanto, tal divisão, não inclui as microrregiões do Norte Velho de Wenceslau Braz (278) e de Campo Mourão (286) como "integrantes" do Norte Paranaense. Como nas várias delimitações do norte do Estado, estas porções do espaço constam como integrantes do mesmo, assim como a própria ocupação das mesmas indicarem isto, para efeito deste trabalho, como consta do mapa, passaremos a considerar como Norte Velho a área compreendida a leste do rio Tibagi, "composta" pelas microrregiões 278, 279 e 280. O Norte Novo a área "composta" pelas microrregiões 281, 282 e 284 e como Norte Novíssimo as microrregiões 283, 285 e 286.

Após esta delimitação do Norte do Estado, procuramos delimitar a região que propriamente será estudada, ou seja, a Microrregião Geográfica de Londrina, a qual, como já colocamos, é composta pelos municípios de Londrina, Cambé, Iporã e Rolândia. (Vide Figura 01)

Esta microrregião é resultado de uma nova divisão regional do país, realizada pelo IBGE recentemente, visando a substituição das microrregiões homogêneas. Esta divisão, partiu de escalas espaciais mais ampliadas, ou seja, foram delimitadas as mesorregiões, após a análise da totalidade do espaço geográfico brasileiro e as suas unidades territoriais, e a partir daí a delimitação das microrregiões geográficas.

...As microrregiões são definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Estas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas. devido à sua articulação a espaços

maiores. quer à mesorregião, à unidade da Federação, quer a totalidade nacional. Estas especificidades referem-se à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. (BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE, 1989, p.2)

A escolha recaiu sobre esta região, em função da mesma apresentar uma certa unidade, tanto em termos do processo de ocupação, quanto por se tratar de municípios que estão intimamente interligados, com Londrina exercendo um forte papel de "polarização" com relação aos outros municípios.

Porém, mais do que isto, se trata de delimitar uma unidade estatística, que possibilitasse, em se tratando de um trabalho individual e das dificuldades e limitações de tal trabalho, uma adequada coleta de dados.

Além disso, naturalmente, pesou na escolha do local, a nossa própria vivência na área, o que propicia um maior conhecimento relativo sobre a mesma, assim como, facilidades nos trabalhos de busca de bibliografia, dados e contatos em órgãos públicos e privados.

Esta região, que teve o início de sua ocupação por volta de 1930, vai passar, deste ano até a década de 1980 por transformações importantes na sua estrutura agrária, resultando num êxodo rural intenso e o conseqüente crescimento urbano de suas cidades, além de que a agricultura passa, nos últimos anos, a perder posição relativa em relação aos outros setores da economia, no que se refere ao valor da produção e ao pessoal ocupado.

Todas estas alterações, são resultantes da associação entre a expansão capitalista e as conseqüentes redefinições na divisão regional do trabalho, que assumem formas singulares em diferentes espaços. Neste sentido, na década de 1930, o desenvolvimento da economia brasileira é marcada pela formação do mercado nacional e, portanto, ao processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna.

Neste contexto, o Norte do Paraná e especificamente a Microrregião Geográfica de Londrina vão se inserir, ou melhor, vão ser incorporadas, como regiões em que a produção agrícola vai apresentar um crescimento expressivo. Em particular com o grande incremento da produção alimentar e de café, durante as décadas de 1940 e 1950, marcada pelos vínculos muito estreitos com relação a São Paulo.

Na década de 1960 tem início um processo de grandes transformações na estrutura agrária regional, as quais vão se intensificar a partir da década seguinte, marcada pela expansão do capitalismo monopolista no país e a conseqüente redefinição da divisão territorial do trabalho.

Como resume FLEISCHFRESSER (1988, p.12), se destacam, exercendo pressão econômica e política o capital industrial e internacional, interessados na ampliação do mercado interno para seus produtos; capitais urbanos interessados em diversificar seus investimentos; e segmentos da oligarquia rural preocupados com o fortalecimento de seus empreendimentos.

Nestas circunstâncias, a partir da segunda metade dos anos sessenta, o Estado se mobiliza e implementa o projeto de modernização da agricultura, respondendo à necessidade de criar uma demanda capaz de absorver a produção das indústrias de bens de capital para o setor, abastecer as agroindústrias e atender a demanda por exportações e por alimentos para o mercado interno, as duas últimas em crescimento a partir do final do período.

Desta maneira, entre outras transformações verificou-se na agricultura norte paranaense, e conseqüentemente na Microrregião Geográfica de Londrina:

- a) Alterações no uso do solo, com aumento da área de culturas temporárias e pastagens;
- b) Aumento expressivo no número de tratores, máquinas e instrumentos agrícolas;
- c) Elevação do número de estabelecimentos que se utilizam de adubos químicos e defensivos agrícolas;
- d) Aumento da concentração fundiária;
- e) Alterações significativas nas relações de trabalho;
- f) Um êxodo rural muito intenso, que por um lado aumentou a taxa de urbanização do Estado e por outro, praticamente estagnou o crescimento populacional, tanto na década de 70, como na de 80.

-----*-----*-----

Para a realização do trabalho, fizemos levantamentos bibliográficos sobre o tema e a área objeto de estudo, assim como levantamento de material cartográfico.

Os dados estatísticos foram obtidos nos Censos Demográficos e Agrícolas/Agropecuários do IBGE; Produção Agrícola Municipal do IBGE; IBC, Banco de Dados do IPARDES e Secretaria da Agricultura do Paraná - Núcleo Regional de Londrina.

Para os anos de 1940, 1950 e 1960 os dados dos Censos Agropecuários tiveram de ser coletados a nível municipal, e posteriormente agrupados, tentando obedecer a divisão do IBGE em Microrregiões Homogêneas (que constam somente a partir do Censo de 1970). Nos anos de 1940 e 1950 este reagrupamento foi aproximado, uma vez que a incipiente divisão administrativa impossibilitava um reagrupamento mais preciso. No ano de 1960 foi possível um reagrupamento melhor, uma vez que a divisão administrativa municipal de então, apresentava poucos problemas em relação aos limites das Microrregiões Homogêneas. Estes problemas foram solucionados através do levantamento dos desmembramentos municipais ocorridos e a verificação da porção territorial incorporado por cada Microrregião. Desta forma e com base em trabalho neste sentido realizado pelo IPARDES (1976), diversos dados coletados foram distribuídos proporcionalmente entre os municípios em questão.

Posteriormente estes dados foram organizados de forma a facilitar a interpretação e correlação dos mesmos, através da utilização de planilhas eletrônicas.

Definida a área objeto de estudo, uma preocupação teórico metodológica que se apresentou, em função das próprias preocupações deste trabalho, foi saber até que ponto o estudo desta região a contribuiria para o entendimento dos processos gerais. Ou seja,

...se para a compreensão de qualquer fração do Planeta, a totalidade do processo que a molda há de estar presente, assim também, para a compreensão da realidade global, é indispensável o entendimento do que é a vida nas diferentes regiões; de seus funcionamentos específicos, de suas especializações, de suas relações, enfim, de seu arranjo particular, sempre em movimento. Um mesmo elemento (...) terá impactos diferentes em distintas áreas de um país ou do Planeta. Para isso concorrerão a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste. É esse conjunto de coisas que fará com que um mesmo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares. (SANTOS, 1988, p.47)

Desta forma, a análise particularizada de um lugar, pode nos remeter a apreensão de conexões mais gerais. No entanto, como destaca LENCIONI (1985, P.43), não se deve encarar a referência tomada (o lugar) como um exemplo localizado do processo que se está estudando, pois se assim se fizesse, estaríamos descartando o que parece fundamental, que é a procura das diversas particularidades na qual as tendências gerais se manifestam. A autora salienta ainda que:

...o requacionamento do lugar como categoria de análise do espaço, se diferencia não só das investigações que tomam os municípios como exemplos de processos gerais, como também das monografias, quer de cidades, quer zonas rurais que esgotam suas análises no âmbito restrito de uma circunscrição pré-estabelecida. (LENCIONI, 1985, p.43)

Partindo desta postura com relação a área objeto de estudo, como já dissemos, a divisão social do trabalho e sua dimensão territorial, passa a ser uma categoria capaz de fazer uma mediação entre o desenvolvimento capitalista em geral e o desenvolvimento de um território em particular.

Tratando da questão do capitalismo e a divisão social e territorial do trabalho, GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, P.21) colocam que *o surgimento do capitalismo, como modo de produção dominante de uma formação econômico-social, pressupõe a existência de formas avançadas de divisão do trabalho e a permanente redefinição das proporções e do significado social e territorial desta divisão.*

Segundo MARX (1975, p.402), há uma distinção entre três escalas separadas nas quais ocorre a divisão do trabalho. A divisão do trabalho em geral que é a separação da produção social em seus grandes ramos, agricultura, indústria, etc., a divisão do trabalho em particular que é a diferenciação desses grandes ramos em espécies e variedades e por fim a divisão do trabalho individualizada ou singularizada, que ocorre na fábrica entre diferentes processos específicos de trabalhos.

Acrescenta ainda (op. cit. p.404) que *o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese...*

Ou seja, somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que esta divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a liberação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. Porém, é importante ressaltar que a própria divisão do trabalho acaba por solapar seu próprio fundamento - a separação da cidade e do campo. A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível. (SMITH, 1987, p.164/165)

Já GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, p.21) resumem a posição de LIPIETZ (1988), que apresenta a divisão do trabalho social sob dois aspectos:

- *uma divisão 'horizontal', a divisão entre ramos de atividades; a divisão cidade campo; a divisão inter-urbana; a divisão entre comunidades (locais, nacionais e internacionais), etc.;*
- *uma divisão 'vertical' entre grupos sociais, dominantes e dominados, presentes no processo de trabalho dos mais variados setores e que, na base econômica se definam em relação à posse ou não dos meios de produção.*

Nesta análise é fundamental incluir o elemento espacial da divisão do trabalho. Neste particular, (...) *qualquer processo de trabalho, em suas etapas intelectuais ou na produção strictu sensu, implica na utilização de meios materiais, que têm uma dimensão espacial, o que leva a divisão social e técnica do trabalho a ter uma dimensão territorial.* (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1982, p.21)

Explicitando melhor, os autores (op. cit. p.21 e seguintes) colocam que sob o capitalismo, o desenvolvimento das atividades econômicas não se dá de maneira uniforme entre os diversos ramos e seus setores. Este desenvolvimento desigual resulta de determinações que interferem no processo de acumulação que podem ser mais especificamente técnicos, uma vez que não existem condições de conhecimento científico e tecnológico que possam ser aplicados igualmente em todos os ramos de atividade econômica. Também podem ser mais especificamente econômicos ou político-econômicos, uma vez que vai existir setores mais ou menos dinâmicos nas atividades econômicas em direção aos quais migra o capital; a qualificação da mão-de-obra vai interferir no valor-trabalho (e conseqüentemente no preço de produção) das mercadorias; ainda com relação à mão-de-obra, quando há diferenças de valor da força-de-trabalho de mesma qualificação de um lugar para outro, de um mesmo país ou de países diferentes, em decorrência de sua abundância numérica relativa e, pela dimensão da força sindical e política dos assalariados frente aos patrões e ao Estado.

Desta maneira, segundo GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, p.22),

...a divisão técnica do trabalho, intensificando cada vez mais as relações inter-industriais, as necessidades infra-estruturais, a existência de um complexo mercado de mão-de-obra, a concentração bancária, de serviços em geral (inclusive instituições de caráter científico e tecnológico) os mais variados, tornam, de fato a grande cidade um meio muito favorável à acumulação capitalista.

No entanto, esclarecem que esse desenvolvimento desigual das cidades e do campo, de uma área para outra do território do país, adquire dimensão nacional e ainda internacional. No tocante às desigualdades entre os países, os autores colocam que se trata de

uma desigualdade combinada que se produz pelos mecanismos do intercâmbio desigual, o qual pode assumir as seguintes formas:

- um intercâmbio desigual em favor dos países que detêm os ramos de mais alta composição orgânica do capital;⁵
- com a penetração nos países dependentes dos ramos de alta composição orgânica, o intercâmbio desigual tende a assumir nova forma, relacionada com o custo de reprodução da mão-de-obra;⁶
- uma terceira forma decorre da presença no mercado de preços de monopólio que são praticados pelas empresas altamente concentradas, em particular nos ramos de tecnologia mais avançada.

Portanto, trata-se da própria divisão internacional do trabalho, que vai passar por alterações à medida que o capitalismo vai se desenvolvendo.

Mas se por um lado há estas alterações na divisão do trabalho ao nível internacional, é importante nos atermos ao fato de que, quer se considere os países do "centro" do sistema, quer os da sua "periferia", internamente o desenvolvimento assume significativas desigualdades territoriais.

Com relação a este fato, GOLDENSTEIN & SEABRA (op. cit. p.23), afirmam que:

...as desigualdades nas relações entre os ramos de diferentes graus de composição orgânica do capital se manifestam como desigualdades territoriais e combinadas no sentido de que o intercâmbio 'penaliza' os ramos com menor composição orgânica e, conseqüentemente, os territórios onde eles dominam a estrutura da economia produtiva. A concentração territorial (para a obtenção das chamadas 'economias externas' sob seus dois aspectos: vantagens de localização e de aglomeração) leva à definição de poucas (quanto não de apenas uma) grandes concentrações urbano-industriais).

Portanto, as especializações produtivas de determinadas porções do espaço, referenciadas em processos de âmbito nacional ou internacional, parecem básicas para a compreensão dos movimentos de territorialização (ou regionalização) que tornam tanto mais singulares os lugares quanto mais se torna homogênea a economia capitalista. (MAGNOLI, 1990, p.IN-3)

⁵LIPIETZ (1988, p.68) chama esta relação de troca desigual no sentido amplo, que se refere ao intercâmbio cuja desigualdade reside na desigual composição orgânica do capital e na desigual produtividade do trabalho.

⁶LIPIETZ (op. cit.) chama de troca desigual no sentido restrito, que se refere ao intercâmbio entre países com a mesma composição orgânica do capital, e que apresentam diferença de valor da força de trabalho (salário), provocando a transferência de valor para os países onde os operários já são mais bem pagos

Ou seja, o enfoque teórico deste trabalho é diferente daquele chamado por OLIVEIRA (1981, p.25) de tradicional, o qual assumindo a ótica dos “desequilíbrios regionais”, é não somente um enfoque que parte de uma base estática, tomando como dados uma certa situação da divisão regional do trabalho para então desdobrar-se na medição de "desvios", como é sobretudo uma abordagem que centra sobre os resultados dos desenvolvimentos diferenciais interregionais, e não sobre o processo de constituição destes diferenciais.⁷

Explicitando o marco teórico metodológico assumido em seu trabalho OLIVEIRA(p. 25 e seguintes), aponta que a regionalização é o resultado da divisão territorial do trabalho e suas transformações em uma economia nacional. Portanto, o enfoque adotado, de diferenças na divisão regional do trabalho numa economia nacional, pode encontrar terreno propício para o entendimento das relações interregionais e abandonar a abordagem dos “desequilíbrios regionais” por uma formulação que centre suas atenções nas contradições postas e repostas exatamente pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção.

Uma contribuição importante nesta linha de pensamento nos é dada por CORREA (1986, p.41 e seguintes) quando, partindo de um quadro teórico: a lei do desenvolvimento desigual e combinado proposta por Trotsky (cada aspecto da realidade é constituído de dois processos que se acham relacionados e interpenetrados, apesar de serem diferentes e opostos), afirma que esta lei tem uma dimensão espacial, que se verifica através do processo de regionalização. Da conexão entre a lei e o conceito de região que dela surge, dois aspectos devem ser considerados:

- a) a gênese e difusão do processo de regionalização, e
- b) os mecanismos pelos quais o processo realiza-se.

Com relação ao primeiro aspecto, a diferenciação de áreas vincula-se à história do homem, não se verificando de uma vez e para sempre, logo, assume ritmos distintos.

Quanto aos mecanismos utilizados pelo processo de regionalização, na medida que a história do homem acontece, o processo de regionalização torna-se mais complexo, isto é, retalha ainda mais o espaço ocupado pelo homem em numerosas regiões e, concomitantemente, integra-as.

⁷Uma ampla discussão sobre este tipo de enfoque e seus limites é apresentada por CORAGGIO (1979)

No que se refere ao segundo aspecto, sob a égide do capital, os mecanismos de diferenciação de áreas tornam-se mais nítidos, quais sejam:

- a) *a divisão territorial do trabalho, que define o que será produzido aqui e ali;*
- b) *o desenvolvimento dos meios e técnicas de produção e a combinação das relações de produção originadas em momentos distintos da história, que definem o como se realizará a produção;*
- c) *a ação do Estado e da ideologia que se espacializa desigualmente, garantindo novos modos de vida e a pretensa perpetuação deles;*
- d) *a ampla articulação, através do progressivamente mais rápidos e eficiente meios de comunicação, entre as regiões criadas ou transformadas pelo e para o capital (CORREA, 1986, p.44).*

Desta maneira, conforme o mesmo autor (op. cit. p.45), a região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão nacional e internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas.

Partindo destes pressupostos, foi possível fazermos uma análise do processo de desenvolvimento da realidade econômica brasileira e as conseqüentes fases de produção e reestruturação do espaço (especialmente o espaço agrário) da Microrregião Geográfica de Londrina.

No primeiro capítulo procuramos traçar um panorama geral da ocupação da região Norte Paranaense, através do avanço das frentes de expansão e pioneira, enfocando principalmente o Norte Novo do Paraná, onde a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná foi fundamental para a ocupação da região como um todo, assim como para a Microrregião Geográfica de Londrina.

No segundo capítulo, que compreende o período 1933-1962, tratamos da nova forma de acumulação capitalista no Brasil, marcada por uma industrialização restringida, ou seja, com amplo predomínio das indústrias de bens de consumo não-duráveis assim como, pela formação do mercado nacional e, portanto, o processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna. Neste processo, a Microrregião Geográfica de Londrina é incorporada na divisão territorial do trabalho, como área produtora de produtos alimentares, assim como produtora de café. Neste sentido, procuramos analisar, além dos processos gerais, as particularidades que fizeram com que a Microrregião ampliasse progressivamente a cafeicultura mesmo num período de forte crise do setor.

No terceiro capítulo, enfocamos o período de transição, que se estende de 1962 a 1975, em que há um declínio da cafeicultura, embora esta atividade continue a ser a mais importante neste último ano. Estas transformações estão inseridas na própria dinâmica do capitalismo, que a partir de meados de 1950 entra em nova fase de acumulação, dominada pelo grande capital monopolista, associado e incentivado pela ação do Estado. A partir de então a relação agricultura/indústria passa a sofrer transformações, marcadas pela subordinação da primeira à segunda, na chamada industrialização da agricultura. Dentro deste contexto, a própria política cafeeira passa a ser direcionada para tal, iniciando em 1962 programas de erradicação e posteriormente os programas de revigoração da lavoura cafeeira são elaborados dentro da ótica de modernização do setor. Toda esta dinâmica traz redefinições na divisão social e territorial do trabalho. Como dissemos, na Microrregião Geográfica de Londrina, paralelo ao declínio da cafeicultura, vai ocorrer a expansão da pecuária (especialmente na década de 60) e das lavouras temporárias. Na década de 60, em que pese o declínio dos produtos alimentares em relação aos produtos para exportação e/ou processamento industrial, aqueles ainda mantinham importância significativa no ano de 1970. A partir daí, até 1975, estes produtos entram em franca decadência, ocorrendo um grande incremento das lavouras mecanizadas, em especial o binômio soja/trigo. As consequências deste processo sobre a concentração fundiária, alterações nas relações de trabalho e expulsão da população rural começam a se fazer presentes na região.

No quarto e último capítulo, que vai de 1975 até os dias atuais, as transformações iniciadas no período anterior, vão se consolidar, com a cafeicultura entrando em plena decadência, se deslocando quase que inteiramente para as pequenas propriedades, e com o crescimento vertiginoso das culturas mecanizadas, essencialmente poupadoras de mão-de-obra. Desta forma, até 1980 a concentração fundiária e a expulsão de mão-de-obra continuam. Porém, deste último ano, até 1985, período em que a crise econômica do país se agrava, abre-se novamente a possibilidade de acesso à terra às categorias não especificamente capitalistas, em especial aos parceiros autônomos, causando uma estagnação momentânea dos processos de concentração fundiária e expulsão da mão-de-obra do campo. Ou seja, o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é desigual e contraditório. No entanto, a partir de então, embora não existam dados mais precisos, tudo indica que o êxodo rural continua, assim como as relações de trabalho capitalistas (assalariados temporários e permanentes), que já eram predominantes em 1985, ganham expressão.

Desta forma, a análise dos dados referentes ao pessoal ocupado e do valor adicionado por setor, revelam o esvaziamento do campo, com o setor primário perdendo representatividade, enquanto o setor secundário e terciário passam a empregar o maior efetivo populacional, assim como gerar a maior parcela do valor adicionado da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE, 38(1763:supl.), Rio de Janeiro, 1989
- CAMBIAGHI, S.M. O povoamento do Norte do Paraná. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1951/52), 6 t.I: 82-90, 1954.
- CMNP. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Maringá, 1975. 295p.
- CORAGGIO, J.L. Algumas questões relacionadas com o estudo das desigualdades regionais da América Latina. Boletim Paulista de Geografia, (56): 5-28, 1979.
- CORREA, R.L. Região e organização espacial. São Paulo, Ática, 1986. 84p.
- FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. Curitiba, Livraria doChain/CONCITEC/IPARDES, 1988. 154p.
- GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, (1): 21-47, 1982.
- IPARDES. Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Comparação entre as áreas municipais do Estado do Paraná 1960-1970. Curitiba, 1976. 58p.
- LENCIONI, S. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no Estado de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (4): 41-53, 1985.
- LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo, Nobel, 1988. 209p.
- LOPES, A.Y.D.P. Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná. São Paulo, 1982. 241p. (Dissertação de Mestrado)
- LUZ, F. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. São Paulo-, 1980. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MAGNOLI, D. Agroindústria e urbanização: o caso de Guariba (SP). São Paulo, 1990. (Dissertação de Mestrado, USP).
- MARQUES, M. Assaí e o Norte Velho: uma análise de posição. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (5):61-65, 1991.
- MARX, K. Divisão do trabalho e manufatura. In: _____ . O capital: crítica da economia política. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. V.1. p.386-422
- MENDES, C.M. Algumas considerações sobre a formação territorial urbana paranaense e o caso da "região" norte e suas implicações com a cafeicultura. São Paulo, 1988. 74p. (Trabalho de pós-graduação, mimeo.)

- MORO, D.A. Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná. Rio Claro, 1991. (Tese de doutoramento, UNESP-Rio Claro)
- MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, (22):55-97, março, 1956
- NAKAGAWARA, Y. As funções regionais de Londrina e sua área de influência. São Paulo, 1972. (Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo)
- OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132p.
- PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 216p.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, HUCITEC, 1988. 124p.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988. 242p.

CAPÍTULO I - O COMPORTAMENTO TERRITORIAL DO NORTE DO PARANÁ COMO FRENTE DE EXPANSÃO E FRENTE PIONEIRA

1.1. Introdução

O propósito deste capítulo é traçar, em linhas gerais, o processo de ocupação e colonização do Norte do Paraná, para melhor compreendermos nosso objeto de estudo: a inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho. Ocorre que a própria ocupação desta área é parte do processo de ocupação do Norte do Paraná, daí a necessidade desta visão mais ampla do processo.

Neste sentido, considerando os períodos de avanço da frente pioneira sobre o Norte do Paraná, comumente os autores se referem ao Norte Pioneiro (ou Velho), Norte Novo e Norte Novíssimo.

O Norte Velho corresponde às terras que se localizam a leste do rio Tibagi, até os limites paulistas balizados pelo rio Itararé. São áreas de ocupação antiga, com o início da vinda de população a partir de 1840, constituída neste momento principalmente por mineiros. Apresentando uma ocupação lenta nestes primeiros anos, principalmente em função da não existência de meios de transporte adequados, se caracterizou até o início do século XX como uma região onde predominava uma agricultura de subsistência, marcada principalmente pela criação de porcos.

Em função da ocupação em grandes posses, pode ser considerada como uma área de domínio de grandes e médias propriedades, possuindo, entretanto, alguns núcleos de ocupação através de propriedades de pequenas dimensões.

A área localizada entre a margem esquerda do rio Tibagi e Maringá, ocupada até 1945, constitui o que se chama de Norte Novo. Ocupada basicamente através de pequenas propriedades, principalmente em função da crise econômica vivida pelo país entre 1929 até o final da Segunda Grande Guerra, é a área economicamente mais dinâmica do norte do Paraná. Esta

área, é incorporada como frente pioneira através de grandes concessões ou venda de terras devolutas a particulares (para fins de loteamento) ou a empresas de colonização.

As primeiras concessões iniciam seu trabalho no início da década de 1920, porém poucas cumprem os contratos, retornando estas terras ao domínio público no ano de 1930. Importância, marcante nesta região teve a Companhia de Terras Norte do Paraná (de capital inglês), vendida em 1944 a capitalistas brasileiros, passando nos anos seguintes a denominar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Tal companhia adquiriu uma quantidade imensa de terras no Norte do Paraná (1.316.521 ha), e concomitante a construção de estradas de rodagem e da ferrovia, as revendeu, principalmente em pequenos lotes, porém, nos períodos favoráveis, também realizou negócios com propriedades de média a grande dimensões.

O Estado também agiu no Norte Novo criando suas próprias colônias, como é o caso de Jaguapitã, Içara e Centenário.

O predomínio da pequena propriedade fez surgir na região uma agricultura marcada pela policultura, com a expansão da cultura cafeeira sendo marcada pelo comportamento dos preços no mercado internacional. Porém, mesmo nos períodos mais favoráveis à cafeicultura, em poucos municípios pode-se dizer que houve uma situação que caracterizasse algo próximo de uma monocultura.

O Norte Novíssimo se localiza a noroeste, oeste e sudoeste de Maringá e foi realmente ocupado a partir de 1945, através da colonização oficial e particular. Aí se localizou a principal colônia oficial, a de Paranavaí, ocupando uma área muito grande. Nesta colônia, embora também tenha havido a divisão das terras em pequenas e médias propriedades, predominou a venda de propriedades de dimensões maiores. A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná também atuou nesta região, nas glebas onde surgiram os municípios de Umuarama e Cianorte. Além dela atuaram na área uma quantidade enorme de pequenas imobiliárias.

Apesar de predominar no Norte Novíssimo o solo arenito Caiuá, não propício à cafeicultura, em função da elevação dos preços no mercado internacional no momento em que o deslocamento da frente pioneira se tornava mais efetivo na área, fez com que houvesse um rápido crescimento da lavoura cafeeira na região. Porém, com o desgaste prematuro do solo e a queda

nos preços do café, rapidamente há a substituição do café, principalmente nas áreas de solos menos propícios, aumentando substancialmente a pecuária.

Portanto, como tentaremos detalhar mais à frente, de certa forma esta regionalização é resultado da integração da região na divisão internacional do trabalho, mesmo que indiretamente em alguns momentos e a uma divisão interna do trabalho. Neste sentido, os conceitos de frente de expansão e frente pioneira, se mostram importantes para entendermos o comportamento regional do Norte do Paraná, nos momentos distintos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

1.2. Frente de Expansão e Frente Pioneira

A frente de expansão pode ser caracterizada como a faixa compreendida entre a fronteira econômica e a fronteira demográfica. É uma faixa povoada, mesmo que com baixos índices de densidade demográfica, porém não constitui uma frente pioneira basicamente porque a sua vida econômica não está estruturada primordialmente a partir das relações com o mercado.

No entanto, segundo MARTINS (1975, p.45), também não se trata de uma economia natural, pois, da "frente de expansão" saem produtos que assumem valor de troca na economia de mercado. Trata-se de uma economia do excedente, com dedicação principalmente à própria subsistência e secundariamente à troca de produto que pode ser obtida com os fatores que excedem às suas necessidades.

A frente de expansão se relaciona com a economia de mercado tanto pela absorção do excedente demográfico da fronteira econômica como pela produção de excedentes, sendo parte integrada da formação capitalista. O excedente é o elo de ligação econômica com a formação capitalista e adquire valor de troca

...porque há condições econômicas para sua comercialização e não porque tenha entrado nas relações de troca como resultado da divisão do trabalho. O empreendimento capitalista se situa 'fora' dos componentes da estrutura social da frente de expansão e absorve a renda potencialmente gerada pela terra. (MARTINS, 1975, p.46).

Mas as relações sociais estabelecidas na frente de expansão são intermediadas pelo uso privado das terras devolutas, não assumindo a terra o equivalente de mercadoria, figurando o posseiro como persona principal desta área geográfica.

Já a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado, se apresentando como fronteira econômica. Portanto, sua característica imediata é definida pela presença de empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, que inclui a compra e venda de mercadorias (inclua-se a terra) e seu transporte, além do financiamento da produção agrícola. *A frente pioneira surge não como consequência 'rebatativa' da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta.* (MARTINS, 1975, p.47).

O avanço desta sobre a frente de expansão significa essencialmente a transformação da terra em propriedade privada, em mercadoria que intermediará o homem e a sociedade sob relações capitalistas (na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada). O posseiro perde seu espaço de reprodução econômica e social face ao antagonismo entre essas duas frentes em função dos diferentes modos de acesso à terra.

Ainda tratando das frentes pioneiras, MARTINS (1975: p.48), diz que aproximadamente a partir da Primeira Guerra a frente pioneira passou a caracterizar-se pela pequena propriedade policultora voltada para o mercado interno e, parcialmente, para o mercado externo. No entanto, esta é a fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, basicamente caracterizado pela interiorização das funções metropolitanas, com a fixação dos preços dos produtos agrícolas continuando a se dar em função da rentabilidade do capital dos empreendimentos urbanos e não em função dos custos de produção. A partir dessa situação poder-se-ia entender que a fixação destes preços acaba beneficiando, respectivamente, o atacadista, o transportador e o intermediário; em detrimento do agricultor já num processo de auto-expropriação.

Partindo destas concepções teóricas, procuraremos apresentar algumas indicações do comportamento do Norte do Paraná como frente de expansão, para em seguida fazer tal análise com relação às frentes pioneiras, buscando uma especificidade um pouco maior, através do avanço da mesma no Norte Velho, Novo e Novíssimo.

No entanto, antes de tratarmos especificamente destas fases da ocupação do Norte do Paraná, não podemos deixar de mencionar a existência de uma população indígena na área, assim como as primeiras incursões do "homem branco", as quais não resultaram em nenhuma fixação de população. (ver ANEXO A)

1.3. O Comportamento do Norte do Paraná como Frente de Expansão

1.3.1. A Colônia Militar de Jataí

As primeiras povoações do Norte do Paraná foram a colônia militar de Jataí (fundada em 1855) e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara (que ficava em frente a colônia) e São Jerônimo (fundada em 1859).

O aldeamento de São Pedro de Alcântara e a colônia militar de Jataí vieram a dar origem mais tarde à cidade de Jataizinho e o aldeamento de São Jerônimo à cidade de mesmo nome.

Na primeira metade do século XIX havia uma preocupação por parte do Império no sentido de estabelecer uma comunicação com Mato Grosso. Não havia um caminho que ligasse o litoral àquela província, tornado-se este fato um ponto fraco na estratégia brasileira, em função de existirem problemas de fronteiras indefinidos. Nestas circunstâncias, a colônia militar do Jataí foi fundada com a função de estabelecer ligação com Mato Grosso, agindo como posto militar avançado de proteção dessa vasta área, então ameaçada pelo Paraguai, mantendo-se como pequeno povoado até o início da década de 1930, quando, sob o impulso da frente pioneira começou a se desenvolver.

Para o surgimento destes núcleos assumiu papel de destaque João da Silva Machado, futuro Barão de Antonina. *Onde fosse possível, fazia uma posse de terra e depois requeria sua legalização.(...) Por isso, foi chamado o primeiro papa terras do Paraná. e precursor dos grileiros* .(WACHOWICZ , 1987, p.11)

Nestas circunstâncias no início da década de 1840, João da Silva Machado, homem muito ligado à corte do Rio de Janeiro, resolveu tentar viabilizar uma ligação por terra entre o litoral e a Província de Mato Grosso. No entanto, por traz desta iniciativa estava o seu grande objetivo, que era tomar posse dos lendários campos do Paiquerê⁸, para ampliar sobremaneira a extensão de seus latifúndios. Durante muito tempo os seus prepostos não fizeram outra coisa senão assinalar latifúndios e se apossarem deles, percorrendo não só os rios como as terras do Norte do Paraná.

Em 1859, a colônia contava com uma população de apenas 154 pessoas, enquanto o aldeamento de São Pedro de Alcântara, em 1875 contava com uma população de: Kaingang, 902, Caiuá, 461 e entre brancos, mulatos e pretos, 250, totalizando 1613 pessoas. No entanto, um surto de varíola e a decadência do lugar, em função do isolamento reduzem drasticamente a população. Em 1891, a situação populacional do aldeamento era a seguinte: gente (branca) de ambos os sexos, 184, índios Guarani e Caiuá, 117, índios Coroados(Kaingang), 221, totalizando 522 habitantes. (WACHOWICZ: 1987, p.79)

Como podemos perceber, na verdade estes núcleos não tiveram nenhum sucesso do ponto de vista econômico e ocupacional, em razão, principalmente, do seu isolamento (o caminho para o Mato Grosso nunca despertou o interesse do governo imperial, no sentido de melhorá-lo, assim como, terminado o conflito com o Paraguai, o mesmo foi quase que esquecido).

Além disso, há que se ressaltar, que de fato parece nunca ter havido uma preocupação no sentido de se realizar efetivamente a ocupação da área por parte dos militares, na medida em que quando do recrutamento de pessoas para a colônia, os mesmos recebiam a promessa de um terreno no rocio (quadro urbano) e outro fora do rocio, de 250.000 braças, após três anos de permanência no local. No entanto,

a província e o governo imperial comportavam-se como se faltasse terras devolutas na região. Foram demarcados o insuficiente número de 36 lotes depois de mais de 20 anos da existência da colônia. Estes lotes foram distribuídos aos operários agrícolas que teimosamente ou por falta de iniciativa ainda permaneciam na região. (WACHOWICZ, 1987, p.47)

Por outro lado, a colonização oficial, por meio das colônias militares, estava fadada por si mesma ao fracasso. O Jataí constituía-se numa "frente" porém teria de aguardar

⁸Segundo os índios existiam no então desconhecido oeste paranaense, entre os rios Iguaçu e Piquiri

outra conjuntura para que efetivamente fosse colonizada. Desta forma, o caso não seria de oferecer terras ou melhores condições e mais ajuda, porque:

1. *Havia outras terras melhor localizadas do que estas e em grande quantidade:*
2. *Os promotores da colonização ofereceram aos possíveis candidatos às colônias várias opções: seria possível o estabelecimento de colonos em lugares mais atrativos que o internar-se nos sertões:*
3. *Não havia pressão populacional que demandasse terras dos sertões. (...) Para que a propriedade fosse atrativa faltavam ainda braços para a lavoura. Ora, braços para as lavouras era um problema nacional e toda mão de obra disponível era absorvida pelas terras ocupadas com a lavoura comercial: café, cana de açúcar e cacau, principalmente. (CODATO, 1981,p.34)*

Em 1896, Jataí passa para a administração civil.

1.3.2. Os primeiros deslocamentos de mineiros para o Norte do Paraná

Outra manifestação do comportamento regional do Norte do Paraná como frente de expansão, de importância muito maior que a colônia de Jataí, é o deslocamento de mineiros por volta de meados do século XIX.

No início da década de 1840, muitos mineiros, além de serem grandes proprietários de terras em sua província natal, eram também tropeiros. Estes tropeiros, utilizando-se do caminho Viamão-Sorocaba,⁹ já haviam tomado conhecimento da existência de vastas áreas de terras devolutas, às margens do rio Itararé.

Neste período o fluxo de migrantes mineiros se intensificava, uma vez que a sua província não se restabelecera da decadência da mineração, crescendo a pobreza. Além disso as perturbações políticas, a tentativa revolucionária de 1842, vieram a reforçar as partidas dos mineiros para novas terras. Durante a guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, uma parte da população preferiu correr os riscos da vida no sertão a sujeitar-se ao alistamento militar. (MONBEIG: 1984, p.133).

A maioria desses imigrantes fixaram-se onde o café já estava solidamente implantado; outros, porém tinham procurado regiões mais longínquas, onde poderiam continuar a

⁹Principal caminho de tropas que passava pelo território paranaense. o qual ligava o principal centro produtor de gado. Viamão no Rio Grande do Sul. ao principal mercado. Sorocaba.

viver, conforme seus hábitos de criadores, acostumados aos grandes espaços, suficientemente à distância dos poderes constituídos.

É neste contexto que

as terras despovoadas dos vales do Itararé e Cinzas começaram a despertar interesse e se tornaram mais conhecidas. Por volta de 1842-43, um desses mineiros tropeiros e proprietário de terras, Dominiano Correa Machado(...), instala-se na margem esquerda do Itararé. (WACHOWICZ, 1987, p.81).

Além deste, o autor descreve a existência de outros grandes posseiros na área, desde o início da década de 1840. Estes posseiros não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma água. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho e a posse ou água terminava quando este riacho desaguava num rio maior.

No entanto, nem toda a população aí estabelecida no século XIX estava ligada diretamente aos latifundiários. Pequenos sitiantes e/ou posseiros também conseguiram estabelecer-se na região, porém, com uma relação estreita com estes latifundiários, pois, acabavam vendendo seus produtos a estes

Quanto às atividades desenvolvidas por esta população, na verdade a cultura do café do final do século passado nunca se desenvolveu. Os núcleos mais antigos, como São José da Boa Vista, Colônia Mineira, Tomazina, etc., não conseguiram ampliar a cafeicultura. As primeiras tentativas de cultivo de café redundaram em prejuízo em função dos problemas da comercialização. Praticamente não havia comunicação com o restante do território paranaense e, com São Paulo só havia péssimos picadões que davam passagem às tropas. Além disso a estrada de ferro ainda estava muito distante.

Portanto, não havia uma agricultura de mercado, predominando a plantação de algodão, arroz, feijão e fumo e principalmente a criação de porcos. (WACHOWICZ, 1987, p.95 e CODATO, 1981, p.45).

O sistema empregado na criação de porcos era o de safra. A safra consistia na derrubada de 20 à 50 alqueires de mato. Após a queimada plantava-se milho, abóbora e batata doce. Quando o milho já estava crescido, o safrista percorria a região comprando porcos dos sitiantes. Oito, dez, quinze de cada um. Eram todos colocados em mangueirões. Quando o milho

começava a amarelar, esses animais eram soltos no milharal, de preferência já castrados. Isto ocorria quando os mesmos tinham por volta de um ano de idade. Passavam ali cerca de 110 a 120 dias. Com 60 dias já estavam em meia seva. Dessa forma, com 13 ou 14 meses o porco alcançava 7 a 8 arrobas. (WACHOWICZ, 1987, p.94 e seguintes)

Portanto, este início do povoamento da região, a partir de meados do século XIX, ocorre quando os mineiros cruzaram o médio e alto curso do rio Itararé, tendo como base de penetração a zona paulista de povoamento antigo. Eram homens que não conheciam mais que uma agricultura muito limitada, tendo como principal recurso a criação de porcos, tradicional em Minas.

Deste avanço da frente demográfica surgem os núcleos habitacionais: Colônia Mineira (1862), hoje Siqueira Campos; Tomazina (1865); Santo Antônio da Platina (1866); Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867). Duas décadas mais tarde, em 1888, uma outra família de mineiros instala-se onde hoje se situa Jacarezinho, núcleo irradiador da frente pioneira do século XX.¹⁰

1. 3.3. O deslocamento de população dos campos gerais

Outro contingente populacional que se dirige para a região tem como ponto de partida a área dos Campos Gerais, no sul do Paraná, mais precisamente na parte do território paranaense conhecida como Paraná Tradicional.

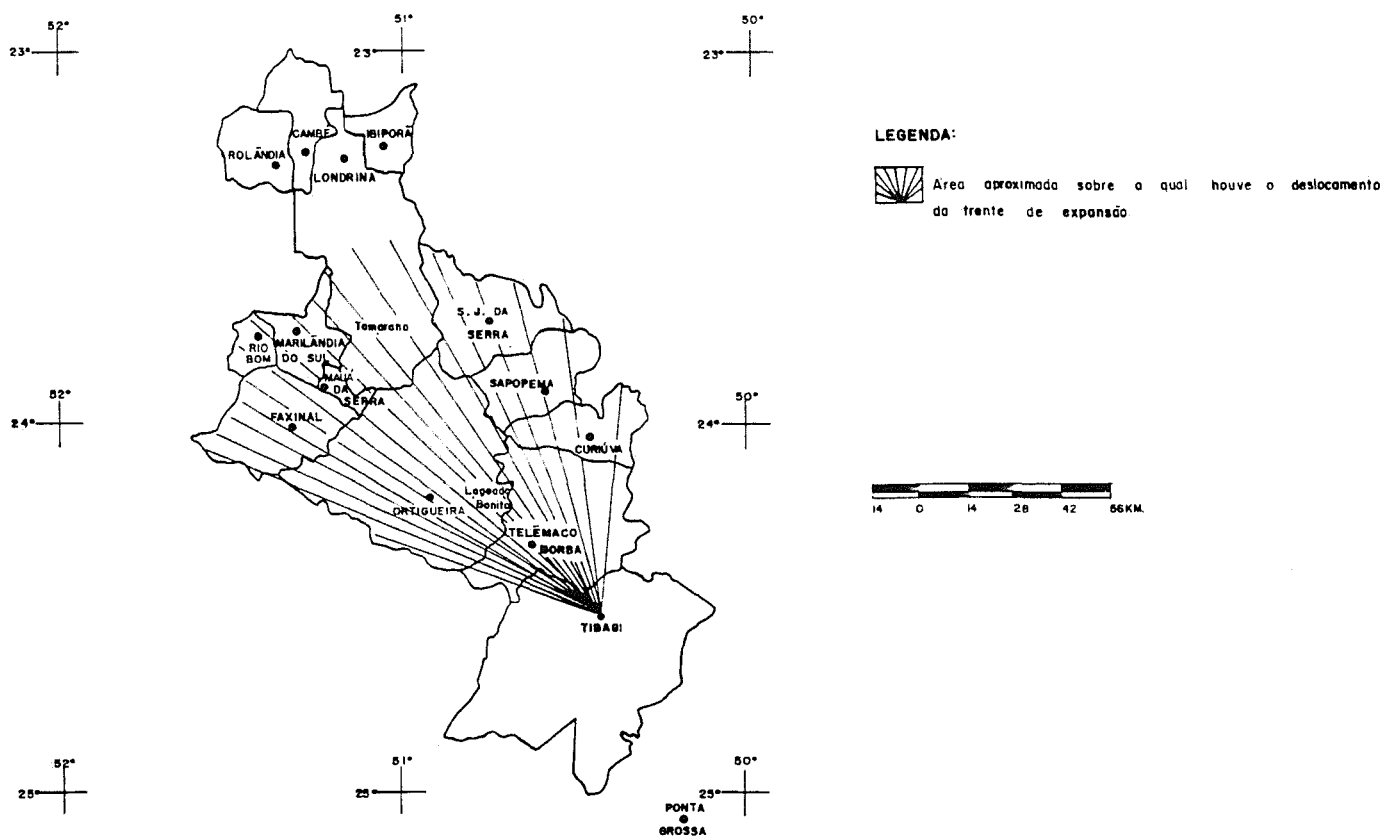
Quem melhor tratou sobre esta frente foi BERNARDES (1953, p.361 e seguintes), caracterizando-a como a primeira penetração no Terceiro Planalto a oeste do rio Tibagi. O ponto de apoio da mesma era a vila de Queimadas, atual Ortigueira e, segundo a autora, atingiu o Terceiro Planalto ao norte do rio Alonzo, afluente do Ivaí, na região de Faxinal de São Sebastião. (para melhor localização ver Figura 05)

Fazendo referência a esta frente, VALVERDE (1957, p.196) diz que

¹⁰Ver também sobre este assunto:

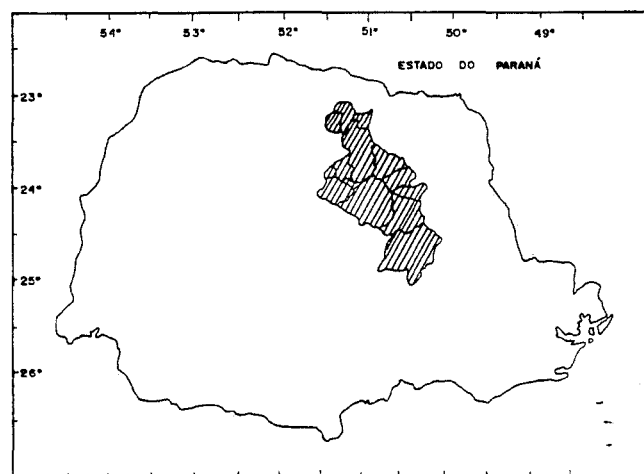
BERNARDES. N. (1952. p.448); PADIS. P.C. (1981. p.86) e WESPHALEN. C.M.: MACHADO, B.P.: BALHANA. P. (1968. p.16)

FIGURA 05 - LOCALIZAÇÃO APROXIMADA DA FRENTE DE EXPANSÃO ORIUNDA DOS CAMPOS GERAIS



FONTE :
 ORG. PELO AUTOR, SOBRE MAPA DO ESTADO DO PARANÁ DE 1993, / / /
 COM BASE NAS INFORMAÇÕES DE BERNARDES, L.M.C.(1963) E VALVERDE, O.(1967)

DESENHO :
 BUCHE, M.V.



em 1926, a frente pioneira(sic) estava em Ortigueira. Lajeado Bonito, Caeté e São Jerônimo. Faxinal, antigamente chamada Faxinal de São Sebastião, era um posto avançado dessa frente, fundada em 1920...

Acrescenta ainda que Tibagi tinha então as maiores vendas dos Campos Gerais paranaenses, depois de Ponta Grossa, exercendo a função de centro de mineração e de lugar de baldeação nos transportes. De Tibagi a Ortigueira ia-se de carroça, e, daí em diante, tropas chegavam até o Faxinal, por uma antiga estrada boiadeira, de onde desciam pontas de gado vindas de Mato Grosso para abastecer as cidades paranaenses. Somente em 1929 começaram a transitar caminhões até Ortigueira.

Apesar das dificuldades de transporte estas terras, ocupadas por vastos pinheirais facilmente penetráveis atraíram caboclos e ex-colonos que, partindo da vila de Ortigueira, atingiram o alto do planalto, estabelecendo suas roças espontâneas e desordenadamente. Muitos destes eram provenientes da colônia Açungui e de outros núcleos decadentes. Em regra geral eram indivíduos despejados de terras ocupadas "indevidamente" ou foragidos da lei. Em 1925 o governo passou a regularizar os lotes de Faxinal, através da venda dos mesmos, seguindo a divisão das posses, resultando na irregularidade dos mesmos (Figura 06). Segundo a autora supra citada, os posseiros ocupavam geralmente grandes áreas e apesar dos limites estabelecidos pelo Estado, por meio de artifícios se viram senhores de várias centenas ou mesmo mais de mil alqueires.

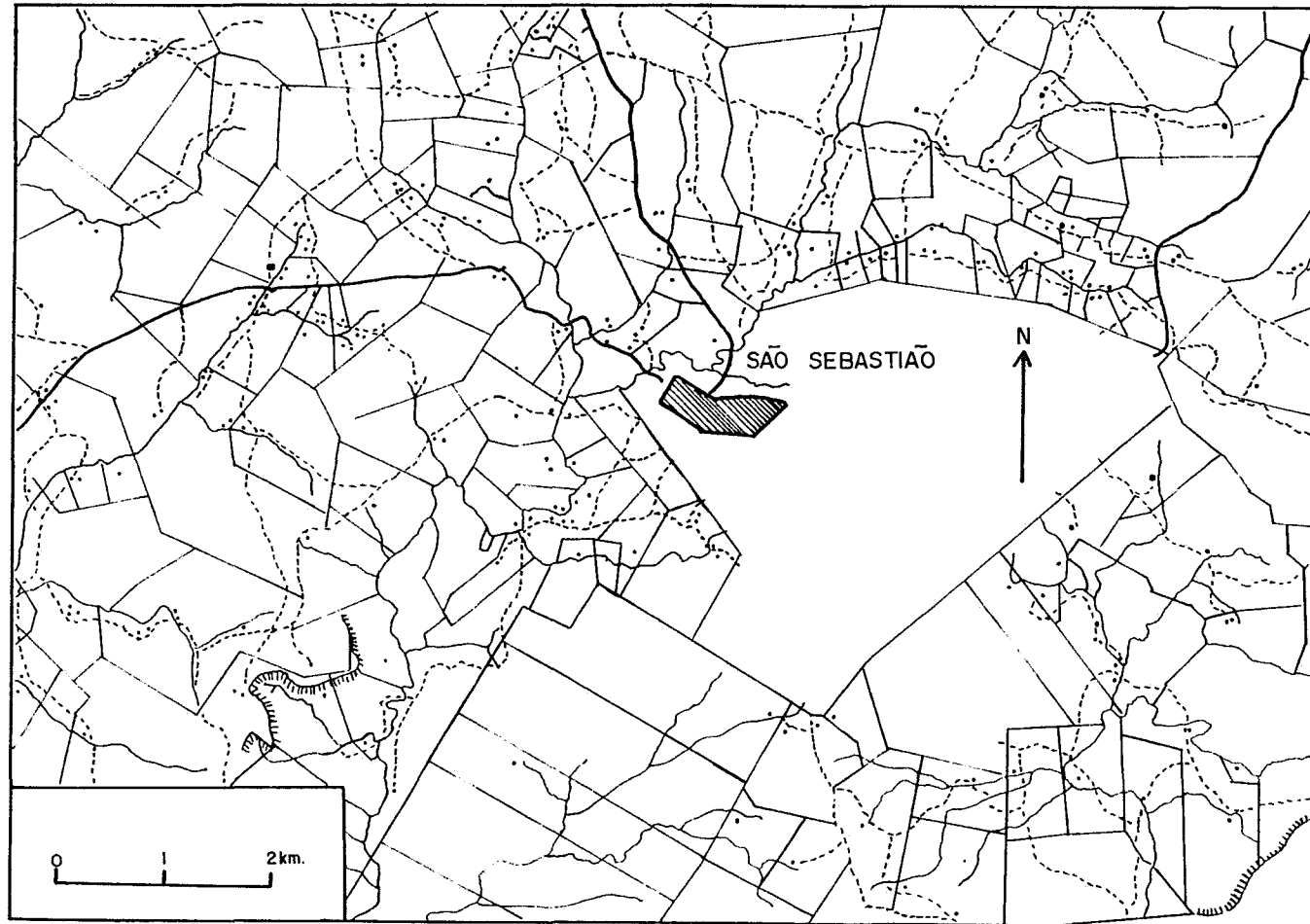
Esta frente se estendeu ao norte até a zona de São Roque (atual distrito de Tamarana no sul do município de Londrina) e Marilândia. Porém, por volta da 1929, a mesma paralisou-se. Como aponta VALVERDE (1957, p.197),

...houve duas razões principais que concorreram para fazer uma drenagem humana que a deteve: o avanço de uma nova frente pioneira muito mais importante no Norte do Paraná, a partir de Londrina, em 1932, e a constituição da indústria de papel e celulose Klabin S.A., de Monte Alegre¹¹, em 1935.

Portanto, conforme a posição teórica apresentada, estas características apontam o comportamento da região enquanto frente de expansão, uma vez que sua vida econômica não estava estruturada primordialmente a partir das relações com o mercado, predominando uma agricultura de subsistência e principalmente a criação de porcos, que através do sistema de safra acabavam, em parte, assumindo valor de troca na economia de mercado.

¹¹ Atual município de Telêmaco Borba

FIGURA 06 - COLÔNIA FAXINAL DE SÃO SEBASTIÃO - PLANTA PARCIAL



LEGENDA :

- LOTES
- ESTRADAS
- CAMINHOS

FONTE :

BERNARDES, L. M. C - 1953

DESENHO :

D. ICHE, M. W.

FERREIRA JR., O.

As tentativas de cultivo de café redundaram em prejuízo, em virtude da falta de transporte adequado, não havendo estradas regulares, os caminhos e picadas eram precários, não havia pontes e a estrada de ferro ainda estava muito distante. Como coloca MUNGUÍA PAYES (1984, p.145), no final do século XIX, estas terras continuaram tão mal localizadas em relação aos mercados de café que, para proporcionar renda, requeriam investimento impossíveis de serem realizados privada e independentemente. Por isso mesmo, a sua procura foi pouco significativa e sua alienação fato não rotineiro, o que permitiu, ainda acesso de "caboclos" a estas terras por meio da simples posse sem conflitos.

Esta é outra característica das frentes de expansão, ou seja, a região acabou absorvendo parte do excedente demográfico da fronteira econômica, inicialmente composta principalmente por mineiros e em menor escala por paulistas, assim como por uma população vinda do sul do Paraná, da área dos Campos Gerais, tendo como personagem principal o grande e o pequeno posseiro.

1.4. O Comportamento do Norte do Paraná como Frente Pioneira

Como já colocamos anteriormente, o avanço da frente pioneira no Norte do Paraná vai caracterizar três regiões que vieram a ser denominadas de Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Com o intuito de tentar apreender tal processo, mesmo que de forma não aprofundada, adotaremos como critério de explanação tal regionalização, uma vez que a mesma corresponde a certos períodos de ocupação, como já mencionamos no início deste trabalho.

1.4.1. O Norte Velho

No início do século XX a economia da região começou a mudar. Por um lado se amplia a criação de porcos pelo sistema de safra e, por outro o café começa a ter sua área ampliada. A suinocultura passou a ser a atividade mais importante, pois, como se dizia comumente na região, começaram a exportar milho a pé. Milho não tinha saída, mas toucinho de porco sim. A grande produção de suínos no Norte Pioneiro atraiu a atenção dos grandes

frigoríficos. A firma paulista de Francisco Matarazo resolveu instalar um grande frigorífico, a princípio no município de Tomazina (uma das mais importantes bocas produtoras), porém em função de divergências com o prefeito local, acaba por se instalar em Jaguariaíva (iniciou os trabalhos de forma plena em 1924).

A abertura do frigorífico Matarazo em Jaguariaíva foi um grande estímulo para este ramo da economia. Recebia a matéria prima, principalmente pelos vagões da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, remetidos pelos compradores exclusivos que espalharam-se pela região: Siqueira Campos, Joaquim Távora, Curiúva, Ibaiti, Ribeirão do Pinhal, Pinhalão, etc. Suínos de Maringá, Campo Mourão, Apucarana, Londrina, também eram conduzidos para o frigorífico de Jaguariaíva".(WACHOWICZ, 1987, p.99)

Mais tarde se instala em Tomazina a fábrica de banha Santo Antônio Ltda., porém a mesma acabou funcionando por poucos anos. Além disso, outros frigoríficos de São Paulo também estabeleceram compradores na região, como por exemplo a firma Armour, Swift, Mengue de Barros, etc.

O próprio povoamento da região, juntamente com a abertura da estrada do Cerne, praticamente liquidou o sistema de safra na região, culminando com o declínio do frigorífico Matarazo e o seu fechamento em 1947.

Por sua vez, a ampliação da cafeicultura vai ocorrer com o deslocamento da frente sobre o Terceiro Planalto. O povoamento do Terceiro Planalto a leste do rio Tibagi, foi um desenvolvimento natural da expansão dos cafeicultores paulistas que investiram para essa nova região, com ponto de partida em Ourinhos, atingida pela Estrada de Ferro Sorocabana em 1908. A aproximação dos trilhos fora suficiente para que o povoamento, andando à sua frente, à moda paulista, já se tivesse concretizado na fundação de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904).

Nesta época a frente pioneira, avançando pelo oeste de São Paulo já alcançara o Paranapanema. Com a fundação de Cambará, as grandes reservas de solo virgem da área caíram sob a invasão da onda cafeeira. Avançando sempre pela terra roxa, o que não aconteceu com o povoamento mais ao Sul, e encontrando uma zona de relevo mais suave, a frente pioneira progrediu para oeste, tendo Ourinhos como "boca de sertão", surgindo novos núcleos, como Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924).

1.4.1.1. Utilização das terras

Quando os plantadores de café começaram a penetrar no Vale do Paranapanema, encontraram uma rede urbana modesta organizando-se, e alguns núcleos urbanos servindo de ponto de apoio as plantações, caminhos abertos, a atividade criatória desenvolvida pelos mineiros que fornecia alimentação e animais de trabalho, além da posse da terra através das "aguadas". Para os plantadores recém-chegados com a marcha do café, os povoadores mineiros constituíram, no entanto, um obstáculo para a posse da terra; mas esse obstáculo acabou sendo contornado através de negociações, demanda, grilagem, ou por meio da expulsão dos antigos moradores. (BRAY, 1987, p.11)

Por conseguinte, com a penetração dos plantadores de café, grileiros e especuladores do sertão do Paranapanema, a primitiva malha fundiária (constituída de aguadas), desmembrou-se e implantou-se a forma das fazendas tradicionais de café.¹² Portanto, nas primeiras décadas do século, vai haver uma alteração na paisagem, com as áreas de matas desaparecendo pouco a pouco e os cafezais novos se ampliando.

No entanto, até os anos vinte, a inexistência no Norte do Paraná de meios adequados de transporte e de alocação de safras cafeeiras, fez elevar consideravelmente os custos de produção limitando a expansão cafeeira.

Em 1920, grande parte das terras ainda estavam recobertas de matas. Do total ocupado pelos estabelecimentos agropecuários a área mantida em florestas, no norte do estado atingia 47,9%. Apenas 13,3% da área dos estabelecimentos eram cultivados, sendo que os

¹² Como nas zonas pioneiras paulistas, apesar da grande procura de terras, vastas áreas eram deixadas em mata, à espera de uma valorização maior e o avanço da faixa pioneira se processava sem que a sua retaguarda estivesse totalmente ocupada.

Numa das áreas que permaneceram desocupadas na retaguarda da frente pioneira se processou a colonização com japoneses. Isto ocorreu através da compra de terras de antigas fazendas da região, a partir de 1931, por duas companhias de capitais japoneses, a "Brazil Tokushoku Kaisha" - Bratac - e a "Nambei Tochikubushia", que resultaram no aparecimento de duas cidades - Assaí e Uraí.

Em 1936 (Relatório do D.T.C. 1936) já estavam divididos 575 lotes com área média de cerca de 10 alqueires, abrangendo um total de 5661 alqueires, quase um terço da área total da colônia. Entre os japoneses, contavam-se algumas famílias brasileiras, tanto nos lotes rurais (27 famílias brasileiras para 144 japonesas) como nos urbanos (54 nacionais e 125 japoneses) (BERNARDES :1953, p.361)

Sobre este assunto ver também: PADIS (1981, p.90). WACHOWICZ (1987, p.156 e seguintes). CODATO (1981, p.61 e seguintes). ASARI (1992)

cafezais ocupavam 5,6%. A área restante, ou seja aquelas que não estavam sendo cultivadas e nem permanecendo as florestas, embora o censo de 1920 não informe a área de pastagens, em boa parte deveriam ser ocupadas pela criação de porcos, ocupação de muitos pequenos sítios, seguindo-se o gado bovino. (CANCIAN, 1977, p.61)

Além do café e da pecuária, havia a plantação de várias outras culturas como arroz, milho, trigo, batata inglesa, mandioca, cana-de-açúcar, fumo, mamona, feijão e algodão. Sendo a batata, a mandioca e a mamona inexpressivos, enquanto adquiria maior importância o milho e o feijão.

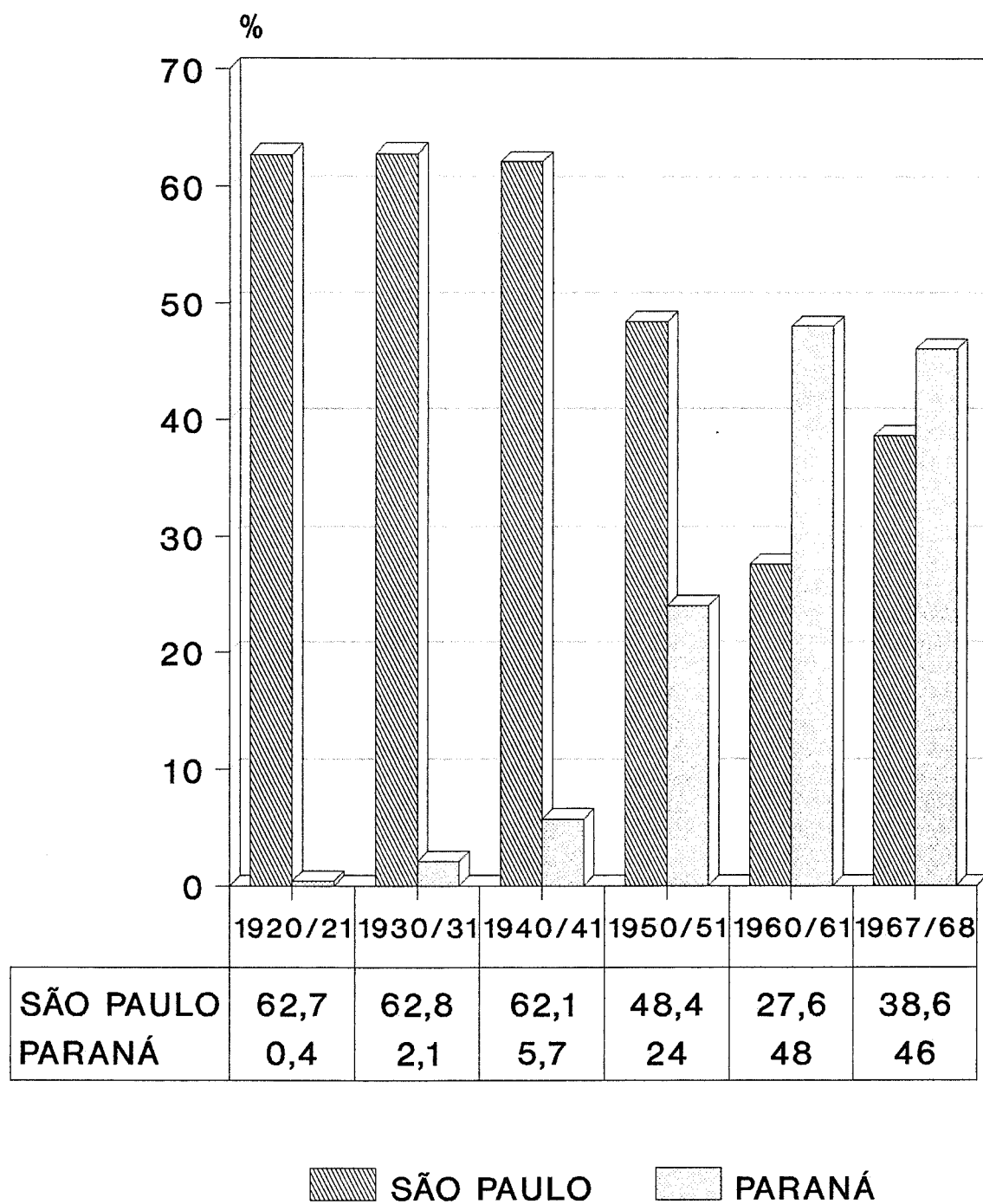
A produção de café começa a se ampliar principalmente após a primeira década do século XX, embora a participação em termos de produção nacional, ainda fosse pequena em 1924. Neste ano, existiam no Estado 17 milhões de pés de café, enquanto em São Paulo, havia 800 milhões. Ou ainda, conforme a Figura 07, em 1921 a produção paranaense representava apenas 0,4% da produção nacional, aumentando em 1931 para 2,1%, enquanto São Paulo, neste ano, tinha uma participação de 62,1% da produção.

As causas deste crescimento lento da atividade cafeeira no início do século XX e a ampliação da produção a partir de meados da década de 1920 e, junto com ela o aumento do fluxo migratório para o Paraná, são apontadas por vários autores. No entanto a análise mais consistente é apresentada por MUNGUIA PAYES (1984: p.21 e seguintes), quando analisa o deslocamento do café em função da renda da terra.

Acontece que os solos mais férteis estavam localizados normalmente mais distantes dos mercados. Desta forma, a maior fertilidade reforçava a tendência a incorporar esses solos à cafeicultura, mas a pior localização atuava no sentido inverso; vale dizer, a maior fertilidade valorizava esses solos, enquanto que a pior localização os desvalorizava.

Está aqui a chave para entendermos a incorporação das terras do Norte do Paraná à cafeicultura; o rompimento da relação entre a maior fertilidade e a pior localização. Trata-se, mais especificamente, não da combinação entre fertilidade e localização em geral, mas dada uma maior fertilidade dos solos do Norte do Paraná com respeito aos piores que determinavam o preço geral e o preço de mercado no Estado de São Paulo, analisar a melhora de

FIGURA 07 - PRODUÇÃO DE CAFÉ - SÃO PAULO E PARANÁ
PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO BRASILEIRA-1920/21 a 1967/68



FONTE DOS DADOS: PADIS(1981)

localização, isto é, de como se encurtou a distância aos mercados e se assegurou o transporte e, conseqüentemente, se diminuiram os custos do frete.

Se por um lado, a fertilidade do solo incentivava o processo de ocupação e exploração cafeeira nas terras do Norte do Paraná, por outro, a má localização freitava-o na medida que, até os anos 20, os altos custos de produção, e a despeito do maior rendimento dos cafeeiros norte-paranaenses, restringiam ou até mesmo eliminavam a renda fundiária. Em outras palavras, os custos de produção se elevavam a tal ponto, em função da deficiência da rede de transporte, que mesmo com uma produtividade muito maior que São Paulo por exemplo, o agricultor não conseguia obter uma renda compensatória.

Desta maneira, aqueles fazendeiros que se estabeleciam para produzir café em larga escala, procuraram trazer até a região a infra-estrutura básica à comercialização, principalmente ferrovias.

Estes mesmos fazendeiros, se movimentaram para a construção de uma rodovia que ligasse a região norte paranaense a São Paulo, ao mesmo tempo em que se iniciaram estudos para a conexão ferroviária com a Sorocabana, cujos trilhos já haviam atingido Ourinhos. No período de 1922/25, estenderam-se estes em 29 quilômetros, chegando até Cambará, onde parou a construção, por quatro anos, por falta de recursos.

Da parte do governo paranaense, as tentativas de ligação do Norte Velho com o restante do Estado, principalmente Paranaguá foram frustradas. Uma destas tentativas, foi o ramal Jaguariaíva-Ourinhos, conhecido como ramal do Parapanema (se trata de um ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande). Este ramal ficou conhecido como ferrovia dos desmaios, pois, a construção teve início em 1912 e atingiu Jararezinho somente em 1930. Além disso, a ligação Jaguariaíva a Curitiba, iniciada em 1924, só aconteceria em 1934, fazendo finalmente a articulação da zona cafeeira com o litoral paranaense.

Segundo BERNARDES (1952, p.449), a conclusão desta ferrovia trouxe um florescimento econômico em toda a região, porém, algumas partes permaneceram mal povoadas e pouco prosperaram, como por exemplo, a faixa em torno do médio e alto rio Laranjinha.

O problema dos meios de transporte e de alocação das safras só viria mesmo a ser solucionado, para grande parte do Norte do Paraná, depois da segunda metade da década de 20, com o capital inglês dando prosseguimento à ferrovia São Paulo-Paraná, que como dissemos estava estacionada em Cambará. A partir de então, os custos do frete não mais podem ser colocados como impedimento à exploração cafeeira comercial. Desde então, a distância entre as áreas do Norte do Paraná, que vão sendo ocupadas paulatinamente, e os mercados se reduz acentuadamente.

Com o prosseguimento desta ferrovia, em termos de fluxos de mercadorias, a região se manteve afastada do centro de poder político e econômico que emanava de Curitiba. Em 1938, apenas 10% do movimento da estrada de ferro São Paulo-Paraná era realizado com o restante do Estado. Noventa por cento do tráfego era encaminhado para São Paulo. Desta forma, o próprio ramal do Paranapanema passou a adaptar seu horário de funcionamento aos horários da São Paulo-Paraná. (WACHOWICZ, 1987, p.124)

Resolvido o problema dos transportes, a cafeicultura paranaense passou a ter sua expansão estreitamente ligada ao comportamento dos preços do café, o qual determinaria conjunturas distintas: 1. de incentivo à produção (1906-1929); 2. conjuntura da depressão e dos anos de guerra (1930-1944); 3. conjuntura dinâmica (1945-1970). (CANCIAN, 1977, p.14)

Assim sendo, a análise do uso do solo em 1940, conforme a Tabela 01, indica que à queda dos preços do café correspondeu a diversificação agrícola. Preponderavam as culturas temporárias, na maior parte dos municípios, numa tendência clara de policultura.

Onde havia o predomínio das culturas temporárias e pastagens, corresponderam os municípios mais velhos da micro-região 278. Quando os cafeeiros velhos foram eliminados é certo que foram plantados alguns novos, porém, em pequena escala. Tudo indica que, ao contrário de uma nova expansão cafeeira, optou-se pela substituição por outras culturas e pastagens. O milho aparecia numa porcentagem variável de 45 a 50% da área cultivada. Passou-se também a cultivar o algodão, arroz, cana-de-açúcar, trigo (em pequena escala) e outros, afora o feijão, que sempre foi cultivo intercalar ao cafeeiro.

TABELA 01 - COMBINAÇÃO DE FORMAS DE UTILIZAÇÃO DA TERRA NO NORTE DO PARANÁ - 1940

TIPOS DE COMBINAÇÃO(*)	MUNICÍPIOS	DATA DE CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO	EM PORCENTAGEM					
			MICRO-REGIÃO(**)	ÁREA EM EXPLORAÇÃO			ÁREAS EM MATAS	ÁREA NÃO EXPLORADA
				PERM.	TEMP.	PAST.		
1. T. Pt.	Carlópolis	1907	278	11.8	44.1	44.1	7.4	68.5
	Tomazina	1890	278	15.7	55.1	33.3	31.5	59.6
	Venceslau Braz	1876	278	7.9	53.4	38.8	15.6	62.0
2. T. Pt. P.	Joaquim Távora	1929	278	23.0	52.1	24.9	24.2	45.3
	Siqueira Campos	1920	278	23.0	43.1	33.9	12.5	51.6
3. P. T.	Bandeirantes	1935	279	55.2	32.5	12.3	39.4	31.6
	Cambará	1924	279	55.9	29.2	14.9	44.5	5.7
	Cornélio Procópio	1938	279	53.5	35.4	11.1	62.4	4.2
4. P. Pt. T.	Jacarezinho	1900	279	52.5	20.3	27.2	26.3	22.7
5. Pt. P. T.	Ribeirão Claro	1900	279	34.2	21.4	44.4	19.0	28.7
6. T. P. Pt.	S. Antonio da Plat.	1914	279	37.2	38.7	24.1	48.7	19.7
7. T. Pt.	São Jerônimo	1918	280	15.0	58.3	26.7	23.4	43.4
8. T. P.	Londrina	1934	281	39.4	44.8	15.7	45.2	20.5
9. P. T. Pt.	Sertanópolis	1934	281	42.2	36.7	21.0	68.7	3.2

(*) T = LAV. TEMPORÁRIA; P = LAV. PERMANENTE ; Pt = PASTAGENS

(**) 278 = NORTE VELHO DE VENCESLAU BRAZ; 279 = NORTE VELHO DE JACAREZINHO
280 = ALGODOEIRA DE ASSAÍ; 281 = NORTE NOVO DE LONDRINA

FONTE: CANSIAN (1981, p.86)

O período de preços favoráveis que ocorreu pós Segunda Guerra e perdurou até 1954, fez com que ocorresse um aumento substancial na plantação de café. Porém, mesmo nesta fase favorável não houve tendência à monocultura.

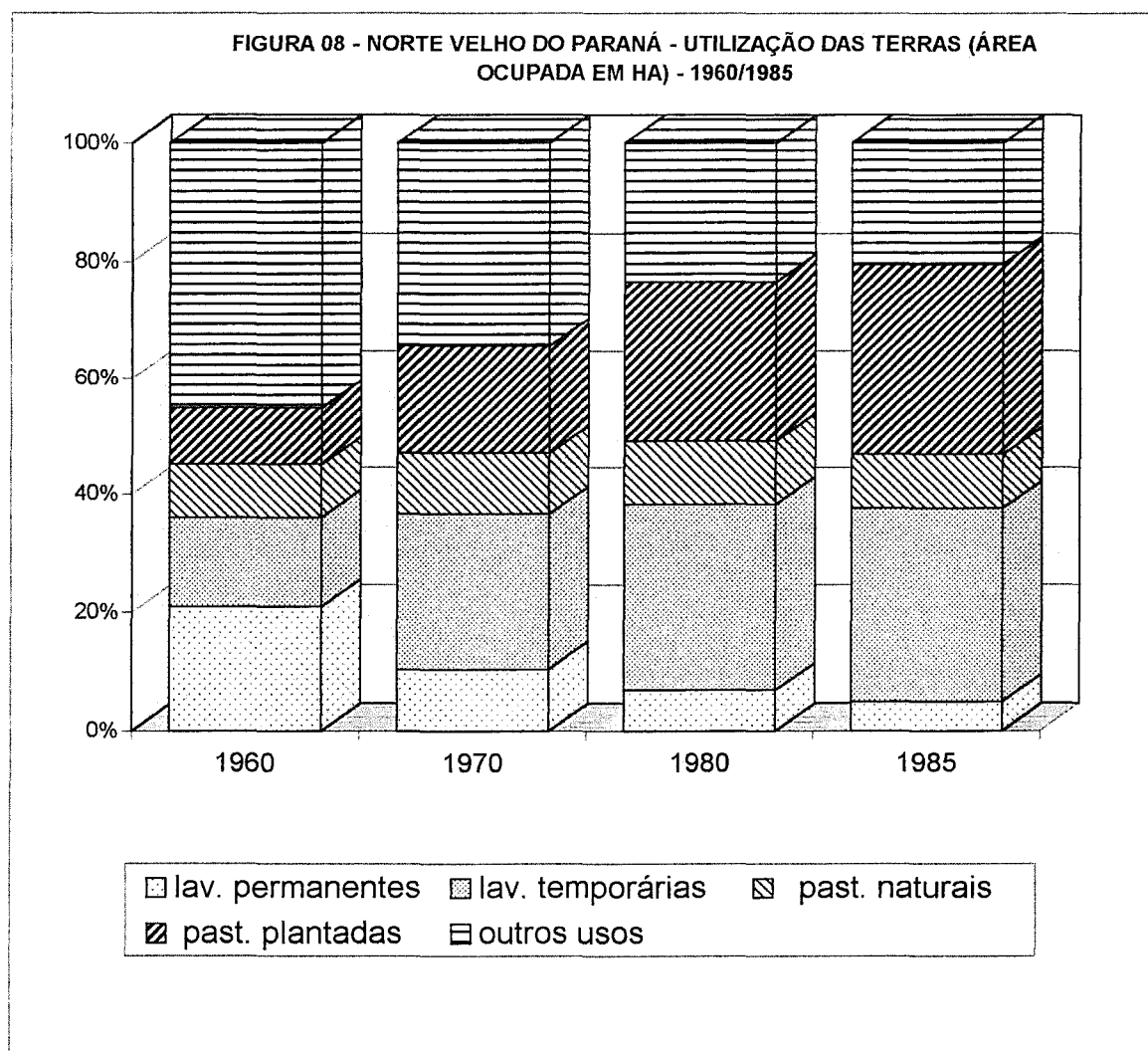
Conforme a Tabela 02 e Figura 08, verifica-se que em 1960, excluindo-se da análise os outros usos, havia um pequeno predomínio das lavouras permanentes, porém, ocupando somente 21% da área. Por outro lado, as lavouras temporárias e pastagens também tinham importância significativa, representando 15,1% e 20% respectivamente

TABELA 02 - NORTE VELHO DO PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM HA) - 1960/1985

anos	lav. permanentes		lav. temporárias		past. naturais		past. plantadas		outros usos (1)		total(2)	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
1960	330.821	20,95	238.447	15,10	144.909	9,18	154.065	9,76	710.758	45,01	1.579.000	100
1970	165.792	10,50	413.056	26,16	165.556	10,48	290.093	18,37	544.503	34,48	1.579.000	100
1980	108.925	6,90	496.080	31,41	172.747	10,94	431.121	27,30	370.469	23,46	1.579.342	100
1985	78.076	4,94	515499	32,64	146833	9,30	515137	32,62	323.797	20,50	1.579.342	100

(1) Inclui matas, terras em descanso, terras produtivas não utilizadas, terras inaproveitáveis, áreas urbanas, etc.

(2) Se refere a área total da região



A partir de 1970 a situação se altera completamente, já que passa a predominar as pastagens com quase 29% da área, seguida das lavouras temporárias com 26,16%. As lavouras permanentes apresentam uma perda significativa, caindo para apenas 10,5% da área ocupada. Esta situação se torna mais intensa nos anos de 1980 e 1985, com o criatório representando uma alternativa para a cafeicultura de baixa produtividade.

1.4.1.2. Origem da população

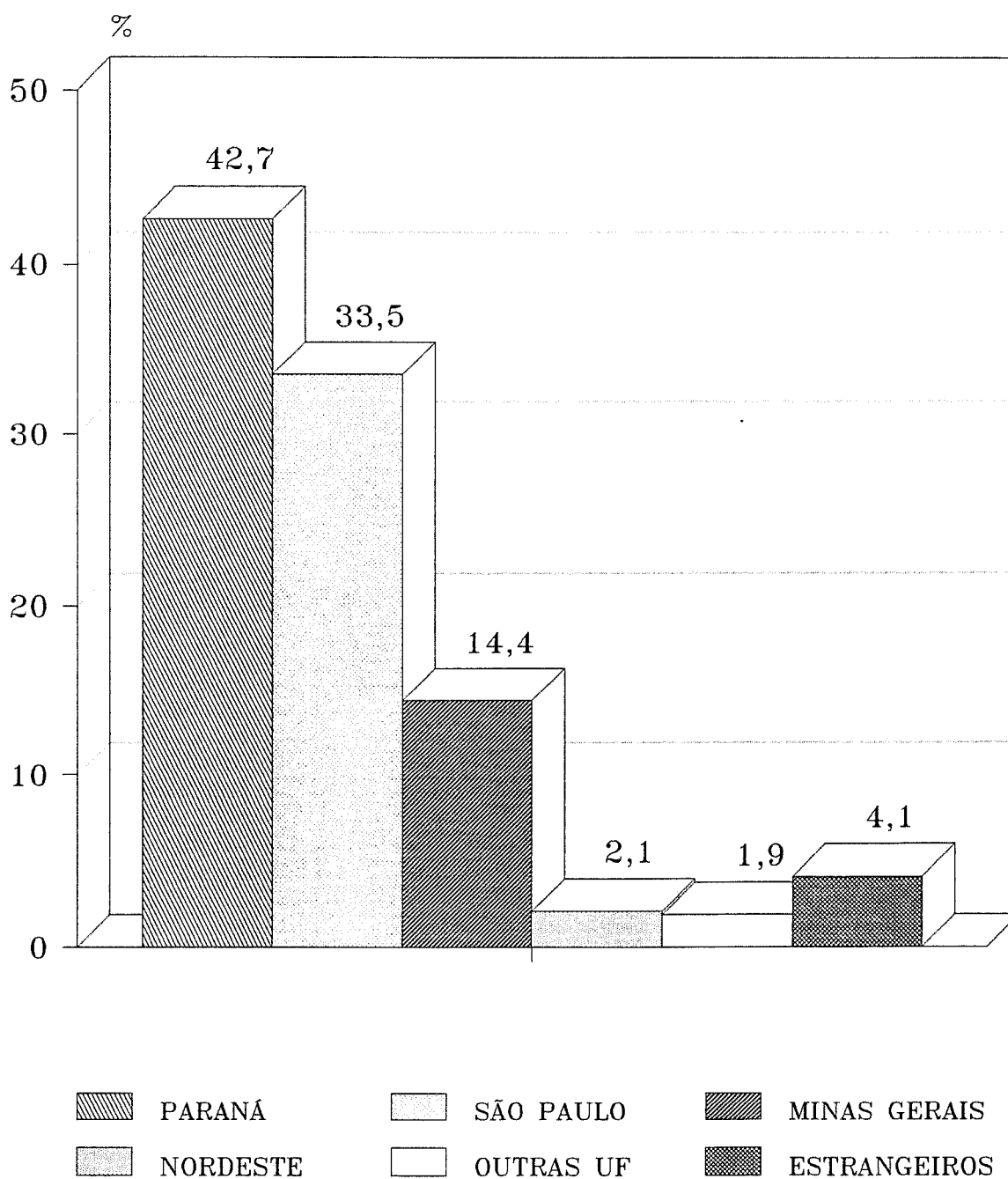
Quanto à origem da população do Norte Velho, WACHOWICZ (1987, p.161 e seguintes), faz um estudo, com base no levantamento dos registros de casamentos nos cartórios de toda a região. No período estudado, 1884 a 1950, o autor constatou a presença de 42,7% de paranaenses, seguido de paulistas com 33,5% e mineiros, 14,4%.(Figura 09)

Verificando a situação no decorrer do período, constata-se que de fato, a população começa a aumentar de forma significativa a partir da década de 1920. Até por volta de 1910 há um certo equilíbrio entre paulistas e paranaenses, no entanto a partir desta data a população de origem paranaense passa a ser nitidamente majoritária (Figura 10).

Na Figura 11, que mostra a situação em termos relativos, esta tendência aparece de forma mais clara, destacando-se alguns aspectos. O primeiro é que no final do século XIX há uma participação importante dos mineiros na composição da população. Outro aspecto, é que no início do século XX aumenta a participação de paulistas. Por fim, observa-se que a partir da década de 30, volta a crescer a participação de mineiros e paulistas.

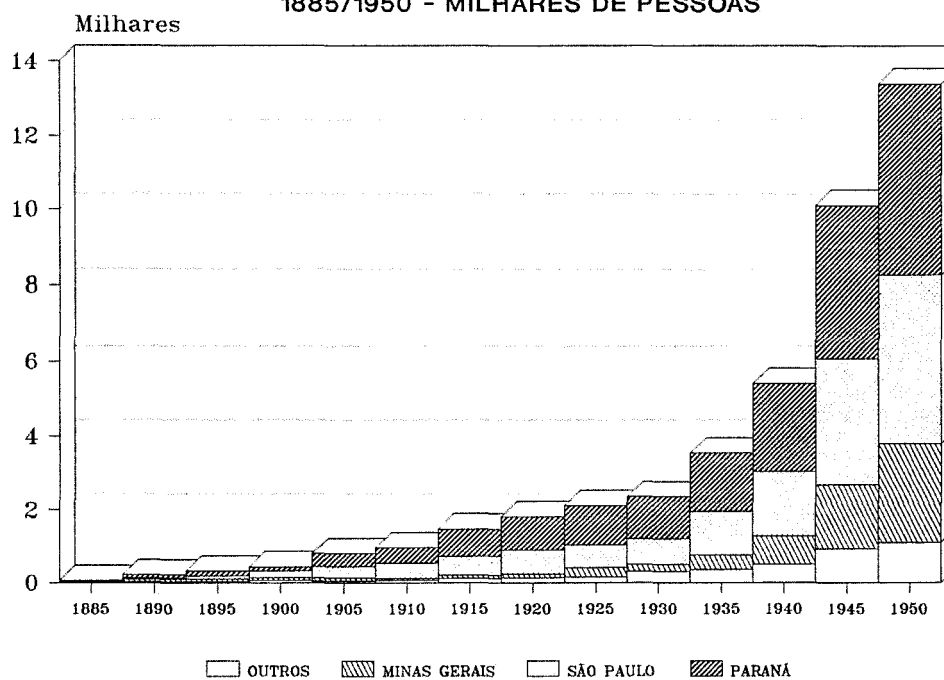
Outro aspecto destacado pelo autor, é como se distribui espacialmente esta população. As Figuras 12, 13 e 14, refletem esta situação. Ou seja, a população de origem paranaense se concentrou na parte sul da região, mais próxima do chamado Paraná Tradicional. Quanto aos paulistas, ocorre o inverso, isto é, se concentraram nas margens do Paranapanema. Por sua vez, os mineiros concentraram-se na parte noroeste e central da região.

**FIGURA 09-NORTE VELHO: PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO
TOTAL DE PESSOAS POR ORIGEM ENTRE 1884/1950**



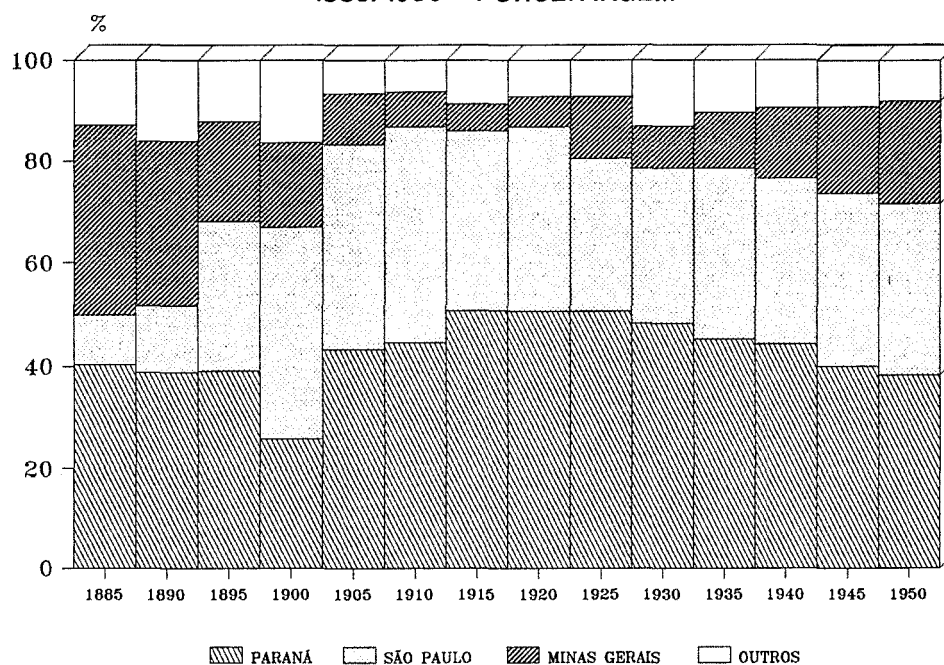
FONTE DOS DADOS: WACHOWICZ(1987)

**FIGURA 10 - NORTE VELHO - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO
1885/1950 - MILHARES DE PESSOAS**



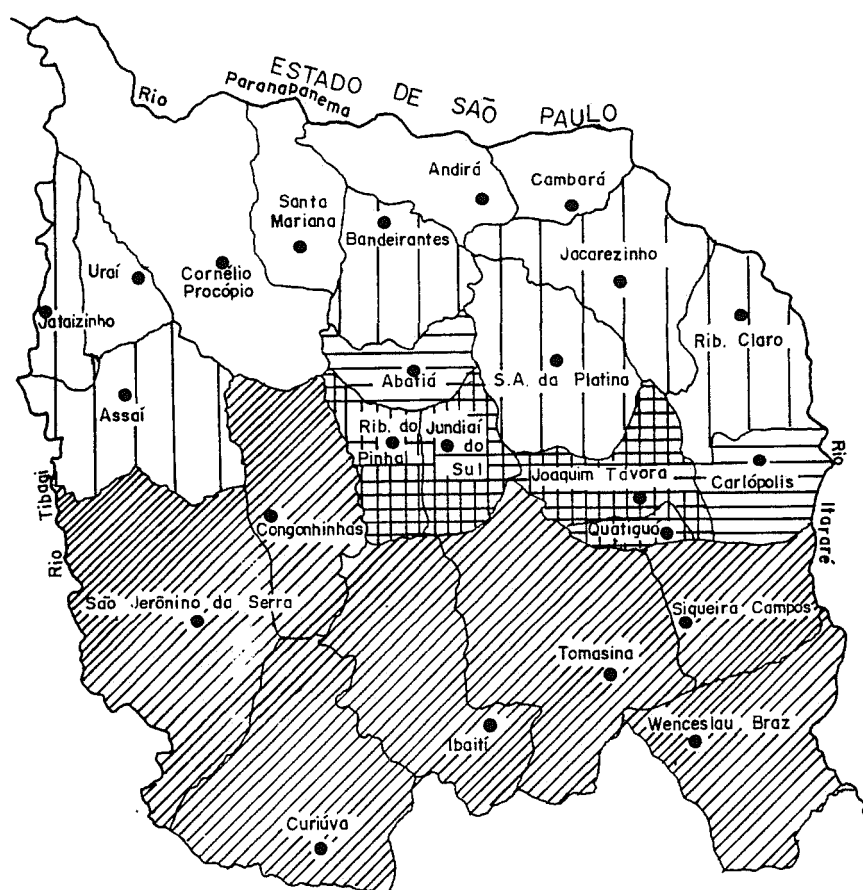
FONTE DOS DADOS: WACHOWICZ(1987)

**FIGURA 11 - NORTE VELHO - PROCEDÊNCIA DA POPULAÇÃO
1885/1950 - PORCENTAGEM**



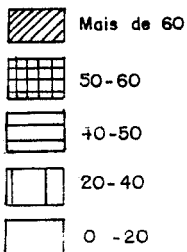
FONTE DOS DADOS: WACHOWICZ(1987)

FIGURA 12-NORTE PIONEIRO: PORCENTAGEM DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE ATÉ 1950



LEGENDA :

POPULAÇÃO PARANAENSE %



FONTE :

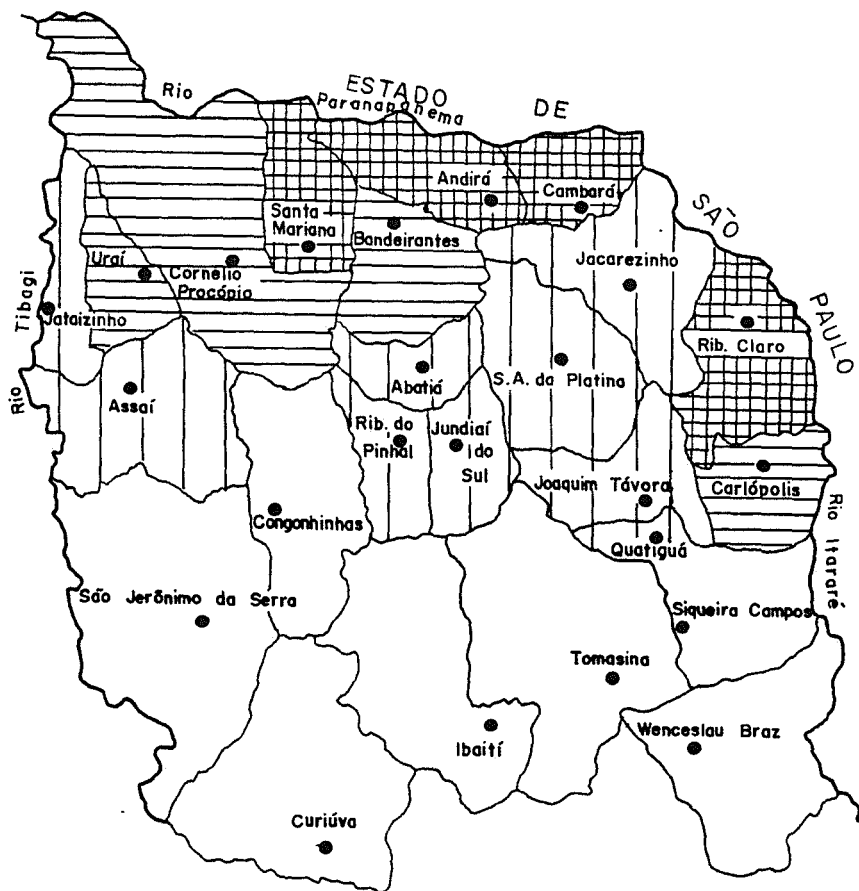
NACHONICZ, R. C. - 1987

DESENHO :

BUCHÉ, M. W.


FERREIRA JR., O.


FIGURA 13 - NORTE PIONEIRO: PORCENTAGEM DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PAULISTA ATÉ 1950





LEGENDA :

POPULAÇÃO PAULISTA %

 50 - 60

 40 - 50

 20 - 40

 0 - 20

FONTE :

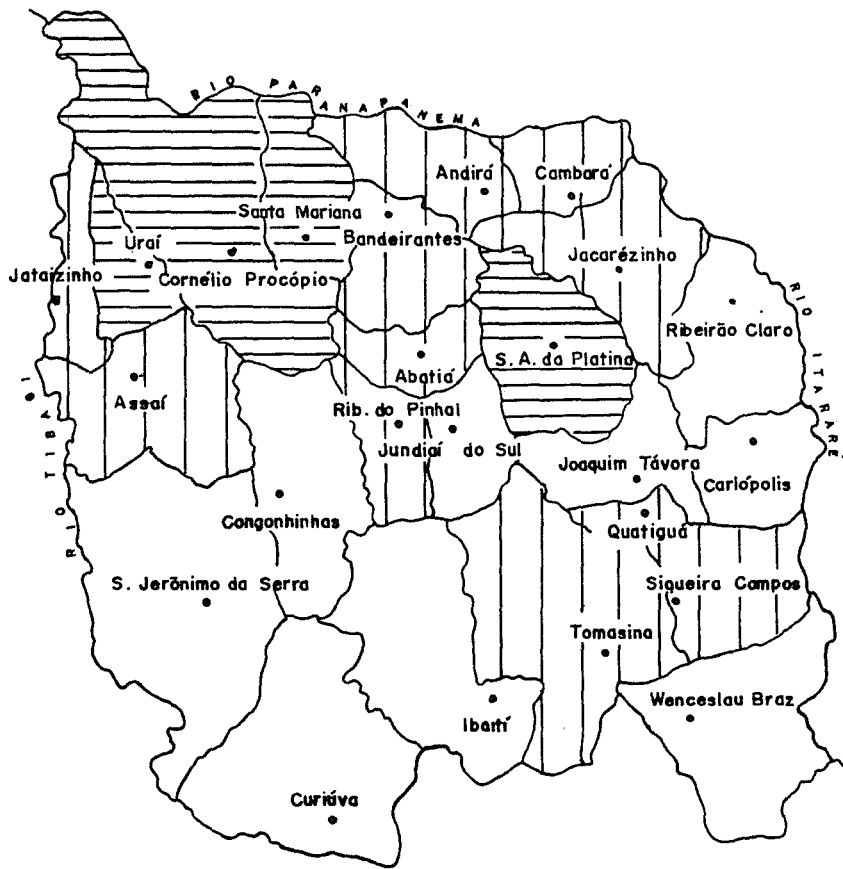
NACHONICZ, R.C. - 1987

DESENHO :

BUCHE, M.W.

FERREIRA JR., O.

FIGURA 14
NORTE PIONEIRO: Porcentagem da distribuição da população mineira até 1950



LEGENDA :
POPULAÇÃO MINEIRA %

- 20 - 30
- 10 - 20
- 0 - 10

FONTE :
NACHOWICZ, R.C. - 1987

DESENHO :
BUCHE, M.W.
FERREIRA, O. JR.

Verificando os dados do IBGE para o ano de 1970, percebemos que uma parte muito pequena da população era composta por estrangeiros (em torno de 1%). Conforme a Tabela 03 e Figura 15, considerando que boa parte da população que tem naturalidade no estado do Paraná podem ter nascido na própria região, configura-se a importância que tiveram os mineiros e paulistas na colonização da região, representando respectivamente 12,8% e 13,7% da população.

O avanço da frente pioneira, com seus agentes e impulsionada pela cafeicultura, faziam com que as terras do Norte do Paraná se constituíssem em mercadoria, tinham preço de mercado e como tais, eram adquiridas. O café tornaria mercadoria as terras da região. E o Norte Velho possibilitava agora, a ocupação do Norte Novo.

1.4.2. O Norte Novo

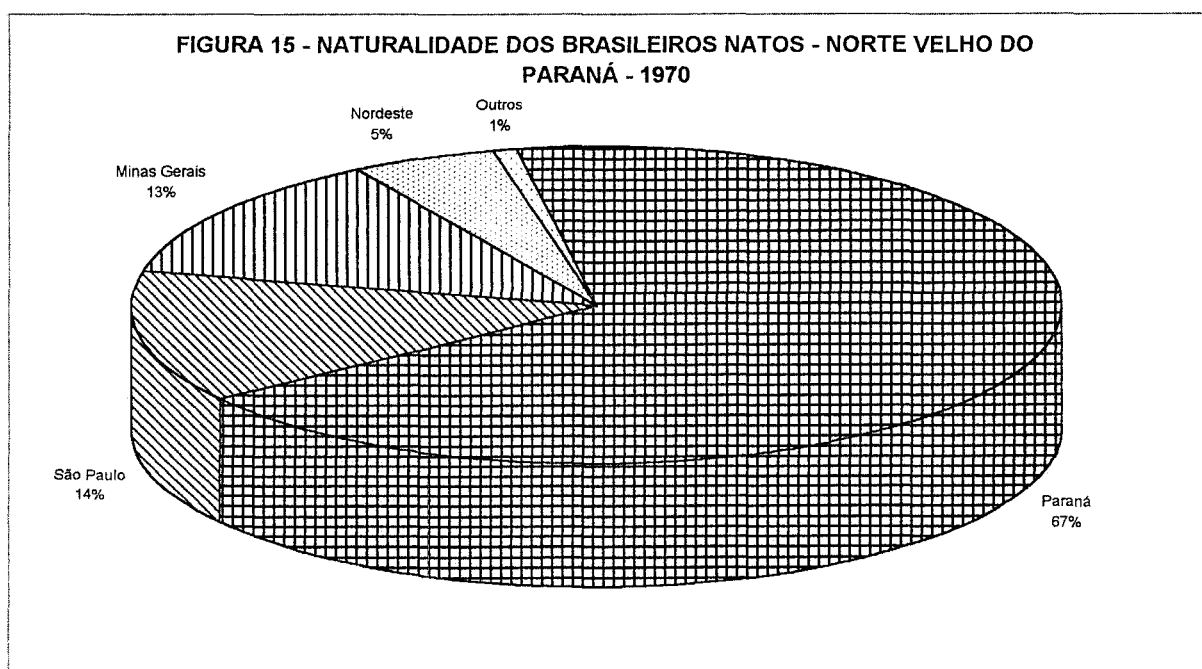
O processo de ocupação do chamado Norte Novo, aconteceu de uma maneira muito rápida e pode ser caracterizado fundamentalmente, como uma colonização de tipo capitalista. Nestes termos, na maioria da bibliografia sobre o assunto, a ênfase maior, quando não única, é sobre a ação da Companhia de Terras Norte do Paraná. No entanto, apesar de tal companhia ter exercido um papel importante, houve outras iniciativas na área. O governo do Estado teve papel importante neste processo, uma vez que através de várias políticas de colonização proporcionou a incorporação das terras livres pelo capital. Embora interrelacionadas, e embora na maioria das vezes ocorrendo ao mesmo tempo, cada uma destas políticas marcou predominantemente um período da ocupação do Norte Novo pela propriedade privada do solo. Desta forma temos:

- a) De 1920 a 1930: as concessões de grandes áreas de terras devolutas a particulares, para que estes as dividissem em lotes e as vendessem aos colonos interessados;
- b) A partir de 1929: ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que possuindo grande quantidade de terras no Norte Novo, organizou um empreendimento imobiliário de grandes dimensões;

TABELA 03 - NATURALIDADE DOS BRASILEIROS NATOS DO NORTE DO PARANÁ - 1970

MICRORREGIÕES	N A T U R A L I D A D E											
	São Paulo		Minas Gerais		Paraná		Nordeste		Outros		Total	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
NORTE VELHO DE WENC. BRAZ	18.941	9,51	24.058	12,08	150.897	75,76	3.565	1,79	1.717	0,86	199.178	100,00
NORTE VELHO DE JACAREZINHO	62.556	16,25	51.372	13,34	248.807	64,62	18.775	4,88	3.545	0,92	385.055	100,00
ALGODOEIRA DE ASSAÍ	14.304	12,58	13.589	11,95	72.637	63,87	11.814	10,39	1.379	1,21	113.723	100,00
TOTAL DO NORTE VELHO	95.801	13,73	89.019	12,75	472.341	67,67	34.154	4,89	6.641	0,95	697.956	100,00
NORTE NOVO DE LONDRINA	162.053	24,14	71.472	10,65	364.791	54,34	59.533	8,87	13.491	2,01	671.340	100,00
NORTE NOVO DE MARINGÁ	78.820	25,15	33.050	10,55	169.522	54,09	22.278	7,11	9.746	3,11	313.416	100,00
NORTE NOVO DE APUCARANA	63.101	13,77	82.878	18,09	271.674	59,30	27.575	6,02	12.906	2,82	458.134	100,00
TOTAL DO NORTE NOVO	303.974	21,07	187.400	12,99	805.987	55,86	109.386	7,58	36.143	2,50	1.442.890	100,00
NORTE NOVISSIMO DE PARANAVÁ	82.953	24,97	26.228	7,90	155.812	46,91	54.600	16,44	12.591	3,79	332.184	100,00
NORTE NOVISSIMO DE UMUARAMA	141.397	21,92	72.240	11,20	322.938	50,07	85.943	13,33	22.420	3,48	644.938	100,00
CAMPO MOURÃO	78.204	14,77	82.105	15,51	293.455	55,44	55.251	10,44	20.323	3,84	529.338	100,00
TOTAL DO NORTE NOVISSIMO	302.554	20,08	180.573	11,99	772.205	51,26	195.794	13,00	55.334	3,67	1.506.460	100,00
TOTAL DO NORTE DO PARANÁ	702.329	19,26	456.992	12,53	2.050.533	56,22	339.334	9,30	98.118	2,69	3.647.306	100,00

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970



c) Começando no início dos anos de 1940, as colônias estaduais se estenderiam até o fim da ocupação da região, depois de 1960. Nesta época, o Estado repassaria as áreas remanescentes para pequenas companhias particulares.

1.4.2.1. Concessões de terras devolutas a particulares

Ao mesmo tempo em que o Terceiro Planalto começava a ser penetrado pelo Sul e aumentava o afluxo populacional para o Norte Velho, as terras roxas a oeste do Tibagi eram cobiçadas para o plantio do café. De fato, a expansão da cafeicultura provocou da parte dos capitais particulares um grande interesse pela colonização destas terras.

Aliado a isto, o governo do Estado do Paraná desde o ano de 1891, quando a primeira Constituição Republicana, em seu Artigo 64, atribuiu aos Estados a competência de legislar sobre terras devolutas manifestava preocupação na colonização destas terras, visando o aumento da receita estadual (através da venda de terras e do incremento da cafeicultura). Conciliando tais interesses, o governo do Estado muda a política agrária, favorecendo a formação de empresas colonizadoras. Tratava-se de incentivar a colonização dirigida, concedendo terras a empresas para que estas, mediante a especulação com a venda, compensassem o investimento com a abertura de estradas.

Um primeiro passo desta política foi dado em 1893 quando o governo paranaense edita o Ato número 35 em que institucionaliza a mercantilização das terras devolutas e estabelece os preços que deveriam ser comercializadas. Estas terras foram classificadas em primeira, segunda e terceira ordens, segundo critério que levou em conta distância de vias de comunicação e de cidades, vilas e povoados. Em 1912, através da Lei 1147, os preços das terras foram elevados, mantendo-se entretanto o mesmo critério de classificação. O Artigo 1. desta Lei estabelece o preço das terras: a) Terras de primeira ordem: 9\$000 a 10\$000 por ha; b) Terras de segunda ordem: 8\$000 a 8\$999 por ha; c) Terras de terceira ordem: 7\$000 a 7\$999 por ha; d) Terras para empresas industriais: 4\$000 a 4\$999 por ha. (SERRA, 1992, p.84).

Praticamente todas as terras do Norte do Paraná foram classificadas posteriormente como sendo de terceira ordem.

É neste contexto que a partir da Lei n.1642, de 5/5/1916, vários contratos foram assinados entre o Governo estadual e os interessados em obter concessões. Estas se deram principalmente nas áreas de terra roxa, cuja fertilidade, combinada com a prévia ocupação do Norte Velho e do lado paulista do Paranapanema com café, prometia o afluxo de capitais e mão-de-obra, acenando aos concessionários a valorização crescente daqueles terrenos.

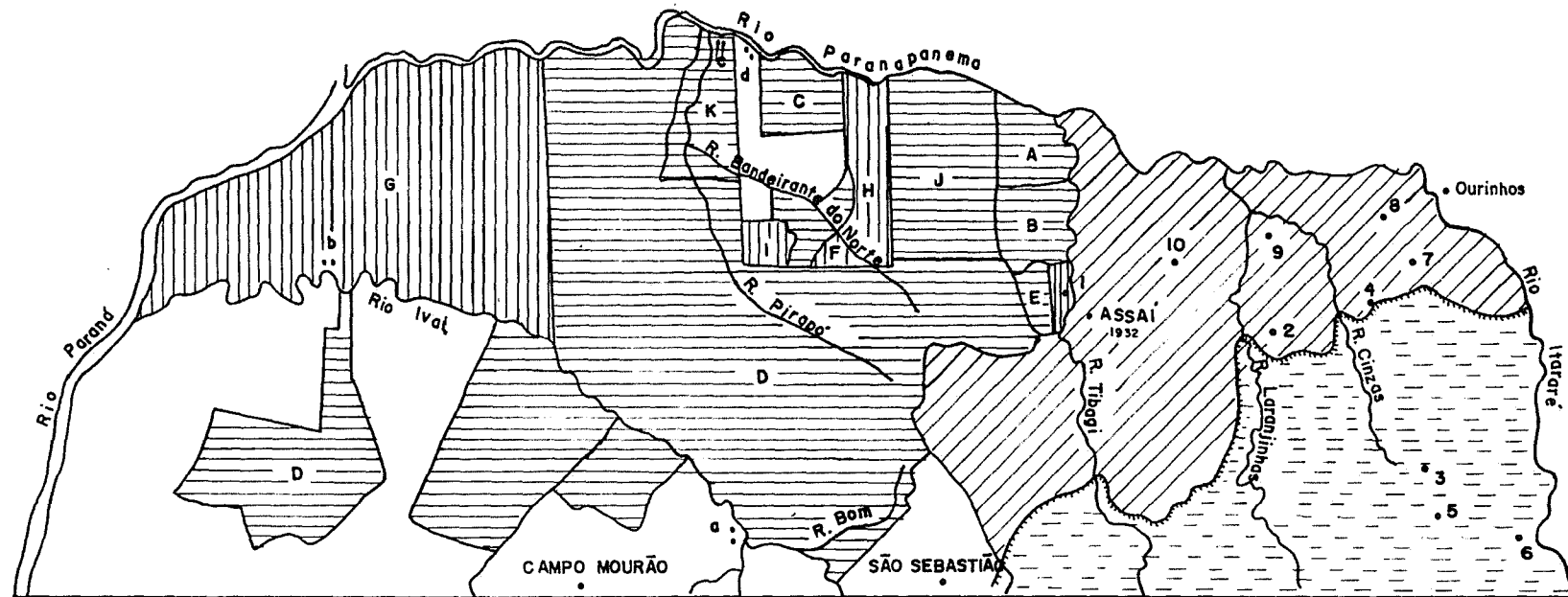
A esse tempo, a arremetida pioneira do café transmudava-se, em São Paulo. Já não estavam à sua frente simples fazendeiros, mas decididos homens de negócios de mãos dadas à finança internacional. Comprar terras virgens para cobrir de cafezais passara a ser objetivo de poderosas empresas comerciais (manobrando, via de regra, vultuosos capitais estrangeiros), ou de capitalistas pouco experimentados nas lidas do campo, porém de aguçado tirocinio especulativo...O comando da marcha pioneira enfeixava-se nas mãos dos financiadores, que também haviam empolgado a direção das empresas de transportes, ferroviárias e rodoviárias, além das organizações exportadoras. Com a venda dos lotes ainda em estado de floresta realizavam lucros, logo mais renovados com os fretes dos transportes para, finalmente, serem multiplicados mediante a exportação. (FONSECA, 1953, p.37, apud LOPES, 1982, p.68).

Desta forma, desde 1919 duas glebas de 50.000 hectares, aproximadamente, foram concedidas pelo governo. Uma a CORAIN & CIA., denominada Primeiro de Maio, situada à margem esquerda do Tibagi, entre o Paranapanema e o ribeirão Biguá. A outra à Leopoldo de Paula Vieira, chamada Sertanópolis, ia deste ribeirão até o divisor de águas dos rios Cágados e Abóboras. (Figura 16)

A colonização destas glebas foi projetada visando a aproveitar as terras roxas dos espigões para o plantio do café. Seu loteamento foi feito de maneira que os lotes tivessem como divisor os espigões e os cursos d'água, embora em muitos deles, tal regra não tenha sido seguida. As propriedades eram de tamanho variável: pequenas chácaras ao redor dos núcleos urbanos, vindo depois sítios e, nas partes altas, principalmente nas cabeceiras, pequenas fazendas (de mais de 300 ou 400 hectares). (Figura 17)

A ocupação começou pela Colônia Primeiro de Maio, em 1923, e rapidamente se povoou esta gleba, cujas comunicações se faziam diretamente com o estado de São Paulo, transpondo o Paranapanema por meio de balsas. No ano seguinte, o concessionário de Sertanópolis começou o povoamento de suas terras, aproveitando-se das balsas e vias de comunicação da colônia vizinha. Em função do progresso do povoamento da zona rural, cresceu rapidamente a sede da Colônia Sertanópolis, cujas primeiras construções datam de 1924. Fato que contribuiu para isto foi a obrigação dos compradores de lotes rurais, de construir um prédio na área urbana, em lote que lhe era cedido gratuitamente.

FIGURA 16 - COLONIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ



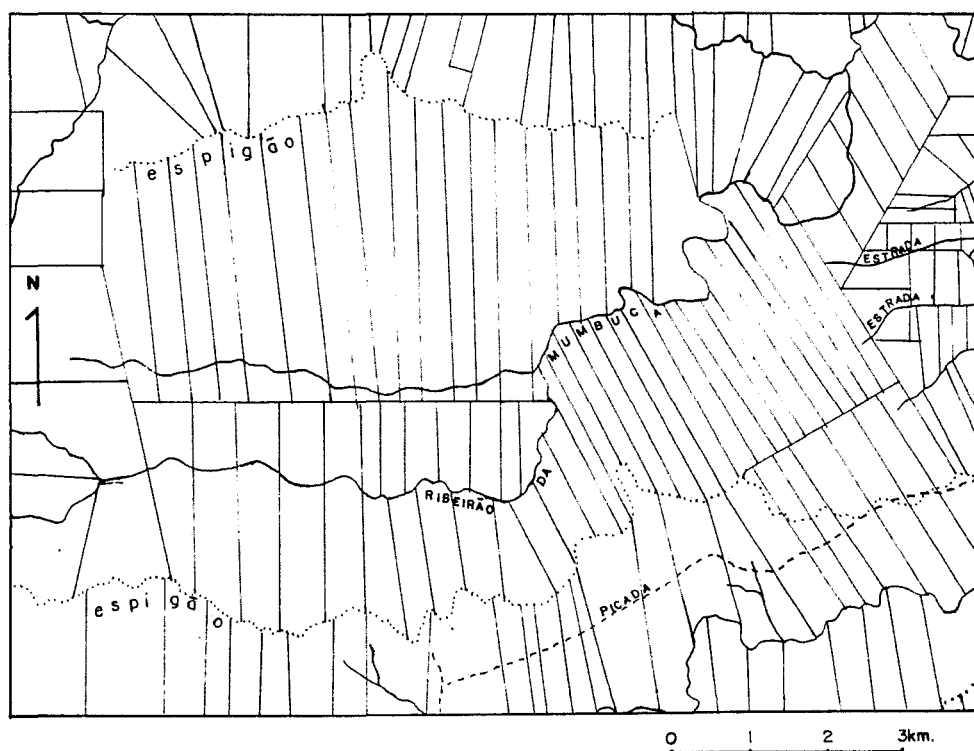
10 0 10 20 30 40 50 Km.
Escala

Colonização recente não dirigida na área de Cinzas (I)
 Colonização recente não dirigida no planalto, a Leste do Tibagi (II)

Colonização recente dirigida de iniciativa particular (III)
 Colonização recente dirigida de iniciativa oficial (IV)

Ruínas das Missões: a) ruínas de Vila Rica; b) ruínas Jesus Maria; c) ruínas Loreto; d) ruínas de Santo Inácio
I - 3) Siqueira Campos; 4) Santo Antônio da Platina; 5) Venceslau Brás; 6) São José da Boa Vista
II - 1) Jataí; 2) Araiporanga (ex São Jerônimo da Serra); 7) Jacarezinho; 8) Cambará; 9) Bandeirantes; 10) Cornélio Procópio
III - A) Colônia Primeiro de Maio; B) Colônia Sertanópolis; C) Colônia Zacarias de Góis; D) área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná; E) Colônia Ibiporã; J) Colônia Floresta; K) Colônia Pirapó (ex concessão Marcondes)
IV - F) Colônia Içara; G) Colônia Paranavaí; H) Colônia Jaguapitã; I) Colônia Centenário

FIGURA 17 - EXEMPLO DE LOTEAMENTO NA
COLÔNIA SERTANÓPOLIS



OBS.: TRÊS TIPOS DE PROPRIEDADE PODEM SER OBSERVADOS NESTA PLANTA PARCIAL DA COLÔNIA:

- 1) PEQUENAS PROPRIEDADES - CHÁCARAS - QUE REVELAM A PROXIMIDADE DA CIDADE, SITUADA POUCO MAIS A LESTE;
- 2) SÍTIOS ALONGADOS, LIMITADOS GERALMENTE PELOS CURSOS D'ÁGUA E O ESPIGÃO - SISTEMA POSTERIORMENTE USADO COMO REGRA PELA C.T.N.P.;
- 3) PROPRIEDADES MAIORES - PEQUENAS FAZENDAS DE 300-400 HECTARES - OCUPANDO AS TERRAS MAIS ALTAS E DESTINADAS ESPECIALMENTE À CULTURA CAFEIEIRA

FONTE :
BERNARDES, L.M.C. - 1953

DESENHO :
BUCHE, M.W.
FERREIRA JR.,O.

Outras concessões foram obtidas por particulares à margem do Paranapanema, porém, não resultando em povoamento imediato, tendo sido muito lentos os progressos registrados. Trata-se das glebas cedidas a Manuel Firmino de Almeida (colônia Zacarias de Goes), Antonio Alves de Almeida (Nova Bahia) e à Companhia Marcondes (Pirapó)(vide Figura 16), onde a colonização foi apenas iniciada, sem grande êxito, em parte pela dificuldade de acesso, pois, cada uma delas se comunicava diretamente com São Paulo, transpondo o vale do Paranapanema. As Colônias Nova Bahia e Pirapó reverteram para o domínio do governo em 1934. Outras duas glebas criadas foram as denominadas Floresta e Indianópolis, sendo que esta última foi dividida em fazendas de café e, uma parte foi cedida à Cia. de Terras Norte do Paraná que a colonizou.

Com a Revolução de 1930, no Paraná o interventor suspende quase todas as antigas concessões. A Companhia de Terras Norte do Paraná (tomada impropriamente como concessão) e a de Beltrão constituíram as duas únicas exceções. Com isso, retornaram ao patrimônio do Paraná grandes extensões de terras- mais de 2.300.000ha.

Fazendo um levantamento dos títulos de propriedade de terras expedidos nas áreas das concessões do Norte do Paraná, LOPES (1982, p.79 e seguintes), apresenta as tabelas 04 e 05, as quais revelam alguns dados interessantes. Na Tabela 04, verifica-se que boa parte dos títulos de propriedade concedidos no período, foram no norte do Estado, destacando-se o ano de 1928, com 70,2%. Fato importante informado pela autora, é que no período analisado, 1923 a 1929, todos os títulos de propriedade definitivos referentes às concessões, diziam respeito a terras localizadas no norte do Estado, mais precisamente no Norte Novo. Quanto a área concedida, podemos notar que a situação se altera, em função da concessão de propriedades de tamanho maior nas outras áreas do estado.

Isto não quer dizer que tenha havido um predomínio absoluto da pequena propriedade nestas concessões, pois, quanto a área média das mesmas, verifica-se que houve uma variação de 81,1 ha a 459,6 ha, ou seja, sugere a criação de médias e grandes propriedades. A Tabela 05 traz os dados discriminado pelas concessões. Nestas, podemos verificar o pequeno número de lotes regularizados nos anos analisados, assim como um acentuado aumento do tamanho destes lotes nos dois últimos anos, passando a área média de 81,1 para 107,4 ha. Como se percebe, as maiores áreas ocorrem principalmente nas colônias Zacaria de Góes e Indianópolis

TABELA 04 - TÍTULOS DE TERRAS (1) EXPEDIDOS PELO GOVERNO DO ESTADO NA ÁREA DAS CONCESSÕES DO NORTE DO PARANÁ - 1923-1929

ANOS	TÍTULOS DE PROPRIEDADE				
	CONCESSÕES DO NORTE DO PARANÁ			% SOBRE O TOTAL DO ESTADO(2)	
	No.	ÁREA(HA)	ÁREA MÉDIA(HA)	No.	ÁREA
1923	111	12212	110.0	46.1	7.3
1925	184	17012	92.5	58.4	3.2
1926	290	23515	81.1	67.4	33.9
1927	281	30174	107.4	64.9	52.3
1928	144	66185	459.6	70.2	47.0
1929	144	25477	176.9	46.8	31.9

FONTE: LOPES (1982, p.79)

Obs: (1) Títulos definitivos

(2) Inclui, além dos títulos relativos a concessões, os referentes a venda de terras devolutas, a venda de lotes coloniais, etc.

Seja como for, estas antigas concessões e principalmente a obra colonizadora em Primeiro de Maio e Sertanópolis, como coloca BERNARDES (1953, p.363), se traduziu pela abertura de uma frente pioneira independente da que, tendo por base Ourinhos, fez a penetração de leste para oeste. O êxito desses dois empreendimentos tem grande importância na história do povoamento do Norte do Paraná, pois foram estas as primeiras tentativas de colonização a oeste do Tibagi.

TABELA 05 - NORTE NOVO DO PARANÁ - NÚMERO TOTAL E ÁREA DOS LOTES VENDIDOS PELAS CONCESSÕES PARA COLONIZAÇÃO (1) SEGUNDO OS CONCESSIONARIOS - 1923, 1926 E 1927

CONCESSÕES	1923					1926					1927				
	LOTES		ÁREA(HA)		ÁREA MÉDIA(HA)	LOTES		ÁREA(HA)		ÁREA MÉDIA(HA)	LOTES		ÁREA(HA)		ÁREA MÉDIA(HA)
	No.	%	No.	%		No.	%	No.	%		No.	%	No.	%	
1. Corain & Cia. (Colônia Primeiro de Maio)	10	9	411,4	3,4	41,1	63	21,7	5030,7	21,4	79,9	12	4,3	911,9	3	76
2. Antonio Alves de Almeida (Colônia Nova Bahia)	101	91	11800,2	96,6	116,8	95	32,8	7635	32,5	80,4	73	26	7685,9	25,5	105,3
3. Leopoldo Paula Vieira (Colônia Sertanópolis)	-	-	-	-	-	107	36,9	7635	32,5	71,4	105	37,4	11860,2	39,4	113
4. Manoel F. Almeida (Colônia Zacaria de Goes)	-	-	-	-	-	25	8,6	2093,3	8,9	83,7	31	11	5327,5	11	171,9
5. Francisco G. Beltrão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	11,6	4842,4	16	118,1
6. João L.P. Silva (Colônia Indianópolis)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	3,2	1546	5,1	171,8
TOTAL	111	100	12211,6	100	110	290	100	23515	100	81,1	281	100	30174	100	107,4

OBS.: (1) Trata-se somente dos lotes para os quais foram expedidos títulos definitivos de propriedade pelo Governo do Estado

1.4.2.2. A Companhia de Terras Norte do Paraná

A colonização mais intensiva da região, em moldes capitalistas, vai ocorrer principalmente após o ano de 1929, em função da ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês (mais tarde vendida a capitalistas brasileiros e tendo seu nome alterado para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná)¹³

O surgimento desta empresa tem uma relação direta com a chamada Missão Montagu. Esta missão foi imposta ao governo brasileiro, tendo como função vasculhar toda a estrutura e situação econômico-financeira do Brasil. Era chefiada por Edwin Samuel Montagu, antigo secretário das Finanças do Tesouro, sendo os demais membros, Charles Addir, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Bank; Lord Lovat, homem de vultuosos interesses em terras e plantações de algodão; Hartley Withers, antigo editor do *The Economist*; e sir William McLintok, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria. (FRITSCH, W, 1980, p.724, apud TOMAZI, 1989, p.88).

Na imprensa brasileira da época, se por um lado, havia a denúncia contra a ingerência de outros países na economia nacional, havia também aqueles órgãos que acabavam por retratar o pensamento da elite nacional e a situação de dependência existente. Conforme o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 01 de janeiro de 1924, citado pela publicação da própria Companhia de Terras, quando a mesma realça a "importância" da Missão Montagu para o Brasil,

...Para isso, todos sabem, não poderá dispensar o capital estrangeiro e se há paiz que, pela opulência de sua economia, possa francamente merecer esse auxilio, com as maiores garantias, esse é incontestavelmente o Brasil. Não podemos prescindir dos mercados monetários das velhas nações. Mas, para isso é essencial que se saiba quanto vale realmente o Brasil, quaes as forças poderosas que dispõe e pode offerecer ao capitalismo estrangeiro e é também essencial que à vista de taes forças econômicas se dissipe essa atmosfera que se formou em torno do nome do nosso paiz. Eis o pensamento que inspirou a visita dos ilustres inglezes que hospedamos com especial satisfação... (CMNP, 1975, p.43) (grifo nosso)

No período em que ficou no Brasil, de 30 de dezembro de 1923 a 4 de março de 1924, esta missão produziu um relatório e, quando da publicação do mesmo em Londres, é acompanhado de uma carta do Ministro da Fazenda, Sampaio Vidigal, declarando que o governo brasileiro concordava com todas as conclusões ali apresentadas.

¹³Em muitas passagens do texto nos referiremos à companhia pelas suas siglas, ou seja CTNP ou CMNP

Uma das conclusões desta missão se refere ao papel dos capitais estrangeiros no Brasil, colocando que naquele momento o auxílio do capital estrangeiro era necessário.

Naturalmente que esta posição só vem reforçar uma situação que já ocorria no Brasil a muito tempo e, especificamente no Paraná, como nos relata WESTPHALEN; MACHADO; BALHANA (1968,p.13),

quando da lei de terras, do Paraná, no final do século XIX e princípios do século XX, a conjuntura caracterizava-se pelo interesse dos capitais ingleses, no Brasil, pelos negócios de terras, além de serem os grupos ingleses os principais detentores das concessões de serviços públicos, feitas pelo Governo brasileiro. Um país sem recursos para investimentos, teve que lançar mãos do seu patrimônio de terras, para a implantação de tais serviços.

A construção de estradas de ferro concretiza esse interesse e o controle exercido pelos grupos estrangeiros. Nessa conjuntura imperialista, enquadra-se a concessão de imensas glebas, no Paraná, à Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, em troca da construção da estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, ligando leste-oeste paranaenses...

No que se refere à relação entre a Missão Montagu e a criação da Companhia de Terras Norte do Paraná, um dos seus membros, Lord Lovat além das tarefas vinculadas àquela missão, também representava os interesses, como diretor, da Sudam Cotton Plantations Syndicate. Ou seja, procurava encontrar terras disponíveis e aptas para a plantação de algodão, em substituição à plantação do Sudão, visando abastecer as indústrias de tecelagem da Inglaterra.

Junte-se a isto, o empenho dos grandes fazendeiros de café do Norte Velho, em atrair os ingleses para investir na região em colonização. Ocorre que cedo estes fazendeiros perceberam que não possuíam capitais suficientes para continuar as obras da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná, que estava parada próximo à Cambará. O interesse de Lord Lovat pelas terras foi imediato, e após a recusa por parte do Major Barboza Ferraz em vender seu imenso latifúndio próximo a Cambará, os interesses se voltam para as terras a oeste do Tibagi. Além da fertilidade do solo, as terras eram classificadas pelo governo paranaense como sendo de terceira ordem, ou seja, as de menores preços e, com o prolongamento da estrada de ferro a valorização seria enorme. Nas palavras da CMNP (1975, p.51), reproduzindo o diálogo entre estes capitalistas brasileiros e Lord Lovat,

...se a compra for seguida do prolongamento da estrada de ferro que estamos construindo entre Ourinhos e Cambará, de maneira a garantir para os compradores o escoamento de seus produtos, a valorização das áreas adquiridas pode tornar muito lucrativo o empreendimento. E ilustra suas palavras com o que ocorre ali mesmo,

naquele fim de linha, onde as terras valorizaram até 1000 por cento quando começaram a correr os primeiros trens.

Nestas circunstâncias, já em 1924, os mesmos investidores da Sudam Plantations, fundam em Londres a Brazil Plantations Syndicate Ltda. Porém, em 1925, a empresa inglesa decide separar as atividades relacionadas ao plantio de algodão das de colonização, criando a Paraná Plantations Company, bem como sua subsidiária brasileira a Companhia de Terras Norte do Paraná, cujo os estatutos foram registrados em setembro de 1925. A razão da criação de uma nova empresa era o de levantar fundos de maior vulto, para grandes empreendimentos que se projetassem: de início a compra de terras e as estradas de ferro e de rodagem, necessárias à penetração e a colonização, como elemento de desenvolvimento das plantações e da população (CMNP, 1975, p.54 e seguintes).

Portanto, no Norte do Paraná, nunca chegou a ser tentado o plantio de algodão, como era originariamente a intenção de Lovat quando da procura de terras na região. De fato, desde o início o objetivo girava em torno da especulação imobiliária. As atividades com algodão se restringiram ao estado de São Paulo, porém já em 1928, cessaram todas as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná com o algodão, deliberando pela liquidação da Brazil Plantations e dedicação exclusiva à colonização. Portanto, foi assim que a partir de 1925, no Norte do Paraná, os interesses capitalistas da burguesia inglesa e nacional se uniram, a fim de reproduzir o capital com segurança e rapidez.

Antes mesmo de consolidada a criação das empresas, o grupo de empresários ingleses já se movimentava no sentido de verificar as formas de aquisição de terras no Paraná. Talvez a primeira ação visando este fim, foi ainda levada adiante pela Brazil Plantations (antes da criação da CTNP), que faz um empréstimo à Companhia Marcondes de Colonização Indústria e Comércio, para que esta pudesse colonizar a sua vasta concessão. Para conceder este empréstimo, a Brazil Plantations exige a opção de compra da concessão (como veremos adiante, foram justamente estas, as primeiras terras adquiridas pela Companhia).

Portanto, o caminho já estava preparado, e após a criação da Companhia de Terras Norte do Paraná, de 1925 a 1927 a mesma adquiriu uma quantidade de terras contínuas enorme, perfazendo 515.017 alqueires (1.246.333,8 hectares). Em 1944, uma outra gleba de 29 mil alqueires (70.180 ha) foi adquirida, perfazendo um total de 544.017 alqueires (1.316.521 ha). O detalhamento destas terras adquiridas na primeira etapa é apresentado por LUZ (1980, p.115),

- a) 350.000 alqueires de terras devolutas e incultas, ao Governo do Estado do Paraná, por escritura de 16 de outubro de 1925(...), ao preço legal de 8.000 (oito mil réis) por hectare, totalizando a importância de 6.776:000\$000 (seis mil, setecentos e setenta e seis contos de réis), que seriam pagos 1.000:000\$000 (hum mil contos de réis) no ato da compra e os restantes 5.776.000\$000 (cinco mil, setecentos e setenta e seis contos de réis no prazo de doze anos.
- b) 20.000 alqueires do Dr. Custódio José Coelho de Almeida e 80.000 da Brazil Plantations Syndicate Ltd. que os havia adquirido, na qualidade de cessionários da Companhia Brasileira de Viação e Comércio, do Estado do Paraná. (Estas aquisições foram feitas através de subscrição de ações referentes ao aumento de capital da Companhia, de 13 de março de 1926).
- c) 30.000 alqueires dos quais se tornara cessionária da concessão Alves de Almeida e 15.017 alqueires dos quais se tornara cessionária da concessão Paula e Silva, do governo do estado do Paraná, ao preço de 8\$000 (oito mil réis) o hectare, num total de 871:529\$120 (oitocentos e setenta e hum contos, quinhentos e vinte e nove mil, cento e vinte réis). A companhia pagará aos concessionários primitivos as importâncias respectivas de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis) e 726:550\$000 (setecentos e vinte e seis contos, quinhentos e cinqüenta mil réis). Os títulos de propriedade referentes a estas aquisições foram expedidos pelo estado, a 18 de junho de 1930.
- d) 20.000 alqueires de terras anexas à gleba de 350.000 comprada do estado, adquiridas ao Dr. Francisco Gutierrez Beltrão, ao preço de 60\$000 (sessenta mil réis) o alqueire, perfazendo 1.200:000\$000 (hum mil e duzentos contos de réis). Ao todo a Companhia gastou, incluindo algumas das compras que teve de realizar duplamente, 10.164:079\$120 (dez mil, cento e sessenta e quatro contos, setenta e nove mil, centro e vinte réis).

Continuando as ações no sentido de viabilizar a colonização e valorização de suas terras, a CTNP, ao mesmo tempo que constrói rodovias em direção a São Paulo, em 1928, compra a maioria das ações da Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná. A partir de então, os trilhos avançam rapidamente, chegando em Jataizinho já em 1932 e em Londrina em 1935¹⁴. A Tabela 06 apresentada na publicação BRASIL (1983), é importante para verificarmos tal avanço.

A ferrovia e a rodovia estendiam-se quase paralelamente, ao longo do espigão principal do Norte paranaense, ligando os numerosos núcleos urbanos que iam surgindo rapidamente, pouco distanciados uns dos outros. Pierre MONBEIG (1945, p.15 e seguintes), analisando o papel das rodovias e da ferrovia na ação da Companhia, chama atenção para dois pontos. O primeiro é que a rede de estradas construídas, fazia com que poucas explorações agrícolas se achassem afastadas a mais de três quilômetros de uma grande estrada. Quase sempre construídas seguindo o espigão, facilitam a delimitação dos terrenos, com a disposição dos lotes

¹⁴Na tabela original, consta que os trilhos somente chegaram a Londrina no ano de 1937. no entanto em todas as outras bibliografias aparece o ano de 1935

se articulando lado a lado da estrada como sobre um eixo. Desta forma, conclui que a estrada de rodagem, mais do que a água, decide da constituição da estrutura fundiária.

TABELA 06 - DATA DE CHEGADA DOS TRILHOS DA FERROVIA NOS MUNICÍPIOS DO NORTE DO PARANÁ

MUNICÍPIOS	DATAS	EXTENSÃO (Km)	DISTÂNCIA. ACUMULADA(Km)
OURINHOS	1908		
MARQUES DOS REIS	1908	8	8
CAMBARÁ	1925	22	30
JATAIZINHO	1932	155	185
IBIPORÃ		11	196
LONDRINA	1935	14	210
CAMBÉ		15	225
ROLÂNDIA	1939	11	236
ARAPONGAS			
APUCARANA	1943	33	269
CAMBIRA		14	283
JANDAIA DO SUL		6	289
MANDAGUARI		11	300
MARIALVA		15	315
MARINGÁ	1954	18	333
PAIÇANDU		14	347
CIANORTE	1973	83	430

FONTE: BRASIL (1983)

O segundo aspecto destacado pelo autor é o papel da estrada de ferro, enfatizando não só o seu papel econômico, como também sua importância para o povoamento. Nas suas palavras, *o papel representado pela estrada no delineamento dos lotes nas quais residem os colonos. a estação o exerceu para a localização das aglomerações* (MONBEIG, 1945, p.17).

Acontece que, como aponta o autor, todos os núcleos populacionais da época, estavam localizados à margem da estrada de rodagem e da estrada de ferro e, principalmente, havia uma regularidade de distâncias entre as estações e por conseguinte entre as cidades. São 13 quilômetros de Londrina a Nova Dantzig (atual Cambé), 12 de Nova Dantzig a Rolândia e 15 quilômetros até Arapongas.

...Esta constância é pensada, é o resultado de um plano maduramente concebido. Entre cada estação, colono algum se achará a mais de 5 ou 7 quilômetros de distância, facilíma a ser percorrida a pé e ainda mais a cavalo: o meio mais comum de locomoção. O isolamento econômico e a solidão são, deste modo, muito atenuados...(MONBEIG, 1945, p.17).

Ou seja, a idéia central era de instalar, entre várias cidades pequenas, distanciadas mais ou menos 15 quilômetros uma da outra, um centro de atração econômica - especialmente comercial e de serviços - e assim surgiram Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), mais ou menos equidistantes entre si. Em torno destes centros urbanos, razoavelmente bem dotados de atividades do setor terciário - surgiu mais de uma centena de cidades.

Os dados referentes ao número de viajantes da ferrovia, dá uma idéia da importância da mesma, assim como do aumento do número de passageiros ano a ano: 68.086 em 1931; 50.958 em 1932 (apesar de ter sido interrompido o tráfego por três meses durante a revolução); 99.401 em 1933 e 111.707 em 1934.

Um outro aspecto relacionado à criação dos núcleos populacionais e o papel das rodovias e ferrovias, é apontado na publicação BRASIL (1983, sem numeração de páginas), quando afirmam que no Norte do Paraná, de um modo geral as atividades de beneficiamento, armazenagem e transformação, foram se distribuindo ao longo das vias de acesso que iam sendo implantadas. A causa disto é que a base agrícola desenvolveu-se a partir de um produto de exportação sobre o qual atuavam mecanismos de comercialização situados fora da região, fazendo da ferrovia elemento de integração econômico-espacial e de geração de novas rodovias, cujos traçados definiram as diretrizes de pavimentação rodoviária durante a década de 50 e começo da de 60 (ver Tabela 07 e Figura 18).

TABELA 07 - DATA DE PAVIMENTAÇÃO DOS TRECHOS DAS RODOVIAS DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ

RODOVIAS	T R E C H O S		ANO DE CONCLUSÃO
BR-369	Londrina	- Cambé	1954
	Cambé	- Rolândia	1955
	Ibiporã	- Londrina	1956
	Rolândia	- Arapongas	1956
	Arapongas	- Apucarana	1956
	Jataizinho	- Ibiporã	1959
	Apucarana	- Jandaia do Sul	1960
BR-376	Jandaia do Sul	- Mandaguari	1959
	Mandaguari	- Maringá	1961
	Maringá	- Paranavaí	1968
PR-317	Maringá	- Campo Mourão	1968
PR-323	Maringá	- Umuarama	1970

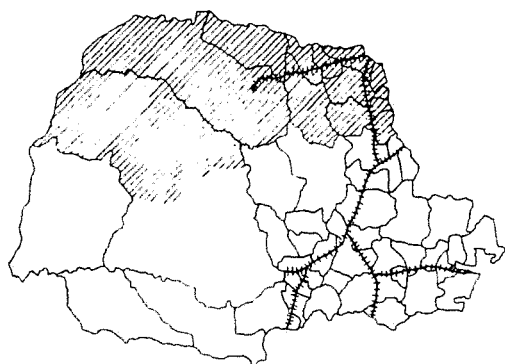
FONTE: (BRASIL, 1983)

A partir de Apucarana, quando a ferrovia foi vendida ao governo federal, a construção da mesma deixou de acompanhar o avanço da ocupação: as vias de penetração passaram a ser as rodovias implantadas pela CTNP, a fim de tornar factível o escoamento da produção e o abastecimento da região.

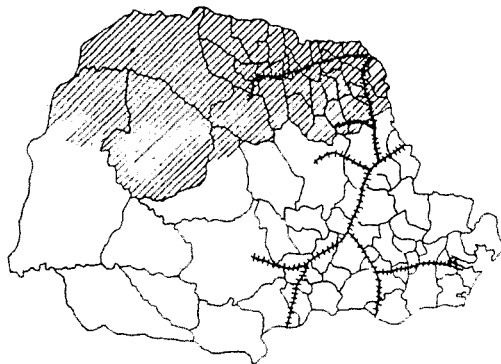
Em julho de 1929, a Companhia tomou a posse efetiva de sua enorme propriedade, através de uma expedição que atingindo suas terras, a 22 Km da margem esquerda do rio Tibagi, fundam o patrimônio Três Bocas. Como coloca LOPES (1982, p.111), *...bater um marco de propriedade na floresta, entre tantas árvores, simboliza a presença irreversível do modo de produção capitalista, que marcaria dali por diante com mais força, o destino das terras e das gentes do Norte Novo...*

Em depoimento de George Graig Smith, sobre esta primeira viagem às terras da Companhia, o mesmo diz que, em seguida, no ano de 1930, foi construída a estrada de rodagem

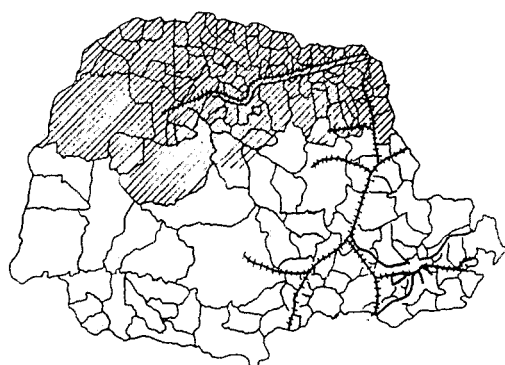
FIGURA 18 - EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA RODOFERROVIÁRIA - 1940/50/60/70



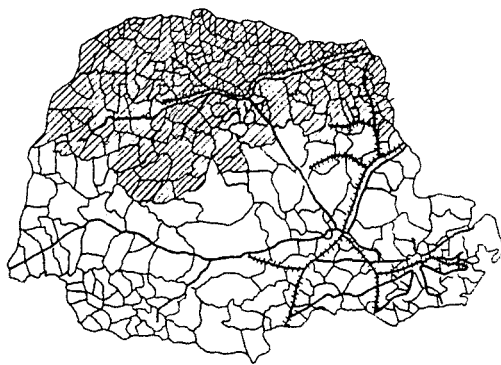
1940



1950



1960



1970

LEGENDA

— RODOVIAS PAVIMENTADAS
 +++++ FERROVIAS

FONTE

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DO PARANÁ
 PLANO DIRETOR DO EIXO LONDRINA - MARINGÁ

DESENHO

BUCHE, M. W.
 FERREIRA JR., O.

entre Jataí e o Patrimônio Três Bocas, cujo nome a esta altura foi mudado para Patrimônio Londrina (CMNP, 1975, p.71). Ai instalados os escritórios da Companhia, começaram os trabalhos de levantamento topográfico e, a seguir, os planos de loteamento, construção de estradas e localização dos núcleos urbanos. A área da Companhia de Terras Norte do Paraná foi dividida em "zonas" que, por sua vez se subdividiram em "glebas" e estas em lotes. Ao todo eram seis zonas: Tibagi, Pirapó, Primitiva, Paranhos, Rio Bom e Ivaí. A colonização se iniciou pelas duas primeiras, mais próximas de Londrina, logo seguidas pela do Rio Bom. A seguir vieram as duas "além Maringá", as de Paranhos e Primitiva e numa última etapa a de Ivaí. (Figura 19).

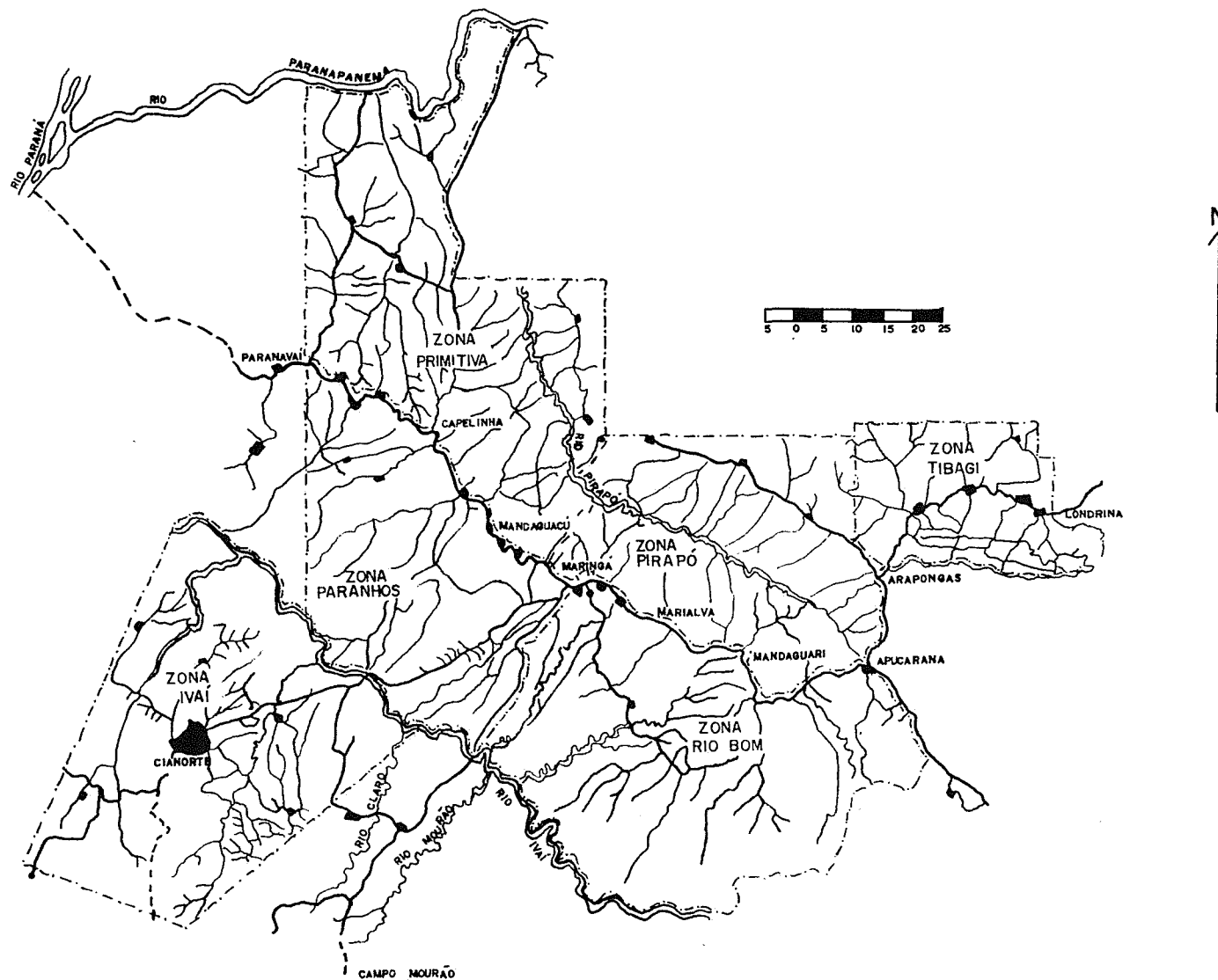
Em geral, os lotes foram divididos de forma alongada, com frente pequena no espigão onde passa a estrada, estendendo-se até os cursos d'água. O tamanho dos mesmos, varia conforme a localização, indo de 1 a 5 alqueires ao redor dos núcleos urbanos; passando depois para a classe de 5 a 10 alqueires e nas áreas mais afastadas, atingem superfícies que vão acima de 10 alqueires. Os dados a respeito das vendas de terras da Companhia revelam que no período de 1930 a 1974, em média as propriedades tinham pouca mais de 13 alqueires. Porém, como veremos mais adiante, também houve a venda de propriedades médias e grandes, as quais acabaram ocupando parcela significativa da área total vendida.

Na maioria dos trabalhos que tratam da ação da Companhia, este conjunto de medidas, tomadas pela mesma (construção de estradas e ferrovias, início de núcleos urbanos e principalmente venda de pequenos lotes rurais), são colocados como uma ação planejada, com a função e objetivo de beneficiar aqueles que chegavam para se instalar. Neste sentido, num interessante trabalho sobre esta questão, TOMAZI (1989, p.157 e seguintes) diz que através do próprio discurso da companhia, reproduzido pelos mais diversos agentes, se constrói um verdadeiro mito em torno da mesma.

Um desses mitos faz uma associação direta entre a colonização do Norte do Paraná e a ação da CTNP/CMNP, ou seja, passa a imagem de que se não fosse a mesma, o Norte do Paraná continuaria desabitado, improdutivo e sem condições de segurança.

A própria análise das frentes de expansão e pioneira no Norte do Paraná, desenvolvida neste trabalho, demonstram que muitos outros agentes participaram do processo de ocupação da região. Portanto, como coloca TOMAZI (1989, p.158), identificar o processo de ocupação da região somente com a ação da companhia é (...) *escamotear e reduzir a diversidade*

FIGURA 19 - ÁREA PERTENCENTE A CIA. DE TERRAS DO NORTE DO PARANÁ



FONTE : MULLER, N.L. - 1956

DESENHO : BUCHE, M.W.
FERREIRA JR., O.

e as contradições geradas no processo de ocupação desta região e sua inserção no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Outro mito, que assume uma intensidade maior, é enxergar a ação da Companhia como sendo uma obra de elevado interesse público, que visava o bem estar e a prosperidade dos que vinham viver no Norte do Paraná, chegando mesmo a apontar a ação da mesma como "um exemplo de reforma agrária"

Tenta-se passar a idéia de que foi a Companhia que beneficiou o Estado e não o contrário. Vários são os fatos que demonstram como os governos federal, estadual e municipal agiram em benefício da empresa, entre os quais TOMAZI (1989, p.163-164), aponta:

- a) Quando em 1931 se proibiu o plantio do café, isto não atingiu as áreas de CTNP;
- b) Em 1939 o decreto, do governo federal, nacionalizando a Ferrovia São Paulo-Paraná, não foi cumprido;
- c) A CTNP não obteve concessão, mas sim comprou as terras;
- d) As condições de pagamento das terras foram muito vantajosas;
- e) A cada Km da ferrovia construída a CTNP, obtinha 3600 ha de terras devolutas;
- f) Ao fundar cidades a companhia determinava todas as ações, mesmo quando estas se transformavam em municípios autônomos.

No entanto, o principal argumento contra esta tese é a própria dimensão do lucro da empresa. Deixando de lado os lucros com a ferrovia e com a venda de lotes urbanos e, analisando somente a venda de lotes rurais na fase inglesa da companhia, podemos verificar, conforme a Tabela 08 e Figura 20, que os lucros foram enormes. A análise de TOMAZI (1989, p.168) é precisa a este respeito:

Como se pode notar a Companhia obteve no período de 1930-1943 uma receita significativa, com a venda de apenas 28,66% do total das propriedades e 23,44% do total da área; sem levarmos em conta que mais de 90% das vendas foram à vista. Por outro lado, é importante lembrar que a Companhia pagou pelos 515.017 alqueires, que ela adquiriu até 1930, a quantia total de 10.164:078\$120 (Dez mil, cento e sessenta e quatro contos, setenta e nove mil, cento e vinte réis), ficando pois um saldo positivo de tal magnitude, que cobria com folga, os investimentos na região bem como as desvalorizações da moeda nacional no período.

TABELA 08 - RECEITA DA CTNP REFERENTE A VENDA DE LOTES RURAIS

ANOS	ÁREA VENDIDA EM ALQUEIRES	PREÇO MÉDIO POR ALQUEIRE	RECEITA TOTAL
1930/31	2536	400\$000	1.014:400\$000
1932/34	18327	500\$000	9.163:500\$000
1935/37	24030	600\$000	14.418:000\$000
1938/40	12924	700\$000	9.046:800\$000
1941/43	52664	800\$000	42.131:200\$000
TOTAL	110481		75.773:900\$000

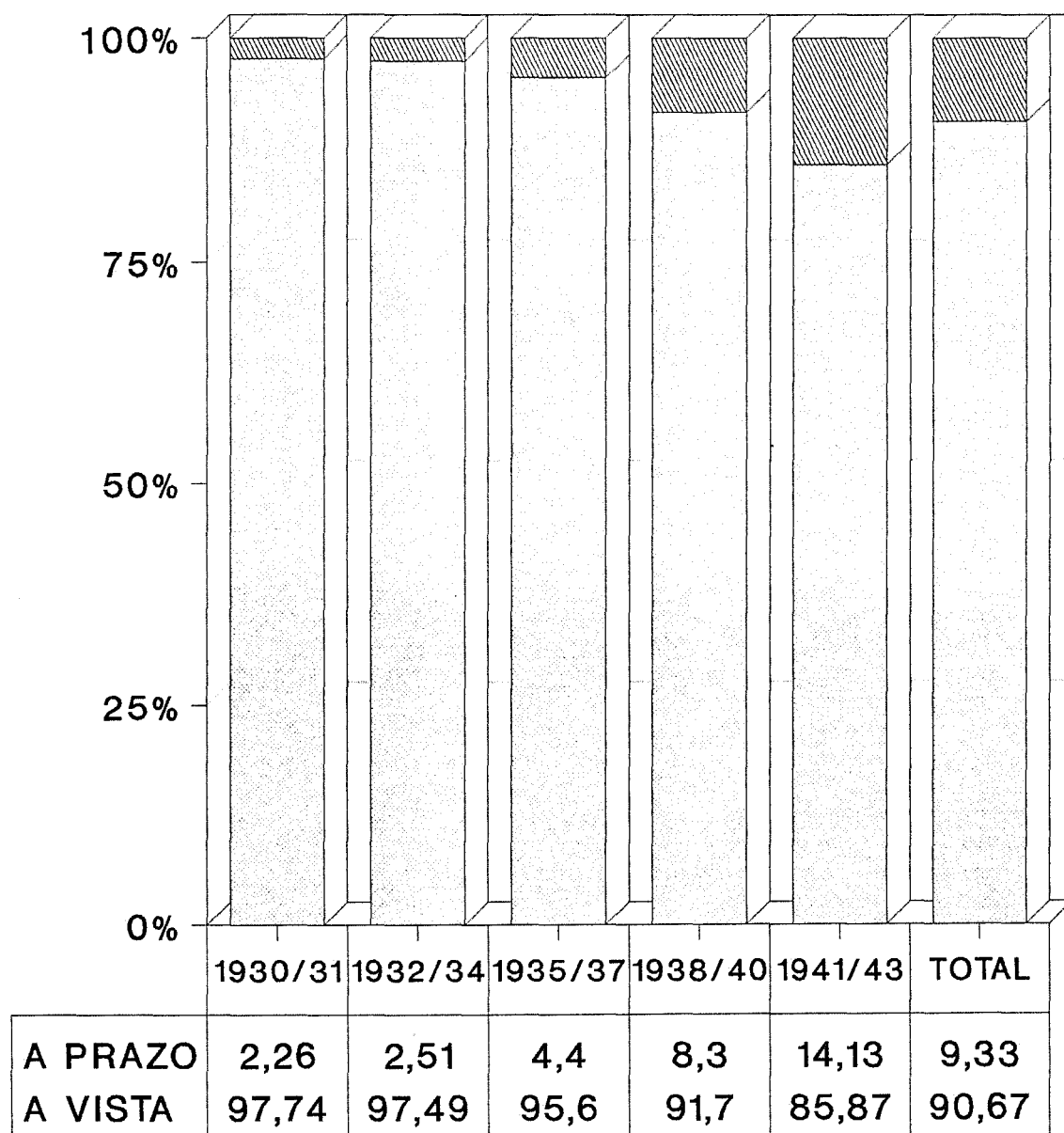
FONTE: CANCIAN (1977), apud TOMAZI (1989, p.167)

Quanto ao fato de se apontar a ação da Companhia como um exemplo de reforma agrária, ou quando não chega a tanto, enfatiza de tal forma a divisão dos lotes em pequenas propriedades, ao ponto de passar a impressão de que não houve venda de propriedades médias e grandes, o mesmo acaba encobrendo os verdadeiros interesses da empresa quando desta divisão.

Um primeiro aspecto importante desta questão, já era destacado por P. MONBEIG no início dos anos cinquenta, quando dizia que a estrutura agrária proveniente deste loteamento só pode ser compreendida se adotarmos o ponto de vista prático do vendedor de terras. Tratava-se de dividir as terras de tal modo a satisfazer a clientela, a qual era formada por chefes de família de recursos modestos. Em consequência, as terras que esses pequenos pioneiros podem comprar e cultivar, devem ter dimensões limitadas. A maioria dos lotes postos à venda tem uma superfície de 10 a 15 alqueires, o que não quer dizer que não possa haver outros menores nem outros maiores: o vendedor não faz questão de lançar um tipo padrão, porque deseja atrair compradores diversos que nem sempre estão nas mesmas condições (MONBEIG, 1957, p.116-117)

Partindo deste ponto de vista e levando-se em consideração a situação conjuntural da economia brasileira, em vários momentos, durante o período em que a Companhia vendeu terras no Norte do Paraná, talvez possamos entender melhor como se processou tais vendas.

**FIGURA 20 - COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
% DE TERRAS VENDIDAS A VISTA E A PRAZO - 1930/43**



A VISTA
 A PRAZO

FONTE DOS DADOS: CANCIAN(1977)

No período inicial de suas atividades, o país passava pela grave crise de 1929.

As perspectivas eram turvas. As pessoas das quais poderia-se esperar a compra de terras não possuíam dinheiro ou se dispunham não encontravam razão para confiar nas circunstâncias dos tempos. O produto agrícola mal pagava o frete para os mercados. O café era cotado a sete centavos por libra em Nova York. O Brasil possuía mais café do que as necessidades mundiais, de modo que passou a queimá-lo. Proibiram-se novas plantações por decreto federal, e embora se fizesse uma exceção limitada para a CTNP, poucas pessoas tinham fé para enterrar nela o seu dinheiro. Entretanto não era possível recuar, e levantou-se novo capital em Londres, obtendo-se um progresso lento nas primeiras fases de povoamento; conseguiu-se vender cerca de mil alqueires em 1931, três mil alqueires no ano seguinte e áreas diversas maiores no decorrer dos anos". (Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, suas realizações em mais de 30 anos de trabalho: p.4, apud. ASARI & TUMA (1978, p.39).

Portanto, "o vendedor tinha que adaptar o seu produto à sua clientela", ou seja, àquelas famílias de recursos modestos, de que nos fala MONBEIG. Desta forma, nos primeiros anos da colonização dirigida da CTNP, o ritmo das vendas provavelmente não atingiram os resultados esperados. Como coloca CANCIAN (1981, p.29),

o período compreendido entre 1929 e 1945 é marcado, quanto aos preços do café, por profunda depressão ocasionada pela superprodução, derrocada do sistema implantado pela defesa permanente, coincidindo com a crise que se seguiu ao 'crack' da Bolsa de Nova York, e posteriormente pelas dificuldades surgidas durante a Segunda Guerra Mundial. Caracteriza uma conjuntura recessiva para a cafeicultura.

Nesta conjuntura, enquanto São Paulo limitava sua produção de café, o Paraná (também devido, como cita um dos dirigentes da CTNP, "aos esforços tenazes por parte da Companhia"), fica excluído dos acordos que limitavam a produção (mesmo quando esta se estendeu ao Paraná a CTNP, conseguiu que se fizesse "uma exceção limitada"), aumentando o fluxo de lavradores paulistas para o norte do Estado.

Porém, com a redução dos estoques e o abandono da defesa dos preços, propiciando aumento das exportações, a partir de 1943 o governo terá que instituir prêmios para incentivar as mesmas, dado que os produtores passaram a reter estoques, numa tentativa de forçar a alta de preços do café. Nessa expectativa retorna o interesse por novas terras. O Paraná começa a atrair compradores de terras em grande proporção e logo depois a acelerar o plantio de cafeeiros.

Em 1944, durante o decorrer da Segunda Guerra Mundial, a Companhia de Terras Norte do Paraná foi vendida a quatro grupos de capitalistas paulistas - Gastão Vidigal, Gastão de Mesquita Filho, Arthur Bernardes Filho e Irmãos Soares Sampaio. Posteriormente, os

dois últimos venderam a sua parte aos grupos Sulamérica e Matarazzo, os quais, por sua vez, cederam mais tarde aos dois grupos fundadores, Vidigal e Mesquita, a parcela acionária que haviam adquirido. Também participou da transação Olavo Egydio de Souza Aranha Filho, do Banco Mercantil de São Paulo, que assumiu 10% da transação. (CMNP, 1975, p.99 e seguintes).

Quanto às causas desta transferência, os autores apontam principalmente o conjunto de medidas resultantes das mudanças políticas ocorridas no país, depois de 1937, as quais tornaram a posição das empresas estrangeiras no país cada vez mais aleatória, uma vez que a exportação de capitais passou a ser severamente controlada e os impostos sobre os ganhos estrangeiros tornaram-se proibitivos.¹⁵

LOPES (1982, p.129) acrescenta que o governo proibiu a propriedade de terras por parte de grupos estrangeiros. Por outro lado, há também os autores que apresentam como uma das causas a política adotada pela Inglaterra de retorno compulsório de capitais ingleses aplicados no exterior (LOPES, 1982, p.129 e CMNP, 1975, p.97).

Com relação ao decreto assinado por Getúlio Vargas, em 1939, encampando a Companhia Ferroviária São Paulo Paraná, de fato a mesma acabou não se efetivando, ocorrendo na verdade a compra da mesma, quando da negociação e pelo mesmo grupo, envolvido na transferência da CTNP. Em seguida a ferrovia seria vendida ao governo federal. No entanto, como coloca TOMAZI (1989, p.150-151), a ferrovia era um dos elos constitutivos do projeto comercial inglês, e quando em 1944, a perda da ferrovia era já uma certeza, a decisão de vender a CTNP passou a ser uma alternativa bastante viável. Acrescenta ainda que, aliado a estes fatores um outro que deve ter influenciado muito na decisão de transferir a empresa foi a baixa procura de lotes em relação às previsões iniciais.

A maioria dos autores entendem que, após a transferência da empresa para os grupos nacionais, a mesma manteve a mesma linha de atuação. Este ponto de vista é o mesmo da própria Companhia:

...de 1944 - ano que passou para o controle acionário de brasileiros - até 1951 - ano em que passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - a Companhia de Terras Norte do Paraná continuou a mesma política de vendas instituída com tanto êxito pelos ingleses...

¹⁵MULLER (1956, p.79) e MONBEIG (1984, p.239-240) se referem a estas medidas.

Discorda desta posição CANCIAN (1977, p.163), citada por TOMAZI (1989, p.150), quando afirma que

administrativamente isto é possível, porém houve reorientação considerável no que diz respeito à divisão das terras em lotes, aumentando-se o seu tamanho em várias glebas, ao mesmo tempo que houve maior dinamização nas operações de vendas. Ao lado de grandes lotes, foram mantidos muitos pequenos, na velha tradição paulista de preocupar-se com a mão-de-obra para as fazendas, o que não existia anteriormente.

O depoimento do engenheiro topógrafo Wladimir Babkov, vem de encontro a estas afirmações, uma vez que o mesmo diz que após a Segunda Guerra Mundial, foi grande a procura de lotes rurais, com os topógrafos não vencendo os pedidos de demarcação de lotes. Algumas áreas maiores, vendidas a outros empreendedores, foram repartidas e formaram-se também algumas grandes fazendas pertencentes a profissionais liberais (CMNP, 1975, p.128-130).

Essa nova categoria de compradores ia desde funcionários, comerciários, comerciantes, bancários, médicos, dentistas, advogados e, além, grandes fazendeiros, proprietários, corretores de terras, industriais, companhias agrícolas. Porém, a maioria quase absoluta deste novo tipo de comprador com exceção maior dos fazendeiros, acabaram por revender as terras.

São essas colocações que nos permite discordar das afirmações de que houve uma mudança nas ações da Companhia após a transferência para os grupos nacionais. Acreditamos que o "planejamento" adotado pelos ingleses continuou o mesmo, ou seja, obter o maior lucro possível, tendo que para isso, agir conforme as possibilidades conjunturais. Partindo deste ponto de vista, fica mais fácil a análise dos dados referentes às vendas de terras executadas pela CTNP/CMNP.

Conforme a Tabela 09 e as Figuras 21 e 22, verificamos que realmente no período compreendido entre 1930 e 1943 (fase inglesa da Companhia, marcada pela crise do café), foram vendidas apenas 28,66% das propriedades e 23,44% da área total de terras colocadas a venda. Outro aspecto importante é a pequena dimensão dos lotes, já que neste período, a área média dos mesmos variou de 21 a 33 ha.

TABELA 09 - NÚMERO DE PROPRIEDADES E ÁREA VENDIDA PELA CTNP/CMNP -
1930/1974

ANOS	PROP. VENDIDAS	%	% ACUM.	ÁREA (alqueires)	ÁREA(ha)	%	% ACUM.	ÁREA MÉDIA(alq.)	ÁREA MÉDIA (ha)
1930	93	0,26	0,26	953	2.306	0,20	0,20	10,25	24,80
1931	128	0,36	0,63	1.583	3.831	0,34	0,54	12,37	29,93
1932	259	0,74	1,37	3.265	7.901	0,69	1,23	12,61	30,51
1933	403	1,15	2,52	4.460	10.793	0,95	2,18	11,07	26,78
1934	775	2,21	4,72	10.603	25.659	2,25	4,43	13,68	33,11
1935	646	1,84	6,56	7.352	17.792	1,56	5,99	11,38	27,54
1936	943	2,69	9,25	10.524	25.468	2,23	8,22	11,16	27,01
1937	614	1,75	11,00	6.155	14.895	1,31	9,53	10,02	24,26
1938	414	1,18	12,18	3.858	9.336	0,82	10,35	9,32	22,55
1939	376	1,07	13,25	3.696	8.944	0,78	11,13	9,83	23,79
1940	596	1,70	14,95	5.371	12.998	1,14	12,27	9,01	21,81
1941	1.781	5,07	20,02	18.045	43.669	3,83	16,10	10,13	24,52
1942	845	2,41	22,43	8.760	21.199	1,86	17,96	10,37	25,09
1943	2.188	6,23	28,66	25.859	62.579	5,49	23,44	11,82	28,60
1944	2.967	8,45	37,11	58.724	142.112	12,46	35,91	19,79	47,90
1945	937	2,67	39,78	22.752	55.060	4,83	40,73	24,28	58,76
1946	1.153	3,28	43,07	45.182	109.340	9,59	50,32	39,19	94,83
1947	986	2,81	45,88	15.348	37.142	3,26	53,58	15,57	37,67
1948	2.678	7,63	53,51	42.440	102.705	9,01	62,58	15,85	38,35
1949	1.915	5,46	58,96	42.038	101.732	8,92	71,50	21,95	53,12
1950	1.415	4,03	62,99	34.587	83.701	7,34	78,84	24,44	59,15
1951	1.239	3,53	66,52	12.284	29.727	2,61	81,45	9,91	23,99
1952	1.304	3,71	70,24	10.752	26.020	2,28	83,73	8,25	19,95
1953	1.138	3,24	73,48	8.039	19.454	1,71	85,44	7,06	17,10
1954	1.442	4,11	77,59	13.073	31.637	2,77	88,21	9,07	21,94
1955	1.292	3,68	81,27	11.814	28.590	2,51	90,72	9,14	22,13
1956	852	2,43	83,69	7.371	17.838	1,56	92,28	8,65	20,94
1957	847	2,41	86,11	5.464	13.223	1,16	93,44	6,45	15,61
1958	544	1,55	87,66	3.947	9.552	0,84	94,28	7,26	17,56
1959	621	1,77	89,43	3.113	7.533	0,66	94,94	5,01	12,13
1960	540	1,54	90,96	3.106	7.517	0,66	95,60	5,75	13,92
1961	367	1,05	92,01	2.636	6.379	0,56	96,16	7,18	17,38
1962	632	1,80	93,81	3.515	8.506	0,75	96,90	5,56	13,46
1963	303	0,86	94,67	1.128	2.730	0,24	97,14	3,72	9,01
1964	731	2,08	96,76	4.368	10.571	0,93	98,07	5,98	14,46
1965	336	0,96	97,71	1.629	3.942	0,35	98,42	4,85	11,73
1966	257	0,73	98,44	1.442	3.490	0,31	98,72	5,61	13,58
1967	88	0,25	98,70	1.019	2.466	0,22	98,94	11,58	28,02
1968	153	0,44	99,13	2.318	5.610	0,49	99,43	15,15	36,66
1969	55	0,16	99,29	854	2.067	0,18	99,61	15,53	37,58
1970	36	0,10	99,39	717	1.735	0,15	99,76	19,92	48,20
1971	109	0,31	99,70	534	1.292	0,11	99,88	4,90	11,86
1972	69	0,20	99,90	357	864	0,08	99,95	5,17	12,52
1973	30	0,09	99,98	192	465	0,04	99,99	6,40	15,49
1974	6	0,02	100,00	36	87	0,01	100,00	6,00	14,52
TOTAL	35.103	100,00	100,00	471.263	1.140.456	100,00	100,00	13,43	32,49

FONTE: Adaptado de CANCIAN(1977)

Por outro lado, no período subsequente, de 1944 a 1950, como vimos, de retomada do incentivo à cafeicultura e de crescimento econômico do país, foram vendidas pouco mais de 34% das propriedades e mais de 55% da área. Ou seja, a situação em relação ao período anterior se inverte. Naquele foi vendido uma porcentagem maior de propriedades em relação a área. Neste, verifica-se uma porcentagem muito maior de área vendida (Figura 21). Isto indica claramente o aumento do tamanho das propriedades vendidas, elevando-se a área média das mesmas para aproximadamente 56 ha (Figura 22).

Na Tabela 10 e Figura 23, fica evidente esta alteração, pois, verificamos que no período de 1944/1950, houve as maiores vendas de todos os tamanhos de propriedade, porém, com destaque muito grande àquelas de maiores dimensões. Ou seja, nestes anos foram vendidas em torno de 34% de todas as propriedades da Companhia, no entanto, enquanto foram vendidas quase 32% das propriedades de até 72,6 ha, neste período se vendeu mais de 73% das propriedades de 145 a 484 ha e mais de 82% daquelas com área superior a 484 ha.

Comentando a venda de terras após 1942, CANCIAN (1977, p.161, diz que houve várias vendas de propriedades com mais de 1.000 alqueires (2.420 ha) e em vendas sucessivas um único proprietário chegou a adquirir 9.680 alqueires (23.425,6 ha).

No período seguinte, 1951 a 1957, continua elevada a venda de terras, caindo a partir daí o número de vendas, mesmo porque o estoque de terras já era bem menor (em 1957 já haviam vendido mais de 93% do total de terras), assim como diminui novamente o tamanho médio das propriedades vendidas.

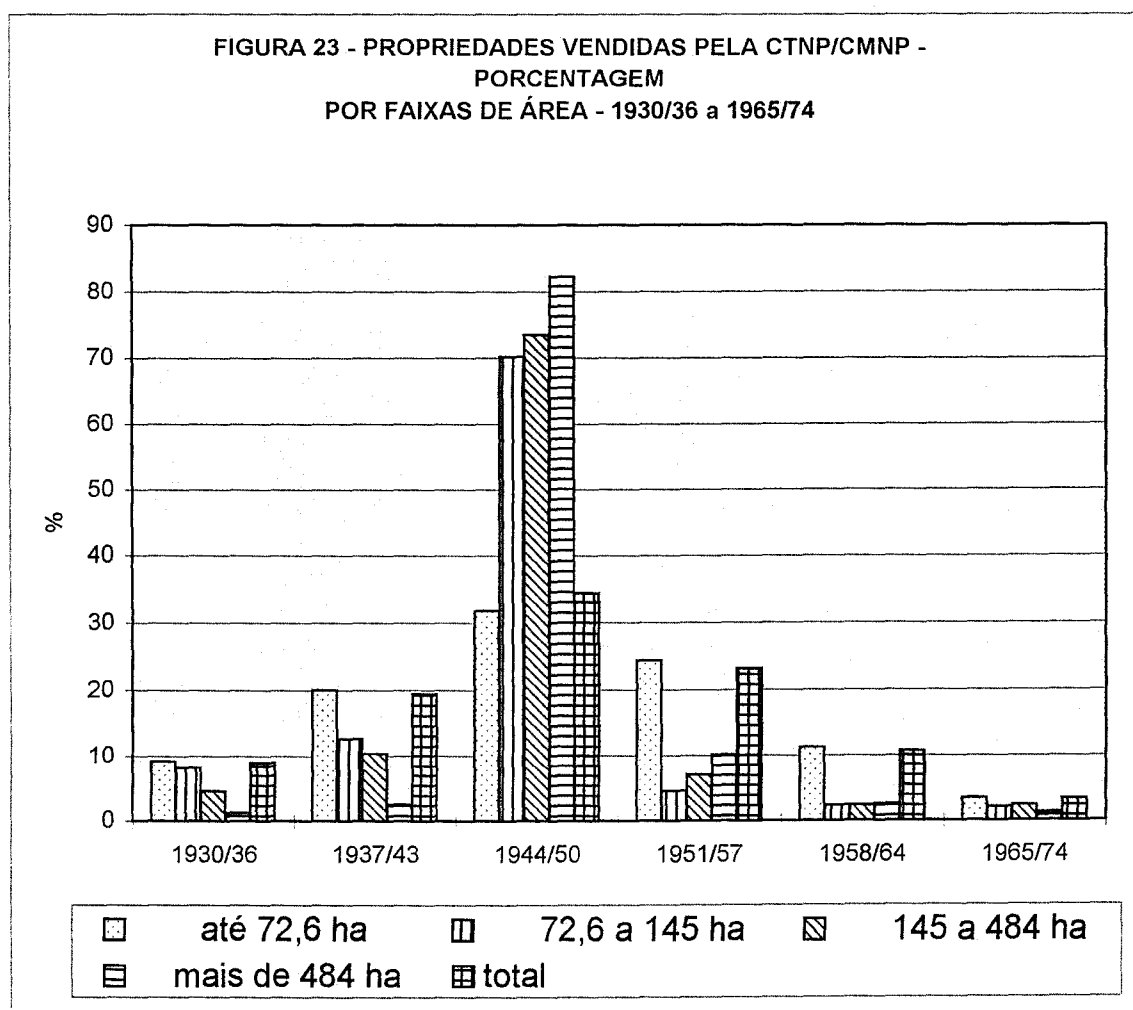
Portanto, as afirmações que enfatizam que a CTNP/CMNP, adotou como política a venda somente de pequenas propriedades devem ser vistas com cuidado e mais detalhadamente.

Conforme a Figura 24, verificamos que as propriedades com menos de 72,6 ha, embora representem mais de 93% das propriedades, ocuparam apenas 61% da área vendida. Por outro lado, as propriedades com mais de 72 ha, embora tenham sido apenas 6,45% das mesmas, ocuparam uma área de aproximadamente 39% do total vendido. A Figura 25, também demonstra a venda de propriedades de médias e grandes dimensões, já que a área média das propriedades na

TABELA 10 - NÚMERO DE PROPRIEDADES VENDIDAS PELA CTNP/CMNP - POR FAIXAS DE ÁREA - 1930/36 a 1965/74

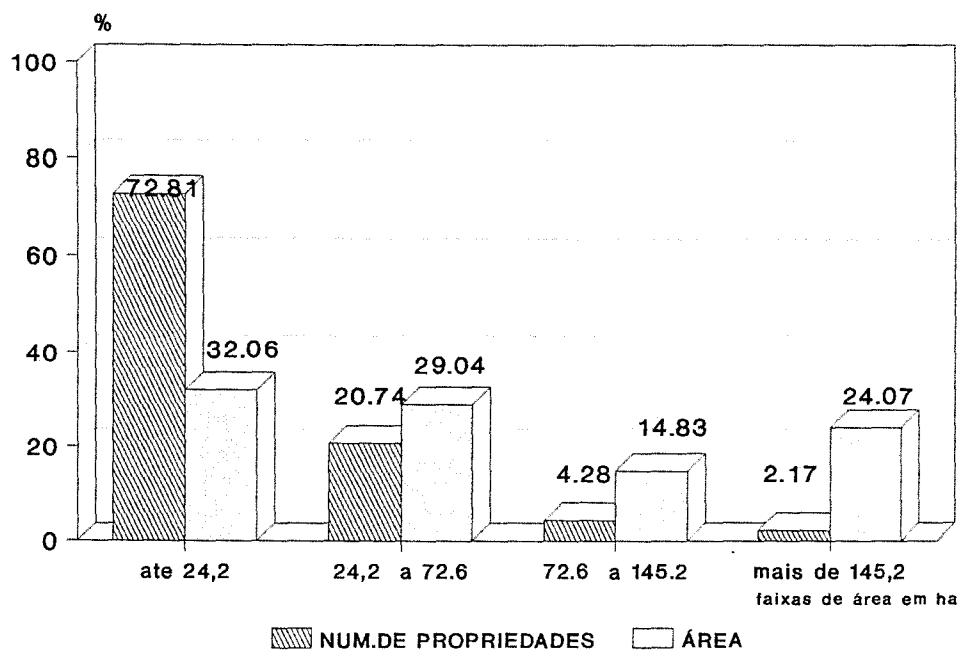
Em alqueires	até 30		30 a 60		60 a 200		mais de 200		total	
Em hectares	até 72,6		72,6 a 145		145 a 484		mais de 484			
anos	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
1930/36	2.991	9,14	124	8,26	31	4,52	1	1,27	3.147	8,99
1937/43	6.549	20,00	191	12,72	71	10,35	2	2,53	6.813	19,46
1944/50	10.435	31,87	1.053	70,15	504	73,47	65	82,28	12.057	34,44
1951/57	7.990	24,40	68	4,53	48	7,00	8	10,13	8.114	23,18
1958/64	3.686	11,26	34	2,27	16	2,33	2	2,53	3.738	10,68
1965/74	1.091	3,33	31	2,07	16	2,33	1	1,27	1.139	3,25
TOTAL	32.742	100	1.501	100	686	100	79	100	35.008	100,00

FIGURA 23 - PROPRIEDADES VENDIDAS PELA CTNP/CMNP - PORCENTAGEM POR FAIXAS DE ÁREA - 1930/36 a 1965/74



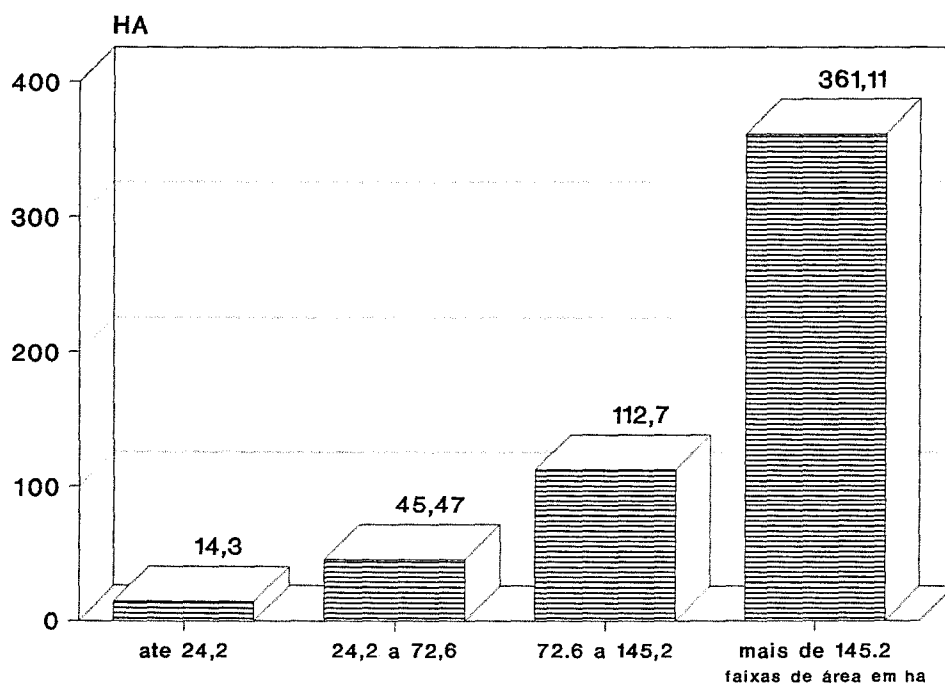
FONTE DOS DADOS: TOMAZI (1989)

**FIGURA 24 - COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
PROPRIEDADES VENDIDAS POR FAIXAS DE ÁREA**



FONTE DOS DADOS: CANCIAN(1977)

**FIGURA 25 - COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ
ÁREA MÉDIA DAS PROPRIEDADES VENDIDAS POR FAIXAS DE ÁREA**



FONTE DOS DADOS: TOMAZI(1989)

faixa de área de 72,6 a 145,2 ha foi de 112,7 ha, enquanto na faixa de mais de 145,2, a área média sobe para 361,11 ha.

1.4.2.3. As colônias estaduais

O governo do Estado, a partir de 1939, na orla da gleba da Companhia de Terras Norte do Paraná, passa a atuar diretamente na colonização. Proprietário, ainda, de grandes áreas de terras devolutas e de terras de antigas concessões anuladas que haviam retornado ao seu patrimônio, iniciou diretamente um programa de colonização de muitas dessas áreas, no norte paranaense. Foram, assim, de iniciativa oficial, além de Jataizinho, situada entre Iporã (concessão feita, em 1935, a Francisco Gutierrez Beltrão) e o rio Tibagi, as colônias Içara (1941), Jaguapitã (1943), Centenário (1944), Interventor (1950) e Pagu (1950), em terras da ex-concessão Alves de Almeida, portanto no Norte Novo. (vide Figura 16)

A colônia de Jataizinho tinha uma área de cerca de 5.783 hectares, sendo dividida pelo Departamento de Terras e Colonização do Estado do Paraná em lotes pequenos, de no máximo 24 hectares, estando em 1956 todos ocupados.

A colônia de Içara, quando de sua instalação, tinha maior facilidade de comunicação com Arapongas, enquanto a de Jaguapitã a tinha com Rolândia.

Dispondo de bons solos, clima saudável, boas estradas e comunicações diárias com Londrina, a colônia Içara atraiu desde logo grande número de colonos de todas as raças vindos do estado de São Paulo, do próprio Paraná e dos outros estados do Sul. Em 1941 já estava com suas duas glebas totalmente ocupadas. A área dos lotes rurais varia de 10 a 200 hectares de acordo com as condições do terreno, pois o loteamento obedeceu à norma geralmente adotada nos lotes destinados ao plantio do café, limitados a um tempo pela linha dos espigões e o fundo do vale. (BERNARDES, 1953, p.370)

Quanto a Jaguapitã, quando da demarcação dos lotes em 1943, já existia na área inúmeros "posseiros" estabelecidos: a divisão se fez, então, em áreas de 31 hectares em média, sempre em frações perpendiculares a rios e espigões.

No que se refere à colônia Centenário, a mesma foi aberta em 1944, sendo loteada em grandes propriedades. Mais isolada, sem ligação direta com o espigão mestre, sua colonização se fez a partir do norte, através do Paranapanema e pelo avanço da frente pioneira para o norte, ao longo da estrada, aberta em 1948, que liga estas colônias a Porecatu e à zona marginal do Paranapanema, povoada desde 1942 por elementos vindos diretamente de São Paulo, que aí estabeleceram grandes fazendas de café e também de cana de açúcar.

1.4.2.4. Estrutura fundiária

A estrutura fundiária resultante dos diferentes movimentos de colonização do Norte Novo do Paraná, pode ser em boa parte verificada através das Tabelas 11 e 12. A análise se torna mais trabalhosa, uma vez que os dados disponíveis para a verificação deste tema, são dos Censos do IBGE. Este instituto trabalha com o conceito de estabelecimento agropecuário, que é uma unidade administrativa e não de propriedade. Desta forma, exemplificando, uma mesma propriedade que possua dois parceiros autônomos, equilibra a dois estabelecimentos. Ou seja, os dados dos censos nos mostram com clareza as possibilidades de acesso à terra. Porém, a combinação do número de estabelecimentos por faixa de área, com a condição legal das terras, nos permite ter uma idéia bastante aproximada da estrutura fundiária.

Conforme a Tabela 11, em 1940¹⁶, embora os estabelecimentos com até 100 hectares representassem quase 85% do total, ocupavam apenas 32% da área, enquanto os estabelecimentos superiores a 100 hectares, que somavam somente 15%, ocupavam quase 68% da área. Em 1950 esta situação pouco se altera, pois, embora o número de estabelecimentos de menos de 100 hectares tenham aumentado sua participação para pouco mais de 91% do total, em termos de área ficou em torno de 40%. Conforme os dados da Tabela 12, neste ano, quase 89% dos estabelecimentos se referem à terras próprias, portanto, podemos afirmar que até então, apesar de um grande número de propriedades médias e pequenas, a estrutura fundiária se mostrava concentrada, uma vez que apenas 9% dos estabelecimentos concentravam 60% das terras.

¹⁶Ressaltamos que os limites territoriais do Norte Novo em 1940 e 1950, não coincidem com o adotado a partir de 1960, uma vez que naqueles anos a divisão administrativa da região ainda era muito incipiente, impossibilitando a coleta dos dados conforme os limites atuais da região. (Vide FIGURA 26)

TABELA 11 - NORTE NOVO DO PARANÁ - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1940 A 1985

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)													
	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	450	9,97	2.938	15,92	17.723	34,53	56.349	58,68	36.042	50,66	13.801	29,90	27.603	46,67
10 a - 100	3.386	74,99	13.937	75,52	31.350	61,08	37.392	38,94	32.040	45,04	28.925	62,67	27.900	47,17
100 a - 1000	633	14,02	1.478	8,01	2.142	4,17	2.179	2,27	2.925	4,11	3.296	7,14	3.510	5,93
1000 e mais	46	1,02	101	0,55	108	0,21	111	0,12	133	0,19	133	0,29	132	0,22
TOTAL	4.515	100,00	18.454	100,00	51.323	100,00	96.031	100,00	71.140	100,00	46.155	100,00	59.145	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)													
	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	2.789	0,77	18.478	1,72	105.840	6,18	313.528	16,47	194.834	9,79	140.510	7,06	138.585	6,89
10 a - 100	113.348	31,30	414.218	38,64	827.105	48,27	822.341	43,21	817.481	41,07	787.529	39,57	783.026	38,95
100 a - 1000	146.848	40,55	352.288	32,86	517.466	30,20	539.843	28,37	717.261	36,03	808.075	40,61	849.016	42,24
1000 e mais	99.177	27,38	287.114	26,78	263.094	15,35	227.447	11,95	260.932	13,11	253.857	12,76	239.470	11,91
TOTAL	362.162	100,00	1.072.098	100,00	1.713.505	100,00	1.903.159	100,00	1.990.508	100,00	1.989.971	100,00	2.010.097	100,00

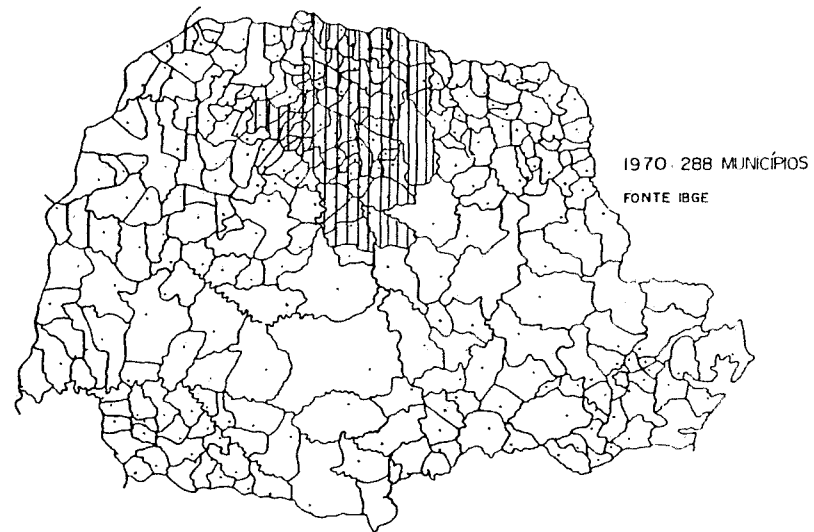
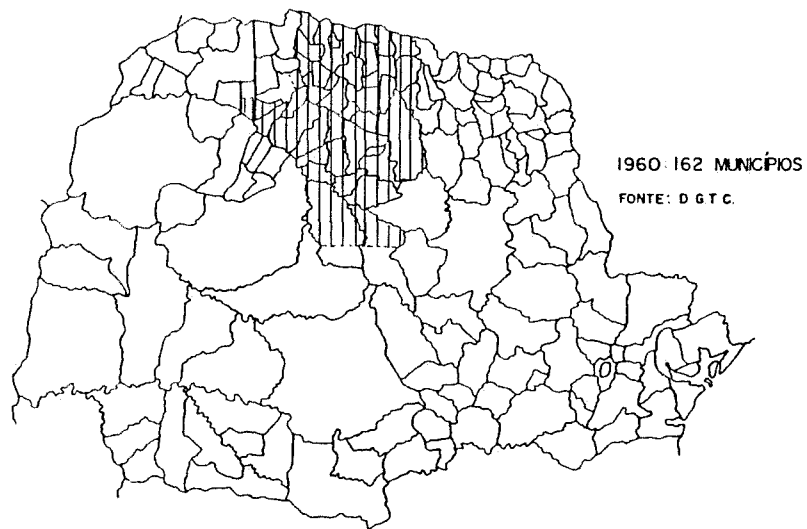
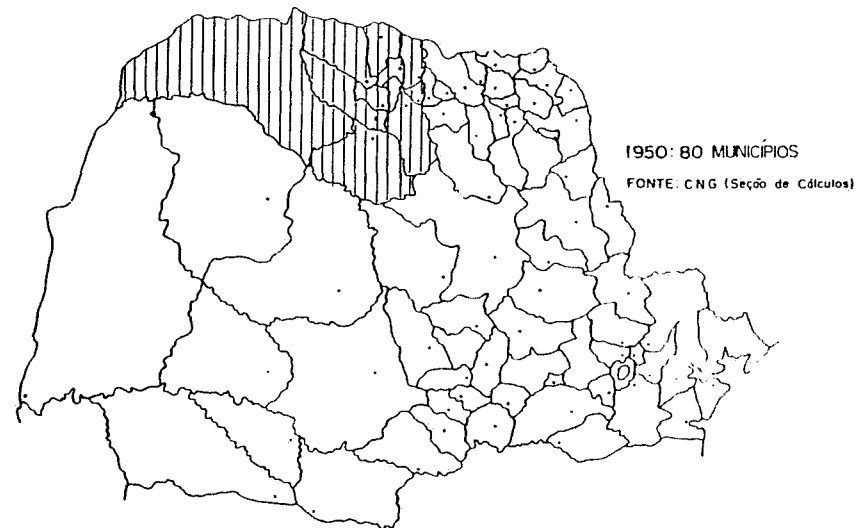
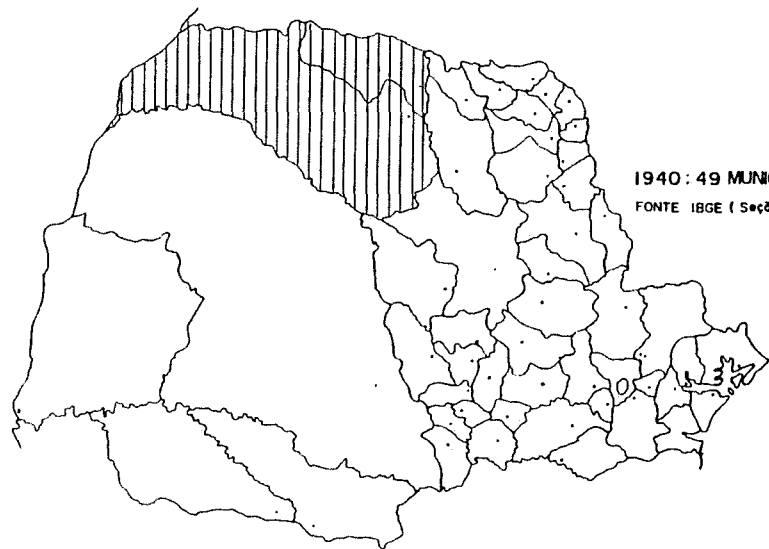
TABELA 12 - NORTE NOVO DO PARANÁ - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1950 A 1985

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS												EVOLUÇÃO PERCENTUAL				
	1950		1960		1970		1975		1980		1985		50/60	60/70	70/75	75/80	80/85
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%					
PRÓPRIAS	16.314	88,41	35.468	69,05	42.453	44,21	42.637	59,93	38.392	65,30	34.432	58,22	117,41	19,69	0,43	-9,96	-10,31
ARRENDADAS(1)	851	4,61	14.493	28,21	48.966	50,99	23.912	33,61	15.547	26,44	18.167	30,72	1603,06	237,86	-51,17	-34,98	16,85
OCUPADAS	1.266	6,86	548	1,07	3.750	3,90	3.336	4,69	2.644	4,50	3.770	6,37	-56,71	584,31	-11,04	-20,74	42,59
PRÓP. E ARREND. (1)	9	0,05	526	1,02	708	0,74	1.057	1,49	1.825	3,10	2.233	3,78	5744,44	34,60	49,29	72,66	22,36
PRÓP. E OCUPADAS	12	0,07	140	0,27	84	0,09	100	0,14	262	0,45	277	0,47	1066,67	-40,00	19,05	162,00	5,73
PRÓP. ARREND. E OCUP. (1)	-	-	-	-	-	-	11	0,02	16	0,03	28	0,05	-	-	-	45,45	75,00
ARREND. E OCUP. (1)	-	-	194	0,38	70	0,07	88	0,12	111	0,19	239	0,40	-	-63,92	25,71	26,14	115,32
TOTAL	18.452	100	51.369	100	96.031	100	71.141	100	58.797	100	59.146	100	178,39	86,94	-25,92	-17,35	0,59

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)												EVOLUÇÃO PERCENTUAL				
	1950		1960		1970		1975		1980		1985		50/60	60/70	70/75	75/80	80/85
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%					
PRÓPRIAS	1.015.536	94,37	1.416.917	82,70	1.396.624	73,39	1.686.892	84,75	1.684.867	84,67	1.589.457	79,07	39,52	-1,43	20,78	-0,12	-5,66
ARRENDADAS(1)	25.107	2,33	240.056	14,01	448.589	23,57	229.149	11,51	186.341	9,36	263.182	13,09	856,13	86,87	-48,92	-18,68	41,24
OCUPADAS	34.380	3,19	12.333	0,72	34.906	1,83	28.490	1,43	22.678	1,14	37.722	1,88	-64,13	183,03	-18,38	-20,40	66,34
PRÓP. E ARREND. (1)	335	0,03	28.847	1,68	20.404	1,07	41.100	2,06	88.492	4,45	99.938	4,97	8511,04	-29,27	101,43	115,31	12,93
PRÓP. E OCUPADAS	737	0,07	10.364	0,60	1.683	0,09	3.519	0,18	5.525	0,28	14.850	0,74	1306,24	-83,76	109,09	57,00	168,78
PRÓP. ARREND. E OCUP. (1)	-	-	-	-	-	-	381	0,02	893	0,04	1.077	0,05	-	-	-	134,38	20,60
ARREND. E OCUP. (1)	-	-	4.899	0,29	901	0,05	1.014	0,05	1.181	0,06	3.879	0,19	-	-81,61	12,54	16,47	228,45
TOTAL	1.076.095	100	1.713.416	100	1.903.107	100	1.990.545	100	1.989.977	100	2.010.105	100	59,23	11,07	4,59	-0,03	1,01

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

FIGURA 26 - NORTE NOVO DO PARANÁ - DELIMITAÇÃO UTILIZADA PARA COLETA DE DADOS ESTATÍSTICOS - 1940/70



OBS: NOS ANOS DE 1975, 1980 E 1985 A DELIMITAÇÃO É A MESMA DE 1970.

Em 1960, com a incorporação de novas terras, a concentração das mesmas vai diminuir, uma vez que os estabelecimentos com menos de 100 hectares chegam a representar quase 96% do total e aumentam a participação na área ocupada para 54,13%. A Tabela 11, confirma esta “fragmentação”, tendo em vista que as terras próprias mais que dobraram de 1950 a 1960. No entanto, os arrendatários e parceiros já apresentavam uma participação muito importante no total de estabelecimentos. Em 1970 este quadro se torna mais acentuado. Por um lado os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, passam a representar mais de 97% do total, ocupando quase 60% da área. Por outro lado, embora tenha havido um pequeno incremento na quantidade de terras próprias, boa parte do incremento tanto do número quanto da área dos pequenos e médios estabelecimentos, vai ocorrer em função do excepcional aumento das terras em parceria e arrendamento. Como podemos verificar na Tabela 12, no ano de 1970, estas duas condições chegam a representar quase 51% do total de estabelecimentos (correspondendo a 48.966 estabelecimentos). Acrescentamos, ainda, que estas categorias predominavam nos estabelecimentos de dimensões menores, uma vez que ocupavam somente 23,57% da área (a área média destes estabelecimentos era de pouco mais de 9 hectares).

Nos anos seguintes esta situação passa a se reverter, havendo uma reconcentração fundiária, sendo que nos anos de 1980 e 1985, os estabelecimentos de menos de 100 ha apresentaram uma queda na participação, tanto no que se refere ao número, quanto a área ocupada, representando, respectivamente, em torno de 93% e 46% do total. (Tabela 11)A situação foi muito mais dramática nos estabelecimentos de menos de 10 ha, que passaram de um total de 56.349 em 1970 para apenas 13.801 em 1980, voltando a apresentar um pequeno aumento em 1985, passando a 27.603. Ou seja, de 1970 a 1985, houve um decréscimo de 28.746 estabelecimentos. Acrescentamos ainda, que em termos de área ocupada, o decréscimo foi constante, mesmo de 1980 a 1985, indicando que o aumento do número de estabelecimentos entre estes anos, ocorreu devido ao parcelamento destas pequenas unidades, através do arrendamento e parceria.

Embora este decréscimo se explique, em parte, pela concentração da propriedade da terra, uma vez que as terras próprias passam de um total de 42.637 em 1975, para 34.432 em 1985, ou seja, apresentando um decréscimo de mais de 8.000 estabelecimentos, a maior queda ocorreu em função da brusca diminuição das terras cedidas em arrendamento ou parceria. Estas terras, que como dissemos, chegaram a representar 51% do total em 1970, caem

para pouco mais de 30% em 1985. Em termos numéricos, isto representou uma diminuição de quase 31 mil estabelecimentos destas categorias. (Tabela 12)

As causas destas transformações na estrutura fundiária, após o início da década de 1970, estão relacionadas ao novo padrão de acumulação da economia nacional e as conseqüente alterações na divisão territorial do trabalho, na qual o Norte Novo do Paraná vai se inserir, resultando em profundas transformações na sua estrutura agrária. Estes aspectos serão analisados melhor nos próximos capítulos quando trataremos especificamente destas transformações na Microrregião Geográfica de Londrina.

1.4.2.5. Utilização das terras

Do exposto até aqui, fica evidente que, apesar da existência de médias e grandes propriedades, tanto no que se refere às primeiras concessões, quanto a CTNP e às colônias estaduais, no Norte Novo acabou havendo um predomínio das pequenas propriedades, principalmente no que se refere ao número das mesmas.

Desta forma, após derrubada a mata o colono começava a semear o milho ou o arroz e o feijão, garantindo a subsistência da família por um ano. Do segundo ano em diante o colono podia tirar algum lucro do seu algodoal, ao qual viria juntar-se o café no fim de mais dois anos. As criação de porcos também representou um produto importante para o agricultor, já que boa parte era vendido como excedente, aos comerciantes instalados no Norte Velho.

A região do Norte Novo apenas iniciava as primeiras plantações de café quando da depressão de 1930 e conseqüentemente acontece uma queda violenta dos preços do café nos anos seguintes. A conjugação desta conjuntura, com as características da pequena produção na área, consolidou uma agricultura baseada na policultura.

Desta forma, em 1940 a maior parte das terras cultivadas mantinha-se ocupadas por lavouras temporárias, seguidas pelo café e pastagem em último plano. E obviamente, em função dos poucos anos de ocupação, havia uma grande área ainda ocupada com matas naturais, representando 53,58% do total. (Tabela 13 e Figura 27)

TABELA 13 - NORTE NOVO DO PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM HA) - 1940 A 1985

UTILIZAÇÃO	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
LAVOURAS PERMANENTES	45.060	12,44	263.858	24,52	758.858	44,29	539.737	28,36	409.454	20,57	272.637	13,70	139.574	6,94
LAVOURAS TEMPORÁRIAS	47.222	13,04	87.900	8,17	215.235	12,56	454.690	23,89	604.422	30,37	695.910	34,97	841.507	41,86
PASTAGENS NATURAIS	19.483	5,38	16.235	1,51	51.990	3,03	67.972	3,57	114.674	5,76	106.586	5,36	74.927	3,73
PASTAGENS PLANTADAS(1)	-	-	142.713	13,26	268.665	15,68	582.207	30,59	618.981	31,10	710.677	35,71	771.343	38,37
MATAS E FLOR. NATURAIS	194.033	53,58	336.619	31,28	278.835	16,27	118.197	6,21	78.846	3,96	71.927	3,61	77.734	3,87
MATAS E FLOR. PLANTADAS(2)	-	-	21.895	2,03	19.810	1,16	11.982	0,63	12.654	0,64	19.154	0,96	20.741	1,03
TERRAS EM DESCANSO E PROD. NÃO UTILIZ.(3)	52.063	14,38	190.568	17,71	100.310	5,85	71.281	3,75	73.003	3,67	44.871	2,25	29.237	1,45
TERRAS INAPROVEITÁVEIS(4)	4.301	1,19	16.307	1,52	19.751	1,15	57.088	3,00	78.474	3,94	68.224	3,43	55.052	2,74
TOTAL	362.162	100	1.076.095	100	1.713.454	100	1.903.154	100	1.990.508	100	1.989.986	100	2.010.115	100

(1) - No Censo de 1940 as PASTAGENS PLANTADAS estão incluídas nas PASTAGENS NATURAIS.

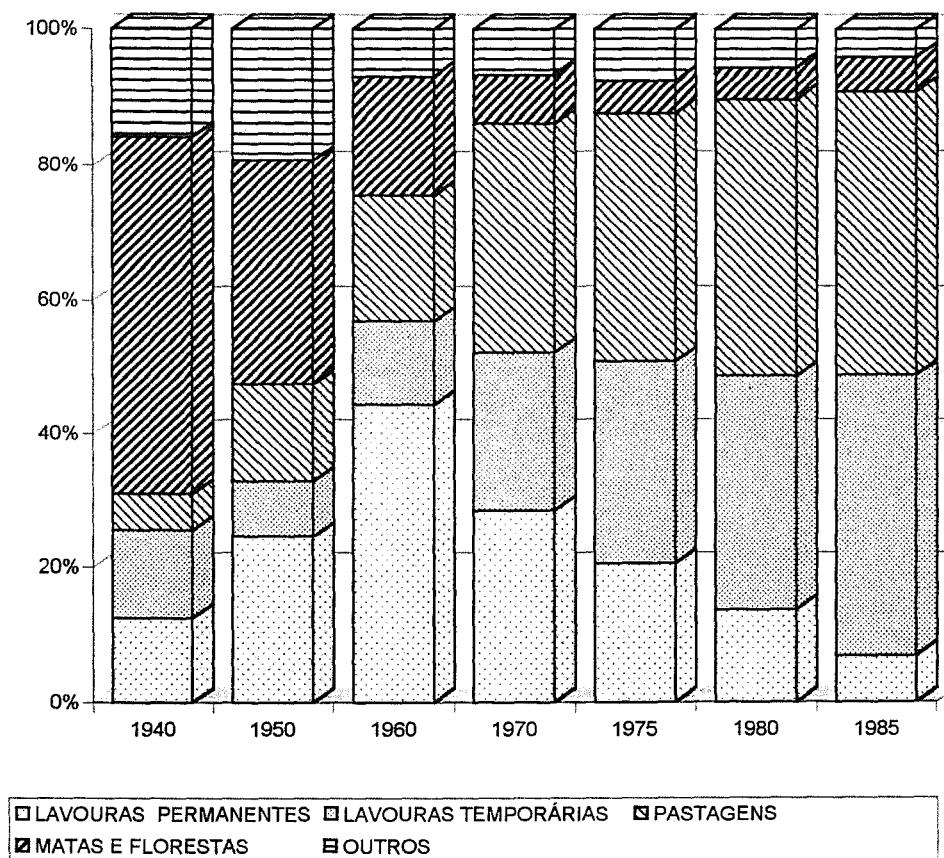
(2) - No Censo de 1940 as MATAS E FLOR. PLANTADAS estão incluídas nas MATAS E FLOR. NATURAIS.

(3) - O item TERRAS EM DESCANSO não consta dos Censos de 1940, 1950 e 1960.

- O item TERRAS PROD. NÃO UTILIZADAS consta do Censo de 1940 com a denominação de TERRAS NÃO EXPLORADA. e dos Censos de 1950 e 1960 como TERRAS INCULTAS.

(4) - As TERRAS INAPROVEITÁVEIS constam dos Censos de 1940, 1950 e 1960 como TERRAS IMPRODUTIVAS.

FIGURA 27 - NORTE NOVO DO PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM HA) - 1940 A 1985



FONTE DOS DADOS: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

A intensificação do plantio de cafeeiros só ocorreria pouco depois, no após guerra, logo que os preços começaram a se elevar. De 1950 a 1960, foi o período em que ocorreu a maior expansão do café na região, onde as lavouras temporárias eram intercalares ou mantidas quase ao nível de subsistência, à espera da produção dos cafeeiros recém-plantados. A presença intensa das pequenas e médias propriedades eram assinaladas pelas pastagens, porém, com gado apenas para o abate e consumo local. (CANCIAN, 1977, p.138-139).

A Tabela 13 e a Figura 27, dão uma idéia clara das dimensões das plantações de café no período, pois, excluindo-se da análise as matas, em 1950 as lavouras permanentes (que eram quase que exclusivamente o café), já era a principal atividade, ocupando 24,52% das terras ocupadas. Em 1960 o café atinge o auge, ocupando pouco mais de 44% destas terras, enquanto as lavouras temporárias ocupavam somente 12,56% das mesmas. Por outro lado, as pastagens já tinham uma importância significativa, abrangendo em torno de 18,5% da área ocupada, destacando-se as pastagens plantadas.

Com a crise de superprodução e a conseqüente queda dos preços do café, ocorrida a partir do início da década de 60, há uma mudança substancial quanto ao uso do solo. Por um lado, as lavouras permanentes apresentam uma queda contínua na área ocupada, caindo já em 1970 para 28,36% e chegando em 1985, com pouco menos de 7% da área ocupada. Por outro lado há uma grande elevação das lavouras temporárias, que passam para quase 24% em 1970, até atingir quase 42% em 1985. Tão importante quanto o crescimento das lavouras temporárias, foi a ascensão das pastagens, que passa de pouco mais de 18% em 1960 para 34,16% em 1970, atingindo 42% em 1985. (Tabela 13). Esta alteração ocorre tanto pela queda absoluta da área com lavouras permanentes, como pela incorporação de áreas novas pelas lavouras temporárias e pastagens.

Pela Tabela 14 e Figura 28, que se referem a área colhida das principais lavouras, constatamos que, por um lado, o café é a única lavoura permanente de importância, assim como, a sua decadência a partir de 1970. Por outro lado, em termos de lavouras temporárias, até o ano de 1970 a participação significativa das culturas alimentares, representadas em ordem de importância pelo milho, feijão e arroz. A partir de então, se delineia um claro predomínio das lavouras para exportação e/ou para atendimento das agroindústrias (mesmo o milho a partir de então passa a atender basicamente as indústrias de óleos e rações animais), as quais são altamente mecanizadas e poupadoras de mão-de-obra.

TABELA 14 - NORTE NOVO DO PARANÁ - ÁREA COLHIDA(Ha) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1950 A 1985

PRODUTOS	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
ALGODÃO	2.824	0,99	22.897	2,20	75.408	7,14	23.841	2,03	59.658	5,08	140.272	10,78
ARROZ	37.786	13,23	71.020	6,81	137.029	12,97	108.133	9,21	30.037	2,56	21.192	1,63
CANA-DE-AÇÚCAR	2.974	1,04	-	-	15.001	1,42	14.519	1,24	27.249	2,32	62.833	4,83
FEIJÃO	41.193	14,43	105.780	10,14	166.916	15,80	81.717	6,96	111.127	9,46	86.355	6,64
MILHO	74.366	26,04	188.846	18,11	338.373	32,03	216.026	18,40	228.886	19,48	237.777	18,27
SOJA	-	-	-	-	65.902	6,24	283.238	24,12	316.518	26,94	353.997	27,20
TRIGO	1.343	0,47	1.128	0,11	25.127	2,38	72.880	6,21	197.530	16,82	257.972	19,82
OUTROS LAV TEMPORÁRIA(1)	2.780	0,97	-	-	19.130	1,81	5.287	0,45	10.105	0,86	20.190	1,55
TOTAL - LAV. TEMPORÁRIA	163.266	57,18	389.671	37,37	842.886	79,78	805.641	68,61	981.110	83,52	1.180.588	90,72
CAFÉ	119.176	41,74	649.606	62,29	160.276	15,17	367.430	31,29	192.116	16,35	115.054	8,84
LARANJA	403	0,14	1.469	0,14	51.748	4,90	254	0,02	443	0,04	532	0,04
OUTROS - LAV. PERMANENTE(2)	2.693	0,94	2.058	0,20	1.540	0,15	907	0,08	1.037	0,09	5.129	0,39
TOTAL - LAV. PERMANENTE	122.272	42,82	653.133	62,63	213.564	20,22	368.591	31,39	193.596	16,48	120.715	9,28
TOTAL	285.538	100	1.042.804	100	1.056.450	100	1.174.232	100	1.174.706	100	1.301.303	100

(1) Consta em outros produtos da LAVOURA TEMPORARIA:

1950: Abóbora, Amendoim, Batata-Doce, Batata-Inglesa, Cebola, Centeio, Fumo e Mandioca

1970: Amendoim, Batata-Inglesa e Mandioca

1975: Amendoim, Batata-Inglesa, Hortelã e Mandioca

1980: Amendoim, Batata-Inglesa, Fumo, Hortelã, Mandioca e Rami

1985: Abóbora, Amendoim, Aveia em Casca, Batata-Doce, Batata-Inglesa, Cebola, Centeio, Mamona, Mandioca, Rami, Sorgo, Tomate, Capim-Elefante-Napier, Cana Forrageira e Milho forrageiro

(2) Consta em outros produtos da LAVOURA PERMANENTE:

1950: Banana, Maçã, Mamão, Pera, Pessego, Tangerina, Tungue e Uva

1960: Banana, Pessego e Tungue

1970: Banana e Uva

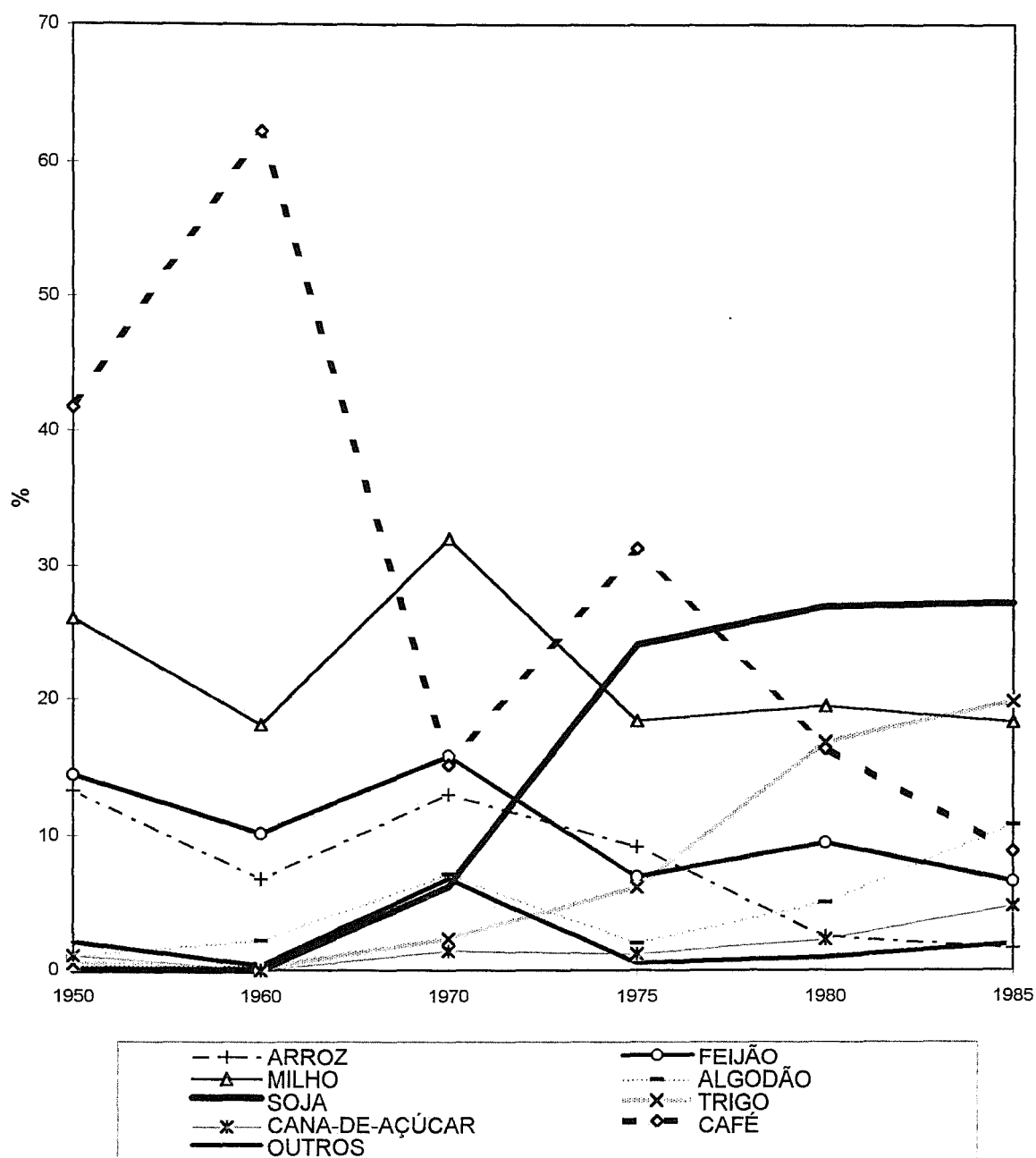
1975: Banana e Uva

1980: Banana, Maçã, Pessego, Tangerina e Uva

1985: Abacate, Amora em folha, Ameixa, Banana, Caqui, Limão, Maçã, Mamão, Manga, Pessego, Tangerina e Uva

FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

FIGURA 28 - NORTE NOVO DO PARANÁ - ÁREA COLHIDA(Ha) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1950 A 1985



FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

1.4.2.6. Origem da população.

Quanto à origem da população que migrou para o Norte Novo, embora a participação de brasileiros dentro do "rush", principalmente de paulista e em menor escala de mineiros, tenha sido predominante, houve também uma variada gama de migrantes estrangeiros, particularmente nos primeiros anos da colonização inglesa. No relatório de 1935 da CTNP, publicado na Folha de Londrina de 19/04/75, é possível verificar a quantidade e a nacionalidade dos compradores de lotes.

Brasileiros	1266	43,0%
Alemães	479	16,3%
Japoneses	434	14,7%
Espanhóis	216	7,3%
Portugueses	156	5,3%
Poloneses	98	3,3%
Húngaros	75	2,5%
Ucranianos	60	2,0%
Tchecos	41	1,4%
Rurros	32	1,0%
Austriacos	20	0,7%
Suíços	19	0,6%
Lituanos	15	0,5%
Romenos	08	0,3%
Ioguslavs	06	0,2%
Ingleses	06	0,2%
Outras nações	21	0,7%
TOTAL DE ESTRANGEIROS	1686	57,0%
Total de compradores	2952	100,0%

Como podemos observar, neste período há um predomínio de estrangeiros, representando 57% dos compradores.

No entanto, este fluxo migratório estrangeiro, vindo direto de seu local de origem ou antes se empregando como colono em São Paulo, para depois se dirigir para o Norte do Paraná, realmente vai ter importância somente no início do processo de colonização do Norte Novo. Em Londrina, por exemplo, área por onde iniciou a colonização da Companhia de Terras Norte do Paraná, dos 33.707 habitantes que possuía em 1950, somente 2.682 eram estrangeiros, o restante, ou seja 92,1% eram brasileiros. Entre estes, cerca de 70% eram paulistas, 15% mineiros, 10% paranaenses e 5% vindos dos outros estados. Dentre os estrangeiros, 1.051 ou seja, 39,1% eram japoneses, vindo em seguida os italianos com 382, os portugueses com 368, os espanhóis com 358, alemães com 195, e mais 439 representantes de 21 nacionalidades. (PRANDINI, 1954, p.75).

Os dados do Censo Demográfico de 1970, vêm reforçar esta tendência, pois, quando já estava consolidada a ocupação da região e por outro lado ainda não havia iniciado de forma acentuada o processo de expulsão da mão-de-obra, revela que no Norte Novo a população residente estrangeira (naturalizada ou não) representava apenas 1,6% do total da população. (Tabela 15).

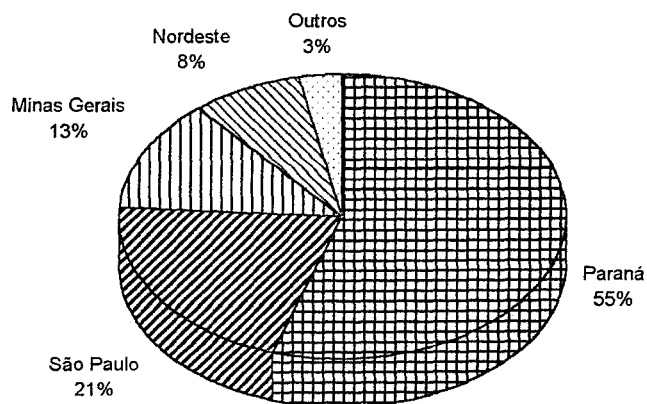
Com relação aos brasileiros natos residentes na região, verificamos, excetuando-se os nascidos no Paraná, há um predomínio acentuado de paulistas (21,1%), seguidos de mineiros (13%) e em menor proporção pessoas oriundas dos Estados do Nordeste com 7,6%. (Figura 29)

Os dados mais detalhados da Tabela 03, nos permite verificar que no Norte Novo de Londrina e Maringá o contingente de paulistas é maior, girando em torno de 25%, enquanto os mineiros representam apenas 10,5%. Por outro lado, no Norte Novo de Apucarana a situação se inverte, havendo uma predomínio de mineiros com 18,1%, com os paulista representando apenas 13,8% do contingente populacional

TABELA 15 - NORTE DO PARANÁ - NATURALIDADE DA POPULAÇÃO - 1970

MICRORREGIÕES	TOTAL	BRASILEIROS NATOS		BRAS. NATURALIZADOS		ESTRANGEIROS	
	No.	No.	%	No.	%	No.	%
NORTE VELHO DE WENC. BRAZ	200.601	199.173	99,3	320	0,2	1.108	0,6
NORTE VELHO DE JARAREZINHO	388.958	385.055	99,0	794	0,2	3.109	0,8
ALGODOEIRA DE ASSAI	116.398	113.723	97,7	389	0,3	2.286	2,0
TOTAL DO NORTE VELHO	705.957	697.951	98,9	1.503	0,2	6.503	0,9
NORTE NOVO DE LONDRINA	684.948	671.340	98,0	2.479	0,4	11.129	1,6
NORTE NOVO DE MARINGA	320.025	313.405	97,9	933	0,3	5.687	1,8
NORTE NOVO DE APUCARANA	461.885	458.134	99,2	811	0,2	2.940	0,6
TOTAL DO NORTE NOVO	1.466.858	1.442.879	98,4	4.223	0,3	19.756	1,3
NORTE NOVISSIMO DE PARANAVAÍ	336.460	332.184	98,7	864	0,3	3.412	1,0
NORTE NOVISSIMO DE UMUARAMA	650.522	644.938	99,1	1.070	0,2	4.514	0,7
CAMPO MOURAO	532.143	529.338	99,5	506	0,1	2.299	0,4
TOTAL DO NORTE NOVISSIMO	1.519.125	1.506.460	99,2	2.440	0,2	10.225	0,7
TOTAL DO NORTE DO PARANA	3.691.940	3.647.290	98,8	8.166	0,2	36.484	1,0

FIGURA 29 - NATURALIDADE DOS BRASILEIROS NATOS - NORTE NOVO DO PARANÁ - 1970



1.4.3. O Norte Novíssimo

Uma outra fase da ocupação se refere ao Norte Novíssimo. As características desta ocupação, iniciada em 1940, que se prolongou até os anos 70, são quase que idênticas àquelas do Norte Novo, isto é, dirigida em grande parte pelas companhias de terra e pela ação do Estado. Verificamos, também aqui, uma proliferação de núcleos urbanos, sendo os mais importantes Paranavaí, Umuarama, Cianorte e Campo Mourão.

Porém, antes desta data já havia acontecido uma tentativa de exploração econômica. Foi a abertura da Fazenda Brasileira, a qual fora aberta para se tornar uma grande plantação de café. Segundo MULLER (1956, p.80), em 1929 a fazenda chegou a contar com 1.200.000 pés de café e 1200 famílias de colonos. A penetração se fizera pelo Paranapanema por elementos provenientes de Presidente Prudente.

A Fazenda Brasileira foi uma concessão do Estado do Paraná à BRAVIACO (Companhia Brasileira de Aviação e Comércio) e compreendia uma extensão de terras considerável do Noroeste do Estado.

Segundo MENDONÇA (1990, p.144), como a companhia BRAVIACO não cumpriu as obrigações assumidas perante o Estado quando da concessão das terras, sendo que a mais importante era promover a povoação e colonização das mesmas, em 1930 o Estado anula a concessão. A partir daí começa a vender as terras, causando o abandono completo da Fazenda Brasileira.

É na área da antiga fazenda que o Estado vai implantar a colônia Paranavaí. De todas as colônias oficiais esta é a maior, indo desde os limites ocidentais das terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná até o rio Paraná; cobrindo no sentido L-W uma extensão superior a 100 Km. Pelos dados de ALCANTARA (1987, p.41) apud MENDONÇA (1990, p.146), a colônia foi dividida em 30 glebas e cada uma tinha aproximadamente 15 mil alqueires. Portanto a colônia apresentava uma área total em torno de 450 mil alqueires. A divisão de terras da colônia Paranavaí seguiu critérios bastante variáveis. Em volta de Paranavaí, os lotes variavam de 96,8 a 193,6 hectares; mais para o Sul, os lotes são menores, de 48,4 a 169,4 hectares, devido

à existência da terra-roxa. Às margens do Ivai, em virtude da escassez de aguadas e de estradas, os lotes já são bem maiores, indo até 500 hectares.

Além da ação do Estado, atuaram na região muitas outras companhias de colonização de porte menor. Estudando somente a área do Norte Novíssimo de Paranavaí (conforme a divisão em microrregiões homogêneas), MENDONÇA (1990, p.148), relaciona as seguintes companhias que atuaram na área:

- CCBPL S A - *Companhia Colonizadora Brasil Paraná Loteamento S A;*
- CCCSC - *Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz;*
- ECNPL - *Empresa Colonizadora do Norte do Paraná Ltda.;*
- CICSII - *Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivai;*
- AJC - *A. Junqueira e Cia.;*
- STCEB - *Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão;*
- IPL - *Imobiliária Progresso Ltda.;*
- CINL - *Companhia Imobiliária Nova Londrina Ltda.;*
- IY - *Imobiliária Ypiranga;*
- SINP - *Sociedade Imobiliária do Norte do Paraná.*

Estas imobiliárias recebiam do Estado áreas de 10.000 alqueires e deveriam abrir estradas e patrimônios e se incumbir da venda dos lotes. Depois desta fase, pagavam uma cota determinada ao governo do Paraná, que expedia, então, os títulos definitivos de propriedade. Eram vendidos lotes de diferentes tamanhos: até 200 hectares, de 200 a 250 hectares, e de 250 a 500 hectares, sendo que a maioria girava em torno de uns 250 hectares. (LOPES, 1982, p. 130). É importante destacar que também no Norte Novíssimo a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná atuou. Inicialmente na chamada Zona do Ivai, a qual foi adquirida na primeira compra de terras feita pela mesma, onde veio a surgir a cidade de Cianorte (vide Figura 16). Posteriormente, em 1944 a empresa compra os 29 mil alqueires referentes à Gleba Cruzeiro, onde surgiu a cidade de Umuarama (vide Figura 16). Conforme a Figura 23, o período de venda destes lotes (iniciado por volta de 1954), foi marcado novamente pela venda de pequenas propriedades.

1.4.3.1. Utilização das terras

Também no Norte Novíssimo, o cultivo do café foi o principal motivo para a rápida ocupação da área. Porém, na colônia de Paranavaí, as terras, de constituição arenosa, embora revestidas de mata, são pouco férteis, não se prestando à lavoura cafeeira, o que constitui

uma grande desvantagem em relação às outras colônias do norte do estado, desvantagem, acrescida pelas maiores distâncias dos mercados para colocação da produção agrícola, Apucarana e Londrina.

No entanto, mesmo assim o afluxo de população para a área foi grande, sendo uma boa parte já radicados no norte do estado. É nesta perspectiva, que mesmo com condições não propícias à cafeicultura, a mesma se expandiu de forma acelerada, nos primeiros anos de ocupação, para em seguida entrar em decadência.

Com o avanço da frente pioneira no sentido leste-oeste, abrindo novas áreas e consolidando a ocupação das mais antigas, a produção de café no norte do Estado vai se intensificando. Na década de 1940, observa-se que o Estado já produziu 5,7% da produção nacional, enquanto São Paulo continuava sendo o maior produtor com 62,1%. Já na década de 1950 a participação do Paraná passa para 24% e no início dos anos 60 já é o maior produtor nacional com 48% da produção, enquanto São Paulo cai para 27,6%. (vide Figura 07)

No Norte Novíssimo, a cafeicultura se expandiu tanto que os cafezais ocupavam até 64,0% das terras, entremeadas por pastagens na década de 1960. No final desta década, a produção cafeeira foi decaindo e a pecuária se expandindo, visto que o solo paranavaense, logo após a derrubada das matas, se prestava excepcionalmente para o café, poucos anos depois, a produtividade decaiu rapidamente. Somando a incidência das geadas, a baixa dos preços e da campanha de erradicação levada a efeito pelo Instituto Brasileiro do café (IBC); a passagem do ciclo cafeeiro sobre o solo do Caiuá foi rápida.

Pela Tabela 16 e a Figura 30, observamos que no ano de 1960 boa parte das terras da região ainda eram constituídas de matas ou estavam inexploradas. Porém, neste ano já havia o predomínio da área ocupada com a lavoura permanente, representando 14,4%, com as lavouras temporárias e pastagens ocupando cada uma em torno de 6,8%.

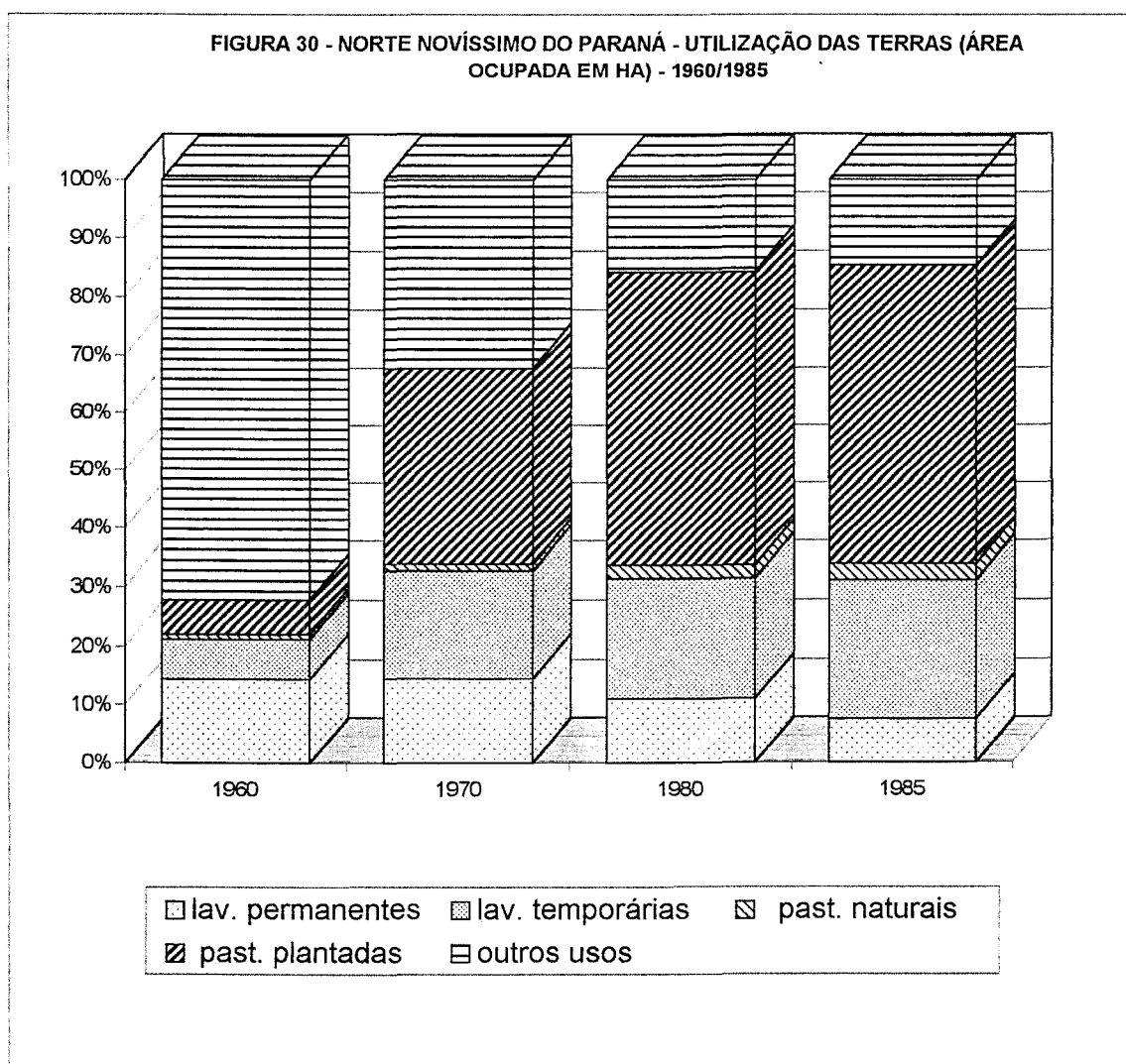
O ano de 1970 vai apresentar uma mudança drástica, pois, se por um lado as lavouras permanentes conseguem manter praticamente inalterada a área ocupada, continuando a representar 14,4% da mesma, a incorporação de novas áreas vai ocorrer em função das lavouras temporárias, que passam a representar 18,3% da área e principalmente pelas pastagens, que passam a ocupar 35% do total da área da região.

TABELA 16 - NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM HA) - 1960/1985

anos	lav. permanentes		lav. temporárias		past. naturais		past. plantadas		outros usos (1)		total(2)	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
1960	515.764	14,39	243.255	6,79	31.478	0,88	206.429	5,76	2.587.114	72,18	3.584.040	100
1970	514.000	14,42	651.159	18,27	42.533	1,19	1.205.269	33,82	1.151.040	32,30	3.564.001	100
1980	392.622	10,95	732.048	20,43	81.987	2,29	1.819.020	50,75	558.323	15,58	3.584.000	100
1985	267.858	7,47	847781	23,65	101454	2,83	1845280	51,49	521.627	14,55	3.584.000	100

(1) Inclui matas, terras em descanso, terras produtivas não utilizadas, terras inaproveitáveis, áreas urbanas, etc.

(2) Se refere a área total da região



Em 1980 a tendência à incorporação de novas áreas com lavouras temporárias e pastagens se torna mais significativa e, além disso, as lavouras permanentes apresentam uma perda de área, passando a representar 11% da área ocupada, enquanto as pastagens sobem para mais de 53% da mesma.

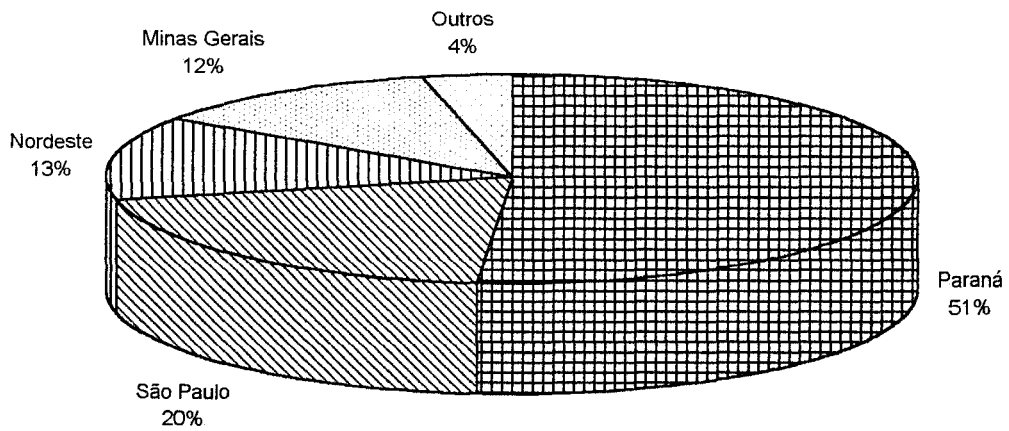
1.4.3.2. Origem da população

Quanto à origem da população, verificamos que o Norte Novíssimo foi a área do Norte do Paraná onde a participação de estrangeiros teve menor importância, não chegando a representar 1% da população residente em 1970. (vide Tabela 15)

No que se refere à origem dos brasileiros natos, podemos observar uma situação distinta com relação ao Norte Velho e Novo. Se por um lado a população de origem paulista continua sendo a mais importante (em torno de 20%), verifica-se que em seguida aparece a população nordestina com 13% e em menor quantidade os mineiros com 12%. (Figura 31)

No entanto, internamente à região a situação se mostra bastante diversificada em relação à origem da população. No Norte Novíssimo de Paranaíba, os mineiros vão apresentar pouca importância, enquanto o número de paulistas (25%) e nordestinos (16,4%) é bem superior às outras microrregiões "componentes" da região. O Norte Novíssimo de Umuarama, por sua vez, apresenta as mesmas características da média da região. Por outro lado, a Microrregião de Campo Mourão vai apresentar uma situação completamente diversa. Destoando do restante da região, há um predomínio de mineiros com 15,5%, seguido de paulistas com 14,8%, assim como o contingente de Nordestinos também se mostra importante, representando 10,4% da população. (vide Tabela 03).

FIGURA 31 - NATURALIDADE DOS BRASILEIROS NATOS - NORTE NOVÍSSIMO DO PARANÁ - 1970



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASARI, A.Y. “...E eu só queria voltar ao Japão” (colonos japoneses em Assaí.. São Paulo, 1992. 357p. (Tese de doutoramento, USP)
- ASARI, A.Y. & TUMA, M.M. Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina: documento consulta. Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina, 1978. 233p.
- BERNARDES, L.M.C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 15 (53):335-384, 1953.
- _____. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14(4):427-456, out./dez., 1952.
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDESUL/SDU. Perfil, estratégia de intervenção e fichas de componentes do aglomerado urbano de Londrina e Maringá. Apucarana, 1983.
- BRAY, S.D. Os primeiros povoadores e a posse da terra no Vale do Paranapanema. Boletim Geografia, Maringá, 5(1):5-24, mar.1987.
- CANCIAN, N.A. Cafecultura paranaense-1900/1970. Curitiba, Grafipar/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 140p.
- _____. Cafecultura paranaense-1900/1970 - estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. 497p. (Tese de doutoramento, USP)
- CMNP. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Maringá, 1975. 295p.
- CODATO, E. Colonização agrícola: a Colônia Três Barras - 1932-1970. Curitiba, 1981. 251p. (Dissertação de Mestrado. Univ. Federal do Paraná).
- LOPES, A.Y.D.P. Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná. São Paulo, 1982. 241p. (Dissertação de Mestrado)
- LUZ, F. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. São Paulo, 1980. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MARTINS, J.S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. p.43-50
- MENDONÇA, F.A. Evolução sócio-econômica do Norte Novíssimo de Paranavaí. São Paulo, 1990. 277p. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MONBEIG, P. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In: _____. Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo, Difel, 1957. p.105-124.
- _____. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984. 392p.

- _____. A zona pioneira do Norte-Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3 (25):11-17, abril, 1945.
- MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, (22):55-97, março, 1956.
- MUNGUIA PAYES, M.A. O Norte do Paraná: expansão cafeeira e apropriação da renda desde fins do século XIX até 1960. Itaguai, 1984. 173p. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)
- PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria da Cultura do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 216.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Atlas do Estado do Paraná. Curitiba, 1987. 73p.
- PRANDINI, N. Aspectos da Geografia urbana de Londrina. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros(1951/52,)6 (t.I):61-80, 1954.
- SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e organização pioneira do espaço agrário no Paraná. Boletim de Geografia, Maringá, 10(1): 61-93, 1992.
- TOMAZI, N.D. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Assis, 1989. (Dissertação de Mestrado, UNESP).
- VALVERDE, O. Planalto Meridional do Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1957. 332p.
- WACHOWICZ, R.C. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba, Graf. Vicentina, 1987. 178p.
- WESTPHALEN, C.M.; MACHADO, B.P.; BALHANA, A.P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7):1-49, 1968.

CAPÍTULO II - A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E A CULTURA CAFEIEIRA: 1930-1962

2.1. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil, Política Cafeeira e Formação do Mercado Interno

Após a análise dos processos iniciais de ocupação do Norte do Paraná (que não pretendeu ser exaustiva, mas sim indicando os movimentos principais), com ênfase especialmente nos processos de colonização do Norte Novo, é possível tratar do período compreendido entre 1934 a 1962, que marca a inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho, inserção esta que é movida fundamentalmente pela atividade cafeeira.

Portanto, para entendermos com maior clareza este período, assim como os demais a serem estudados, se faz necessário a análise do processo de desenvolvimento da realidade econômica brasileira e as conseqüentes fases de produção e reestruturação do seu espaço.

Um trabalho importante na análise do processo de desenvolvimento econômico brasileiro é o de CARDOSO DE MELLO (1982), que encara tal processo como formação e desenvolvimento de um certo capitalismo, quer dizer, de um capitalismo que nasceu tardiamente.

Neste estudo, o autor adota a seguinte periodização:

- economia colonial
- economia mercantil-escravista cafeeira nacional (1810-1888)
- economia exportadora capitalista (1888-1933)
- industrialização restringida (1933-1955)
- industrialização pesada (1955...)

Em função dos limites de nosso trabalho, logo da própria periodização estabelecida para a realização do mesmo, nos limitaremos a comentar os períodos que têm alguma relação com a realidade empírica estudada. Ou seja, pretendemos enfocar inicialmente o período de predomínio da economia exportadora capitalista, na qual houve o nascimento e consolidação

da grande indústria, que se estende de 1888 a 1933, uma vez que as transformações ocorridas neste intervalo de tempo, especialmente na economia cafeeira têm importância no entendimento da ocupação do Norte Novo do Paraná, logo na inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na divisão territorial do trabalho.

2.1.1. Economia exportadora capitalista e nascimento e consolidação da grande indústria

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo.¹⁷

A problemática da transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina, uma vez que esta...*deve ser entendida como o processo de constituição de forças produtivas capitalistas, mais precisamente como o processo de passagem ao modo especificamente capitalista de produção, ao que é impropriamente chamado de capitalismo industrial.* (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.97)

O autor esclarece ainda que pensa em constituição de forças produtivas capitalistas em termos de constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital, vale dizer, de libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital.

¹⁷ Neste primeiro período da transição, segundo OLIVEIRA (1972, p.16), a solução do “problema agrário” é um ponto fundamental para a reprodução das condições de expansão capitalista. Trata-se de um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia, ou seja, opera como uma espécie de acumulação primitiva. No entanto, como destaca o autor, trata-se de um processo em que não se expropria a propriedade, mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra pelo campesinado. Portanto, esta fase de início da “acumulação primitiva”, expressa-se no nascimento do campesinato típico da relação binomial latifúndio-mifúndio, que sustenta o padrão agroexportador. Também MOREIRA (1990, p.54), diz que estruturada na relação capital mercantil-campesinato, a acumulação primitiva do período 1870-1930 se apoia nos mecanismos de controle sobre a reprodução camponesa

Nestes termos, a industrialização da América Latina é específica por duas razões:

...por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalista nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamados de retardatária. (op. cit. p.98)

Neste período, o padrão de exportações primárias diversificou-se com a exploração da borracha na Amazônia e com o cultivo de cacau na Bahia, porém, o complexo exportador de café, que envolvia um setor agrário e industrial produtivo e o setor mercantil urbano, manteve-se dominante. Ou seja, no período em análise (1888-1932), o movimento da economia brasileira é imprimido, em última instância, pela acumulação cafeeira. Em 1933 há a quebra do padrão de acumulação iniciando-se a fase da Industrialização Restringida.

No período em exame, CARDOSO DE MELLO (1982, p.123) aponta dois ciclos do café. O primeiro estende-se de 1886 a 1918 e o segundo de 1919 a 1929 (na verdade este período se refere a expansão do ciclo, que tem seu período de depressão de 1930 até o pós-guerra).

Entre 1886 e 1898 houve um grande crescimento da economia cafeeira, uma vez que as condições de acumulação foram extremamente favoráveis: ampla disponibilidade de terras, “produzidas” pela extensão das estradas de ferro; oferta de força de trabalho superabundante, gerada por maciça imigração; aumento dos preços internacionais de 1886 a 1890, impulsionados pelo crescimento dos mercados mundiais, especialmente norte-americano e pela quebra das safras de 1887/8 e 1889/90; queda acentuada da taxa de câmbio, no momento em que cai a demanda externa, elevando os preços internos entre 1891 e 1894 e detendo o aprofundamento da queda entre 1895 e 1889. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 123, 126 e 127 e CASTRO, 1980, p. 54)

Porém, a crise que havia sido detida até então, aparece delineada já nos anos 1897/9, decorrente da baixa dos preços internacionais e internos do café, e da bancarrota financeira do Estado. Apesar da crise a produção se manteve em alta, uma vez que as margens de lucro auferidas previamente eram extremamente elevadas, assim como os salários monetários caíram.

Diante deste quadro de manutenção da capacidade produtiva, se chegou a 1906, quando as floradas anunciavam uma safra sem precedentes, ameaçando o aprofundamento da crise. A solução encontrada foi a política de valorização. Alguns autores ¹⁸ tratando especificamente da política cafeeira, vão apresentar, para o período compreendido entre o início do século até 1931, uma periodização que compreende duas fases sucessivas. A primeira que se estende de 1906 a 1924 marcada pelos esquemas de valorização, cujo o principal mecanismo era o financiamento da formação de estoques internos, restringindo artificialmente a oferta, com a finalidade de não permitir maiores quedas nos preços internacionais do café. A segunda fase (1924-1930) caracteriza-se pela instituição de uma política de defesa permanente do café.

O início da nova política de defesa do café, se consubstanciou através do Primeiro Esquema de Valorização, cujas medidas foram adotadas em fevereiro de 1906 no chamado Convênio de Taubaté, firmado entre os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e que apresentava como pontos principais: a) o governo compraria os excessos de produção; b) empréstimos internacionais financiariam essas compras; c) os empréstimos seriam cobertos por uma taxa em ouro imposta sobre cada saca de café exportada; d) imposição de imposto ao plantio de novos pés de café; e) proibição da exportação de cafés inferiores.

Segundo CARDOSO DE MELLO (1982, p.139),
tomando por conta seus objetivos, é indiscutível que o Programa de Valorização representou um completo êxito: os preços internos e internacionais se mantiveram até 1909, subindo de 1910 a 1912, e a taxa de câmbio permaneceu praticamente constante. Além do mais, a capacidade instalada ficou quase no mesmo nível, pois a baixa rentabilidade esperada do investimento, derivada do imposto do plantio e da pressão dos estoques em poder do Estado, bloqueou a acumulação cafeeira, ainda que a rentabilidade efetiva dos cultivos em operação tivesse se mantido e mesmo se ampliado, entre 1910 e 1912, uma vez que a elevação dos preços internos foi absorvida apenas em parte pelo crescimento dos salários monetários.

A expansão detém-se em 1913. A ameaça da guerra promove uma corrida às importações e, ao mesmo tempo, uma queda dos preços internacionais do café, acarretou um deficit comercial inédito. A situação se agrava em 1917 quando os estoques eram altos e as exportações estavam impossibilitadas devido à guerra.

Diante desta situação, o governo do Estado de São Paulo, recorrendo a empréstimos da União, empreendeu a Segunda Valorização, retirando 3 milhões de sacas do mercado, impedindo desta forma uma profunda crise do complexo exportador cafeeiro. O êxito

¹⁸ Entre os quais: GUARNIERI (1979, p.9), CASTRO (1980, p.63) e CANCIAN (1981, p.83)

dessa segunda operação de valorização deveu-se em boa parte à ocorrência de geadas em 1918, que reduziu em dois terços a safra de 1918/19.

Do ponto de vista econômico, não há muito a dizer acerca da segunda intervenção. Historicamente, ela foi de grande importância: emitiu-se moeda para proteger os interesses dos cafeicultores. A posição do setor cafeeiro seria mantida a qualquer custo, o que fez com que se esperassem intervenções semelhantes sempre que o volume da safra ameaçasse a lucratividade dos cafeicultores. A valorização estava na estrada da institucionalização. (A POLÍTICA cafeeira....1973, p. 75)

Nesta época tem início o segundo ciclo cafeeiro apontado por CARDOSO DE MELLO (1982), que se estende de 1919 a 1929. Neste ciclo houve um extraordinário crescimento do complexo cafeeiro, com a produção média passando de 14,1 milhões de sacas entre 1919/20 a 1923/24 para 18,2 milhões entre 1924/25 e 1928/29, atingindo 24,2 milhões de sacas nos anos 1929/30 a 1933/34, quando os cafeeiros plantados na segunda metade da década anterior se tornaram plenamente produtivos. (op. cit. 157)

O mesmo autor aponta as razões que tornaram as condições de acumulação extremamente favoráveis à economia cafeeira: farta disponibilidade de terras férteis, abundante oferta de força de trabalho (absorveu o crescimento vegetativo da população ativa dos Estados cafeeiros, foi beneficiada pelas migrações internas e pela imigração estrangeira, os demais complexos exportadores, o setor industrial e a agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas pouco cresceram e, por isto, foram incapazes de disputar o incremento da força de trabalho com o complexo exportador cafeeiro).

Além disto, com a prosperidade das nações industriais, os mercados centrais crescem, assim como se recorreu durante quase todo o tempo à valorização do café. Desta forma, a geada de 1918 e a recomposição dos estoques por parte dos operadores em 1918 e 1919 faz com que o preço internacional do café subisse bastante. No entanto, em 1921, com as perspectivas de uma grande safra e a crise norte-americana, o governo recorre mais uma vez à valorização. Com empréstimos do Banco do Brasil e externos, se opera a Terceira Valorização, que juntamente com as safras nada excepcionais de 1921/22 e 1922/23 e à retomada do crescimento da economia norte-americana, em 1922, conseguiram deter a baixa dos preços internacionais.

As vozes que se levantavam na época contra as políticas de defesa e em conseqüência o aumento da produção cafeeira, não foram suficientes para impedir que surgisse a

idéia de uma política de defesa permanente, buscando não mais a intervenção para impedir a queda dos preços abaixo de um certo nível, mas sim destinada a manter o preço do café num patamar elevado.

O Estado de São Paulo chamou a si a responsabilidade do programa de defesa permanente através da criação do Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café que logo passou a ser denominado de Instituto de Café de São Paulo. Como consequência se amplia a expansão da lavoura cafeeira iniciada em 1919, havendo um declínio do movimento de reconversão do uso da terra e da mão-de-obra para outras culturas.

A principal medida da política do Instituto foi o adiantamento aos cafeicultores pelo Banco do Estado de São Paulo de 60 mil-réis por saca, os quais foram utilizados para o desbravamento de novas terras e para novas plantações. Quase tão importante como essa distorção dos preços futuros, devido aos grandes adiantamentos realizados durante uma safra excepcional, foi a proteção aos produtores ineficientes do estado de São Paulo. Os adiantamentos atingiram a quase metade do custo de produção da Zona Nova e a mais de um terço da Velha, situação poucas vezes verificada em São Paulo até essa época. (A POLÍTICA cafeeira..., 1973, p.75/76)

A política de defesa permanente perdurou até 1929, quando a crise coloca em evidência as contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro, suavizadas e, simultaneamente, aprofundadas pela política econômica do Estado. Ou seja, a crise do setor cafeeiro não resulta da mera transferência a uma economia reflexa da Grande Depressão que atingiu as economias líderes, mas sim pelas próprias contradições do processo de acumulação do capital cafeeiro, pois a política de defesa permanente ao manter a taxa de lucro do café extraordinariamente elevada, provocou por um lado uma enorme expansão da capacidade produtiva interna e por outro lado, ao elevar os preços internacionais levou a uma grande expansão da capacidade produtiva externa.

Portanto a Grande Depressão antecipou e aprofundou uma crise que de qualquer modo seria inevitável. No entanto, a depressão não assumiu proporções catastróficas, se bem que possa ser considerada severa, assim como a recuperação foi rápida, especialmente em relação a outros países.

Não pode permanecer nenhuma dívida de que a política de defesa do café posta em prática pelo Estado tenha desempenhado o papel fundamental. ao assegurar a remuneração do café a preços internos que puderam, ao menos, cobrir os custos monetários variáveis e o consumo capitalista de grande parte das empresas cafeeiras intramarginais. e, deste modo, sustentando relativamente o nível de operação e de renda do segmento urbano do complexo exportador. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.171)

Nesta época o governo decidiu criar o Conselho Nacional do Café que, através da compra e destruição de estoques, se encarregaria da política de sustentação. O Conselho Nacional do Café destruiu 14,4 milhões de sacas entre maio de 1931 e fevereiro de 1933, permitindo, diminuindo significativamente a pressão da oferta, que se alcançassem preços internacionais mais elevados.

Portanto, as diferentes políticas adotadas pelo Estado no período que se estende de 1888 a 1933 acabam por beneficiar também as propriedades cafeeiras marginais, através da renda absoluta, pois esta advém do monopólio sobre a terra que tiveram todos os fazendeiros proprietários.

Sintetizando esta relação para o período em questão, MUNGUÍA PAYES (1984, p.33/34) diz que:

quando no mercado internacional os preços do café caíam até o ponto de ameaçar eliminar a renda absoluta nos solos piores, o Estado até 1930, por intermédio da política cambial ou pela política de defesa do café, procurou manter o nível desta renda, evitando que se refletisse nos preços internos o impacto do declínio dos preços externos ou a despeito do declínio destes últimos, aumentou os preços internos do café. Assim é que entre (...) 1870 e 1900, o decréscimo nos preços externos foi de 54%, enquanto que os preços internos aumentaram, em consequência da política cambial, 42,5%. Também, o preço interno do café se manteria relativamente alto durante as primeiras três décadas do século XX, principalmente pelas operações de 1906-1918, 1917-1920 e 1921-1924 e pelo crescimento na procura de café após a primeira guerra mundial.

Desta forma, no Brasil, a economia cafeeira capitalista cria as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao:

- a) gerar previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial;*
- b) transformar a própria força de trabalho em mercadoria; e, finalmente;*
- c) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis (CARDOSO DE MELLO, op. cit. p.99)*

No entanto, em que pesem os relativamente baixos volumes de capitais requeridos para a implantação da indústria leve, ao longo do período 1880-1930, houve apenas a implantação dos principais setores da indústria leve de bens de consumo não duráveis, não surgindo concomitantemente a indústria de bens de produção, uma vez que esta indústria possui uma maior relação capital/trabalho e um maior componente importado dos elementos do capital constante.

Porém, a causa principal reside no fato de que nas duas últimas décadas do século passado, em conjunção com o processo de monopolização dos principais mercados industriais e no bojo da "Segunda Revolução Industrial", a indústria de bens de produção atravessava uma profunda mudança tecnológica, que aponta para gigantescas economias de escala e, portanto, para um enorme aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Surgem, então, problemas praticamente insolúveis de concentração e centralização de capitais, e os riscos do investimento numa economia como a brasileira se tornam imensos. Acrescente-se ainda que a tecnologia da indústria pesada eram complexas e não estavam disponíveis no mercado internacional. (CARDOSO DE MELLO, op. cit. p.103).

Além disso, há que se ressaltar que as relações que se estabelecem entre o capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, e o capital industrial, são contraditórias, ou seja, se bem o capital cafeeiro dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo impõe limites estreitos à acumulação industrial. Isto porque o capital industrial depende, do capital cafeeiro para sua expansão.

Em primeiro lugar, para repor e ampliar a capacidade produtiva está preso à capacidade para importar gerada pela economia cafeeira (...) Em segundo lugar, o capital industrial é incapaz de gerar seus próprios mercados e seu crescimento está atrelado, do ponto de vista da realização, aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro, ainda que seja através do gasto público ou da urbanização. Decisiva, no entanto, é a dependência pelo lado da acumulação, que exprime a ausência de forças produtivas capitalistas e a subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil (op. cit. p.106)

Esta dependência pelo lado da acumulação vai determinar a posição subordinada da economia brasileira na economia mundial, a qual está duplamente determinada: pelo lado da realização do capital cafeeiro e pelo lado da acumulação do capital industrial. Por outro lado a fragilidade do capitalismo brasileiro transformou-nos em campo de exportação de

capitais dos países capitalistas maduros, predominando a forma de empréstimo, assim como capital de risco, que se dirige basicamente aos setores de infra-estrutura, comercial e financeira, mas, também, ao setor industrial. (op. cit. p.108).

Desta forma, o período que se estende de 1888 a 1933 marca o momento de nascimento e consolidação do capital industrial no Brasil. Portanto, considerando que a Primeira Revolução Industrial maturou plenamente entre 1820 e 1830 na Inglaterra, levamos cerca de 100 anos para consolidar a implantação da Primeira Revolução Industrial no Brasil.

No entanto, ainda se trata de uma economia com o predomínio do padrão agroexportador de acumulação, onde se configura uma divisão interna do trabalho na forma da tripartição monocultura-policultura-indústria.

Segundo MOREIRA (1990, p.42), no quadro dessa nova divisão de trabalho o padrão agroexportador entrecruza processualmente dois planos de relação. O primeiro é o plano interno das relações agrárias, em que a divisão consiste na separação e redefinição funcional das relações entre a monocultura e a policultura, na qual é transferida ao campesinato a tarefa de gerar com seu próprio trabalho os meios de sua reprodução familiar. A expressão espacial desse novo arranjo é a coexistência da parcela que o proprietário entrega ao campesinato com a monocultura. O segundo é no plano da ordem mais geral da acumulação do capital, em que a divisão consiste no surgimento da indústria fabril em localização territorial urbana, separada da territorialidade da agricultura, com a tarefa de gerar os bens não agrícolas que a massa rural irá adquirir por intermédio do vale do barracão.

Esta indústria inicialmente vai apresentar certa dispersão, localizando-se nas principais cidades do país, principalmente àquelas que possuíam uma infra-estrutura relacionada com a importação e distribuição de mercadorias. Apesar desta dispersão inicial, os grandes focos da indústria brasileira já se situam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No entanto, generalizando, desde a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho no século XVI, até o final desta fase (início da década de 30 deste século), o território nacional se apresentava essencialmente desarticulado.

Não existia, de fato, uma divisão regional interna do trabalho em dimensão nacional. As diversas regiões se ligavam diretamente a centros do capitalismo mundial. Tinham

em comum a valorização do setor externo, realizando um 'crescimento para fora'. (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1982, p.28)

Apesar da primazia da agricultura sobre a indústria até então, conforme coloca CANO (1993, p.16),

a maturação desta indústria leve ao longo dos anos 20, a precipitação de duas crises de sobreacumulação produtiva - a cafeeira e a industrial -, a expansão das classes médias urbanas, notadamente no Rio de Janeiro e São Paulo, a constituição de uma força trabalhadora urbana de dimensões nacionais modestas e as transformações ensejadas e impelidas pela modernização mundial que estava ocorrendo acumularam pressões no sentido do avanço da indústria e do capitalismo brasileiro.

Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro às vésperas da crise de 1930 já apresentava condições para que a reprodução do capital industrial se fizesse independentemente do capital mercantil-exportador, logo a "desestruturação" do complexo cafeeiro não se deu apenas em função de uma crise cafeeira, no caso a de 1930, mas também em função da mudança ocorrida no padrão de acumulação sob o comando do capital mercantil em direção à acumulação sob o comando do capital industrial (PERIDES, 1980, p.327)

2.1.1.1. A Cafeicultura no Paraná neste período

Estudando a cafeicultura paranaense, CANCIAN (1981, p. 21) vai apontar três conjunturas distintas, em função do comportamento dos preços:

- a) a primeira conjuntura vai de 1903 a 1929 e a produção mostra-se incentivada em decorrência da defesa e sustentação dos preços;
- b) a segunda conjuntura vai de 1930 a 1944 e há uma retração em virtude da depressão mundial e logo depois pelos efeitos da Segunda Guerra Mundial;
- c) a terceira conjuntura apresenta uma dinamização após 1945 por efeito dos preços mais altos de toda sua história, até perder de novo o impulso por efeito de superprodução e serem iniciados programas de erradicação.

Como já colocamos no capítulo anterior, o avanço da cafeicultura ocorrida até o início da década de 20 teve pouca repercussão no Norte do Paraná uma vez que, a despeito de apresentar solos de alta fertilidade, a má localização (em função da deficiente rede de transportes) elevava os custos de produção. Acrescente-se a isto, o fato de que a principal política do governo paranaense neste período, no que se refere ao Norte do Estado, se prendia exclusivamente à concessão de terras e segundo MUNGUIA PAYES (1984, p.35), a não participação do mesmo na exploração cafeeira, quer no apoio financeiro, quer na subvenção da mão-de-obra, que poderia ter evitado que esta se tornasse, até pelo menos o final da década de 20, escassa e cara, fez com que estes custos racaissem sobre cada fazendeiro. Assim sendo,

...o montante de capital avançado por unidade de área foi tal que, a despeito do maior rendimento dos cafeeiros norte-paranaenses e até dos cafeeiros situados no oeste paulista, restringiu e, até mesmo, eliminou a renda fundiária, limitando o surgimento de um "rush" cafeeiro neste período.

Por outro lado, os vários patamares dos preços internos do café, sustentados pela atuação do Estado, por intermédio da taxa cambial e da política de defesa do café, e pelo aumento da procura no mercado internacional, foram suficientes para manter em operação cafezais cultivados nos piores solos no Estado de São Paulo. Também foram suficientes para incentivar o plantio no Paraná. A partir de 1912, quando entra o primeiro grande cafeicultor na região, cada vez mais ocorre o aumento das lavouras. Porém, até o final da década de 1920, a cafeicultura paranaense se restringiu ao Norte Velho e como visto no capítulo anterior, teve um crescimento modesto.

Quanto ao Norte Novo do Paraná e, conseqüentemente à Microrregião Geográfica de Londrina, embora já apresentasse projetos de colonização desde 1924, de fato vai se incorporar de forma definitiva à divisão regional do trabalho a partir do início da década de 30, quando através do capital inglês o problema dos transportes é resolvido, via o prolongamento da ferrovia. Logo estava aberta as portas para o avanço da cafeicultura na região.

Os municípios componentes da Microrregião Geográfica de Londrina, estavam entre os primeiros que foram criados nesta nova fase da ocupação e colonização do Norte do Estado. Segundo o IBGE (1959, p.81, 247, 306, 307, 442 e 443), podemos resumir a evolução administrativa dos referidos municípios conforme a tabela abaixo, acrescentando que Cambé e Rolândia foram desmembrados de Londrina e Ibiporã de Sertanópolis.

TABELA 17 - DATAS REFERENTES A EVOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA

	LONDRINA	CAMBÉ	ROLÂNDIA	IBIPORÃ
PRIMEIROS POVOAMENTOS	1929/30	1930	1932	1934
TRANSFORMAÇÃO EM DISTRITO		1937	1938	1938
criação do município	-	1947	1943	1947

2.1.2. Mudanças no padrão de acumulação e nas políticas cafeeiras

Desta forma, o “rush”cafeeiro de que nos fala MUNGUIA PAYES, veio a acontecer no que se refere à Microrregião Geográfica de Londrina, no período pós-1930, com pouca intensidade até 1945, e com um dinamismo muito forte a partir de então. Neste processo, as transformações da economia nacional, juntamente com as particularidades da região é que vão desvendar as causas da rápida ocupação e transformação deste espaço.

Diante disto, buscando dar conta da tarefa a que nos propomos, se faz necessário verificarmos inicialmente a crise cafeeira ocorrida durante a década de 30 e meados da década de 40, assim como a mudança no padrão de acumulação sob o comando do capital mercantil em direção à acumulação sob o comando do capital industrial.

Neste sentido, segundo CARDOSO DE MELLO (1982, p.110), em 1933 se inicia nova fase do período de transição. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida.

Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, auto-determinando o processo de desenvolvimento industrial.

Apesar disto, houve durante esta fase, um crescimento mais que proporcional do departamento de bens de produção, que se por um lado não cobria totalmente as necessidades correntes da economia, por outro, liberta o setor industrial da dependência que o atrelava, direta ou indiretamente, pelo lado da realização dos lucros, à economia cafeeira. Porém, a capacidade de importar, mantida fundamentalmente via exportações de café, continua impondo limites à taxa de acumulação industrial.

As dificuldades para a instalação da indústria pesada já foram colocadas anteriormente. Nestas circunstâncias o investimento privado dispunha de oportunidades lucrativas ao expandir a indústria existente e promover a diferenciação limitada do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo, com a formação da indústria de bens duráveis "leves", ou, mesmo, converter-se em capital mercantil, invadindo, por exemplo, o ramo imobiliário urbano e o de comercialização de produtos agrícolas. (op. cit. p.112). Desta forma,

não somente os investimentos na indústria pesada de bens de produção jamais estiveram nos horizontes do capital industrial, mas, especialmente, o padrão de acumulação industrial impunha limites objetivos à ação econômica do Estado. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.114)

Estes limites eram impostos pela restrita capacidade de apropriação, devido aos frágeis alicerces tributários, assim como por uma parcela considerável da capacidade de importar estar sendo ocupada com a operação e expansão da indústria leve.

Por outro lado, estes problemas poderiam ser enfrentados com facilidade pela grande empresa internacional, se decidisse investir no Brasil. No entanto os anos compreendidos entre 1930 e 1946 não foram particularmente favoráveis à exportação de capital por conta de uma seqüência de eventos decorrentes da Grande Depressão.

São estas razões que explicam, basicamente, por que foi limitada, lenta e a reboque da demanda a implantação do núcleo fundamental da indústria de bens de produção. Como, também, são elas que esclarecem por que coube ao Estado papel de relevo no alargamento das bases produtivas do capitalismo, quer como empresário na indústria de base, quer promovendo o rompimento dos 'pontos de estrangulamento' em energia e transportes. (op. cit. p.116)

Desta forma, esta industrialização restringida fez com que a acumulação industrial continuasse submetida ao limite, em última instância, imposto pela capacidade de importar. No entanto, não há como negar que houve, neste período, um certo deslocamento do

eixo econômico da agroexportação para a indústria fabril, o que impõe à agricultura sua reformulação, fazendo a acumulação primitiva entrar em nova fase. Em razão da crise generalizada da agroexportação, a relação do capital com o trabalho camponês entra num período de reformulações, de modo que uma nova forma de agricultura possibilite moderna relação agricultura-indústria.

Segundo MOREIRA (1990, P.54/55),

um efeito direto da crise da economia agroexportadora é a fragmentação da grande propriedade. Essa fragmentação ocorre de formas diversas, em algumas propriedades significando perda e venda de terras a novos proprietários e em outras parcelamento para entrega a terceiros em regime de parceria e arrendamento. Com essa fragmentação, opera-se radical reformulação na relação latifúndio-minifúndio. A massa camponesa vê-se liberada da relação até então vigente, parte dela adquirindo pequenas propriedades, parte recebendo terras em parceria e arrendamento, parte se assalariando e parte ainda migrando para os grandes centros urbanos...

Desta forma, a agricultura estava apta a cumprir nova função na sua relação com a indústria. Ou seja, à monocultura cabe fornecer, com seus produtos de exportação, as divisas que cobrirão as despesas de importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão das indústrias; à policultura, os alimentos que subsidiem a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais.

A consolidação do núcleo industrial no interior do complexo cafeeiro, em especial em São Paulo, introduziu modificações significativas na dinâmica espacial brasileira¹⁹. Neste período vai ocorrer a formação do mercado nacional e, portanto, o processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna. Como afirma LENCIONI (1985, p.69), o capital integrava, numa nova divisão do trabalho, o território nacional fazendo de cada lugar, internamente, um lugar ampliado de sua produção nos anos 30. Essa integração pode ser exemplificada pela abolição dos impostos interestaduais no sentido de fazer crescer o nível interno das trocas comerciais.

No dizer de OLIVEIRA (1981, p.77), nas regiões onde não existiam “economias regionais”, com circularidades específicas do processo de reprodução, a redivisão regional do trabalho comandada pela expansão capitalista do Centro-Sul tomou claramente as formas de “criação” e não “destruição”, citando como um dos exemplos a expansão do café sobre

¹⁹ Ao iniciar-se a década de 30, São Paulo e Rio de Janeiro concentravam quase 60% da produção industrial brasileira, enquanto em 1939 os dois estados já produziam 67.4%. dos quais 45.4% já se concentrava em São Paulo. (GOLDENSTEIN & SEABRA: 1982, P.31)

o Paraná. Ou ainda, como colocam GOLDENSTEIN & SEABRA (1982, p.33), em linhas gerais o impacto da industrialização do Sudeste até meados da década de 50 foram:

- o processo de "destruição" da estrutura de economia regionais pela competição dos ramos de produção industrial e também agrícola, pela capacidade de produzir melhor e a menores custos(...);
- a locação de atividades produtivas (matérias primas minerais e agrícolas e gêneros alimentícios, beneficiados ou não) nos territórios vazios ou de pouca expressão econômica anterior(...);
- o deslocamento de capitais excedentes (sem condições favorável de valorização na região) para o Sudeste;
- a mobilização do exército de reserva latente nas áreas rurais do Nordeste e Minas Gerais...

Portanto, nestas transformações da dinâmica espacial brasileira, vai assumir especial importância a mudança do papel da fronteira agrícola, que até então respondia basicamente aos impulsos externos e com a industrialização, o vetor dinâmico de expansão territorial passou a atender em grande parte, às necessidades do centro industrial.

Dos anos 30 aos 50 essa incorporação de excedentes de outros espaços se dá basicamente com as áreas do anel circundante mais próximo do eixo industrial. Consiste ela no transbordamento da divisão intra-agrícola do trabalho do planalto para a periferia imediata dos Estados vizinhos, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraná. Assim (...) o café transborda dos espigões do oeste paulista para os do norte do Paraná, onde se repete a forma alongada das propriedades, com o cafezal no topo, a policultura na meia encosta e a pecuária no fundo dos vales, mas aqui a ocupação cafeeira se fazendo em médias e pequenas propriedades...(MOREIRA, 1990, p.61)²⁰

É neste contexto, marcado pelo deslocamento do eixo econômico para o setor industrial, porém, com o setor cafeeiro representando papel fundamental na geração de divisas para o país, logo, demandando e recebendo um tratamento diferenciado no que se refere às políticas econômicas, que a Microrregião Geográfica de Londrina vai ser incorporada como uma frente pioneira da expansão cafeeira, se integrando organicamente à São Paulo, e se constituindo também em fornecedor de produtos alimentares e produtos industrializáveis àquele polo nacional, assim como se convertendo em um importante mercado para os seus produtos manufaturados..

Diante destas circunstâncias, apesar das transformações ocorridas, a economia cafeeira ainda vai representar um papel importante, apesar de que a partir do início da década de 30,

²⁰ BECKER & EGLER (1993, p.114) se referem a uma estrutura regional resultante da industrialização que poderia ser representada por três grandes unidades: a área core e sua periferia integrada, as periferias deprimidas e a fronteira de recursos

...a política cafeeira passou a ser cada vez mais subordinada a uma política econômica 'geral' determinada de forma crescente pela expansão do setor industrial. Isto tornou especialmente evidente a partir do final da II Guerra Mundial. Apesar da crescente intervenção do Estado no setor cafeeiro 'coincidir' com a progressiva subordinação da política cafeeira às diretrizes da política econômica determinada principalmente pelo desenvolvimento industrial, é importante ressaltar que os interesses dos cafeicultores não deixaram de ser considerados e atendidos em boa parte do período estudado. Até a década de 1930 isto se deveu ao fato da burguesia cafeeira ter em certo sentido dominado o aparelho de Estado e, depois disso porque ela não deixou de deter um poder de pressão ao nível político e, por outro lado, porque a despeito da nova posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, seu desenvolvimento continuava a ser bastante dependente do comércio exterior. (GUARNIERI, 1979, p.2)

Uma mudança importante na condução da política cafeeira a partir de então foi a transferência da mesma dos Estados produtores para o Governo Federal, através, inicialmente da criação do Conselho Nacional do Café em 1931. Neste mesmo ano foi implementado um claro programa de sustentação de preços, que fixava um imposto por saca nas exportações de café, para financiar a retenção dos excedentes e a destruição de parte dos estoques. Além disso foi estabelecida a proibição de novos plantios por cinco anos.

Conforme GUARNIERI (op. cit. p.23), no ano de 1933 havia a perspectiva da safra atingir 30 milhões de sacas, enquanto que as possibilidades de exportação não passavam de 15 milhões, e os estoques governamentais se aproximavam de 16 milhões de sacas. Diante deste quadro, no início de 1933 o CNC foi extinto e substituído pelo Departamento Nacional do Café (DNC), representando o passo definitivo da passagem do controle da política cafeeira das mãos dos Estados para o Governo Federal.

Uma das principais medidas adotadas pelo DNC foi o estabelecimento de quotas para o escoamento das safras: 40% deveriam ser vendidos ao DNC, para serem incinerados, constituindo a chamada quota de sacrifício; 30% seriam encaminhados para armazenagem à espera de embarque e 30% seriam enviados diretamente aos portos de embarque. Estas quotas, com pequenas alterações durante o período, se mantiveram até 1937.

Segundo LENCIONI (1985, p.60), a chamada "quota de sacrifício" se era de um lado - o do pagamento do sacrifício - socializada, era de outro, - o da apropriação do lucro - privatizado. Esta socialização dos custos havia tornado possível, pelos mecanismos de valorização, viabilizar a expansão cafeeira mesmo quando a superprodução poderia ter significado baixos preços no mercado internacional.

Mesmo no período de 1935 a 1944, quando foram destruídos 547.969.980 pés de café no Estado de São Paulo (graças a uma remuneração feita pelo governo aos cafeicultores), a autora (op. cit. p.61), diz que tanto a erradicação como a valorização do café interessam ao fazendeiro. Ocorre que a erradicação vinha eliminar, sobretudo, aqueles cafezais de rendimentos menores. A valorização aumentava os preços do café e mantinha a lucratividade do cafezal de bom rendimento; com isso, o café que era erradicado em alguns municípios, era mantido ou expandia-se em outros.

Em 1937, o governo brasileiro, já sob o regime do Estado Novo, altera drasticamente a política cafeeira, substituindo a incineração dos excedentes pela concorrência no mercado internacional. Acontece que ao mesmo tempo em que os países concorrentes ainda se recusavam a cooperar na sustentação dos preços, os mesmos aumentavam sua participação no mercado mundial, enquanto o Brasil declinava sua participação. Ainda, segundo STOLCKE (1986, p. 120), como os estoques se acumulavam, a sustentação do café continuamente absorvia volumosos recursos, pois, embora o governo pagasse muito pouco pela “quota de sacrifício”, os preços para reter os excedentes eram relativamente altos. Além disso, o setor cafeeiro aumentava a pressão contra a política adotada pelo Departamento Nacional do Café.

Esta política atinge seus objetivos, uma vez que o volume das exportações de café cresce, o país aumenta sua participação no mercado mundial, passando de 48% em 1937 para 57,4% em 1939. Também ocorre uma violenta queda dos preços do café no mercado externo e interno, tornando crítica a situação dos cafeicultores com cafezais de menor produtividade e pior qualidade.

O início da II Guerra Mundial e o conseqüente fechamento dos mercados europeus vem trazer nova mudança nos rumos da política cafeeira, uma vez que a situação da cafeicultura era bastante grave. Segundo dados apresentados por GUARNIERI (1979, p.29), para a safra de 1940/41 estimava-se 20,9 milhões de sacas e havia um estoque de 6 milhões anteriormente acumulados. Por outro lado, na melhor das hipóteses as exportações previstas chegariam a apenas 13 milhões de sacas. Diante disso, o DNC voltou a estabelecer a quota de sacrifício de 25% que seria paga a 2 mil-réis por saca, procedeu ao recolhimento de 10,9 milhões de sacas na safra de 1940/41 e ainda estabeleceu condições de preços e quotas para os excedentes da safra de 1939/40.

No âmbito internacional foi assinado em 1940 o Acordo Interamericano do Café, envolvendo 14 países produtores e os Estados Unidos.

Para a consolidação desse acordo contribuiu o fato dos Estados Unidos desejarem impedir o estabelecimento de uma aliança entre os países latino-americanos e os países do Eixo. Uma das formas de impedir essa aliança era a preservação da mais importante atividade econômica de vários países latino-americanos, qual seja, a cafeeicultura. (GUARNIERI, 1979, p.29)

O acordo, que perdurou até 1946, consistia num sistema de quotas anuais de exportação de café dos países produtores para os Estados Unidos e, em 1941 foi fixado um preço teto que era o dobro do de 1938/1939.

Os cafeicultores continuavam a lutar contra a quota de equilíbrio no momento em que geadas e secas em 1942 e 1943, ao reduzir o volume das safras, colaboram para que o DNC diminuísse a referida quota para 10% na safra de 1942/43 e a eliminasse na safra seguinte. Também a incineração de cafés passa a declinar a partir de 1937, se encerrando em 1944. De 1931 a 1945 se eliminou 78 milhões de sacas o que equivalia a cinco safras normais.

2.2. A Inserção da Microrregião Geográfica de Londrina na Divisão Territorial do Trabalho

2.2.1. Utilização das terras

Resumindo, o período compreendido entre 1929 e 1945 é marcado por uma profunda crise do setor cafeeiro e, por conseguinte por uma série de medidas buscando a manutenção dos preços internacionais e um equilíbrio na produção interna. Porém, para o Estado do Paraná, o café nesta época dava mostras de que em breve se transformaria na atividade condutora de sua economia²¹, uma vez que o mate, até então o principal produto do Estado, já vinha em decadência a alguns anos. Desta forma, o governo do Estado passa a tomar medidas

²¹ Segundo PADIS (1981, p.126/127), em 1935, apesar da produção de café do Paraná representar apenas cerca de 0,3 por cento do total nacional, em termos de exportação e arrecadação de impostos sua importância já era visível: os tributos sobre exportação de café somados à taxa ouro cobrada na época significavam 42,3 por cento do total de impostos sobre exportação e contribuía com 15 por cento de toda a receita ordinária do Estado.

(basicamente de ordem política) que vêm a favorecer a formação de um verdadeiro “rush” cafeeiro.²²

A primeira medida neste sentido foi a mudança na proibição de novos plantios estabelecida em 1931. Como afirma CASTOR (1984, p. 108), o governo paranaense (logicamente ajudado pelo lobby cafeeiro) conseguiu a inclusão de uma cláusula em que a proibição se aplicava somente aos Estados que tivessem mais de 50 milhões de cafeeiros, o que absolutamente não era o caso do Paraná. Acrescenta ainda, que o peso político dos produtores de café era grande e em 1935, o Estado denunciou todas as cláusulas restritivas do Convênio dos Estados Cafeeiros que havia assinado com outros estados e passou a apoiar aberta e integralmente as novas plantações.

Não queremos de forma alguma com isto, dizer que o governo do Estado teve um papel preponderante no avanço da frente pioneira, uma vez que, sua ação só veio a favorecer os outros aspectos, que de fato é que vão explicar a rápida expansão da lavoura cafeeira, mesmo num período de crise. Estes fatores são basicamente resultado dos processos gerais de desenvolvimento capitalista do país que, como vimos, através de uma industrialização parcial, necessitava da sustentação da cafeicultura, assim como a crescente urbanização do país criava mercado para os produtos alimentares. Por sua vez, a sustentação dos preços do café, ainda que baixos, mantinha aberta a possibilidade da expansão do cultivo. Neste contexto, o Norte Novo do Paraná e conseqüentemente a Microrregião Geográfica de Londrina, se apresentava como uma região propícia a tal expansão, uma vez que a colonização, através, principalmente da pequena produção e por conseqüência com predomínio da mão-de-obra familiar, assim como a alta fertilidade do solo, que propiciava uma produtividade muito maior que em outras regiões²³, fazia com que os custos de produção fossem extremamente baixos. Desta forma, repetimos, com a Companhia de Terras Norte do Paraná resolvendo o problema dos transportes através da ferrovia e de uma malha rodoviária de boa qualidade, conseqüentemente melhorando a localização da região, abriu-se a possibilidade dos produtores ali instalados auferirem a renda absoluta e diferencial I.

²² Muitos autores afirmam que a Revolução de 30, veio modificar o equilíbrio de forças, criando melhores condições para a ação do governo paranaense no âmbito das políticas cafeeiras.

²³ Conforme dados apresentados por FRANÇA (1960, p.245), entre 1947 e 1951, enquanto o Norte do Paraná apresentou uma produtividade média de 628 Kg/ha, São Paulo produziu somente 360 Kg/ha. O mesmo ocorre quando verificamos o rendimento em Kg por 1000 pés: o Norte do Paraná produzia 1002 Kg, enquanto São Paulo apenas 469 Kg.

Diante destas circunstâncias, nas regiões mais antigas não existia o mesmo dinamismo que naquelas onde se processava a colonização dirigida. Este tipo de colonização, como se depreende das colocações feitas no capítulo anterior, estava ocorrendo neste período, na região que veio a ser denominada posteriormente de Norte Novo de Londrina e, mais especificamente neste início da ocupação, fundamentalmente nos municípios componentes da Microrregião Geográfica de Londrina.

A Tabela 18 abaixo, apresentada por CANCIAN (1981, p.74), dá uma idéia de como foi relativamente intensa a expansão cafeeira na região de 1935 a 1945, assim como, dada a queda na área média de cultivo, demonstra que o café expandia-se em maior grau onde a pequenas e médias propriedades se faziam presentes.

TABELA 18 - NÚMERO DE PROPRIEDADES, ÁREA CULTIVADA, ÁREA MÉDIA, NÚMERO DE CAFEEIROS, NA MICRORREGIÃO DO NORTE NOVO DE LONDRINA

anos	1935	1942	1945
Número de propriedades	150	2060	-
Área cultivada com cafeeiros	3300	29.230	31680
Área média de cultivo (em ha)	22	14,2	-
Número de cafeeiros	1.881.077	16.432.314	18.057.600

Face a diminuição da possibilidade de lucros com o café, e o conseqüente “desinteresse” dos grandes produtores pelo mesmo, a característica destes primeiros anos da agricultura na região foi o predomínio da policultura.

A Tabela 19, apesar de suas restrições ²⁴ apresenta um bom panorama da utilização das terras da região em 1940, caracterizando uma situação de policultura. Conforme a tabela, verificamos que em Londrina, em função da ocupação ainda estar em seu início, há um claro predomínio de matas e terras não exploradas. Porém, na porção explorada dos

²⁴ O censo de 1940 não traz a área ocupada por produtos, mas somente por formas de utilização. Além disto, neste ano, em toda a porção do Norte do Paraná à oeste do rio Tibagi, somente existiam dois municípios: Sertanópolis e Londrina. Como colocamos anteriormente, neste ano já haviam sido criados os distritos de Cambé e Rolândia, pertencentes ao município de Londrina, portanto, os dados deste último são representativos da situação da Microrregião Geográfica de Londrina. Já Ibiporã ainda fazia parte do município de Sertanópolis, que como vimos no capítulo anterior, foi uma das primeiras colônias fundadas no Norte Novo do Paraná e representa uma situação um pouco diversa, já que ali o número de grandes propriedades é maior.

TABELA 19 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM HA) - 1940 A 1985

UTILIZAÇÃO	ANOS	1940(*)		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
		área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
LAVOURAS PERMANENTES		30.096	12,89	66.756	23,86	120.741	41,72	94.577	30,48	77.982	23,65	50.308	15,82	31.246	10,04
LAVOURAS TEMPORARIAS		34.190	14,64	21.329	7,62	31.511	10,89	63.191	20,36	84.683	25,68	104.875	32,99	129.754	41,70
PASTAGENS NATURAIS		12.015	5,15	5.329	1,90	8.544	2,95	17.280	5,57	22.825	6,92	21.342	6,71	12.240	3,93
PASTAGENS PLANTADAS(1)		-	-	39.282	14,04	57.829	19,98	80.646	25,99	85.690	25,99	99.708	31,36	98.411	31,63
MATAS E FLOR. NATURAIS		105.586	45,22	61.924	22,13	43.488	15,03	19.162	6,17	17.780	5,39	17.004	5,35	17.703	5,69
MATAS E FLOR. PLANTADAS(2)		-	-	17.170	6,14	3.749	1,30	3.446	1,11	4.443	1,35	4.683	1,47	3.853	1,24
TERRAS EM DESCANSO E PROD. NÃO UTILIZ.(3)		47.924	20,52	61.327	21,92	18.860	6,52	18.434	5,94	22.405	6,80	6.276	1,97	6.475	2,08
TERRAS INAPROVEITÁVEIS(4)		3.683	1,58	6.657	2,38	4.660	1,61	13.589	4,38	13.915	4,22	13.729	4,32	11.455	3,68
TOTAL		233.494	100	279.774	100	289.382	100	310.325	100	329.723	100	317.925	100	311.137	100

EVOLUÇÃO NUMÉRICA E PERCENTUAL													
UTILIZAÇÃO	ANOS	1940/50		1950/60		1960/70		1970/75		1975/80		1980/85	
		área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
LAVOURAS PERMANENTES		36.660	121,81	53.985	80,87	-26.164	-21,67	-16.595	-17,55	-27.674	-35,49	-19.062	-37,89
LAVOURAS TEMPORARIAS		-12.861	-37,62	10.182	47,74	31.680	100,54	21.492	34,01	20.192	23,84	24.879	23,72
PASTAGENS NATURAIS		-6.686	-55,65	3.215	60,33	8.736	102,25	5.545	32,09	-1.483	-6,50	-9.102	-42,65
PASTAGENS PLANTADAS(1)		-	-	18.547	47,22	22.817	39,46	5.044	6,25	14.018	16,36	-1.297	-1,30
MATAS E FLOR. NATURAIS		-43.662	-41,35	-18.436	-29,77	-24.326	-55,94	-1.382	-7,21	-776	-4,36	699	4,11
MATAS E FLOR. PLANTADAS(2)		-	-	-13.421	-78,17	-303	-8,08	997	28,93	240	5,40	-830	-17,72
TERRAS EM DESCANSO E PROD. NÃO UTILIZ.(3)		13.403	27,97	-42.467	-69,25	-426	-2,26	3.971	21,54	-16.129	-71,99	199	3,17
TERRAS INAPROVEITÁVEIS(4)		2.974	80,75	-1.997	-30,00	8.929	191,61	326	2,40	-186	-1,34	-2.274	-16,56
TOTAL		46.280	19,82	9.608	3,43	20.943	7,24	19.398	6,25	-11.798	-3,58	-6.788	-2,14

(*) Dados referentes ao município de Londrina

(1) No Censo de 1940 as PASTAGENS PLANTADAS estão incluídas nas PASTAGENS NATURAIS.

(2) - No Censo de 1940 as MATAS E FLOR. PLANTADAS estão incluídas nas MATAS E FLOR. NATURAIS.

(3) - O item TERRAS EM DESCANSO não consta dos Censos de 1940, 1950 e 1960.

- O item TERRAS PROD. NÃO UTILIZADAS consta do Censo de 1940 com a denominação de TERRAS NÃO EXPLORADA, e dos Censos de 1950 e 1960 como TERRAS INCULTAS.

(4) As TERRAS INAPROVEITÁVEIS constam dos Censos de 1940, 1950 e 1960 como TERRAS IMPRODUTIVAS.

estabelecimentos, há um pequeno predomínio das lavouras temporárias (14,64% da área ocupada) sobre as lavouras permanentes, que ocupavam quase 13% da mesma. As pastagens tinham pouca importância neste ano, representando pouco mais de 5% da área.

Os dados referentes à produção obtida em 1940 são mais esclarecedores sobre o predomínio da policultura. Novamente utilizando dados de Londrina, constatamos que o café (única lavoura permanente na época), representava somente 1,87% da produção. Esta discrepância entre a área ocupada e a produção se deve basicamente a idade dos cafeeiros que em boa parte ainda não estavam em idade produtiva²⁵. Por outro lado, no que se refere às lavouras temporárias, notamos uma acentuada diversificação. Embora houvesse um predomínio do milho com pouco mais de 73% da produção, também se produzia, em ordem decrescente, feijão, mandioca, arroz, algodão e cana-de-açúcar. Ou seja, havia um claro predomínio das culturas alimentares sobre as demais, pois somadas, estas lavouras representavam 93% de toda a produção. (Tabela 20)

TABELA 20 - MUNICÍPIO DE LONDRINA(1) - PRODUÇÃO(T) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1940

	PRODUÇÃO (T)	%
ALGODÃO	1431	2.82
ARROZ	2589	5.10
CANA-DE-AÇÚCAR	1019	2.01
FEIJÃO	4389	8.65
MANDIOCA	2836	5.59
MILHO	37311	73.56
OUTROS-LAV. TEMPORÁRIA(2)	202	0.4
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA	49777	98.13
CAFÉ	948	1.87
TOTAL-LAV. PERMANENTE	948	1.87
TOTAL	50725	100.00

(1) Neste ano faziam parte do município de Londrina os distritos de Cambé e Rolândia

(2) Consta em outros produtos da LAVOURA TEMPORÁRIA: batata-doce e trigo

OBS.: Somente foram incluídos na tabela os produtos que apresentavam como unidade de peso a tonelada

²⁵ Conforme dados apresentados na publicação "LONDRINA no seu jubileu de prata", em 1936 havia no município de Londrina, apenas 60.000 cafeeiros com mais de 4 anos e 3.604.568 cafeeiros de até 4 anos.

A propriedade adquirida estava totalmente coberta por mata virgem, desta forma, precedia à formação a derrubada, queima e limpa da mata de parte do lote. O palmito que se encontrava em abundância dentro da mata, proporcionava comida durante as primeiras semanas e material para construir provisoriamente um rancho. A madeira também podia proporcionar algum recurso, uma vez que se instalam na região uma grande quantidade de serrarias²⁶.

Inicialmente o produtor se restringia à produção de produtos alimentares, ou seja, mandioca, arroz, feijão e milho. A partir do segundo ano passa também a plantar algodão, que juntamente com a venda de porcos (daí também a grande quantidade de milho cultivada), do café, a partir do quarto ano, e dos outros produtos, contribuem para o pagamento do lote. Ou seja, conforme afirma CARVALHO (1991, p. 138/139), as lavouras intercalares, de maior importância para a manutenção dos membros da família, não devem ser pensadas como de cunho restrito à subsistência. Sua função era a comercialização para manter a unidade produtiva até a safra do café, quando esta lavoura estava em formação, ou comprometida por problemas climáticos, e ainda a comercialização para completar a renda familiar que não se restringia aos recursos vindos do café.

Todavia, a venda dos produtos cultivados no lote como fonte de recursos à formação do cafezal e ao pagamento das prestações foi significativa a partir do final da década de 30 em diante. Antes, os preços eram extremamente baixos ou simplesmente não haviam compradores para grande parte dos produtos explorados enquanto o café não produzia. E a razão disto é simples. Em decorrência dos efeitos depressivos da crise de 1929, o incipiente processo de urbanização regional e de desenvolvimento da rede viária não absorvia nem transportava os enormes volumes de produção local. (MUNGUIA PAYES, 1984, p.106).

A respeito deste último aspecto, em relato sobre a excursão realizada em Londrina em 1945, feito pela sra. Lisia M. Cavalcanti, a mesma diz que, ainda nesta época os vagões não davam conta da exportação, havendo enorme quantidade de produtos aguardando transporte, assim como, nos campos o milho, com suas hastes quebradas a fim de conservarem mais tempo, esperando lugar nos armazéns abarrotados de mercadorias. (CENTÉSIMA décima quarta tertúlia, 1945, p.606)

No período pós-guerra (entre 1945 e 1962), movida pela recuperação do produto junto ao mercado internacional, a cafeicultura vai passar por uma intensificação na

²⁶ Em trabalho publicado originalmente em 1935. P. MONBEIG. diz que nesta época já existiam umas dez serrarias em Londrina e uma em Nova Dantizig. atual município de Cambé. (MONBEIG: 1945. p.12)

região. Neste período dois fatores moldaram a política cafeeira: o comportamento do mercado internacional e o objetivo de sucessivos governos de assegurar a receita de cambiais com o café.

Em 1946, com a extinção do DNC, a execução da política cafeeira ficou a cargo da Divisão de Economia Cafeeira, porém, as atribuições desta divisão eram muito restritas, limitando a participação da burguesia cafeeira no que se refere às políticas econômicas de ordem geral. Mas, os interesses da cafeicultura não foram totalmente deixados de lado, uma vez que o processo de industrialização, até meados da década de 1950 dependia fundamentalmente das divisas geradas pelas exportações de café.

Conforme coloca STOLCKE (1986, p.153), uma vez terminada a guerra, a demanda mundial de café cresceu novamente, especialmente depois da recuperação da Europa. De início, o excesso na demanda mundial foi atendida pelos estoques excedentes que restavam no Brasil, os quais, porém, se esgotaram em 1949. O controle de preço nos Estados Unidos terminou em 1946, no entanto como os preços triplicaram, em 1951 aquele país estabelece novamente um preço máximo, que por sua vez foi abolido em 1953. A oferta mundial de café, incluindo a do Brasil, crescia lentamente, mas a demanda vinha ainda se expandindo mais rapidamente que as ofertas mundiais.

Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e segundo GUARNIERI (1979, p.39),

as reivindicações da burguesia cafeeira constituem apenas o sintoma aparente da necessidade da criação de um órgão de âmbito nacional para estabelecer as linhas básicas da política econômica do café. Ao lado disso, não se pode deixar de considerar a fundamental importância do setor cafeeiro na economia brasileira, e a necessidade daí decorrente de uma política específica para o produto a fim de possibilitar a maximização das receitas de divisas provenientes de suas exportações...

Entre 1950 e 1953, manteve-se o equilíbrio do mercado mundial, mas então, notícias de uma forte geada no Brasil elevaram os preços a um nível sem precedentes.

A partir de então o governo adota o chamado “confisco cambial”. A maioria dos exportadores estava autorizado a vender parte de suas cambiais à taxa do mercado livre, à qual correspondia a mais do dobro da taxa oficial. No entanto, as cambiais obtidas com a exportação do café, só poderiam ser convertidas pela taxa oficial. Ou seja, com a transferência de recursos, sobretudo do café, mediante o recurso de taxas cambiais diferenciais, se buscava cobrir

o crescente déficit comercial e financiar as importações de matérias-primas e bens de capital para o desenvolvimento industrial. (STOLCKE, 1986, p.157)

Após ter se esboçado em 1954, a crise de superprodução se agravou a partir de 1957. Nestas circunstâncias, a política cafeeira que havia permanecido inalterada, vai sofrer modificações, quando as autoridades esboçaram um Plano de Defesa do Café. Este plano restabelecia um preço mínimo, estendia um prêmio para o café de alta qualidade e assegurava a compra pelo governo de todos os excedentes. Porém não houve alteração na política cambial, uma vez que o governo argumentava que apenas com uma captação adequada de divisas é que poderia ter êxito uma política interna de preços baseada numa efetiva intervenção no mercado. (STOLCKE, op. cit. p.163)

Em 1958, a situação financeira do país e conseqüentemente do café se tornaram dramáticas. Os preços do café no mercado internacional caem, tendo como causa imediata a enorme safra de 1957/58. A sustentação de preços que acarretou a emissão de moeda e com isso estimulou a inflação, era onerosa, e não conseguiria restaurar os preços e as exportações. Diante disto há uma redução no preço sustentado para o café de exportação e para as compras governamentais dos excedentes. Além disso a sustentação das cotações do café não era possível, pois, os estoques existentes eram elevados e as colheitas dos anos seguintes foram grandes, sendo que somente em 1959/60 atingiu 44 milhões de sacas.

Diante desta situação de superprodução, a partir de 1957 são feitos acordos entre os países produtores onde se estabeleceu uma retenção de parte da produção exportável de cada país. Estes acordos culminaram em 1959, na instituição de um Convênio Internacional do Café, que buscava a defesa dos preços através do estabelecimento de quotas anuais de exportação.

Em 1961, após anos de forte pressão do setor cafeeiro, todo o sistema de taxas de câmbio múltiplos foi finalmente suprimido. No entanto, ainda desta vez os cafeicultores não se apropriavam da totalidade das suas receitas cambiais, uma vez que se estabeleceu uma taxa de exportação que variava de 24 a 26 dólares por saca de 60 Kg a serem destinadas a um Fundo de Reserva de Defesa do Café.

No entanto, apesar de todas as reclamações do setor cafeeiro (que se destinavam principalmente a extrair concessões do governo), quanto às políticas adotadas na década de 50, os preços internacionais extraordinariamente elevados, pelo menos até a segunda metade dos anos 50, na verdade fizeram da cafeicultura um negócio lucrativo. Além dos preços, outras razões são apontadas por STOLCKE (1986, p.170/174) para a manutenção da lucratividade, atenuando os efeitos do confisco cambial: a) os subsídios implícitos concedidos às importações de insumos industriais para a agricultura, tais como fertilizantes e máquinas agrícolas; b) a garantia de compra da safra integral do café; c) o ajuste dos custos da mão-de-obra às flutuações dos preços.

Desta forma, como coloca a autora (op. cit. p.176),

*o realinhamento das forças econômicas no país, que se iniciara no começo do século, consolidou-se nos anos pós-guerra, e o café perdeu para a indústria o seu papel dinâmico na economia brasileira. Mas isso não significou que os produtores e exportadores de café fossem de um só golpe despejados de sua proeminência econômica e política. De fato, a industrialização por substituição de importações dependia grandemente, em seus recursos, das cambiais obtidas com o café e, nos anos 50, a participação do produto nos ganhos do comércio exterior mais uma vez aumentou notavelmente (...). A importância renovada do café dotou o setor cafeeiro de uma influência política que permitiu aos fazendeiros e exportadores proteger com considerável sucesso os seus interesses de intromissões excessivas por parte do interesse 'nacional', pelo menos até 1958-1959.*²⁷

Uma das principais conseqüências da evolução dos preços internacionais do café no período de 1949 a 1954, foi o incentivo ao aumento do plantio, ampliando a capacidade produtiva da cafeicultura muito acima do consumo. Segundo GUARNIERI (op. cit. p.44), a produção média anual passa de 15,5 milhões de sacas no período 1950/54, para 25 milhões de sacas no período 1955-59.

Além disso, continuou a ocorrer a ampliação da cafeicultura em outros países, especialmente na África (passou de 7 milhões de sacas em 1955/56, para 13 milhões em 1961/62) e, em menor escala na América Central. Desta forma o Brasil teve uma perda relativa de participação no mercado mundial.

Diante desta situação, ou seja, aumento da concorrência e queda de preço no mercado internacional, produção média muito acima da demanda, gastos elevados na compra e

²⁷ Ver também GUARNIERI (1979, p.32)

manutenção deste excedente e, por outro lado, a manutenção da importância do café na determinação da capacidade de importar do país, a política cafeeira no início dos anos sessenta

...deveria assumir forçosamente um caráter anti-inflacionário, procurando manter ao mesmo tempo a receita de divisas do País. E, isto só se tornaria viável mediante a redução da capacidade produtiva do setor, a qual teria como conseqüência a diminuição da necessidade de compra de excedentes, o que simultaneamente atenderia às necessidades de uma política anti-inflacionária e possibilitava uma elevação dos preços internacionais do café a médio prazo, através da redução da oferta, com o que atenderia às necessidades do País na área cambial, ao permitir uma elevação da sua receita de divisas. (GUARNIERI, 1979, p.51/52)

Para tanto tornou-se necessário um órgão encarregado de planejar a produção cafeeira, o qual foi criado no final de 1961 com a denominação de Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Sobre este período, ou seja, a política cafeeira na década de 60, trataremos no próximo capítulo.

Boa parte da superprodução verificada já a partir de 1957, se deve à produção paranaense. Com o final da Segunda Guerra Mundial e a recuperação do mercado europeu, ocasionando a elevação dos preços, nada mais natural que fossem plantados novos cafeeiros. A tendência da cafeicultura foi a busca acelerada de terras virgens de alta fertilidade.

Segundo CANCIAN (1981, p.45),

estudo realizado pelo IBC/OEA em 1961, levando em consideração a distribuição etária dos cafeeiros, apurou que o impulso nas plantações paranaenses deu-se no quinquênio 1949/1953, ocasião em que a média de plantio anual girava em torno de 135 milhões de pés. Dos cafeeiros existentes em 1961, 77,6% se concentravam na faixa etária não superior a 12 anos, isto é, haviam sido plantados a partir de 1949. A média anual entre 1949-1952 havia sido de aproximadamente 130 milhões de pés, subindo em 1953 para 148 milhões (ano de geada) e diminuindo a partir daí, para 134 milhões em 1954, 92 milhões em 1955 (geada e queda de preços em dólares), 69 milhões em 1956 e cada vez em menor escala nos anos seguintes, quando da queda de preços em nível externo (dólares) e do confisco cambial, no plano interno.

Além do estímulo representado pela alta dos preços no mercado internacional e interno, outros fatores contribuíram para este acelerado aumento da capacidade produtiva. Por um lado, a rede de transportes sofria constantes melhorias, tanto no que se refere à ampliação e pavimentação da malha rodoviária, quanto ao prolongamento da ferrovia para as áreas recém colonizadas (ver capítulo anterior). Por outro lado, o rush populacional ocorrido, proporcionou a força de trabalho requerida na formação de novos cafezais.

Diante destes fatos, de pouco mais de 5% da produção brasileira em 1945, o Estado do Paraná, atinge 46,9% em 1959/60 constituindo-se no maior produtor do país. Em 1962/63 a produção chega a ser 62,8% de toda a produção nacional. (PARANÁ. Secretaria da Agricultura, 1985, p.24)

Também no Paraná houve a itinerância do café, com o mesmo se expandindo, no pós-guerra, tanto no Norte Pioneiro, quanto no Norte Novo e atingindo os limites das terras disponíveis para o café no Norte Novíssimo. Portanto, a expansão cafeeira foi sempre acompanhada de um movimento dinâmico que compreendia uma área onde o café estava penetrando; uma em que se encontrava plenamente em produção, e outra, onde a cultura se achava em declínio.

Muito embora de 1945 a 1965 não se possa falar exatamente em declínio da produção nos três nortes, mas sim, num dinamismo maior no ritmo de expansão da cafeicultura de uma região para outra, CANCIAN (1981, p.92) afirma que:

até atingir nova fase de superprodução na década de 1960, o centro dinâmico da produção no Paraná deslocou-se por três vezes, em períodos cada vez mais curtos - em 1951, quando o Norte Novo superou o Norte Pioneiro; onze anos depois, quando o Norte Novíssimo ultrapassou o Norte Novo, e em 1965 com o programa de erradicação de cafeeiros e fomento da pecuária no Norte Novíssimo, desvia-se novamente para o Norte Novo, de terras mais próprias ao cafeeiro.

Esta marcha acelerada do café neste período, vai acarretar uma mudança substancial no uso do solo. No tocante ao Norte do Estado, as plantações, especialmente na década de 50, vão invadir áreas impróprias para o cultivo, ou seja, os solos arenito caiuá predominante em praticamente todo o Norte Novíssimo e em algumas áreas do Norte Novo, assim como áreas nos limites sul da região, que já apresentam condições climáticas adversas ao café.

Também ao nível das propriedades, a diversificação da produção ocorrida até então, embora se mantenha no que se refere à variedade de produtos cultivados, vai sofrer um acentuado predomínio do café sobre as demais atividades. CANCIAN (1981, p. 111) chegou a afirmar que na década de 1950, as plantações, tanto na pequena, média ou grande propriedade, chegaram a níveis próximos de monocultura. Esta situação somente não chegou a se concretizar,

pois não era compensador plantar café nos vales, onde as temperaturas de inverno atingem quase que anualmente a níveis de geadas²⁸.

Estas colocações da referida autora talvez sejam um tanto quanto exageradas, uma vez que os dados apresentados por CARVALHO (1991, p. 36), referente às propriedades cafeeiras na safra 1960/61 (portanto no auge da cafeicultura paranaense), demonstram um quadro que esta muito longe de uma situação de monocultura:

o espaço da cafeicultura dentro das propriedades cafeeiras poderia ser descrito como diferenciado de acordo com o seu tamanho, mas quase a metade da área total se constituía de cafezais (1.786.7 mil ha ou 40% em relação à área cultivada). Cerca de 51% da área agrícola das propriedades cafeeiras eram ocupadas por matas, capoeiras, reflorestamentos, pastagens naturais e plantadas, pastos dos colonos, áreas não utilizadas, caminhos, cercas, construções e terrenos baldios (2.281.9 mil ha). A área destinada às outras lavouras era 9% do total das propriedades, atingindo 400.8 mil ha.

Além disso, se por um lado, o café vai ocupar as melhores áreas da propriedade, por outro, vai propiciar um uso intenso do solo através das culturas intercalares. Neste período, a melhoria dos transportes, permitia um melhor escoamento destes produtos, os quais alcançavam melhores preços em função do aumento na demanda por alimentos, devido ao desenvolvimento dos centros urbanos regionais que surgiam rapidamente, como também dos centros urbanos do Centro Sul do país.

Diante deste quadro, marcado por condições favoráveis à expansão cafeeira e, com a melhoria das condições de mercado para os produtos alimentares, a produção agrícola da Microrregião Geográfica de Londrina vai, por um lado apresentar uma dinamização extraordinária e, por outro, vai haver alterações profundas no uso do solo, em comparação aos primeiros anos de ocupação da região, ou seja, até meados da década de 1940.

²⁸ Além deste aspecto referente à utilização das terras dentro da propriedade, as geadas também representam um dos aspectos importantes no comportamento da cafeicultura como um todo no Norte do Paraná. A respeito disso, FRANÇA (1960, p.204) nos esclarece sobre a ocorrência das geadas branca e preta (ou negra) no Paraná: "...A geada branca corresponde a um golpe de frio local: graças à irradiação noturna ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do terreno. A geada branca ocorre principalmente no inverno e é para escapar à sua ação que os cafezais procuram as terras mais altas e, no Norte do Paraná, de preferência as vertentes ensolaradas, de orientação N e Nw. A geada preta ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa tropical-atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de rápida queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada, são então queimadas por congelamento. O perigo da geada preta para os cafezais é incomparavelmente maior ao da branca..."

A Tabela 19 e a Figura 32, que trazem dados referente à área ocupada em 1950 e 1960, são muito claras a respeito da expansão da cafeicultura nos anos de bom comportamento do mercado, posteriores à Segunda Guerra Mundial.

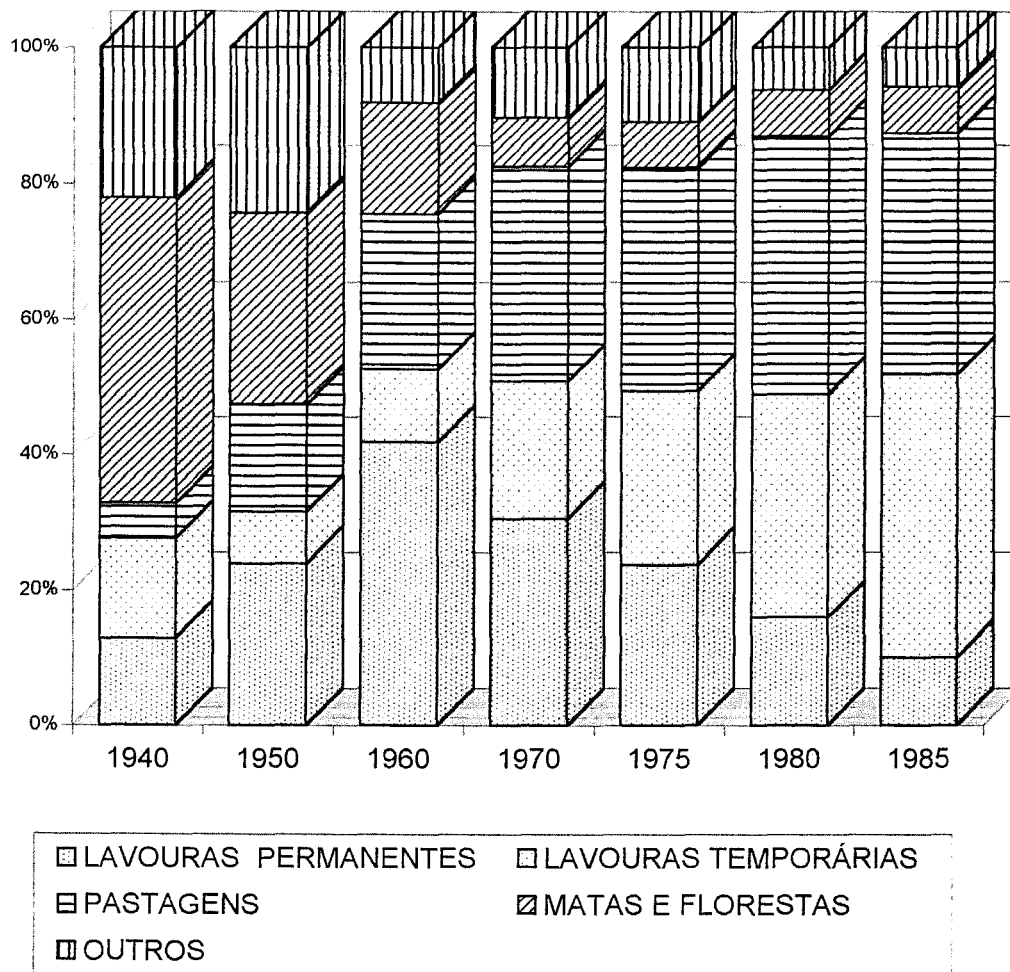
Em 1950, embora ainda fosse alta a quantidade de terras produtivas não utilizadas, assim como a quantidade de matas e florestas, representando a soma dessas terras pouco mais de 50% do total, as lavouras permanentes já apareciam como a principal atividade econômica da região, uma vez que ocupavam quase 24% das terras. Juntamente com as lavouras permanentes, também as pastagens aumentaram sua área (em função da plantação de pastos), somando entre pastagens naturais e plantadas, quase 16% da área. Por outro lado, as lavouras temporárias passam a representar apenas 7,62% do total.

Portanto, comparando com a situação de 1940, as transformações foram evidentes, com as lavouras temporárias, que era a principal atividade de então (no que se refere à área ocupada), perdendo espaço tanto para o café, como para as pastagens. Isto demonstra claramente, que a incorporação de novas áreas nesta época ocorria fundamentalmente pela plantação de novos cafezais, com as lavouras temporárias sendo plantadas principalmente de forma intercalar e as pastagens nos fundos dos vales, como já dissemos, em função da inviabilidade climática de se plantar café ali.

Em 1960 a cafeicultura vai atingir o auge na Microrregião Geográfica de Londrina, com as lavouras permanentes ocupando mais de 41% das terras ocupadas, enquanto as pastagens e as lavouras temporárias vão apresentar uma participação muito menor, representando 22,93% e 10,89%, respectivamente. Ou seja, enquanto as lavouras permanentes, entre 1950 e 1960, tiveram um acréscimo de área plantada de mais de 80%, as lavouras temporárias e as pastagens cresceram bem menos, em torno de 48%.

Devemos ressaltar, que a participação das lavouras permanentes nos anos de 1950 e 1960, na Microrregião, é em boa parte atenuada, em função do município de Londrina se prolongar em direção ao Centro Sul do Paraná, adentrando em terras não propícias à cafeicultura. Por outro lado, essas mesmas terras não foram colonizadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná (vide capítulo anterior, no item referente à frente de expansão, o movimento populacional oriundo dos Campos Gerais), caracterizando-se por uma estrutura fundiária com predomínio de propriedades maiores (mais à frente trataremos deste assunto).

FIGURA 32 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA EM HA) - 1940 A 1985



Nesta área havia uma quantidade grande de terras incultas, assim como matas e pastagens, que fazem o município de Londrina se diferenciar dos demais neste aspecto. Ou seja, excluindo-se os dados deste município, a participação das lavouras permanentes em Cambé, Ibiporã e Rolândia, em conjunto, subiria para quase 53% em 1950 e 60% em 1960 (vide Tabelas 42 e 43 em anexo).

Ainda cabe ressaltar que na parte norte do município de Londrina, as características são idênticas aos outros municípios da região, fato comprovado pelos próprios dados analisados na sequência, que se referem à área colhida das lavouras, cujas características de Londrina são bastante próximas aos demais municípios.

A Tabela 21 e Figura 33, que trazem a área colhida das lavouras permanentes e temporárias, vem comprovar como nos anos de 1950 e 1960 a Microrregião Geográfica de Londrina se integra a economia nacional, participando na divisão territorial do trabalho, fundamentalmente como produtora de café e em menor escala como fornecedora de produtos alimentares.

O café, como fica evidente é a única lavoura permanente de importância, assim como é o principal produto da região, passando a concentrar quase 59% da área colhida em 1950 e crescendo ainda mais em 1960, quando atinge 68% desta área. Por outro lado, as culturas alimentares predominavam de forma quase absoluta entre as lavouras temporárias, com o milho, o feijão e o arroz, como no restante do Norte Novo do Estado, sendo as principais lavouras, representando a soma da área colhida destes produtos, respectivamente, quase 38% e 31% em 1950 e 1960.

O que mais impressiona, portanto, é que nestes anos, somando-se a área colhida do café com as do milho, feijão e arroz, chega-se a 97% em 1950 e 99% em 1960, ou seja, no que se refere às lavouras, praticamente só se plantava estes produtos (Figura 33).

A cafeicultura que se desenvolveu na Microrregião Geográfica de Londrina, como de resto na maior parte do Norte Novo, baseou-se fundamentalmente no pequeno produtor, ocorrendo pois, uma mudança qualitativa em relação ao tipo de cafeicultura existente até então. Ou seja, *...não apenas se desloca em importância a produção vinda de fazendeiros. como estes passam*

TABELA 21 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA COLHIDA(Ha) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1950 A 1985

PRODUTOS	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
ALGODÃO	273	0,35	438	0,33	9.122	8,18	2.152	1,27	3.568	2,14	12.824	6,58
ARROZ	7.181	9,23	9.935	7,42	19.942	17,88	14.177	8,39	5.124	3,07	3.461	1,77
CANA-DE-AÇÚCAR	282	0,36	-	-	500	0,45	334	0,20	537	0,32	4.042	2,07
FEIJÃO	9.014	11,59	11.414	8,53	9.958	8,93	1.609	0,95	3.079	1,84	2.448	1,26
MILHO	13.332	17,14	20.210	15,10	33.514	30,05	22.409	13,26	35.355	21,18	42.824	21,96
SOJA	-	-	-	-	4.838	4,34	41.641	24,64	55.453	33,22	57.942	29,71
TRIGO	110	0,14	35	0,03	4.211	3,78	17.507	10,36	27.100	16,24	40.508	20,77
OUTROS LAV. TEMPORÁRIA(1)	570	0,73	-	-	568	0,51	166	0,10	2.456	1,47	3.579	1,84
TOTAL - LAV. TEMPORÁRIA	30.762	39,54	42.032	31,40	82.653	74,12	99.995	59,18	132.672	79,49	167.628	85,96
CAFÉ	45.835	58,92	91.046	68,01	28.076	25,18	68.557	40,57	33.725	20,21	26.089	13,38
LARANJA	176	0,23	465	0,35	314	0,28	57	0,03	91	0,05	87	0,04
OUTROS - LAV. PERMANENTE(2)	1.024	1,32	326	0,24	475	0,43	356	0,21	416	0,25	1.193	0,61
TOTAL - LAV. PERMANENTE	47.035	60,46	91.837	68,60	28.865	25,88	68.970	40,82	34.232	20,51	27.369	14,04
TOTAL	77.797	100	133.869	100	111.518	100	168.965	100	166.904	100	194.997	100

(1) Consta em outros produtos da LAVOURA TEMPORARIA:

1950: Amendoim, Abóbora, Batata-Doce, Batata-Inglesa, Cebola, Centeio, Fumo e Mandioca

1970: Amendoim, Batata-Inglesa e Mandioca

1975: Amendoim, Hortelã e Mandioca

1980: Amendoim, Mandioca, Hortelã e Rami

1985: Amendoim, Abóbora, Aveia em Casca, Batata-Doce, Batata-Inglesa, Cebola, Centeio, Mamona, Mandioca, Rami, Sorgo, Tomate, Capim-Elefante-Napier, Cana Forrageira e Milho forrageiro

(2) Consta em outros produtos da LAVOURA PERMANENTE:

1950: Banana, Maçã, Mamão, Pessego, Tangerina, Tungue e Uva

1960: Banana, Pessego e Tungue

1970: Banana e Uva

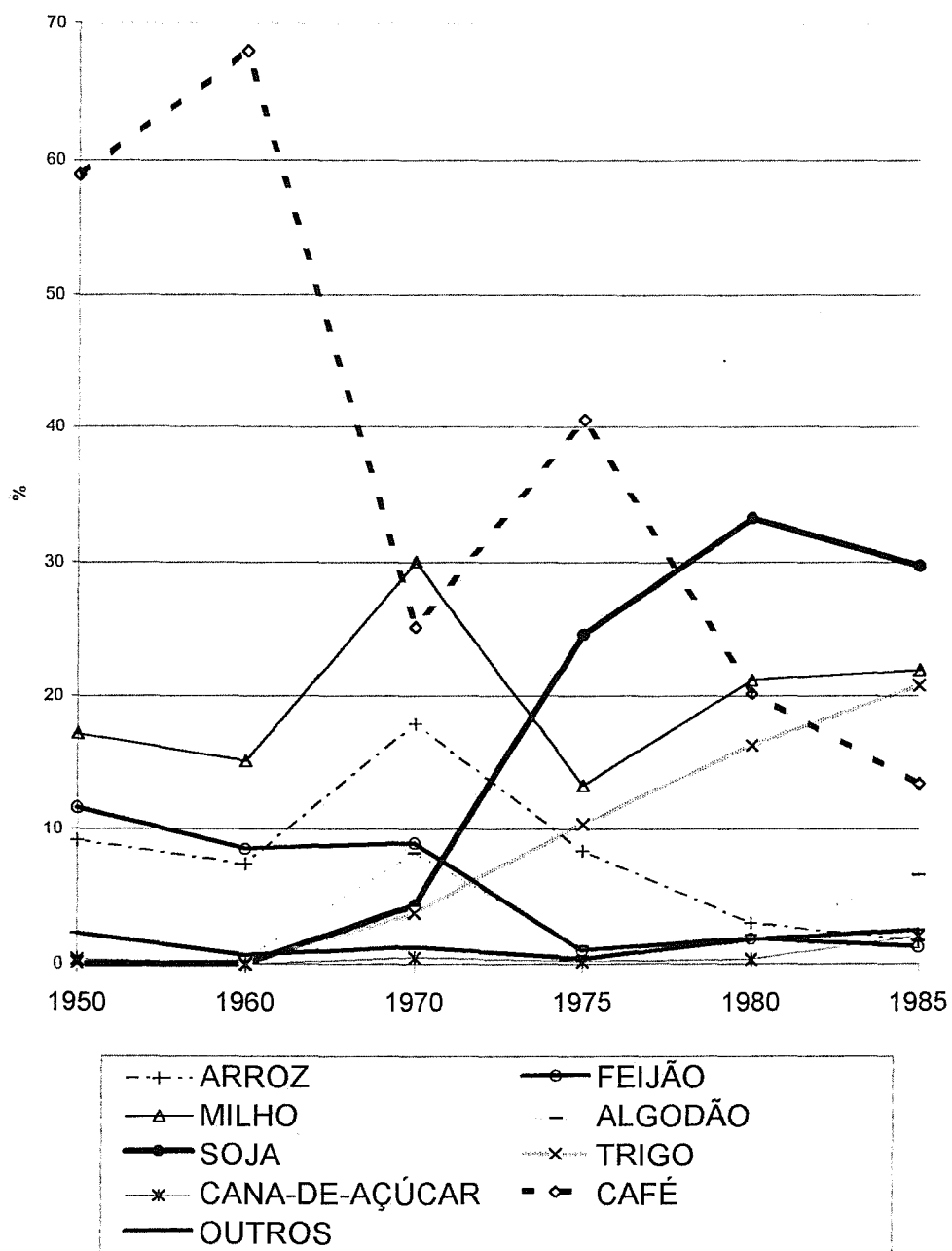
1975: Banana e Uva

1980: Banana, Pessego, Tangerina e Uva

1985: Abacate, Amora em folha, Banana, Caqui, Limão, Maçã, Mamão, Manga, Pessego, Tangerina e Uva

FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

FIGURA 33 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA COLHIDA(Ha) DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1950 A 1985



FONTE DOS DADOS: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

a reproduzir-se à sombra de investimentos feitos pelos pagos em grande parte pelos produtores simples.
(MUNGUIA PAYES, 1984, p.153)

Este autor faz uma interessante análise sobre este último aspecto. Segundo o mesmo, o valor excedente formado pelo pequeno produtor, nos primeiros anos de ocupação, eram transferidos para o pagamento do lote e, durante o tempo do pagamento deste lote, o migrante comprador era apenas trabalhador direto e proprietário nominal, enquanto que o vendedor da terra, era proprietário real e capitalista financiador.

Após o pagamento do lote este produtor passa a apropriar-se somente de parte deste valor, uma vez que na comercialização ele é parcialmente expropriado. A forma de comercialização que se estabeleceu na região, tanto para o café, como para os demais produtos, se por um lado trazia esta expropriação, por outro, foi uma das particularidades que possibilitou ao pequeno produtor a expansão de seu cafezal. Ocorre que, obviamente este produtor não dispunha de capital para beneficiar e escoar o café até Santos. Desta forma, vendia o café em coco e os demais produtos às máquinas de beneficiamento, que se espalhavam nas cidades e patrimônios. O maquinista exercia o papel de intermediário da comercialização do produto para os centros regionais e daí para o porto de Santos.

Portanto, produção e beneficiamento, nas pequenas e médias propriedades, passam a ser tarefas independentes, intensificando, ou melhor, já surgindo desde as primeiras povoações no Norte Novo do Paraná, uma nova divisão do trabalho, entre o campo e a cidade.

O esquema de comercialização do café, principalmente no que se refere aos pequenos e médios produtores, era marcado por um vínculo de dependência destes com os pequenos maquinistas. Esta dependência ocorria quando os maquinistas realizavam adiantamentos prévios e/ou, apresentavam-se como avalistas nos pedidos de empréstimos encaminhados pelos produtores junto aos bancos particulares. Entretanto, estes pequenos maquinistas, dispendo de pouco capital, vendiam o café aos poucos e grandes maquinistas/comerciantes nacionais e estrangeiros que concentravam as compras nas maiores cidades do Norte do Estado ²⁹. Na verdade, como consta da publicação da CODEPAR (1963, p.3/6), os pequenos maquinistas

²⁹ É desta maneira que a cidade de Londrina se transforma no mais importante centro de comércio do Norte do Paraná, sendo suas relações quase que exclusivamente com São Paulo. Desde a década de 1940, a cidade concentrava importantes firmas comerciais e representantes de firmas de São Paulo. (CENTÉSIMA décima quarta tertúlia, 1945, p.606). Ainda, segundo PRANDINI (1954, p.78), em 1954 a cidade de Londrina possuía 38 máquinas de beneficiar produtos agrícolas.

caracterizavam-se pelo fato de se restringirem, quase que exclusivamente, à prestação de serviços. Mediante pagamento, beneficiavam café para terceiros.

Esta mesma publicação (op. cit. p.3/4), que se refere a uma pesquisa sobre a cafeicultura no ano agrícola de 1961/62, identifica cinco categorias de maquinistas:

- estrangeiros: ligados diretamente a compradores de outros países;
- regionais: aptos à venda no porto;
- locais: de pequeno porte, que geralmente vendem serviços de beneficiamento;
- fazendeiro maquinista;
- cooperativas.

O resultado deste esquema de comercialização, marcado pela intermediação, é uma concentração da mesma junto às grandes empresas. Com base nos dados apresentados pela CODEPAR (1964, p.3/12), constatamos que na safra 1961/62, as empresas estrangeiras beneficiaram 13% da produção cafeeira do Norte do Estado, que se destinaram totalmente para exportação. Por sua vez, os maquinistas regionais participaram com 73% do beneficiamento, sendo que destes 20% se destinaram à exportação e o restante para o IBC. Por outro lado, as pequenas empresas somente trabalhavam com café não exportável e representou 8,3% do total beneficiado, enquanto que as fazendas beneficiaram 5% do café daquela safra, os quais foram integralmente vendidos ao IBC. No entanto, estas fazendas eram raras no Norte Novo e Novíssimo, se concentrando na quase totalidade no Norte Velho.

2.2.2. Estrutura fundiária

Portanto, reafirmamos, houve uma mudança qualitativa na cafeicultura, em função da participação importante dos pequenos estabelecimentos na produção.

Na Microrregião Geográfica de Londrina, a Companhia de Terras Norte do Paraná teve papel importante na configuração da malha fundiária. Mesmo que, como destacamos no capítulo anterior, a preocupação da mesma se movia fundamentalmente em função do tipo de clientela potencial para as suas terras (que em função da crise, seria basicamente composta por pessoas que não possuíam grande capital para a compra de grandes propriedades), não há como

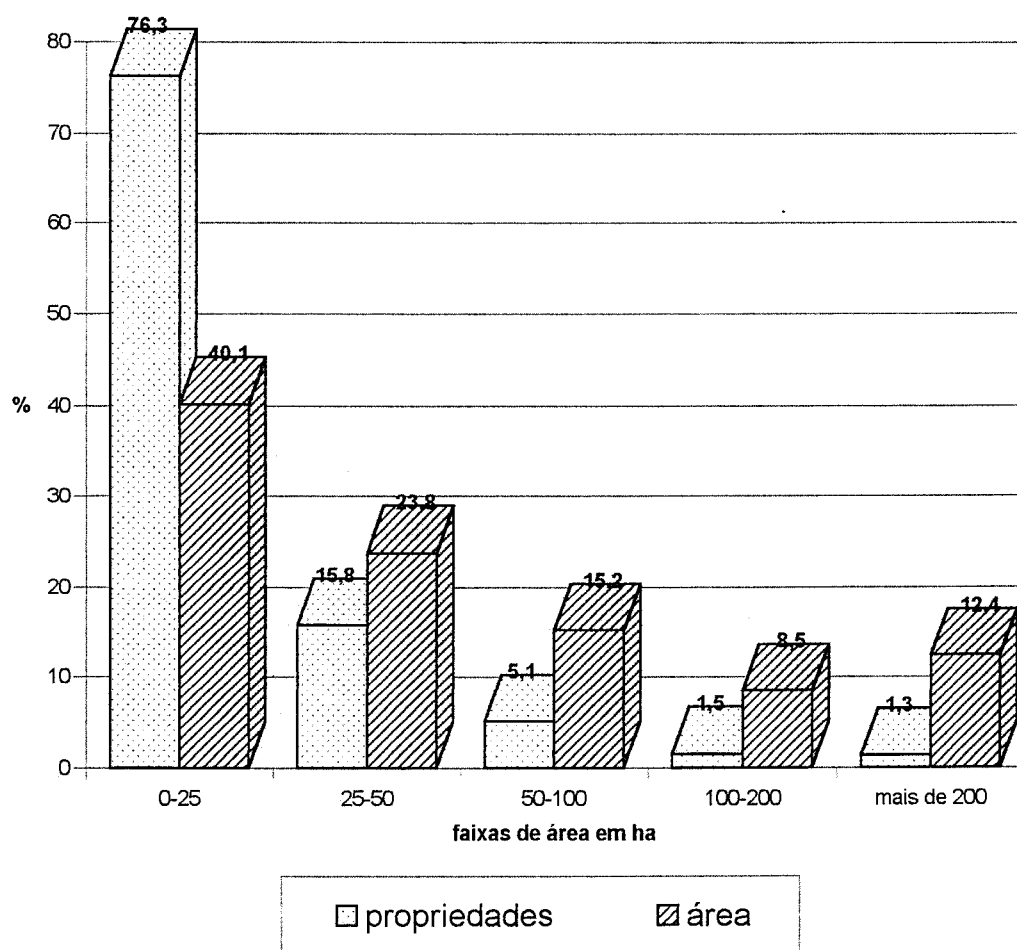
negar que houve uma grande diferença em termos de concentração fundiária entre as áreas colonizadas pela mesma, em comparação com as demais.

A própria Microrregião Geográfica de Londrina é exemplar para a caracterização desta situação, pois, da área da mesma, o município de Rolândia foi integralmente colonizado pela CTNP, enquanto Cambé também teve toda a sua área inicial colonizada por esta companhia e somente no final da década de 1950 tem anexado ao seu território um distrito que havia sido colonizado por outra empresa e onde predominava propriedades de dimensões maiores. No município de Ibiporã, embora originalmente suas terras não fizessem parte das glebas adquiridas pela companhia, a mesma acabou atuando como procuradora do colonizador da área (Francisco Gutierrez Beltrão), logo, seguiu todas as características de repartição dos lotes adotadas nas suas terras. Quanto ao município de Londrina, como já dissemos, somente foi colonizado pela companhia na sua porção norte. Deste forma, conforme levantamento realizado por MONTEIRO (1961, p.49), em que o mesmo coleta dados referentes às propriedades rurais do município, fazendo a distinção entre aquelas situadas na zona colonizada pela companhia e as situadas fora desta zona, as diferenças com relação à estrutura fundiária ficam evidentes.

Segundo este autor (op. cit. p.49), na parte do município colonizada pela CTNP e que representa, aproximadamente 1/5 do território total, encontrava-se 48,7% dos proprietários rurais, enquanto nos 4/5 restantes se distribuem os outros 51,3%. As Figuras 34 e 35 põem em evidência esse fato, pois, na parte não colonizada pela companhia, apenas 16,9% das propriedades (com mais de 100 ha) ocupavam quase 80% da área, enquanto que na parte colonizada pela mesma, as propriedades com mais de 100 hectares, representavam somente 2,8% do total e concentravam quase 21% da área. A análise das propriedades menores, ou seja, com menos de 25 hectares, reforçam estas características. Enquanto na área da companhia estas propriedades representavam em torno de 76% do total e ocupavam 40,1% da área, nas terras restantes, representavam 51,3% das propriedades e apenas 6,07 da área ocupada.

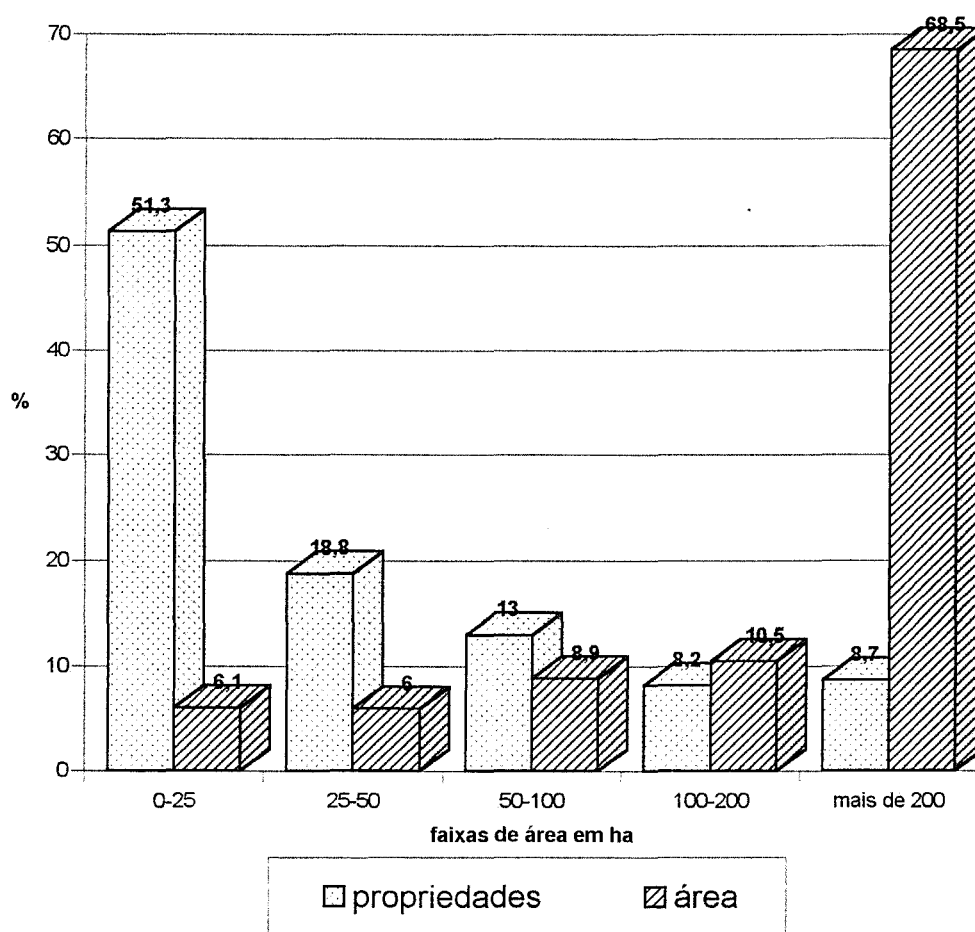
Estes dados, por si só, já são suficientemente claros para demonstrarem a grande diferença de concentração da propriedade de uma área para outra. Entretanto, o cálculo do índice de gini vem reforçar o que dissemos, pois, enquanto na área colonizada pela CTNP o

FIGURA 34 - MUNICÍPIO DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ZONA COLONIZADA PELA CTNP/CMNP - 1961



FONTE DOS DADOS: MONTEIRO (1961)

FIGURA 35 - MUNICÍPIO DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA ÁREA FORA DA ZONA COLONIZADA PELA CTNP/CMNP - 1961



FONTE DOS DADOS: MONTEIRO (1961)

resultado (0,407) indica uma concentração média, na outra área resultou numa concentração muito forte (0,734).³⁰

Para a análise do comportamento da estrutura fundiária no período 1930 a 1962, vamos recorrer aos dados dos Censos Agrícolas do IBGE de 1940, 1950 e 1960, que, repetimos, trabalham com o conceito de estabelecimentos agropecuários, os quais representam uma unidade administrativa, que indica as possibilidades de acesso à terra, podendo por um lado, uma só propriedade ser contada como dois estabelecimentos agropecuários ou mais, se houver várias parcelas dirigidas por outra categoria de usuário que não o seu próprio dono. Por outro lado, duas ou mais propriedades são contadas como um único estabelecimento, se estes forem dirigidos por um único responsável.

Embora tenha havido um predomínio numérico dos pequenos estabelecimentos sobre os maiores e, em função disto, o índice de concentração fundiária nesta região seja um dos menores do Brasil, ainda assim, há uma concentração da terra. Esta afirmação pode ser constatada na Tabela 22 e Figura 36, pois, em 1940, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam mais de 87% do total (quase 2700 estabelecimentos), ocupavam somente pouco mais de 33% das terras. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, embora chegassem a apenas 1% do total (31 estabelecimentos), concentravam mais de 26% das terras (a área média destes estabelecimentos era de 1974 hectares).

Em 1950 esta situação se agrava, uma vez que os estabelecimentos com menos de 100 hectares, embora tenham aumentado sua participação para pouco mais de 93% do total, continuaram a ocupar apenas 33% da área. Porém, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, mesmo tendo diminuído sua participação para 0,51%, passou a concentrar mais de 45% da área, fazendo a área média destes estabelecimentos crescer para 6358 ha. Por outro lado, na faixa de área de 100 a 1000 hectares, de 1940 a 1950, houve uma queda em termos absolutos, tanto no número de estabelecimentos, cuja participação passou de quase 12% para pouco mais de 6%, quanto na área ocupada, fazendo sua participação cair drasticamente de mais de 40% em 1940 para pouco mais de 21% em 1950.³¹

³⁰ As escala de Câmara é a seguinte: a) até 0.100. concentração nula; b) de 0.101 a 0.250. concentração fraca; c) de 0.251 a 0.500. concentração média; d) de 0.501 a 0.700. concentração forte; e) de 0.701 a 0.900. concentração muito forte; f) de 0.901 a 1.000. concentração tendendo a absoluta.

³¹ As comparações entre 1940 e 1950 devem ser tomadas com uma certa cautela, uma vez que, como dissemos, em 1940 os limites territoriais da Microrregião Geográfica de Londrina, ainda não estavam definidos, dificultando uma análise comparativa entre esses anos.

TABELA 22 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1940 A 1985

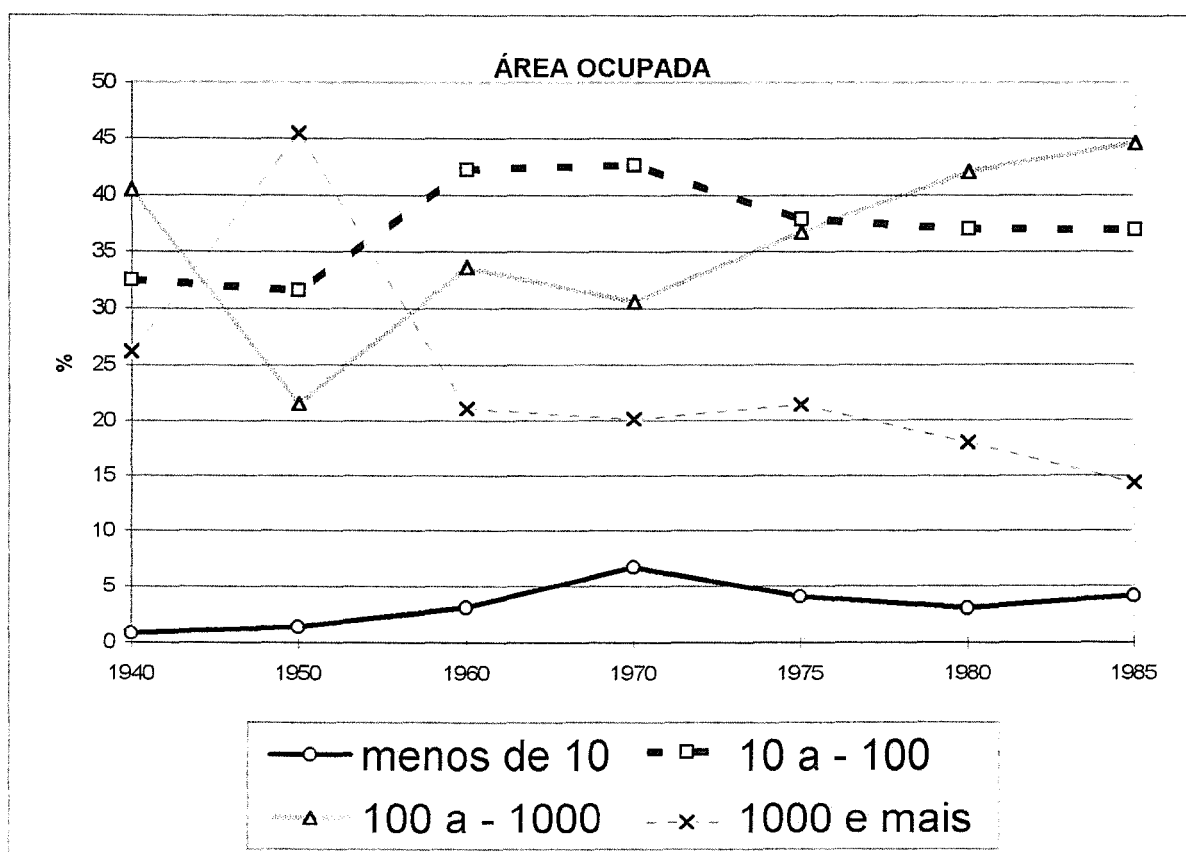
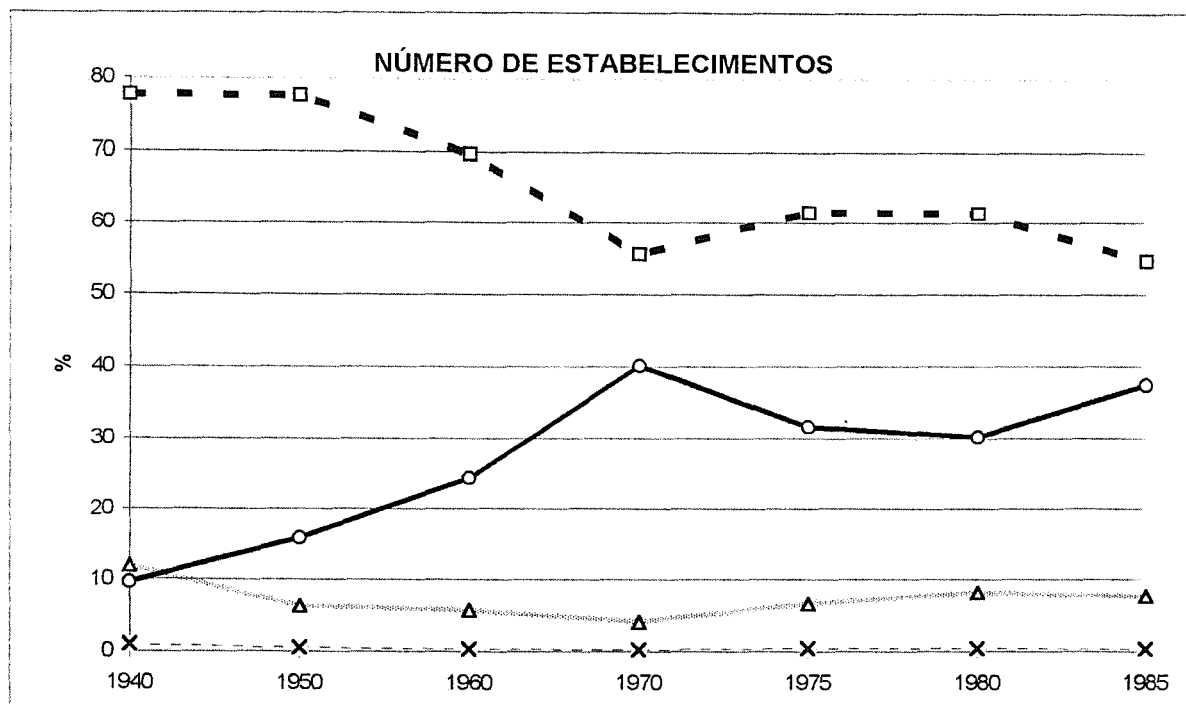
CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)													
	1940(*)		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	294	9,50	615	15,75	1.573	24,35	3.832	40,04	2.340	31,57	2.027	30,14	2.733	37,37
10 a - 100	2.402	77,63	3.024	77,46	4.498	69,64	5.328	55,67	4.557	61,47	4.124	61,32	4.000	54,70
100 a - 1000	367	11,86	245	6,28	363	5,62	382	3,99	483	6,52	544	8,09	557	7,62
1000 e mais	31	1,00	20	0,51	25	0,39	28	0,29	33	0,45	30	0,45	23	0,31
TOTAL	3.094	100,00	3.904	100,00	6.459	100,00	9.570	100,00	7.413	100,00	6.725	100,00	7.313	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)													
	1940(*)		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	1.874	0,80	3.885	1,39	8.843	3,06	20.849	6,72	13.258	4,02	9.517	2,99	12.801	4,11
10 a - 100	75.988	32,54	88.426	31,61	122.037	42,17	132.150	42,58	124.703	37,85	117.730	37,03	114.961	36,95
100 a - 1000	94.452	40,45	60.274	21,55	97.454	33,68	94.955	30,60	120.956	36,71	133.589	42,02	138.765	44,60
1000 e mais	61.180	26,20	127.169	45,46	61.048	21,10	62.375	20,10	70.558	21,42	57.068	17,95	44.589	14,33
TOTAL	233.494	100,00	279.754	100,00	289.382	100,00	310.329	100,00	329.475	100,00	317.904	100,00	311.116	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA MÉDIA						
	1940(*)	1950	1.960	1970	1975	1980	1.985
menos de 10	6	6	6	5	6	5	5
10 a - 100	32	29	27	25	27	29	29
100 a - 1000	257	246	268	249	250	246	249
1000 e mais	1.974	6.358	2.442	2.228	2.138	1.902	1.939
TOTAL	75	72	45	32	44	47	43

(*) Os dados se referem ao município de Londrina

FIGURA 36 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1940 A 1985



Em 1960 a situação se inverte, havendo uma fragmentação dos estabelecimentos agropecuários. Por um lado, vai haver um aumento em termos absolutos do número de estabelecimentos de todas as faixas de área (no total houve um acréscimo de 2.555 estabelecimentos, o que representa um crescimento de mais de 65%), porém, com destaque para aquelas de menos de 100 hectares, que passam a representar quase 94% do total de estabelecimentos. Dentro desta faixa de área foram os estabelecimentos de menos de 10 hectares que apresentaram o maior crescimento, tanto em relação ao número, como à área ocupada. Por outro lado, o total de área ocupada vai apresentar um aumento de apenas 9.628 ha (ou 3,44%). Se considerarmos que todas as faixas de área até 1.000 hectares tiveram um crescimento significativo (somadas aumentaram sua área em 75.749 ha), vamos constatar que este crescimento não ocorreu somente pela incorporação de novas áreas, mas fundamentalmente pela perda de área dos estabelecimentos com mais de 1000 hectares, que apresentaram de 1950 à 1960 um decréscimo em sua área ocupada de quase 52% (mais de 66.000 ha). (ver Tabela 48 em anexo).

Desta forma, como podemos verificar pela Tabela 22, os estabelecimentos com menos de 100 hectares passam a ocupar mais de 45% da área total (frisando que este crescimento se deu pelo aumento do número de estabelecimentos e não pelo aumento do tamanho destes estabelecimentos pois, conforme a mesma tabela, desde 1940 a área média destes vem caindo).

Mais uma vez, convém ressaltar que a estrutura fundiária do município de Londrina destoa dos demais, apresentando uma concentração muito maior. Como podemos verificar pelas Tabelas 49 e 50 (em anexo), em 1950, dos 21 estabelecimento agropecuários com mais de 1.000 hectares da região, 20 estavam no município de Londrina, os quais concentravam mais de 65% das terras do mesmo. Enquanto isso, em Cambé e Ibiporã não existiam estabelecimentos deste tamanho, e em Rolândia o único existente ocupava 2,46% das terras. Ou seja, excluídos os dados de Londrina, verificamos que os estabelecimentos com menos de 100 hectares concentravam 74% das terras do restante da região (Tabela 49).

No ano de 1960 o mesmo raciocínio se aplica, ou seja, se excluirmos os dados de Londrina, os estabelecimentos de até 100 hectares ocupavam 64% das terras nos demais municípios da região. No entanto, na análise do processo de concentração de 1950 a 1960 vamos verificar uma mudança qualitativa interessante. Embora o município de Londrina em 1960, continue a apresentar os maiores índices de concentração da terra, entre 1950 e 1960 houve uma fragmentação dos estabelecimentos, uma vez que, enquanto aqueles com mais de 1000 sofrem um

decréscimo de mais de 71.000 hectares (caindo de 65% da área total em 1950 para 33,47% em 1960),³² os estabelecimentos com menos de 100 hectares passam de 17,23% da área em 1950 para mais de 31% em 1960. A análise da área média dos estabelecimentos vêm reforçar as afirmações anteriores, pois, a área média dos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares cai de mais de 6.500 hectares em 1950, para 2.748 hectares em 1960. Também os estabelecimentos de menos de 10 hectares, assim como os de 10 a 100 hectares, apresentaram uma queda na área média no período. (Tabelas 49 e 50 em anexo).

Assim sendo, todo o movimento de desconcentração no acesso à terra ocorrido na Microrregião Geográfica de Londrina entre 1950 e 1960 se deve exclusivamente às transformações ocorridas no município de Londrina, pois, continuando a análise das tabelas 49 e 50, verificamos que no município de Iporã, praticamente não houve incorporação de novas áreas, assim como não houve alterações nos estabelecimentos com mais de 100 hectares. No município de Rolândia, houve incorporação de novas áreas, com menos de 1.000 hectares, principalmente na faixa entre 10 e 100 hectares, enquanto não houve alterações quanto aos estabelecimentos com mais de 1.000 hectares. Já o município de Cambé vai apresentar, neste período, um comportamento completamente diverso dos demais, uma vez que houve entre 1950 e 1960 uma incorporação de mais e 24.000 hectares na área ocupada (123% de crescimento).³³ Muito embora, em termos absolutos, tenha aumentado a área ocupada em todas as faixas de área, este crescimento foi muito maior nos estabelecimentos de mais de 100 hectares. Desta forma, os estabelecimentos de menos de 100 ha, que ocupavam mais de 87% da área em 1950, passam a ocupar somente 54% da mesma em 1960. Por outro lado, aqueles situados na faixa de 100 a menos de 1.000 hectares, passam de 12,58% em 1950 para pouco mais de 34% em 1960. O mesmo ocorre com os estabelecimentos maiores, com mais de 1.000 hectares. Eles não existiam em 1950, e os 4 que surgem em 1960, passam a ocupar quase 12% da área ocupada do município.

³² Embora sem dúvida tenha havido uma fragmentação destes estabelecimentos, também devemos levar em consideração que no ano de 1954 o município de Londrina perde 277 Km² (equivalente a 27.700 ha) de seu território para o então município de Araruva (atual Marilândia do Sul). Como este município fica ao sul de Londrina, e como dissemos nesta área se concentram as maiores propriedades do município, podemos concluir que eram estas propriedades que predominavam no território incorporado por Araruva.

³³ Este acréscimo de área se deve a anexação ao município de Cambé do distrito de Prata, então pertencente a Bela Vista do Paraíso, havendo um acréscimo de aproximadamente 275 Km² (equivalente à 27500 ha). (IBGE: 1959, p.82). Acrescentamos que a localização deste distrito (ao norte do município), indica que o mesmo fazia parte da antiga colônia Floresta (vide FIGURA 18), que como as demais áreas mais ao norte, se caracterizaram por uma divisão dos lotes com áreas bem maiores que os da CTNP. (ver FIGURA 39 em anexo).

Portanto, resumindo, de 1950 a 1960, os municípios de Ibiporã e Rolândia apresentaram uma estabilidade, mantendo a importância dos pequenos estabelecimentos. Londrina por sua vez vai apresentar uma desconcentração fundiária, em função do parcelamento dos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares e inversamente, em Cambé vai haver uma concentração da terra em função da incorporação de novas áreas, principalmente com o predomínio de estabelecimentos com mais de 100 hectares.

Até que ponto o fracionamento dos estabelecimentos ocorridos ao nível da Microrregião se explica pelo arrendamento, parceria ou posse da terra, ou pelo fracionamento da propriedade? A Tabela 23 ajuda a compreender esta questão.

Nesta tabela é possível termos uma boa idéia da intensidade deste fracionamento, uma vez que de 1950 a 1960, enquanto a área ocupada cresceu apenas 3,40%, o número de estabelecimentos cresceu mais de 65%. Este crescimento se deu em todas as categorias de terras, porém, nossa análise vai se restringir às terras próprias e arrendadas³⁴, uma vez que as terras ocupadas e as outras condições legais da terra têm uma participação muito pequena em relação ao total. Assim sendo, podemos constatar que neste período, o fracionamento ocorreu em função de dois processos, que caminham juntos: a) pelo fracionamento das propriedades existentes e b) pela expansão das terras arrendadas.

Quanto ao primeiro processo, podemos afirmar que houve um fracionamento das propriedades, uma vez que as terras próprias tiveram um crescimento do número de estabelecimentos de pouco mais de 36% (o que significou um acréscimo de 1.282 estabelecimentos). No entanto, apesar deste crescimento, sua participação relativa caiu de quase 90% em 1950, para pouco mais de 74% em 1960, indicando claramente que as terras arrendadas cresceram muito mais no período.

Por outro lado, verificamos que houve uma queda de quase 8% (20.719 ha) na área ocupada pelas terras próprias, fazendo a área média destas, cair de 75 hectares em 1950 para

³⁴ Nos censos, as terras em parceria aparecem juntas com as terras arrendadas. Como a economia da região neste período se baseava fundamentalmente na cafeicultura e nesta atividade o que ocorre é basicamente a parceria, podemos afirmar que na verdade a grande maioria destas terras se referem a esta categoria e não a arrendatários. Os dados do Censo Agrícola de 1960, referentes à "Condição do Produtor", confirmam o que dissemos, pois, consta o item "arrendatários com pagamento em produtos", onde foram considerados os parceiros autônomos, os quais representaram 21.41% do total de estabelecimentos, enquanto os arrendatários somaram somente 2.46%. Porém, no texto vamos manter a nomenclatura do IBGE.

TABELA 23 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1940 A 1985

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS														EVOLUÇÃO PERCENTUAL					
	1940(1)		1950		1960		1970		1975		1980		1985		40/50	50/60	60/70	70/75	75/80	80/85
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%						
PRÓPRIAS	2.752	88,38	3.507	89,83	4.789	74,14	5.958	62,26	5.228	70,52	5.228	77,74	4.668	63,83	27,43	36,56	24,41	-12,25	0,00	-10,71
ARRENDADAS(2)	196	6,29	328	8,40	1.541	23,86	3.002	31,37	1.781	24,03	915	13,61	1.846	25,24	67,35	369,82	94,81	-40,67	-48,62	101,75
OCUPADAS	128	4,11	63	1,61	74	1,15	488	5,10	233	3,14	296	4,40	480	6,56	-50,78	17,46	559,46	-52,25	27,04	62,16
OUTRAS(3)	38	1,22	6	0,15	55	0,85	122	1,27	171	2,31	286	4,25	319	4,36	-84,21	816,67	121,82	40,16	67,25	11,54
TOTAL	3.114	100,00	3.904	100	6.459	100	9.570	100	7.413	100	6.725	100	7.313	100	25,37	65,45	48,17	-22,54	-9,28	8,74

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)														EVOLUÇÃO PERCENTUAL					
	1940(1)		1950		1960		1970		1975		1980		1985		40/50	50/60	60/70	70/75	75/80	80/85
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%						
PRÓPRIAS	209.681	89,80	264.301	94,47	243.582	84,20	261.450	84,25	289.944	88,02	280.551	88,25	245.249	78,83	26,05	-7,84	7,34	10,90	-3,24	-12,58
ARRENDADAS(2)	10.511	4,50	13.437	4,80	41.754	14,43	39.224	12,64	27.170	8,25	20.160	6,34	39.530	12,71	27,84	210,74	-6,06	-30,73	-25,80	96,08
OCUPADAS	11.705	5,01	1.908	0,68	1.989	0,69	6.283	2,02	4.195	1,27	3.691	1,16	8.400	2,70	-83,70	4,25	215,89	-33,23	-12,01	127,58
OUTRAS(3)	1.597	0,68	128	0,05	1.967	0,68	3.371	1,09	8.114	2,46	13.513	4,25	17.947	5,77	-91,98	1436,72	71,38	140,70	66,54	32,81
TOTAL	233.494	100,00	279.774	100	289.292	100	310.328	100	329.423	100	317.915	100	311.126	100	19,82	3,40	7,27	6,15	-3,49	-2,14

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA MÉDIA (HA)						
	1940(1)	1950	1.960	1970	1975	1980	1985
PRÓPRIAS	76	75	51	44	55	54	53
ARRENDADAS(2)	54	41	27	13	15	22	21
OCUPADAS	91	30	27	13	18	12	18
OUTRAS(3)	42	21	36	28	47	47	56
TOTAL	75	72	45	32	44	47	43

(1) Os dados se referem ao município de Londrina e como o Censo de 1940 não traz uma tabela específica para a condição legal das terras, estes dados foram obtidos através da tabela referente à condição do produtor

(2) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas

(3) Inclui próprias/arrendadas, próprias/ocupadas, próprias/arrendadas/ocupadas, arrendadas/ocupadas.

51 hectares em 1960, assim como a participação relativa, cair de 94,47 % para pouco mais de 84% entre estes anos.

Como detalhamos no capítulo anterior, o período pós-guerra foi muito favorável à venda de terras no norte do Estado, o que associado ao fato de que na década de 1950 praticamente já haviam se esgotado as terras devolutas, fez com que houvesse uma valorização das terras, aumentando a ação das companhias colonizadoras, assim como os loteamentos por parte de particulares.

Segundo CANCIAN (1977, p.358), grande parte dos latifúndios foram fracionados dessa forma, pois concorriam com o Estado em situação vantajosa, pois estavam localizados nas melhores terras. A atração de elementos humanos das mais variadas procedências, fomentou a marcha das transações imobiliárias. Vinham pelas oportunidades que o café oferecia, trabalhando como empreiteiros, parceiros, colonos ou assalariados, até poderem comprar seu próprio lote. Outros, pioneiros da década de 1930, já proprietários, dispunham-se a ampliar o número de sítios.

O segundo processo, ou seja, o aumento dos arrendatários, se em termos absolutos teve praticamente a mesma importância das terras próprias, já que também houve um acréscimo de pouco mais de 1.200 estabelecimentos, em termos relativos foi muito mais significativo. Por um lado, este acréscimo representou uma variação de quase 370% no número de estabelecimentos entre 1950 e 1960, fazendo sua participação relativa no total saltar de 8,4% para quase 24%. Por outro lado, apesar da área ocupada por estes estabelecimentos ter crescido quase 216%, verificamos que esta expansão ocorreu principalmente através de pequenas áreas, já que a área média cai de 41 hectares em 1950 para 27 hectares em 1960.

Diante do exposto, reafirmamos que se trata de dois processos que se movem juntos, ou seja, por uma lado há uma fragmentação das propriedades, aumentando significativamente o número destas, mas diminuindo o seu tamanho. Por outro lado, boa parte destas propriedades são cedidas para a exploração através da parceria.

Tentando sintetizar, o aumento do número de estabelecimentos agropecuários de 1950 a 1960, tanto no que se refere ao aumento do número de propriedades, quanto ao aumento de parceiros e arrendatários, estão relacionados a conjugação de várias causas, além das

já mencionadas: uma delas é o próprio aumento da área do município de Cambé, que ao incorporar o distrito de Prata, naturalmente aumentou o número de estabelecimentos; outra é que a compra de propriedades por pessoas não ligadas à agricultura (profissionais com emprego na área urbana), leva ao absenteísmo do proprietário que por sua vez podia levar ao arrendamento ou parceria de pequenas parcelas; o mesmo ocorre quando um agricultor compra mais de uma propriedade, delegando a produção à estas categorias; também a divisão das terras entre os membros de uma mesma família, seja por inventário ou por repartição de bens e, outra causa está relacionada a própria dificuldade dos pequenos e médios proprietários (que possuíam mais de uma propriedade e/ou a mão-de-obra familiar não era suficiente para a manutenção das lavouras) arcar com as despesas com mão-de-obra assalariada (colonos, volantes, diaristas, administradores), levando-os a recorrer à parceria. Associado a esta questão está o fato de que no final da década de 50 os preços do café passam a declinar e, por consequência diminui a lucratividade da cafeicultura, fazendo com que os custos da mão-de-obra se tornassem relativamente mais altos.

2.2.3. Relações de trabalho

Na análise do comportamento da estrutura fundiária, já apresentamos alguns indícios da importância assumida pelas mudanças nas relações de trabalho durante este período. Desta forma, cabe uma análise mais detalhada sobre este aspecto.

No início da ocupação da região, como já mencionamos, não chegou a ocorrer uma vinda intensa de população para a mesma, logo não chega a se formar um mercado de mão-de-obra. Desta forma, o incipiente processo de urbanização regional e as dificuldades para o escoamento da produção local, levaram o comprador recém-chegado a vender sua força de trabalho para complementar a renda familiar. Como atesta a publicação do INVENTÁRIO E PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE LONDRINA (1993, p. 19), que trata da fixação de imigrantes alemães no Heimital, um pequeno patrimônio do município de Londrina, no início da década de 1930,

para completar seus rendimentos muitos membros das famílias vinculavam-se às 'turmas de picadeiros' que abriam e demarcavam os outros povoados. a exemplo de Rolândia. Desta forma, tinham condições de se abastecerem na 'venda' do imigrante Strau, garantindo a sobrevivência do grupo e a amortização da dívida contraída com a CTNP. quando compraram seus sítios.

Além do trabalho assalariado para a CTNP, MUNGUIA PAYES (1984, p. 107), acrescenta que este assalariamento temporário das famílias recém-chegadas, também se deu em fazendas de café que se formaram dentro da área da companhia ou em áreas vizinhas, tanto na derrubada da mata, como na colheita e ainda nos pequenos centros urbanos.

No início da década de 1940 e principalmente a partir de meados da mesma, com a melhoria da rede de transportes, a intensificação da propaganda da CTNP e a conseqüente intensificação das vendas de terras na região, associada a superação da crise ocasionada pela guerra, vai ocorrer um verdadeiro “rush” populacional para a mesma, configurando-se um mercado de trabalho regional, suprindo localmente as necessidades de mão-de-obra dos agricultores, inclusive repondo a mobilidade de trabalhadores diretos entre regiões do Norte do Paraná; isto porque:

- a) *houve uma diferenciação sócio-econômica entre os componentes do ‘rush’ : os que já vinham com recursos para aquisição das terras e os que apenas possuíam sua força-de-trabalho e, às vezes, algum pecúlio, insuficiente de qualquer forma para comprar um pedaço de terra, representando a imensa maioria. e*
- b) *o confronto com a propriedade privada capitalista da terra. (MUNGUIA PAYES, 1984, p.66/68)*

Acrescenta o autor, que uma pequena parcela deste último grupo, se dirigiu às terras devolutas, de concessionários ou de proprietários ausentes para ocupá-las enquanto posseiros. Estas terras que normalmente estavam situadas ao redor das terras compradas pela companhia inglesa, não gozavam das vantagens de localização e, às vezes, nem de fertilidade, se comparadas às terras da referida companhia.

Portanto, dessa leva de migrantes, faziam parte vários personagens: os empreiteiros formadores de café; derrubadores de mata vindos do nordeste; antigos colonos paulistas e mineiros, agora proprietários; os próprios colonos vindos das fazendas paulistas em decadência; imigrantes estrangeiros instalados em pequenas propriedades e também grandes fazendeiros.

Os formadores de café foi uma das primeiras figuras a aparecer, tanto em pequenas como em grandes propriedades. Nas pequenas propriedades estes trabalhadores eram empregados para a ampliação da área cultivada com café, já que não representavam gastos aos pequenos produtores que possuíam poucos recursos. Nas grandes propriedades o empreiteiro era

fundamental, pois, o grande produtor investia prioritariamente na aquisição de terras e desta forma evitava grandes gastos com mão-de-obra na formação das lavouras.

Os contratos podiam ser de quatro a seis anos, dependendo das terras estarem desmatadas ou não.

Às vezes, antes de entregar a propriedade aos formadores, os fazendeiros contratavam caboclos ou nordestinos 'acostumados com tal serviço', pagando-os em dinheiro sem o direito de ocupar parte do terreno para cultivar mantimentos. Dessa forma, apressava-se a formação do cafezal, pois à medida que iam sendo desmatados já iniciavam os trabalhos de formação. (PARANÁ. Secretaria da Agricultura, 1985, p.27)

Nestes anos, o empreiteiro tinha direito às colheitas de café, assim como da produção intercalar ou outra área especialmente cedida para isso. Devido à fertilidade dos solos da região e por consequência as grandes produções obtidas, muitos desses formadores, principalmente durante a década de 1950, conseguiram adquirir pequenas áreas, tornando-se também proprietários.

Portanto, esta é uma relação de trabalho característica de áreas novas, onde está se implantando as primeiras plantações de café, pois, após tal implantação os proprietários passam a utilizar outras categorias ocupacionais nas suas plantações.

Em estudo realizado por MONTEIRO (1961, p.50), esta situação fica muito clara. Este autor pesquisou a gleba Caçadores no município de Cambé (portanto, em 1969, já colonizada a mais ou menos vinte e cinco anos), onde foram visitadas dezenove unidades de produção, nas quais foram encontrados proprietários residentes em treze. Também pesquisou sessenta e cinco propriedades no município de Cianorte (localizado no Norte Novíssimo e naquele ano, de colonização recente), das quais, apenas quinze tinham proprietários residentes. Além deste absenteísmo maior do proprietário na área nova, chama a atenção, que enquanto na gleba Caçadores já não existiam mais empreiteiros e os parceiros representavam quase 28% do pessoal ocupado, em Cianorte, os empreiteiros eram maioria, chegando a mais de 47% do total e os parceiros eram insignificantes, não chegando a 2%.

Uma vez formado o cafezal, vai haver uma certa distinção no que se refere ao pessoal ocupado, entre as pequenas propriedades e aquelas de dimensões maiores. As primeiras, juntamente com o uso intensivo da mão-de-obra familiar, geralmente vão recorrer à parceria e,

conforme aumenta o tamanho do cafezal, diminui a participação da mão-de-obra familiar, aumentando a parceria e com menor importância o assalariamento. Nas propriedades maiores vai ocorrer o contrário, ou seja, não há participação da mão-de-obra familiar, acontece uma queda da parceria e há o predomínio das relações assalariadas, principalmente colonato. A Tabela 24 retrata fielmente esta situação.

TABELA 24 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CAFEZEIROS, SEGUNDO AS RELAÇÕES DE TRABALHO, PARA CADA CLASSE DE TAMANHO DOS CAFEZAIIS NO NORTE DO PARANÁ EM 1961

GRUPOS	TAMANHO DOS CAFEZAIIS (MIL PÉS)	CAFEZAIIS EM FORMAÇÃO	CAFEZAIIS EM PRODUÇÃO								TOTAL
			RELAÇÃO ASSALARIADA				RELAÇÃO NÃO ASSALARIADA				
			Empreiteiros	Colonos	Diaristas	Subtotal	Famílias	Parceiros	Outros	Subtotal	
grupo 1	Até 0,9	--	--	0,3	0,3	50,6	49,1	--	99,7	100,0	
	1,0 a 1,9	--	--	--	--	58,8	41,2	--	100,0	100,0	
grupo 2	2,0 a 3,9	1,6	9,7	--	9,7	66,8	21,9	--	88,7	100,0	
	4,0 a 7,9	1,0	5,6	4,7	10,3	48,9	39,5	0,3	88,7	100,0	
	8,0 a 15,9	1,9	11,4	11,5	22,9	30,5	43,7	1,0	75,2	100,0	
	16,0 a 31,9	5,6	16,3	9,1	25,4	19,3	49,7	--	69,0	100,0	
grupo 3	32,0 a 63,9	6,7	36,4	13,8	50,2	8,1	30,5	4,5	43,1	100,0	
grupo 4	64,0 a 127,9	7,8	40,8	13,2	54,0	1,8	26,2	10,2	38,2	100,0	
	128,0 a 255,9	22,9	33,6	22,6	56,2	1,3	12,0	7,6	20,9	100,0	
	256,0 a 511,9	2,2	58,1	33,6	91,7	--	1,8	4,3	6,1	100,0	
	512,0 a 1023,9	18,4	36,5	33,3	69,8	--	11,8	--	11,8	100,0	
	mais de 1024,0	--	74,4	25,6	100,0	--	--	--	--	100,0	

FONTE: IBC-OEA, Cafeicultura no Paraná, Rio de Janeiro, 1964. p.69, apud MUNGUIA PAYES (1984, p.110)

Analisando a tabela, MUNGUIA PAYES (1984, p. 109), diz que o primeiro grupo (de até 1,9 mil pés de café) representou possivelmente as pequenas chácaras que também cultivaram o café, mas com pouca importância; o segundo grupo (de 2,0 a 31,9 mil pés de café) abrangeu a grande maioria dos produtores simples, com áreas cultivadas em café entre 2,8 hectares a 45,5 hectares e explorado fundamentalmente com relações de trabalho não-capitalistas; o terceiro grupo (de 32 a 63,9 mil pés de café) inclui os produtores intermediários, isto é, onde não se manifestou clara predominância ora pela relação assalariada, ora pela relação não

assalariada; e o quarto grupo (mais de 64 mil pés de café) abrangeu os produtores capitalistas, explorando os cafezais fundamentalmente com relações de assalariamento (colonos e diaristas).

Portanto, principalmente nas pequenas propriedades a figura do parceiro, vai ter grande importância, tanto para a expansão destas propriedades, ou mesmo, quando o produtor adquire outra área e a explora através da parceria. Também foi importante naquelas propriedades onde o dono não participava diretamente da produção.

Sendo basicamente um produtor familiar, explorando as propriedades com as mesmas características do pequeno proprietário, ou seja, uma policultura tendo como atividade central o café, do qual recebia uma porcentagem da produção, combinado com a produção de gêneros alimentares, tanto para o sustento como para o mercado, não representa um custo monetário para o proprietário. Ou seja, a parceria foi importante nas pequenas propriedades, pelo fato dos pequenos agricultores encontrarem dificuldades tanto na formação e manutenção dos cafezais, basicamente pela falta de capital, como também pela carência de braços para a colheita. Por outro lado, conforme a tabela 24, verificamos que também nas plantações maiores (consequentemente propriedades maiores), os parceiros também eram importantes. Analisando as relações de trabalho nas lavouras capitalistas de café que surgiram no Norte do Paraná, MUNGUIA PAYES (1984, p.121) afirma que após a formação do cafezal (pelos empreiteiros), os capitalistas procediam a contratação de colonos. Entretanto, houve capitalistas, geralmente com menos recursos, que “aceitavam” também parceiros. Porém, como veremos mais adiante, os parceiros empregados nas propriedades maiores apresentavam características um pouco diferentes daqueles empregados nas propriedades menores.

Quanto ao colonato, até o início da década de 1960 foi uma relação importante na cafeicultura, principalmente nas propriedades maiores, já que a mecanização desta lavoura ainda era muito incipiente, e as várias tarefas com a lavoura no decorrer do ano exigiam o trabalhador permanente.

Segundo MUNGUIA PAYES (1984, p.122), no Norte do Paraná, a parcela não monetarizada do salário do colono, em função da fertilidade dos solos, permitiu aos capitalistas diminuir o componente monetário do salário, sem necessariamente declinar o salário total, pois, da venda do excedente de mantimentos, produzido intercaladamente ou em áreas independentes, o colono incrementava aquele componente diminuído.

Além do colonato e da parceria, os cafeicultores, em especial os maiores, recorriam aos assalariados temporários, principalmente durante as colheitas, muito embora estes trabalhadores ainda fossem raros na região até meados da década de 1950, mas já apresentando um aumento na participação a partir de então.

Em pesquisa realizada através da análise de ações trabalhistas, CARVALHO (1991, p.85/86), detecta duas formas mais importantes de trabalhadores assalariados temporários: a primeira é o “volante”, trabalhador que às vezes tinha contrato assinado, mas geralmente contratado verbalmente, morava na fazenda na época em que nela trabalhava. Alguns eram contratados somente na época da colheita, recebendo por saco derriçado ou por saco de café colhido (incluía todas as tarefas da derriça até o ensacamento para transporte). A segunda forma é o “diarista” que também era morador da fazenda, mas recebia somente por dia trabalhado e não por “empreita” realizada.

Na análise mais específica a respeito do pessoal ocupado na Microrregião Geográfica de Londrina, constatamos que de 1940 a 1960 ocorreu um grande incremento na quantidade de trabalhadores rurais na região (triplicou o número de pessoas ocupadas entre estes anos).

Conforme a Tabela 25 e Figura 37, verificamos que em 1940, portanto quando fazia poucos anos do início das primeiras vendas de terras na região, há um claro predomínio dos responsáveis e membros não remunerados da família, representando mais de 50% do total de pessoal ocupado, estando incluídos aí além dos proprietários, os parceiros autônomos, os arrendatários e os ocupantes.. No entanto, a tabela nos permite afirmar que a grande maioria destes produtores eram os proprietários da terra (45,79%).³⁵

Muito embora procuramos detalhar ao máximo os critérios para a elaboração da tabela 25, julgamos oportuno abrir um parêntesis para algumas explicações complementares. No Censo Agropecuário, no que se refere ao total de pessoal ocupado, aparecem as seguintes categorias: Responsável e Membros não Remunerados da Família, Parceiros (empregados), Empregados Permanentes, Empregados Temporários e Outra Condição. Quanto as três últimas

³⁵ Na tabela 25 constam os procedimentos adotados para a realização das estimativas referentes a participação dos responsáveis pela exploração (produtores) no grupo responsáveis e membros não remunerados da família.

TABELA 25 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1940 a 1985

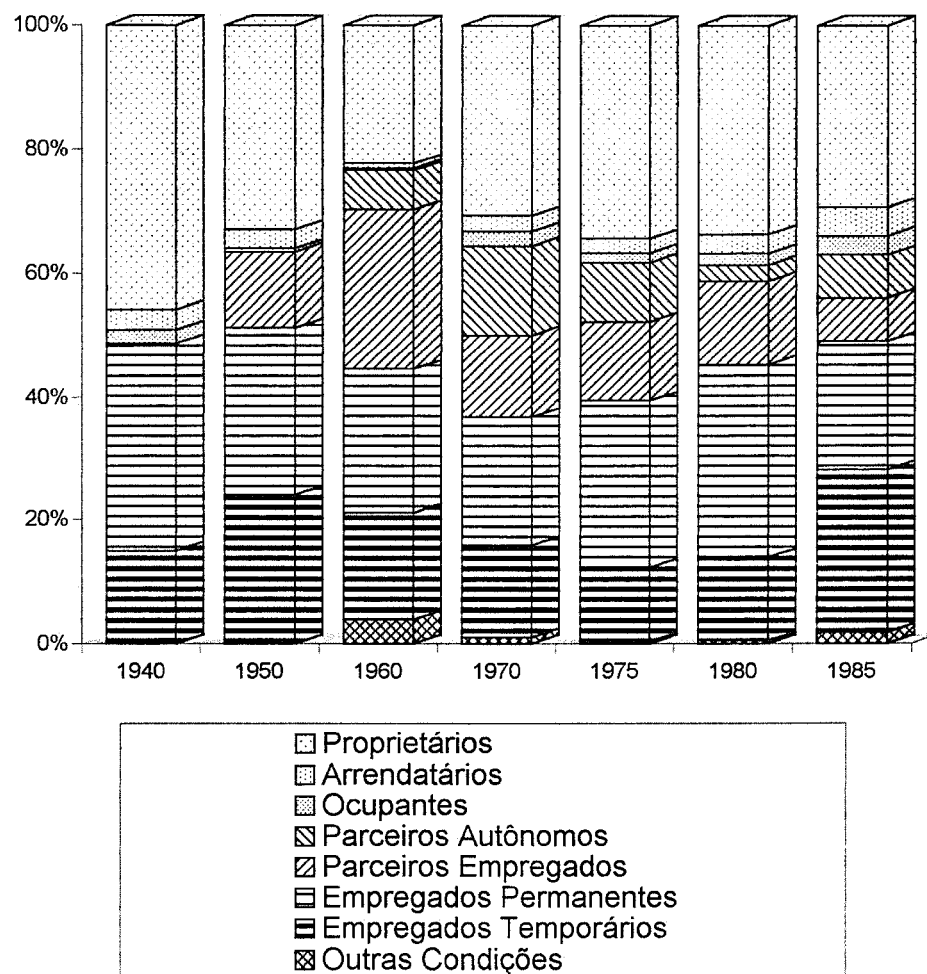
CATEGORIA	1940(a)		1950(b)		1960(c)		1970(d)		1975(d)		1980(d)		1985(e)	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(e)	8.553	45,73	13.735	32,97	12.738	22,35	16.361	30,83	15.682	34,42	13.121	33,80	11.105	29,57
Arrendatários(e)	609	3,26	1.250	3,00	438	0,77	1.300	2,45	1.054	2,31	1.179	3,04	1.690	4,50
Ocupantes(e)	398	2,13	241	0,58	208	0,36	1.241	2,34	709	1,56	719	1,85	1.144	3,05
Parceiros Autônomos(e)	-	-	-	-	3.640	6,39	7.561	14,25	4.286	9,41	1.016	2,62	2.570	6,84
Sub-total- Responsáveis e Membros														
Não Remunerados da Família (f)	9.560	51,11	15.226	36,55	17.024	29,87	26.463	49,86	21.731	47,70	16.035	41,30	16.509	43,96
Parceiros Empregados(g)	-	-	5.035	12,09	14.518	25,47	7.094	13,37	5.848	12,84	5.207	13,41	2.570	6,84
Empregados Permanentes	6.361	34,01	11.397	27,36	13.450	23,60	11.161	21,03	12.447	27,32	12.230	31,50	7.925	21,10
Empregados Temporários(h)	2.783	14,88	10.004	24,01	9.784	17,17	7.807	14,71	5.390	11,83	5.168	13,31	9.869	26,28
Outras Condições	-	-	-	-	2.215	3,89	546	1,03	146	0,32	183	0,47	681	1,81
Sub-total-não responsáveis(i)	9.144	48,89	26.436	63,45	39.967	70,13	26.608	50,14	23.831	52,30	22.788	58,70	21.045	56,04
TOTAL	18.704	100	41.662	100	56.991	100	53.071	100	45.562	100	38.823	100	37.554	100

- (a) No censo de 1940 aparece a categoria COLONOS E EMPREGADOS, que foram considerados como EMPREGADOS PERMANENTES. Os dados referentes aos EMPREGADOS TEMPORÁRIOS só aparecem no total. As categorias PARCEIROS E OUTRA CONDIÇÃO não constam do mesmo. Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL e os PARCEIROS estão incluídos junto com os ARRENDATÁRIOS. Aparece nos dados originais os ADMINISTRADORES, que foram incluídos junto com os PROPRIETÁRIOS, uma vez que são estes que em sua ampla maioria empregam os administradores;
- (b) No censo de 1950 não consta a categoria OUTRA CONDIÇÃO. Os PARCEIROS AUTÔNOMOS, com responsabilidade da administração de estabelecimentos foram contados no grupo responsável e membros não remunerados da família. Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL, da mesma maneira como em 1940;
- (c) Os PARCEIROS AUTÔNOMOS, com responsabilidade da administração de estabelecimentos, foram contados no grupo responsável e membros não remunerados da família. Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL, constando do censo o item ARRENDATÁRIOS COM PAGAMENTO EM PRODUTOS, em que foram considerados somente os PARCEIROS AUTÔNOMOS. Os ADMINISTRADORES foram incluídos junto com os proprietários;
- (d) Os PARCEIROS AUTÔNOMOS, com responsabilidade da administração de estabelecimentos, foram contados no grupo responsável e membros não remunerados da família. A partir de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais o item ADMINISTRADOR.
- (e) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:
- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros Não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
 - 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

obs.: Estas estimativas se mostraram totalmente viáveis, pois, para o conjunto do Estado, os dados de pessoal ocupado por condição do produtor estão disponíveis e possibilitaram verificarmos que, comparando a porcentagem de número de estabelecimentos por condição do produtor com o pessoal ocupado por condição do produtor, a relação é quase idêntica. Exemplificando: em 1970, os proprietários eram responsáveis por 56,41% dos estabelecimentos e representam 59% do pessoal ocupado; os arrendatários, 12,40% dos estabelecimentos e 11,77% do pessoal; os parceiros autônomos, 22,17% dos estabelecimentos e 21,47% do pessoal e os ocupantes, 4,03% e 7,76%, respectivamente.

- (f) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;
- (g) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo;
- (h) A partir de 1970, o número de pessoas ocupadas desta categoria está subestimado, uma vez que os trabalhadores temporários contratados por empreita (via "gatos"), não foram computados pelo Censo neste item.
- (i) Corresponde à soma dos parceiros empregados, empregados permanentes, empregados temporários e outras condições

FIGURA 37 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1940 a 1985



FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

categorias não há problemas quanto às definições do Censo. Porém, as duas primeiras necessitam ser melhor caracterizadas.

Quanto aos Responsáveis e Membros não Remunerados da Família, o total de pessoas ocupadas se refere ao *produtor ou o administrador que fosse responsável pela direção do estabelecimento recebendo quantia fixa ou cota-parte da produção, e os membros da sua família que o ajudavam na execução dos trabalhos, sem receber qualquer tipo de remuneração pelos serviços prestados.* (IBGE, 1991, p. XV)

Ou seja, nesta categoria estão incluídos todas as pessoas ligadas ao produtor, que consta do Censo na tabela condição do responsável (até 1960) ou condição do produtor (a partir de 1970). Nesta tabela, no que se refere aos dados municipais, consta somente o número de estabelecimentos, das seguintes categorias: proprietários, arrendatários, parceiros (autônomos) e ocupantes. Porém, conforme explicação constante da tabela 25, para o conjunto do Estado o número de pessoas da família por condição do produtor foram publicados, e a participação relativa destas e do número de estabelecimentos por condição do produtor é praticamente a mesma. Portanto é perfeitamente possível estimar a quantidade de pessoas ocupadas por condição do produtor.

No que se refere aos parceiros, o Censo se refere aos Parceiros (empregados) e aos Parceiros (autônomos). Na definição destas categorias constante do mesmo, a única diferença é que as primeiras não detêm a responsabilidade pela administração do estabelecimento (são subordinadas ao responsável pelo mesmo), enquanto os segundos são responsáveis pelo mesmo. Diante desta definição um tanto vaga, fomos levados a tentar discriminar melhor os motivos de tal diferenciação, já que tanto produtores como um ex-agrônomo do IBC, que atuaram na região durante o predomínio da cafeicultura, somente diferenciavam os parceiros que arcavam com parte das despesas da plantação e aqueles que “somente” entravam com a mão-de-obra.

A definição destas categorias mais detalhada, constante das instruções de coleta do IBGE, confirmaram que é justamente esta a diferenciação realizada, pois as conceituações foram:

- PARCEIRO (AUTÔNOMO): *quando as terras do estabelecimento forem de propriedade de terceiros e estiverem sendo exploradas pelo Produtor em regime de Parceria (meeiro, terceiro, quartista, etc.), mediante contrato verbal ou escrito que estabeleça obrigações para ambas as partes.* (grifo nosso). (IBGE, [1970]., p.16)

- PARCEIRO (EMPREGADO) - *As pessoas empregadas nos estabelecimentos, diretamente subordinadas ao Responsável. (Produtor ou Administrador), que executem tarefas mediante recebimento de uma quota-parte (meia, terça, quarta, etc.) da produção obtida. (IBGE, [1970] p.70)*

Outra diferenciação entre estas duas categorias, pudemos constatar através da análise das mesmas por grupos de área, para o conjunto do Estado, já que estes dados a nível regional e municipal não são publicados. A parceria autônoma é uma relação de trabalho típica dos pequenos estabelecimentos, com menos de 20 hectares (em 1970, 94,7% destes parceiros se concentravam nesta faixa de área) e em particular nos de menos de 10 hectares (76,16%). Por outro lado, a parceria subordinada (empregados), é uma relação típica dos estabelecimentos maiores, acima de 20 hectares (em 1970, 76,8% deste parceiros se concentravam nesta faixa de área) e em especial nos estabelecimentos de 20 a menos de 100 hectares (49,53%).

Em trabalho realizado em 80 estabelecimentos no município de Maringá (100 Km de Londrina onde também predominou a cafeicultura), MORO (1980, p.141) chega a conclusão que

o regime de parceria, via de regra ocorre com maior freqüência nos estabelecimentos com área superior a 12 ha. quando é necessário a utilização de mais de uma família para tomar conta das atividades produtivas. Também, nos pequenos estabelecimentos, quando se caracteriza o absenteísmo do proprietário. No primeiro caso predomina a presença do parceiro não responsável, enquanto que no segundo há ocorrência do parceiro responsável, com responsabilidades concernentes às atividades administrativas e produtivas do estabelecimento.

Feitos estes esclarecimentos, podemos prosseguir a análise. Já em 1940 o número de empregados permanentes, representados basicamente pelos colonos, era grande, atingindo 34% do total, enquanto não constou daquele Censo os parceiros subordinados à administração do proprietário. Pelo exposto anteriormente, acreditamos que realmente esta era uma categoria não existente na região naquele momento.

Nos anos seguintes, representados na tabela 25 pelos anos de 1950 e 1960, por um lado, vai haver um crescimento expressivo de trabalhadores temporários, chegando em 1950 a pouco mais de 10.000 pessoas e apresentando uma pequena queda em 1960 (foi a única categoria que apresentou queda no número de trabalhadores no período).

No que se refere aos empregados permanentes (ainda principalmente colonos), notamos que apresentaram um crescimento numérico no período, chegando a representar mais de

27% do total em 1950. Em 1960 esta participação cai para pouco mais de 23%. , Como dissemos, não por apresentar um decréscimo em termos absolutos, mas sim pelo elevado incremento do número de parceiros (empregados), que cresce de pouco mais de cinco mil pessoas em 1950, para mais de quatorze mil em 1960. Desta forma, esta categoria passa a representar mais de 25% do total da mão-de-obra em 1960. (Tabelas 25 e Figura 37)

Como dissemos, esta é uma relação característica das propriedades maiores. Desta forma, este grande incremento numérico ocorrido dá indícios de que estas propriedades, no final da década de 1950 e início da de 1960, com a queda dos preços do café passam a dar preferência a estes parceiros em detrimento do colonato.³⁶

Mais um dado que reforça esta utilização intensa da parceria nos anos 50 e principalmente nos anos 60, é o fato de que a participação dos parceiros autônomos junto à categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família cresce de forma acentuada. Segundo nossos cálculos, em 1960 das pouco mais de dezessete mil pessoas desta categoria, em torno de 3.600 (21,4%) se referem aos parceiros autônomos (Tabela 25). Portanto, se somarmos estes parceiros autônomos com os demais (subordinados à administração da propriedade), vamos verificar que esta era a principal relação de trabalho em 1960, representando aproximadamente 32% do total do pessoal ocupado. Este fato, juntamente com a também expressiva participação dos colonos (que como vimos eram predominantes nas médias e grandes propriedades), assim como com a menor participação do proprietário e sua família no total de mão-de-obra (calculamos que em 1960 representava pouco mais de 22% do total), nos indica e confirma o quanto foi grande a subdivisão dos estabelecimentos menores neste período, via a utilização da parceria.

Como dissemos anteriormente, toda a estrutura agrária do Norte do Paraná, assim como da Microrregião Geográfica de Londrina, inicia um processo de transformação a partir de 1962, quando a região começa a desempenhar um outro papel na divisão territorial do trabalho, o que inicialmente vai ocasionar na região a desestruturação da economia cafeeira. Sobre este assunto trataremos no capítulo seguinte.

³⁶ Algumas indicações deste fato são apresentadas por CARVALHO (1991, p.143) e CANCIAN (1977, p.386)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993. 253p.
- CANCIAN, N.A. Cafeicultura paranaense: 1900-1970 - estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. 497p. (Tese de doutoramento, USP)
- _____. Cafeicultura paranaense-1900/1970. Curitiba, Grafipar/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 140p.
- CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2.ed. Campinas, Ed. da UNICAMP; São Paulo, FAPESP, 1993. 184p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M.C. O capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182p.
- CARVALHO, M.S. de. A pequena produção de café no Paraná. São Paulo, 1991. 192p. (Tese de doutoramento, USP)
- CASTOR, B.V.J. Um caso de mudança sócio-econômica e tecnológica: o Paraná, do café à agricultura moderna. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 42:85-144, 1984.
- CASTRO, A.B. de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980. v.II.
- CENTÉSIMA décima quarta tertúlia, realizada em 19 de junho de 1945. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28):603-608, julho, 1945.
- CODEPAR. O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, 1963.
- FRANÇA, A. A marcha do café e as frentes pioneiras. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960.
- GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (1):21-47, 1982.
- GUARNIERI, L.C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura. Campinas, 1979. (Dissertação de Mestrado, UNICAMP)
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário - Paraná: 1985. Rio de Janeiro, 1991
- _____. VIII Recenseamento geral 1970: censo agropecuário - instruções de coleta (CA 2.05). Rio de Janeiro, [1970].
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Enciclopédia dos Municípios. Rio de Janeiro, 1959.

- INVENTÁRIO E PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE LONDRINA. IPAC/LDA. Os caminhos do café no Paraná. Heímital, o passado e o presente no vale dos alemães. Londrina, GRAFMAN, 1993. (Cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos No. 2) 71p.
- LENCIONI, S. Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e transformação da cidade.Jardinópolis, o estudo de um lugar. São Paulo, 1985. (Dissertação de Mestrado,USP)
- LONDRINA no seu jubileu de prata: documento histórico. s.l.p., Realizações Brasileira, s.d.
- MONBEIG, P. A zona pioneira do Norte-Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(25):11-17, abr., 1945.
- MONTEIRO, D.T. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (12):47-63, 1961.
- MOREIRA, R. Formação do espaço agrário Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1990. 80p.
- MORO, D.A. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1980. 168p. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MUNGUIA PAYES, M.A. O Norte do Paraná: expansão cafeeira e apropriação da renda fundiária desde fins do século XIX até 1960. Itaguaí, 1984. 173p. (Dissertação de Mestrado, UFRRJ)
- OLIVEIRA, F.de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, (2):3- 82, out.,1972.
- _____. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132p.
- PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC;Curitiba, Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 216p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. Mudanças técnicas e relações de trabalhos no café, algodão e soja no norte paranaense.Curitiba,1985. 217p.
- PERIDES, P.P. Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930). São Paulo, 1980. (Tese de doutoramento, USP)
- A POLÍTICA cafeeira do Brasil 1850/1972: mercado livre, intervenção e planejamento racional. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 27(12): 72-81, dez. 1973.
- PRANDINI, N. Aspectos da geografia urbana de Londrina. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1951/52), 6(t.I):61-80, 1954.
- STOLCKE, V. Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850/1980). São Paulo, Brasiliense, 1986. 397p.

CAPÍTULO III - A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E AS TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA AGRÁRIA: 1962-1975

3.1. Desenvolvimento do Capitalismo no Brasil e Redefinições na Divisão Territorial do Trabalho

Para entendermos as transformações da estrutura agrária da Microrregião Geográfica de Londrina e o seu novo papel na divisão territorial do trabalho, tanto para o período em análise, ou seja, a partir de 1962 quando tem início os programas de erradicação de cafeeiros, havendo um amplo crescimento da pecuária e das lavouras temporárias, como no período seguinte, ou seja, pós-1975 ³⁷ quando se intensifica a ampliação de lavouras temporárias mecanizadas (em especial o binômio soja/trigo), se faz necessário a análise das modificações em curso no capitalismo no Brasil, ou seja, a passagem para uma nova forma de acumulação, marcada pela industrialização pesada.

Esta terceira e última etapa da periodização adotada (a da industrialização pesada), principalmente a partir de meados da década de 1950, vai marcar o aprofundamento da divisão social do trabalho, tornando a indústria o motor e o centro da economia, portanto de sua expansão.

Comentando sobre este período, SINGER (1987, p.76) diz que, em que pese que as primeiras empresas industriais monopólicas foram criadas, na década dos 40, pelo Estado: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Vale do Rio Doce,

foi na década dos 50 que o capitalismo monopolista entra em plena expansão, no Brasil, dominando a acumulação do capital e modificando profundamente a fisionomia econômica e social do país. Inicialmente, ainda foi com capital estatal que se criaram a Petrobrás, a Cosipa, a Usiminas e diversas companhias de eletricidade (Chesf, Furnas etc.). Mas, no quadro de uma industrialização acelerada pela execução do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kutibschek (1956-61), capitais multinacionais foram atraídos em grande escala ao país, tornando a hegemonia do capital monopólico definitiva no Brasil.

³⁷ Lembramos que o ano de 1975 é uma referência, já que tais transformações já vinham ocorrendo em anos anteriores.

Neste período há a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares que, por um lado, trouxe uma alteração radical da estrutura do sistema produtivo, verificando-se um profundo salto tecnológico. Por outro lado, a capacidade produtiva se ampliou muito à frente da demanda preexistente. Há portanto, um novo padrão de acumulação, que demarca esta nova fase.

Um processo como este exigia como pré-requisito um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo, uma ampliação das bases técnicas da acumulação que se fizera durante a fase de industrialização restringida. Porém, a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves. A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo.

Portanto, conforme afirma CARDOSO DE MELLO (1982, p.118), a ação do Estado foi decisiva ao investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado. A ampliação do gasto público valeu-se, fundamentalmente, de formas nada ortodoxas de mobilização de recursos financeiros (emissões e, até 1959, confisco cambial), uma vez que não houve qualquer modificação significativa no sistema tributário. Além disso, estabeleceu as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores.

Ou seja, neste período ainda é possível contar com as receitas oriundas da exportação de café para a manutenção da estratégia industrializante. Esta situação vai se reverter a partir de 1959, com a crise decisiva do café, logo da quebra dos esquemas de financiamento que permitiam transferências de excedentes do capital cafeeiro para o capital industrial.

Juntamente com esta política de Estado, a própria dinâmica da competição oligopólica nos países centrais fez com que a grande empresa oligopólica estrangeira, predominantemente a européia, decidisse investir no Brasil. Ou seja, as alterações na divisão internacional do trabalho, com a recuperação da Europa, foram importantes para a industrialização brasileira neste período, uma vez que, conforme resume MAGNOLI (1990, p.III.1-2),

entre as consequências mais importantes das alterações vividas pelo mercado mundial capitalista esteve o processo de desconcentração geográfica da indústria.

disseminando a industrialização pelos espaços da periferia capitalista através de investimentos produtivos voltados para a realização das máximas rentabilidades marginais. A concentração e a centralização dos capitais nos Estados do 'centro' do sistema capitalista esteve na base dessa internacionalização da manufatura, que conferiu um novo sentido aos tradicionais 'investimentos no exterior' das potências mundiais.

Portanto, no Brasil, Estado e grande empresa oligopolista internacional comandaram inequivocamente, o processo de industrialização pesada.

...Não se pense, no entanto, que o capital industrial nacional tenha sido ferido em seus interesses concretos. Não resta qualquer dúvida de que a burguesia industrial nacional não poderia afrontar por si só os problemas da industrialização pesada (acesso à tecnologia externa, financiamento interno e externo), pois que ancorada nas indústrias leves e detendo um frágil poder de acumulação. (...) O capital industrial nacional 'optou' pela entrada do capital estrangeiro nos novos setores e pelo papel relativamente limitado do Estado como empresário. (CARDOSO DE MELLO, 1982, p.119)

Em linhas gerais estas foram as características que marcaram a passagem, no Brasil, para uma nova fase de acumulação, comandada pelo capital monopolista. No entanto, a consolidação da Segunda Revolução Industrial no Brasil fez-se em dois momentos: o primeiro esforço de industrialização pesada, com o Plano de Metas, no quinquênio 1956/1960 e, passada a crise de 1962/67, ingressávamos em sua etapa culminante (a do "milagre brasileiro"), entre 1967 e 1974, que se estende - embora com uma desaceleração - até 1980, quando concluímos a instalação dos setores de bens de consumo durável, de bens intermediários e de capital. (CANO, 1993, p.19)

Sob o impulso do Plano de Metas, a industrialização brasileira sofreu transformações estruturais decisivas, marcadas por uma intensa diferenciação industrial num espaço de tempo relativamente curto e articulado diretamente pelo Estado.

Em síntese, conforme aponta SERRA (1982, p.76 e seguintes), as principais características deste período foram:

- a) a liderança do crescimento coube às atividades produtoras de bens de capital e de bens de consumo duráveis;
- b) a agricultura manteve um crescimento próximo à sua taxa histórica do pós-guerra e sem qualquer modificação no padrão tradicional de exploração da terra, muito embora, tenha sido neste período que se implementou a produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas,

que viria a repercutir, posteriormente, na aceleração (restringida) do processo de modernização do setor;³⁸

c) nos grandes projetos há um elevado grau de complementaridade dos investimentos.

Portanto, o capitalismo monopolista de Estado se instaura, no Brasil, ao término do período Juscelino, que marca a última fase da industrialização.

Isto porque só então são constituídas integralmente as bases técnicas necessárias para a autodeterminação do capital, cristalizadas no estabelecimento de relações entre os Departamentos de Bens de Produção, Bens de Consumo Assalariado e Bens de Consumo Capitalista, o que impõe uma dinâmica especificamente capitalista ao processo de acumulação. A partir daí, então, a acumulação de capital só encontra as barreiras colocadas por ela mesma. (CARDOSO DE MELLO & BELUZZO, 1982, p.144)

A partir de 1962, e se estendendo até 1967, a queda no ritmo de crescimento da economia foi evidente. Esta desaceleração decorreu em grande parte dos fatores de natureza cíclica, relacionados com a conclusão do volumoso pacote de investimentos públicos e privados iniciados em 1956/57.

A recuperação da economia começou em meados de 1967, sob a influência da política fiscal e monetária mais folgada do segundo governo militar. Como no período de crescimento de 1956/61, os setores mais dinâmicos da indústria foram o de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. Porém, diferentemente daquele período, agora o rápido crescimento da economia esteve associado a uma acentuada abertura estrutural para o exterior, aumentando os índices de importações; por sua vez, este aumento das importações foi possível graças ao aumento das exportações (que se diversifica) e ao abundante fluxo de financiamento externo. No que se refere à produção agrícola, continuou mantendo um nível de crescimento modesto, porém, houve um aumento da parcela da produção correspondente às exportações, enquanto os alimentos para o consumo interno declinam. (SERRA, 1982, p.88).

Este mesmo autor (p.91 e seguintes), diz que estas próprias características do período vão trazer consigo desequilíbrios inter e intra setoriais do crescimento. No que se refere à indústria, há um considerável atraso do crescimento da produção de bens de produção (máquinas, equipamentos e bens intermediários) com relação ao setor de bens de consumo duráveis, não

³⁸ Como afirma GRAZIANO DA SILVA (1981, p.68), a partir daí, a agricultura irá se constituir cada vez mais num mercado, não de bens de consumo, mas de meios de produção industriais, quer como compradora de certos insumos, quer como vendedora de outros.

duráveis e da construção civil. Esta desproporção foi viabilizada pelo acelerado crescimento das importações de bens intermediários e de capital, o que ocasionou focos inflacionários (em 1973) e a tendência a fortes déficits na cota comercial do balanço de pagamentos a partir de 1971-1972.

Outra desproporção ocorreu em razão do atraso da produção agrícola para o mercado interno vis-à-vis o crescimento da indústria e da massa de salários. Como exposto anteriormente, isto ocorre em função do crescimento mais que proporcional da produção agrícola de “exportáveis” sobre a produção de alimentos para o consumo doméstico. Contribuiu para isto as condições favoráveis do mercado externo, assim como as minidesvalorizações que incentivavam as exportações. Além disso, contribui para tanto o processo de relativa “modernização” que envolveu a agricultura brasileira desde os anos 50 e que favoreceu os produtos de exportação.

Ou em outros termos, como colocam CARDOSO DE MELLO & BELUZZO (1982, p.149),

as transformações da agricultura brasileira, do mesmo modo, foram bastante afetadas pela necessidade de um bom desempenho do setor externo. Tratava-se de estimular a todo custo a diversificação das exportações agrícolas, o que foi feito através de fixação de preços mínimos sistematicamente favoráveis aos artigos com cotação no mercado internacional, concessão de crédito fortemente subsidiado etc. A produção rentável dos bens exportáveis, especialmente a soja, exige mecanização em larga escala, uso de herbicidas e adubos, em suma, uma elevação do investimento e do nível de gastos correntes, o que certamente acelera a destruição de formas de produção pré-capitalistas ou capitalistas atrasadas (colonato). É claro que as transformações viriam de qualquer modo, desde que o prosseguimento do desenvolvimento capitalista implicaria necessariamente 'industrializar o campo' e unificar o mercado de trabalho, e já eram previstas claramente no período anterior, a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural. Mas é indiscutível que a violência e a rapidez com que se processaram, patentes hoje pela existência de milhares de bóias-frias, se deveu a uma orientação deliberada da política econômica.

Além dos desequilíbrios acima expostos, a própria inflação mundial ocorrida antes da crise do petróleo, vai trazer sérios problemas quanto ao balanço de pagamentos.

*Assim, é importante sublinhar que o chamado choque externo provocado pelo petróleo em fins de 1973 incidiu sobre uma situação de preços e balanço de pagamentos tendencialmente vulnerável. No que se refere mais especificamente ao balanço de pagamentos, a desproporção embutida na estrutura econômica não poderia ser corrigida a curto prazo, de modo que a prolongação do ciclo expansivo 1967-1973 exercia inevitavelmente fortes efeitos aceleradores sobre a demanda de importações. (SERRA, 1982, p.94)*³⁹

³⁹ Ver também sobre este aspecto CARDOSO DE MELLO & BELUZZO (1982, p.149)

Portanto, a desaceleração a partir de 1974 acontece, pois, além do desequilíbrio externo, o país também não contava com financiamento interno compatível com as metas de crescimento do governo. Esgotadas as fontes internas, apelou-se ao endividamento externo que, na verdade, já havia sido acionado entre 1970 e 1972, antes portando da primeira crise do petróleo em 1973.

Foi nesse contexto, quando as necessidades do país em petróleo, matérias-primas e máquinas se revelaram muito além de sua capacidade de importar, que o novo governo do Presidente Geisel (1974-1979) estabeleceu um programa com o propósito explícito de mudar o eixo dinâmico da economia, dos bens de consumo duráveis para os setores que representam o estágio final da industrialização por substituição de importações: bens intermediários de produção e bens de capital. Em resposta à crise de 1973-74, em vez de aplicar políticas restritivas, a economia brasileira através do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975/1979) foi levada a ingressar num longo período de investimento excepcionalmente elevados apesar da crise. Só foi possível seguir esta via através do endividamento, uma opção tornada factível em vista das fartas somas de petrodólares disponíveis e ofertadas com extraordinárias facilidades pelos grandes bancos nos anos 70. (BECKER & EGLER, 1993, p.139)

Desta forma, considerando o período 1973-1980 em seu conjunto, tal desaceleração esteve longe de configurar uma situação depressiva, pois o crescimento do PIB superou ligeiramente os sete por cento ao ano. Isto ocorre mesmo levando-se em conta que na prática o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976, devido fundamentalmente à adoção de uma política antiinflacionária de natureza contencionista. De qualquer forma, o II PNB teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital. No entanto, no que se refere ao setor agrícola, SERRA (1982, p.106/107), diz que o mesmo manteve o atraso da produção para o mercado interno, com implicações extremamente adversas sobre o processo inflacionário e as condições de vida da população de menores rendas.

Considerando todo o período em análise, ou seja, de 1955 até o início da década de 1980, entre as principais transformações nas relações entre os diversos setores da economia, encontra-se a progressiva mudança nas relações entre a agricultura e a indústria, com o setor agrícola redefinindo o seu papel no conjunto da economia, na base da subordinação ao complexo industrial.

Novamente o Estado teve papel importante ao recolocar e influenciar a estrutura produtiva agrícola na nova conformação da acumulação industrial. Com o golpe militar

de 1964, os debates sobre os caminhos da agricultura se “restringem” à necessidade de modernização da mesma, com as políticas governamentais para o setor se resumindo a este aspecto, contrapondo-se às mudanças nas formas de uso e posse da terra, ou seja, eliminando qualquer possibilidade de uma reforma agrária.

A modernização da agricultura estava ligada de várias formas ao surto de desenvolvimento industrial. Por um lado deveria ampliar os mercados para os ramos industriais produtores de máquinas, equipamentos e outros insumos modernos para a agricultura. Por outro lado deveria aumentar a oferta de matérias-primas para a indústria de transformação, assim como, com a diversificação da pauta de produtos agrícolas exportáveis gerar recursos para reduzir os desequilíbrios de pagamentos externos. Além disso, havia a preocupação sobre o controle dos preços e posteriormente sobre a expansão da produção de alimentos de forma a não pressionar o custo de vida urbano e, com isso, fortalecer a acumulação industrial.

Conforme resume MANOEL (1986, p.30)⁴⁰, a nova estratégia de modernização eixou-se em quatro pontos principais:

- I. *Uma maior abertura ao comércio internacional, onde se destaca a expansão das vendas externas, depois de 1970, de suco de laranja e soja;*
- II. *Elevação substancial do volume de crédito subsidiado, destinado à aquisição de insumos modernos para a agricultura;*
- III. *Aumento nos gastos em extensão e pesquisa (este depois de 1975);*
- IV. *Tratamento especial ao ramo industrial produtor de insumos para o setor agrícola (tratores, fertilizantes, inseticidas e herbicidas), objetivando a substituição das importações.*

Portanto, nesta fase do desenvolvimento do modo de produção capitalista (fase monopolística), a agricultura acaba sendo drenada nas duas pontas do processo produtivo: *na do consumo produtivo, pelos altos preços que teve e tem que pagar pelos produtos industriais (maquinaria e insumos) que é praticamente obrigado a consumir, e na da circulação, onde é obrigado a vender sua produção por preços vis... (OLIVEIRA, 1986, p.52)*

Resumindo, há uma industrialização da agricultura, marcada pela incorporação em seu processo produtivo dos insumos industriais como maquinaria pesada, adubos químicos e defensivos agrícolas. Este processo se acelera a partir dos anos sessenta-setenta, porém, através

⁴⁰ Apud MENDONÇA DE BARROS, J.R. Política e desenvolvimento agrícola no Brasil. Anais do X Encontro Nacional de Economia. Águas de São Pedro (SP). ANPEC. dezembro. 1982. V.1

de subsídios e facilidades creditícias concedidas pelo Estado. Acelera-se, assim a modernização da agricultura.⁴¹

No entanto, trata-se de uma modernização conservadora, que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Como coloca GRAZIANO DA SILVA (1982, p.40), não se trata de uma transformação dinâmica, auto-sustentada; mas sim de uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado.

Desta maneira, conforme aponta OLIVEIRA (1991, p.20), o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho camponês. Ao contrário, ele, o capital o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas.

Nestes termos, essa modernização parcial, produziu uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola, em que a produção dos alimentos destinados ao mercado urbano fica a cargo de certo tipo de produtores, enquanto os cultivos "modernos" são reservados a outro tipo.

Entretanto, essa divisão social do trabalho está ligada a uma determinada divisão territorial do trabalho, tendente a especializar certos espaços no cultivo de produtos 'modernos', expulsando os pequenos produtores para áreas mais distantes dos mercados consumidores, onde a concorrência pela exploração da terra seja menor... (MAGNOLI, 1990, p. III-1-9)

Um outro aspecto referente à essa nova forma de reprodução do capital no país, é que essa nova etapa da industrialização, fundada simultaneamente nos capitais internacionais e na redefinição das funções do Estado, tem a sua dimensão territorial, que é crucial. O Sudeste do Brasil e São Paulo em particular, acabou atraindo o essencial das unidades fabris ligadas aos novos ramos da economia brasileira. *Nesse sentido, essa região continuou a ser, e agora de modo mais intenso e qualitativo a indutora da redefinição territorial do trabalho.* (GOLDENSTEIN & SEABRA, 1982, p.34)

Assim sendo, as necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, pelas suas proporções, desencadearão novos processos de articulação da economia e do território

⁴¹ Trataremos melhor deste aspecto no próximo capítulo

nacional, redefinindo sua regionalização. A análise das contas nacionais até o ano de 1970, indicam que a região Sudeste, em 1959 representava 78,1% da renda do setor industrial e, em 1970 sobe para 80,3%, enquanto a participação geral da região na geração da renda se manteve estável (em torno de 65%).

Este quadro passa a apresentar pequenas alterações a partir de 1970, pois, a participação da região Sudeste no total da renda cai para 62,1% em 1980 e para 58,18% em 1985. (IBGE, 1991). Esta queda está relacionada ao decréscimo da participação da indústria da região, que em 1980 passa a representar 72,18% da renda do setor e, em 1985, 67,05%. Em particular, o Estado de São Paulo, passa de uma participação no valor da transformação industrial de 58,1% em 1970, para 52,42% em 1980 e 47,68% em 1985.⁴²

Tratando especificamente da reestruturação urbano-industrial da região metropolitana de São Paulo, LENCIONI (1994, p.199 e seguintes) diz que a partir dos anos 70, esta região conhece um processo de dispersão que atinge o interior, o qual vai apresentar uma nova fisionomia industrial, com uma presença crescente de indústrias, de porte médio e grande, de bens de capital e de bens de consumo duráveis (metal-mecânica, petroquímica e eletrônica). Desta forma o interior do Estado tornou-se a segunda concentração industrial do País, muito embora a Grande São Paulo também tenha perdido posição relativa para o conjunto do Brasil.

Porém, não devemos nos iludir quanto às recentes transformações na localização industrial. A transferência de plantas industriais da região metropolitana de São Paulo está longe de sinalizar tendências de desconcentração econômica.

Ao contrário, a concentração de capital persiste e se acentua, e o crescimento de novos centros industriais, além de abarcarem parte significativa do capital paulista que se descentralizou, fazem parte de uma estratégia de classe (dominante) não só voltada à valorização de novos espaços como destinada a manter as condições de dominação em vigor, assegurando sua inserção (ainda que parcial) no processo de globalização da produção. (SCHIFFER, 1994, p.121)

Há uma certa controvérsia quanto ao uso do termo “descentralização”, pois, a implantação industrial fora da capital paulista ou mesmo fora do Estado, não significa uma descentralização do capital, uma vez que... *a decisão e controle do processo de valorização do capital não só continuam concentrados social e espacialmente, como são reiteradamente reforçados apesar da relativa dispersão dos estabelecimentos. (LENCIONI, 1994, p.203)*

⁴² Dados referentes ao valor da transformação industrial constantes do Censo Industrial de 1980 e 1985

Ou seja, o processo de dispersão da indústria, longe de ser um processo de descentralização industrial, a rigor é um processo de centralização.⁴³

Sem a intenção de nos aprofundar neste assunto, já que não faz parte dos nossos objetivos a análise da industrialização no Paraná, praticamente toda a indústria de maior complexidade industrial que se instala neste Estado, em especial após 1975, se localiza na região metropolitana de Curitiba. No Norte do Estado, em particular, nos municípios de Maringá e Londrina, a industrialização vai se orientar para a base agrícola, assumindo a forma agroindustrial.

Na sua maioria, são indústrias de capital multinacional, portadoras de alta composição orgânica do capital, ligadas à transformação da soja e processamento do café para o consumo final. São indústrias de base urbana, instaladas nas cidades polo regionais. (RAZENDE, s.d., p.162).

Acrescentamos que no período mais recente, as grandes cooperativas vêm assumindo papel de destaque em vários ramos da agroindústria.

Portanto, como dissemos, no que se refere ao Norte do Paraná, as necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, vão se fazer sentir de forma mais acentuada, a partir do final da década de 60 e principalmente na década de 70, marcada por mudanças na produção agrícola diretamente vinculadas às necessidades de reprodução do capital industrial.

Porém, a primeira manifestação deste processo na região vai se dar nos primeiros anos da década de 60, quando se acentua a crise da cafeicultura e como consequência tem início a desagregação desta atividade no Norte do Paraná.

Neste momento, associada à política econômica global, vai ganhar importância a política cafeeira.

⁴³ Uma discussão sobre estes termos é apresentada por LENCIONI (1994, p. 203-207)

3.2. A Política Cafeeira Pós-1962

O ano de 1962 e o ano de 1976 marcam dois momentos distintos da cafeicultura. Como explica GUARNIERI (1979, p.62),

...1962 foi um ano crítico na crise de superprodução de café e marcou o início do processo de planejamento na cafeicultura com a elaboração e execução do Plano Diretor do GERCA⁴⁴ . no qual se deu grande ênfase à redução da capacidade produtiva existente. Por outro lado, o ano de 1976 representou praticamente o término da execução do Plano de Renovação e Revigoração de Cafézais, o qual tinha como uma das diretrizes o aumento da capacidade produtiva da cafeicultura. A mudança de orientação que pode ser observada nesses dois planos deve-se à excessiva erradicação de cafeeiros durante a década de 1960, dando origem a uma crise de subprodução que atingiu seu ponto culminante em 1976.

A partir de 1962 as modificações nos rumos da política cafeeira fazem parte das transformações mais gerais da capitalização da agricultura brasileira e vai ocorrer em dois momentos:

- a) um primeiro marcado pela erradicação, que se estende de 1962 a 1967/68, onde pela falta de um produto para assumir o papel desempenhado pelo café, a pecuária cresceu acentuadamente e;
- b) de 1968/69 até 1977, quando a cafeicultura se insere no programa de modernização tecnológica, via crédito subsidiado pelo Estado, e também se integrando e subordinando aos setores agroindustriais e financeiros.

A criação do GERCA, ocorrida no final de 1961, se deu em função da necessidade de um órgão encarregado de planejar a produção cafeeira, a fim de orientar a mesma de acordo com as metas da política econômica geral do governo. Ou seja, tinha objetivos mais amplos, que visavam promover transformações nas atividade agropecuárias, com vistas a acelerar as transformações capitalistas no campo.

Um panorama das políticas cafeeiras neste período, relacionada às diretrizes gerais das políticas econômicas é apresentado por GUARNIERI (1979, p. 51 e seguintes). Segundo a mesma, o novo padrão de acumulação do país, com grande participação da empresa oligopólica internacional, ao mesmo tempo em que ampliava as necessidades de importações,

⁴⁴ Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura

promovia um estreitamento na capacidade de importar do país, através da utilização de parte das divisas geradas pelas exportações em remessa de lucros, pagamento de royalties e de assistência técnica. Sendo as exportações de café as principais responsáveis pela determinação da capacidade de importar do país, havia uma necessidade de ampliá-la.

Além disso, a crise que já se manifestava no início dos anos 60, exigia da política cafeeira um caráter anti-inflacionário. Isto só se tornaria viável mediante a redução da capacidade produtiva, a qual, por um lado diminuiria a necessidade de compra de excedentes, logo não gerando um efeito inflacionário ⁴⁵ e, por outro lado, possibilitava uma elevação dos preços internacionais do café a médio prazo, permitindo um aumento da receita de divisas do País.

Nestas circunstâncias, entre 1961 e 1967, a política cafeeira caracterizou-se por estímulos à redução da produção interna e por incentivos à comercialização externa do produto.

Quanto ao comércio exterior, se tentou aperfeiçoar a ordenação do mercado mundial, através do Acordo Internacional do Café em 1962. Em 1963, começou a funcionar a Organização Internacional do Café (OIC), que buscava administrar os dispositivos do Acordo Internacional. Uma das principais preocupações da OIC era quanto ao aumento da produção quando da recuperação dos preços. No entanto o controle da produção nos países produtores só se efetivou em 1964. No Brasil, antes do controle da produção e posteriormente simultaneamente a ela, dois mecanismos são utilizados: o estabelecimento do preço de garantia e da quota de contribuição. Quanto aos primeiros, apresentou uma tendência declinante de 1963/64 a 1966/67, se elevando muito pouco até 1969/70. A partir de então se elevam de forma mais acentuada.

Já a quota de contribuição, modificou o mecanismo do confisco cambial. Inserida dentro da política cafeeira mais global, visava fornecer recursos financeiros não-inflacionários para atender às grandes despesas de estocagem de café do IBC.

No entanto, a principal política cafeeira do período, visava reduzir a produção excessiva, através dos estímulos e desestímulos creditícios, ou seja, créditos para a erradicação de

⁴⁵ Além disso, a diversificação da agricultura nas áreas erradicadas, promoveria uma elevação da oferta de alimentos e matérias-primas para a indústria, o que poderia contribuir para diminuir os custos da produção industrial.

café e para as atividades substitutivas e dificuldade de créditos aos cafezais antieconômicos ou situados em áreas inadequadas.

Após uma erradicação significativa entre 1962 e 1963, houve uma queda acentuada de 1964 a 1966. Diante disto e da argumentação do governo da manutenção da produção elevada, já a partir de 1966/67 há a reformulação do planejamento cafeeiro visando ampliar a erradicação. Neste sentido, diminuiu-se os preços de garantia e atualizou-se a indenização a ser paga pelo GERCA para a erradicação.

Os protestos dos cafeicultores se multiplicam, e um dos argumentos dos mesmos contra a política cafeeira era de que muito curtos. E, naquele momento, talvez a única alternativa interessante que se podia apresentar para o empresário rural das regiões cafeeiras consiste na pecuária de corte. (GUARNIERI, 1979, p.71)

Esta segunda fase do programa de erradicação atingiu resultados tão expressivos que, apesar de estar previsto para o período de julho de 1966 a julho de 1968, foi encerrado em maio de 1967. Contribuiu para isso as fortes geadas ocorridas no Paraná em 1967.

A partir de 1967 até 1970, através do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras se intencionava promover a implantação de agroindústrias nas áreas cafeeiras a fim de garantir certa diversificação agrícola. Como coloca GUARNIERI (1979, p.81/82), esta diretriz estava relacionada à ênfase dada, a partir de 1967, à diversificação das exportações, principalmente de produtos manufaturados. Associado a isto, a instalação destas agroindústrias por um lado, viria beneficiar (via compra de equipamentos) a indústria de bens de produção, que na época estava com excessiva margem de capacidade ociosa. Por outro lado requeria o incremento no uso de tratores e fertilizantes, uma vez que necessita de matéria-prima de boa qualidade e com certa uniformidade.

No entanto, a execução do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras, acabou sendo relegado a um segundo plano. Isto ocorre, por um lado pelas condições econômicas do país, que naquela época apenas começava a sair da crise, o que facilitava a ocupação da capacidade ociosa das indústrias já existentes, mas ainda apresentava dificuldades para novos investimentos. Por outro lado, no que se refere ao planejamento da cafeicultura propriamente dita, o GERCA passou a dar maior ênfase aos incentivos destinados à ampliação

dos cafezais. Isto ocorre em função da erradicação ter promovido uma excessiva diminuição da capacidade produtiva, assim como o surgimento da ferrugem, uma doença que ameaçava dizimar os cafezais do país. (GUARNIERI, 1979, p.82).

É nestas circunstâncias, marcada por uma produção de café que não atendia a demanda, o não surgimento de outra atividade agropecuária que pudesse substituir o café na geração de divisas e na rentabilidade, assim como a pressão dos cafeicultores no sentido de expansão da cafeicultura, que se implantam sucessivos programas com o objetivo de aumentar o parque cafeeiro. No entanto, em função das incoerências desses planos, somente a partir de 1972 é que há uma ampla aceitação dos mesmos pelos agricultores⁴⁶. Isto fez com que estas políticas praticamente se encerrassem em 1974/75.

Com a grave geada de 1975 novos planos de recuperação da lavoura cafeeira são colocados em prática, os quais se encerram em 1977, visto que se considerava o parque cafeeiro instalado suficiente para atender à demanda.

Conforme afirma a publicação PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura (1985, p.43),

sem dúvida, foi a implantação dessas novas lavouras a responsável pela grande transformação tecnológica verificada na cafeicultura brasileira. Essas lavouras seriam implantadas sob um rigoroso controle tecnológico, condição imposta para aprovação dos projetos e liberação de crédito.

De uma maneira geral estes projetos iam no sentido de vincular a cafeicultura à utilização crescente de insumos, como adubos, fungicidas, inseticidas e outros, através de crédito subsidiado fornecido pelo Estado. Assim, a modernização da cafeicultura faz parte de um movimento mais geral da agricultura brasileira, que determinaram profundas transformações tecnológicas, causando impactos sociais entre os produtores e trabalhadores rurais.

⁴⁶ Sobre este assunto ver GUARNIERI (op. cit. p. 86 a 92)

3.3. Os Efeitos da Política Cafeeira no Paraná

Um dos Estados em que tais transformações foram mais evidentes, foi o Paraná. Ocorre que o auge da produção cafeeira neste Estado vai ocorrer justamente na safra 1961/62, assim como a economia estadual era nesta época extremamente dependente do comportamento do café. Desta forma, a erradicação trouxe problemas econômicos e principalmente graves problemas sociais.

No Estado do Paraná o processo de eliminação de cafeeiros até 1967, isto é, durante os dois programas oficiais de erradicação, acarretou um decréscimo, induzido por tais programas de 250 milhões de pés de café. Considerando-se entretanto que entre 1963 e 1971 houve um decréscimo de 482 milhões de cafeeiros e que foram plantados de 1969 a 1971, em decorrência do programa de renovação, 96 milhões, a erradicação particular, calculada por diferença, atingiu a cifra próxima de 328 milhões de pés de café. Dessa forma, de 1963 a 1971 houve um decréscimo de cerca de 578 milhões de pés, que liberou perto de 858 mil hectares de área. (PENTEADO, 1979, p.34). A Tabela 26 traz o resumo das alterações nas plantações de café no Paraná na década de 60.

Portanto, mesmo após 1969, quando tem início os planos de recuperação da lavouras cafeeira, a erradicação continua no Estado. Os dados apresentados pela publicação PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura (1985, p.44) comprovam este fato, já que de 1970 a 1983, houve uma redução de 621 mil hectares, o que representa 56% de área substituída.

Geralmente a redução da produção e da área plantada, posteriores aos planos de erradicação são atribuídos às constantes geadas ocorridas, em especial a de 1975. No entanto, as geadas sempre existiram no Estado, portanto, as explicações devem ser buscadas na política implementada anteriormente. A relatividade das geadas como responsável pela redução da produção cafeeira é esclarecida por um diretor de cooperativa da região de Londrina:

Quanto à importância das geadas, não é que elas desestimulem o plantio, mas reduzia o faturamento do ano em 60% ou 70%. Neste momento, aparecia um banco e oferecia tanto para erradicar. Então vinha à vontade, verba para tratores e os juros não existiam. A geada foi a gota d'água para o produtor partir para a mecanização. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.45).

TABELA 26 - ERRADICAÇÃO OFICIAL E ESPONTÂNEA DE CAFEEIROS NO PARANÁ - 1963 - 1971

Especificação	Cafeeiros (1000)	Área (ha)
Erradicação oficial	249.957	307.062
Erradicação espontânea	232.356	418.680
Sub-Total	482.313	725.742
Existentes em 1963	1.316.418	1.836.085
Plantados de 69 a 71	96.420	132.011
Sub-Total	1.412.838	1.968.096
Existentes em 1971	834.105	1.110.343
TOTAL ERRADICADO	578.733	857.753

FONTE: PENTEADO (1979, p.35)

Com base nas informações do cafeicultor ao firmar o contrato de erradicação, o IBC (1967, p.30) apresenta dados, onde consta como as áreas liberadas pela erradicação do café, durante o primeiro programa do GERCA (1962/1966), foram utilizadas. Como podemos verificar, a imensa maioria destas áreas (40,4%) foram destinadas às pastagens, seguidas de atividades relacionadas diretamente ao processamento agroindustrial, ou seja, o algodão com 16% e as culturas anuais, que supomos se referem principalmente à cana e ao rami (Tabela 27). Esta tendência verificada para toda a região cafeeira, vai se repetir no Norte Novo, onde houve uma tendência acentuada para pastagens com cerca de 41% da área total liberada, aparecendo a seguir, culturas anuais e algodão, com aproximadamente 18%.

Portanto, um dos aspectos mais importantes do processo de erradicação foi o fato de que a pecuária foi a principal atividade substitutiva do café, apresentando crescimento expressivo, principalmente, nas microrregiões do Norte Novíssimo, que como vimos apresenta um solo de fácil deterioração com o uso intensivo pela cafeicultura, além de que, ali

predominavam propriedades de dimensões maiores. Desta forma, sendo em meados dos anos 60 a pecuária uma das poucas atividades, que exigindo poucos investimentos, apresentava rendimentos compatíveis aos do café, associado ao próprio crescimento do mercado interno, foram estes produtores (os que detinham maiores áreas ⁴⁷), que se beneficiaram dos altos subsídios para a erradicação do café, que de maneira geral tenderiam a uma rápida perda de produtividade em função da área imprópria onde foram plantados.

TABELA 27 - RECUPERAÇÃO DE ÁREAS LIBERADAS PELA ERRADICAÇÃO DE CAFEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - 1965

Culturas substitutivas	área liberada/ha	%
Pastagem	54.062	40.4
Algodão	21.369	16.0
Culturas anuais(*)	17.611	13.2
Milho	10.975	8.2
Feijão	6.458	4.8
Mamona	3.844	2.9
Mandioca	2.457	1.8
Arroz	2.345	1.8
Outras culturas	14.611	10.9
TOTAL	133.732	100.0

FONTE: IBC (19 67, p.30)

(*) Muito embora a publicação não explicita quais são estas culturas, no texto dá a entender que se trata de cana e rami

Analisando este aspecto, MORAIS (1988, p.88/89), diz que além do crescimento do mercado interno,

... o governo passa a incentivar a exportação de carne para o mercado internacional, que era deficitário do produto e onde a participação brasileira ainda era incipiente. Tornava-se, assim, necessária e viável a expansão da pecuária com a finalidade de produzir carne e leite em grande escala, o que propiciou grandes investimentos na produção de boi para abate. Inicialmente os investimentos foram feitos mais na fase de engorda: importam-se animais do próprio Paraná e de outros Estados, para acabamento, com dois a três anos de idade, que são vendidos após aproximadamente um ano para os abatedouros e frigoríficos. Os investimentos na pecuária, logo em

⁴⁷ Segundo pesquisa do CODESUL/IPARDES (1981, p.150):

“do incremento total da área de pastagens plantadas, os estabelecimentos com menos de 20 ha ficaram com apenas 10% enquanto que o grupo de 100 ha ou mais, responsável por 68,5% do incremento, acentuava a sua participação de 57,7% em 1960 para 65,5% em 1970...”

seguida, passaram a ser feitos em todas as fases da produção dos animais, ou seja, cria, recria e engorda...

No entanto esse crescimento da pecuária não se restringia ao Norte Novíssimo. Foi um processo generalizado no Norte e Oeste do Estado do Paraná. Desta forma, considerando o Estado como um todo, o Norte Novo de Londrina foi uma das quatro microrregiões onde mais se expandiu a pecuária, havendo um acréscimo, entre 1961 e 1971, de 108.777 hectares da área ocupada com bovinocultura. Muito embora as pastagens tenham se expandido por todas as áreas, independente de suas condições físicas, lembramos que também no Norte Novo de Londrina o café se alastrou sobre manchas de solos arenito caiuíá existentes, assim como áreas mais ao sul da região, de relevo mais acidentado e clima mais sujeito a baixas temperaturas.

*Com relação às pastagens plantadas, observa-se que, com exceção da região do Arenito Caiuíá, aproximadamente 90% dessas foram introduzidas em áreas de solos rasos e ou com declividade superior a 20%, que não permitem a mecanização. Portanto, no Paraná, não há uma competição por espaço entre pecuária bovina e agricultura que faz uso de insumos modernos, como por exemplo as lavouras de soja e trigo.*⁴⁸(MORAIS, 1988, p.225/227)

Quanto aos resultados do segundo plano de erradicação, posto em prática a partir de 1966, a erradicação foi muito intensa e rápida, atingindo já em 1967 uma área de 120 mil hectares que, segundo o IBC/GERCA teriam sido destinadas à implantação de milho (33%), soja (18%), feijão (16%), amendoim (10%), arroz (10%), algodão (7%) e outras culturas (6%) (IBC, 1967, p.31).

Portanto, nesta fase, por um lado ocorre a ampliação do uso do solo com produtos que viriam a atender as agroindústrias e, por outro lado aumenta também a participação dos produtos alimentares. Esta maior participação dos produtos alimentares nas áreas erradicadas, provavelmente ocorreu, pelo fato da erradicação, neste momento ter atingido também as propriedades de dimensões menores. Associado a isto, tanto os pequenos proprietários, como os arrendatários e parceiros encontraram na exploração destas culturas uma maneira de subsistirem. Logo, este incremento da produção de alimentos está associado ao aumento do número de pequenos estabelecimentos ocorrido na década de 1960. Quanto à maior produção de produtos para transformação industrial, além de toda a política de modernização da agricultura colocada em prática neste período, cabe ressaltar a própria ação do governo estadual no sentido de criar as condições necessárias para a industrialização do Estado, quando através da

⁴⁸ Muito provavelmente o autor esteja se referendo ao Norte do Paraná, pois no Centro-Sul do Estado, em áreas dos campos gerais, recentemente grandes áreas de pastagens vêm se convertendo em grandes plantações de soja e trigo.

CODEPAR (Companhia de Desenvolvimento do Paraná), transformada posteriormente em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), investiu a partir de 1962 na ampliação da infraestrutura rodoviária e de energia, assim como no financiamento de plantas industriais, das quais houve um amplo predomínio das agroindústrias.

Cabe lembrar que a ação da CODEPAR está intimamente ligado (inclusive através de convênio) às diretrizes do GERCA, que através do Programa de Diversificação Econômica das Regiões Cafeeiras,

...procurou dotar as regiões cafeeiras de uma infra estrutura adequada, principalmente no que se refere à eletrificação e à construção de estradas, promover a industrialização dos produtos agrícolas substitutivos e investir recursos em pesquisas, experimentação e assistência técnica. (GUARNIERI, 1979, p.132)

Ainda conforme esta autora (op. cit. p.133/134), dos recursos liberados a nível estadual pelo GERCA, para estes fins, o Estado do Paraná foi o que obteve a maior parte, cabendo-lhe quase 32% dos mesmos. No período 1967/1970, do total de recursos recebidos pelo Estado, 39,65% se destinavam para projetos agroindustriais, 36,41% para infra-estrutura, 10,39% para experimentação e 2,70% para equipamentos.⁴⁹

Um outro aspecto que pode parecer estranho, quanto às atividades substitutivas do café, neste segundo plano de erradicação, é o fato de não aparecer as pastagens, tão importante no primeiro plano. Acontece, que pelo menos inicialmente, o GERCA não “permitiu” que as terras liberadas fossem ocupadas com pastagens. Como esta segunda erradicação aconteceu de forma muito rápida, não é de se estranhar que não conste as pastagens como atividade substitutiva. No entanto, esta proibição foi logo revogada e os dados posteriores não deixam dúvidas quanto a importância das pastagens nos anos seguintes.

Fazendo uma análise das transformações no uso do solo no Paraná entre 1960 e 1970, o CODESUL (1976, p.144 e seguintes) apresenta alguns fatos interessantes em relação à cafeicultura. O primeiro deles diz respeito ao deslocamento da cafeicultura para a pequena produção, uma vez que os estratos inferiores a 20 hectares plantados com café, somavam 24,5% da área desta lavoura em 1960 e passaram a 49,6% em 1970. Por outro lado, diminuiu a

⁴⁹ Destes recursos, os efetivamente aplicados na agroindústria se destinaram a: indústria de óleos (44.7%), beneficiamento de algodão (14.5%), indústria de leite (7.9%), indústria de milho e de rami (5.3% cada), outras indústrias a montante da agricultura (22.3%). (Dados em cruzeiro apresentados por GUARNIERI (1979, p.136)

participação da cultura cafeeira nos estratos superiores a 20 hectares de 75,5% para 50,4%, entre 1960 e 1970.

Outro aspecto importante ocorrido nesta década, segundo a publicação, foi o “deslocamento” de cerca de 100.000 hectares de café das microrregiões do Norte Velho de Venceslau Braz, do Norte Velho de Jacarezinho, Algodoeira de Assaí, do Norte Novo de Londrina, do Norte Novo de Maringá e do Norte Novíssimo de Paranavaí para as do Norte Novíssimo de Umuarama e Extremo Oeste Paranaense, concentrando-se nos estratos de 2 a menos de 20 hectares. Ou seja, ao mesmo tempo que ocorre um intenso processo de substituição do café por pastagens nas áreas de arenito (Norte Novíssimo de Paranavaí), onde a degradação do solo e a conseqüente perda de fertilidade e produtividade já eram evidentes, o café continuou a crescer em áreas deste mesmo solo onde a exploração recente ainda garantia alta produtividade (Norte Novíssimo de Umuarama).

Resumindo, no período em análise, a cafeicultura que passa a ser incentivada está inserida no projeto de modernização tecnológica da agricultura, conseqüentemente, há uma elevação nos seus custos de produção ⁵⁰, os quais foram particularmente afetados pelas constantes geadas ocorridas no período, assim como pela perda de fertilidade do solo. Associado a isto, os incentivos às culturas mecanizadas, também de custos de produção elevados, porém apresentando riscos bem menores, fizeram com que os agricultores tendessem a optar por tais culturas (onde as condições físicas das propriedades o permitissem), ou pela pecuária quando as terras não eram adequadas à mecanização.

⁵⁰ Um resumo das transformações tecnológicas na cafeicultura paranaense é apresentado pela publicação PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura (1985. p.48):

a) o preparo do solo é feito através de aração e gradagem e os pés são plantados em curva de nível e alinhados. Este plantio permite a utilização de capinas mecanizadas (muito embora as capinas com tração animal e manual sejam importantes);

b) introdução de novas variedades (Mundo Novo e Catuaí) que são mais produtivas, mas são bastante exigentes em nutrientes. Isto, associado ao esgotamento do solo, fazem da adubação uma prática bem difundida;

c) a aplicação de agrotóxicos ocorre no combate à Broca, através de inseticidas e à Ferrugem através de fungicidas;

d) a colheita ainda é manual.

3.4. As Transformações da Estrutura Agrária na Microrregião Geográfica de Londrina

Na Microrregião Geográfica de Londrina, as transformações ocorridas vão estar inseridas neste contexto. Portanto, como resumimos nas páginas anteriores, além das profundas alterações a nível do desenvolvimento capitalista no Brasil, que traz consigo alterações na divisão territorial do trabalho, as particularidades da Microrregião Geográfica de Londrina vão orientar a maneira como a região vai redefinir o seu papel neste novo contexto.

Para a análise das transformações ocorridas no período, tomaremos como pontos de referência os anos de 1960, 1970 e 1975.

3.4.1. Utilização das terras

A Tabela 19 e Figura 32 (vide cap. II), nos dão a primeira indicação das mudanças ocorridas. O aspecto mais importante a ser destacado é que as lavouras permanentes que vinham aumentando sua importância, atingindo quase 42% da área ocupada na região em 1960, a partir de então entram em franca decadência, apresentando um decréscimo entre 1960 e 1970 (portanto durante o período dos planos oficiais de erradicação) de mais de 26 mil hectares. Com isto, a participação destas lavouras em relação às demais atividades cai para pouco mais de 30%. No período seguinte, entre 1970 e 1975, considerando tratar-se de anos em que vigorou os planos de revigoração da lavoura cafeeira, assim como de representar um intervalo de apenas 5 anos, proporcionalmente a erradicação foi até mais intensa, liberando uma área de pouco mais de 16.500 hectares. Considerando todo o período, ou seja, de 1960 a 1975, as lavouras permanentes apresentaram uma redução de quase 43 mil hectares (35,4%), caindo sua participação relativa neste último ano para 23,65%.

Paralelo à queda das lavouras permanentes, vai ocorrer um substancial aumento das lavouras temporárias e das pastagens. Entre 1960 e 1970, estas atividades incorporam praticamente a mesma quantidade de terra, ou seja, pouco mais de 31.500 hectares cada. Desta forma, as lavouras temporárias que em 1960 não chegavam a 11% do total das terras ocupadas,

em 1970 dobra sua participação, chegando a pouco mais de 20%. No entanto, a pecuária, apesar de ter crescido menos que as lavouras temporárias em termos relativos, como já possuía uma área significativa em 1960, somando-se as pastagens naturais e as plantadas, em 1970 passa a ser a atividade mais importante da região (em termos de área), representando 31,56% da área ocupada. No período 1970/75, o ritmo de crescimento da pecuária é bem menor, no entanto neste último ano continua a ser a atividade a ocupar mais área (33%). Por outro lado, as lavouras temporárias continuam se expandindo de forma acelerada, incorporando neste período mais de 21 mil hectares. Desta forma, em 1975 esta atividade já ocupava quase 26% das terras, ultrapassando em importância as lavouras permanentes.

No entanto, este panorama geral, vai apresentar particularidades a nível municipal, ocorrendo três situações diferentes (ver Tabelas 43, 44 e 45 em anexo):

- a) os municípios de Cambé e Ibiporã, vão apresentar entre 1960 e 1975 uma queda acentuada das lavouras permanentes. Esta era a atividade que mais ocupava área em 1960, sendo superada em 1975 pelas lavouras temporárias, que aumentam sua participação em quase quatro vezes (muito embora a área ocupada pelas mesmas sejam muito próximas). Quanto à pecuária, a mesma se manteve estável, praticamente não havendo alteração na área ocupada, o que fez com que passasse a ser a terceira atividade em termos de área;
- b) no município de Rolândia, embora as lavouras permanentes também tenham decrescido, passando de mais de 65% da área ocupada em 1960, para pouco mais de 48% em 1975, continuou a ser a atividade mais importante, ocupando o dobro da área das lavouras temporárias. Estas últimas têm um crescimento lento até 1970, porém, se expande de forma mais acelerada deste ano até 1975, ultrapassando a área ocupada pelas pastagens (estas crescem modestamente de 1960 a 1970 e decaem a partir daí);
- c) no município de Londrina, como dissemos no capítulo anterior, em 1960, embora as lavouras permanentes ainda fossem as atividades mais importantes, ocupavam em termos relativos uma área bem menor que os demais municípios (uma vez que a quantidade de matas e terras incultas era muito grande). A partir de então, o crescimento das pastagens foi muito intenso, passando de pouco mais de 24% da área ocupada para quase 40% das mesmas em 1975. Desta forma, diferentemente dos demais municípios da região, a pecuária passa a ser a atividade a ocupar mais área, seguida das lavouras temporárias, que praticamente dobram sua participação,

passando de pouco mais de 12% para quase 24% entre 1960 e 1975. Desta forma, também diferindo dos demais municípios, as lavouras permanentes em 1975 passam a ser a terceira atividade em termos de área ocupada.

Estas diferenciações ao nível municipal, vêm reforçar aquilo que dissemos com referência ao conjunto da região cafeeira. Por um lado houve uma tendência ao avanço da pecuária nas terras não propícias à mecanização, ou seja, principalmente as terras ao sul do município de Londrina. Por outro lado, nas terras de solos mais profundos e de relevo que facilitavam a mecanização há a expansão das lavouras temporárias, assim como nas propriedades menores o café se mantém enquanto atividade principal (norte do município de Londrina, Ibiporã, Cambé e Rolândia).

Um outro aspecto a ser analisado, com relação ao crescimento das lavouras temporárias, diz respeito aos produtos que vieram a substituir o café. Neste particular, verificamos dois momentos distintos. Um que vai de 1960 a 1970 e outro de 1970 a 1975.

Neste primeiro período ⁵¹, verificamos que os produtos responsáveis pelo crescimento das lavouras temporárias foram principalmente o milho, que teve um acréscimo de mais de 13 mil hectares na área colhida, seguido pelo arroz, que aumentou sua área em torno de 10.000 hectares e pelo algodão, que praticamente inexistia em 1960 e passa para uma área colhida de mais de 9.000 hectares em 1970. A soja e o trigo, que não eram plantados em 1960, em 1970 já apresentam uma área colhida importante. (vide Tabela 21 e Figura 33 do cap. II)

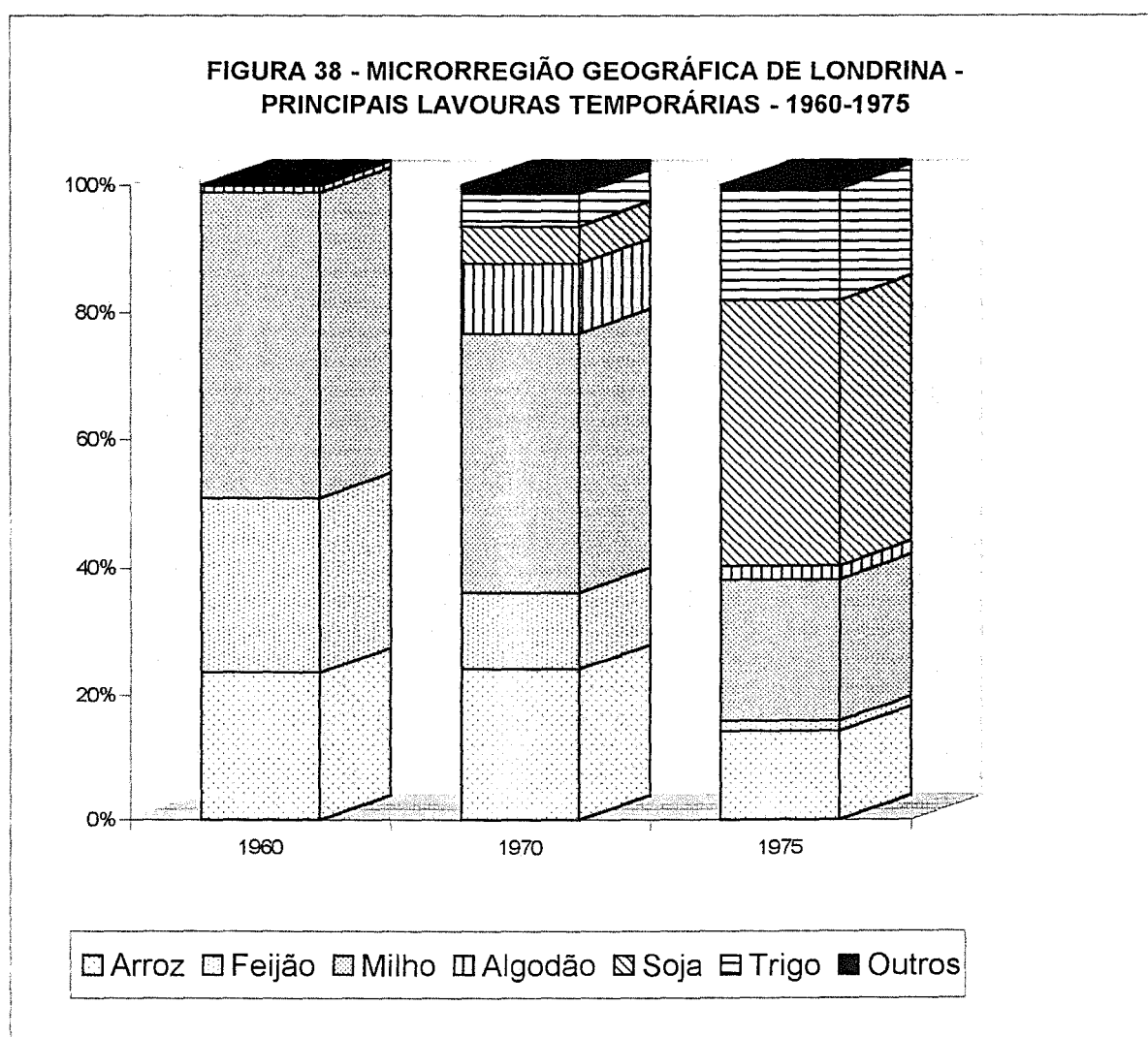
Ou seja, por um lado, apesar do crescimento da soja e do trigo, neste primeiro período, em termos absolutos, ainda houve um crescimento das culturas alimentares, especificamente o arroz e o milho, que nessa época, em boa parte ainda se destinava para tal, assim como do algodão, que apesar de se destinar as agroindústrias, ainda era pouco mecanizado.

No entanto, quando analisamos a participação relativa das principais lavouras temporárias entre 1960 e 1970, as transformações que se tornam mais intensas a partir de então já se fazem presentes. Conforme a Tabela 28 e Figura 38, em 1960 o arroz e o feijão representavam

⁵¹ Nas análises que envolvem o ano de 1970, evitaremos mencionar a participação relativa dos produtos, uma vez que as fortes geadas ocorridas no Paraná em 1969 comprometeram seriamente a safra de café, reduzindo drasticamente a área colhida deste produto e, conseqüentemente aumentou a participação relativa dos outros produtos.

TABELA 28 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (%) - 1960-1975

LAVOURAS	1960	1970	1975
Arroz	23,64	24,13	14,17
Feijão	27,16	12,05	1,6
Milho	48,08	40,54	22,41
Algodão	1,04	11,04	2,15
Soja	0	5,85	41,64
Trigo	0	5,09	17,5
Outros	0,08	1,3	0,53
TOTAL	100	100	100



mais de 50% da área colhida das lavouras temporárias, assim como o milho ocupava pouco mais de 48% da área. No ano de 1970, os números já dão indícios das profundas transformações que estavam em marcha. Ou seja, somados, o arroz e o feijão passam a representar pouco mais de 36% da área, assim como o milho tem reduzida sua participação para 40,54% da mesma. Por outro lado, o algodão, a soja e o trigo, somados, que praticamente não eram plantados em 1960, passam a ocupar quase 28% da área colhida.

Estas transformações que se insinuavam na década de 60, vão se aprofundar na primeira metade da década de 70 e se tornar predominante a partir de então. Analisando-se os dados de 1975, referentes a área colhida das principais lavouras, o primeiro aspecto a destacar é que, muito embora o café venha perdendo área desde 1960, ainda continua sendo a principal lavoura, representando quase 41% da área colhida. Por outro lado, as lavouras temporárias continuam a apresentar um crescimento, porém, o que mais chama a atenção é a mudança no perfil deste crescimento. Todos os produtos, com exceção da soja e do trigo apresentaram um decréscimo da área colhida. O algodão tem sua área diminuída em quase 7 mil hectares, o arroz, o feijão e o milho, somados, decrescem mais de 25 mil hectares. Por outro lado, a soja e o trigo, somados, tem um aumento na área colhida de mais de 50 mil hectares. Ou seja, estas duas lavouras, além de incorporar toda a área liberada pelo café ainda avança sobre as outras culturas temporárias, especialmente as alimentares. (vide Tabela 21)

Desta forma, conforme a Tabela 28 e Figura 38, há uma completa alteração em termos de participação relativa das principais lavouras temporárias. Por um lado as culturas alimentares (arroz e feijão), passam a representar somente pouco mais de 15% da área colhida. Por outro lado, o milho, agora em boa parte destinado às indústrias de óleos vegetais e ração animal, assim como tendo aumentado a mecanização em seu processo de produção, mantém certa importância na área colhida (22,41%). No entanto, a transformação mais marcante se relaciona às lavouras de soja e trigo, que juntas representam mais de 59% da área colhida das lavouras temporárias.

3.4.2. Estrutura fundiária

O fracionamento dos estabelecimentos agropecuários que ocorreu na década de 50, vai continuar na década de 60. Analisando, a Tabela 48 (em anexo), constatamos que entre 1960 e 1970 houve um acréscimo de 3.111 estabelecimentos (48,17%), enquanto a área ocupada cresceu apenas 7,24%. Desta forma, a área média total que já vinha caindo, atingindo 45 hectares em 1960, passa para apenas 32 hectares em 1970. (ver Tabela 22 no cap. II)

Este fracionamento ocorreu em todas as classes de área analisadas, em especial naquela de menos de 10 hectares, que teve um acréscimo de quase 144% no número de estabelecimentos e de quase 136% na área ocupada. No entanto, diferentemente da década passada, nos anos 60, este crescimento vai ocorrer basicamente pela incorporação de novas áreas (e não pelo parcelamento dos estabelecimentos maiores), já que os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares também apresentaram um pequeno crescimento na área ocupada. Somente os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares sofrem uma perda de área, porém, muito pequena (2,56%). (vide Tabela 48 em anexo)

A análise particularizada a nível municipal, nos indica que boa parte deste aumento dos pequenos estabelecimentos ocorreu no município de Londrina, uma vez que do aumento de 3.089 estabelecimentos na faixa de área de até 100 hectares, 2.929 se localizaram neste município, ou seja, mais de 78% do aumento. Quanto a área ocupada, a totalidade do incremento ocorrido por estes estabelecimentos aconteceu neste município. (Tabelas 50 e 51 em anexo).

A intensidade das transformações neste município foram tamanhas que merecem uma análise particularizada. Uma primeira constatação é que, de 1960 a 1970, dos 24.334 hectares de terras incorporadas, a maior parte foi pelas terras próprias (67%) e em menor intensidade pelas arrendadas (22,6%) e ocupadas (8%). Outra característica, foi que os estabelecimentos entre 10 a 100 hectares foram os que mais incorporaram área, pouco mais de 15 mil hectares, estando incluídos aí uma pequena quantidade decorrente da perda de área dos estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares. O mesmo ocorre com os estabelecimentos de até 10 hectares, que têm um acréscimo de pouco mais de 10.500 hectares.

Outra característica é que nestas novas terras incorporadas, a atividade principal foi a pecuária que aumenta a área em mais de 30.000 hectares (logo aí está incluída as áreas novas e as áreas ganhas das lavouras permanentes e matas naturais). O mesmo ocorre com relação às lavouras temporárias que crescem em mais de 20 mil hectares.

Como não houve a anexação de territórios de outros municípios neste período, acreditamos que o que houve foi uma exploração mais intensa das áreas agrícolas do município. Com isto, propriedades que não foram contadas como estabelecimentos em 1960 passaram a ser em 1970. Isto ocorre porque o Censo somente considera como estabelecimento propriedades que tenham alguma exploração. No entanto, não conseguimos verificar as causas deste fenômeno, uma vez que as mesmas requerem uma pesquisa específica, buscando responder a uma série de questionamentos:

- a) foram terras compradas ou griladas na década de 50 e mantidas como reserva de valor para serem negociadas após a valorização na década seguinte?
- b) foram terras localizadas em áreas menos férteis e de relevo mais acidentado, que passaram a ser utilizadas produtivamente com a situação favorável à pecuária, assim como pelo aumento do mercado para produtos alimentares no período?
- c) o excedente populacional liberado pelo café encontraram nestas terras a possibilidade de manter o vínculo com a terra através da ocupação, arrendamento, parceria, ou como proprietário?

Enfim, são perguntas, cujas respostas demandariam um esforço de pesquisa muito grande, interessante de ser feita, porém inviável em função do tempo necessário para tal, além de que não implica em prejuízos aos objetivos do presente trabalho.

Voltando a análise referente ao conjunto da Microrregião, muito embora tenha havido um aumento significativo do número de estabelecimentos, principalmente dos menores, o pequeno acréscimo de área dos grandes estabelecimentos faz com que a concentração fundiária pouco se altere no período, já que os estabelecimentos de até 100 hectares, que representavam quase 94% do total em 1960, passam para 95,71% em 1970. Quanto a área ocupada pelos mesmos, de 45,23% aumentam para pouco mais de 49%. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (que ressaltamos eram apenas 28 em 1970), continuam a concentrar pouco mais de 20% da área ocupada (vide Tabela 22 e Figura 36 do cap. II).

Esta pequena desconcentração da terra, também diferiu do movimento ocorrido na década passada, pois, neste momento a importância das terras arrendadas foi muito menor. Muito embora o número de estabelecimentos arrendados tenha quase dobrado (94,81%), o que fez sua participação saltar de quase 24% para pouco mais de 31%, entre 1960 e 1970, a área ocupada pelos mesmos diminuiu em 6%, fazendo a área média destas terras cair de 27 hectares para 13 hectares entre estes dois anos. Ou seja, houve uma maior oportunidade de acesso à terra para estes trabalhadores, porém em prejuízo do tamanho dos estabelecimentos desta própria categoria de produtores. (vide Tabela 23 do cap. II)

Assim sendo, na década de 60, podemos dizer que foi mais importante para a desconcentração da terra o aumento do número de terras próprias, não em função do fracionamento das grandes propriedades (pois, como vimos estas cresceram tanto em número quanto em área), mas pela incorporação de novas áreas por estabelecimentos de tamanho reduzido (do total de 20.946 hectares de terras incorporadas de 1960 a 1970, as terras próprias se apropriaram de quase 85% das mesmas). Desta forma, a área média das terras próprias cai de 51 para 44 hectares. (Tabela 23 do cap. II)

Este crescimento menor do número de estabelecimentos de terras próprias em relação às terras arrendadas, juntamente com o aumento significativo das terras ocupadas, fez com que a participação relativa das terras próprias caísse de 74,14% para pouco mais de 62% entre 1960 e 1970. Por outro lado, com o incremento da área ocupada por estes estabelecimentos, esta se manteve em torno de 84%. (Tabela 23)

O grande incremento das terras ocupadas é outro fato importante quanto à estrutura fundiária neste período. Estas passaram de pouco mais de 1% do número de estabelecimentos em 1960 para mais de 5% em 1970. O mesmo ocorre em relação a área ocupada, a qual teve um incremento de mais de 4.000 hectares no período, passando de menos de 1% em 1960 para pouco mais de 2% em 1970. (Tabela 23)

Muito provavelmente este aumento dos ocupantes está relacionado a dois fatores conjugados. Por um lado, como vimos, neste período foi incorporada uma grande quantidade de terras antes inexploradas, ou seja, que estavam ociosas, assim como há uma drástica redução das áreas de matas e florestas naturais. Por outro lado, como veremos mais adiante, houve uma queda acentuada do número de pessoas ocupadas, em especial dos parceiros

empregados. Ou seja, o trabalhador sendo expulso da terra e havendo terras inexploradas, pode ter se instalado nas mesmas como ocupantes.

Portanto, não teria sido coincidência o fato de boa parte deste acréscimo dos ocupantes ter se dado no município de Londrina (onde houve maior incorporação de área), já que pouco mais de 69% do aumento dos estabelecimentos e quase 46% da área dos ocupantes se deu neste município.

Paralelo a isto, uma outra hipótese para o aumento dos ocupantes é

a de que nem todos os produtores classificados como ocupante (...), o são. Isso porque, o Censo não distingue aqueles familiares que exploram terras de parentes, em geral dos pais, que por sua vez possuem titulação legal. Assim, são então classificados como ocupantes por não pagarem nada pelo uso da terra e, dessa forma, não se enquadram como arrendatários ou parceiros. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.85)

Esta hipótese parece viável quando verificamos que praticamente todo o restante do acréscimo de ocupantes se deu no município de Rolândia (23,7% dos estabelecimentos e 59,3% da área). Por um lado, não houve acréscimo de área no município, ao contrário, houve um pequeno decréscimo na área explorada. Por outro lado, as tabelas de utilização das terras (43 e 44 em anexo), indicam que na década de 60 as terras com matas naturais ou não utilizadas eram mínimas, e não acreditamos que as ocupações tenham se dado em terras produtivas.

Um outro argumento que reforça esta hipótese, especialmente para o município de Rolândia, é que neste, o café se manteve importante, havendo uma redução de “apenas” 6.622 hectares, entre 1960 e 1970, restando neste último ano mais de 30 mil hectares plantados com esta lavoura. Ao mesmo tempo, praticamente todas as categorias de pessoal ocupado sofreram reduções significativas (mais de 6.300 pessoas), com exceção dos empregados temporários que aumentam em apenas 176 pessoas, dos proprietários (1.090 pessoas) e dos ocupantes (322 pessoas) (Tabelas 56 e 57 em anexo). Ou seja, a redução da mão-de-obra foi desproporcional à erradicação havida, tornando possível que os familiares dos proprietários se responsabilizassem por “tocar” a lavoura cafeeira conforme apontado pela autora citada.

Portanto, o processo geral para a Microrregião, no que se refere às alterações na condição legal das terras, vai apresentar situações bastante diversas a nível municipal. Pela análise das Tabelas 62 e 63 em anexo, verificamos que:

- a) nos municípios de Cambé e Rolândia, vai haver uma retomada por parte dos proprietários das terras arrendadas. Desta forma, estas últimas apresentam uma queda tanto do número de estabelecimentos, quanto da área ocupada. Este processo foi mais intenso em Cambé, onde praticamente todo o decréscimo das terras arrendadas foi incorporada pelas terras próprias. Em Rolândia, uma parte significativa (28%) da área liberada pelas terras arrendadas foi incorporada pelas terras ocupadas;
- b) no município de Ibiporã, ao contrário, houve um fracionamento das terras próprias via arrendamento, fazendo com que as primeiras passassem de mais de 81% do número de estabelecimentos em 1960 para somente 42,71% em 1970;
- c) em Londrina há uma incorporação de novas áreas, aumentando todas as categorias de terras, ou seja, terras próprias, arrendadas e ocupadas.

A explicação para tais diferenciações está relacionada às mudanças na utilização da terra ocorrida a nível municipal. Conforme as Tabelas 68, 69 e 70 em anexo, verificamos que, nos municípios de Cambé e Rolândia, mesmo com as fortes geadas ocorridas em 1969, o café foi mantido como uma das atividades a ocupar mais área. Acontece, que os efeitos desta geada fizeram com que as colheitas dos anos seguintes se reduzissem a um nível muito baixo, impossibilitando a subsistência dos parceiros no período de recuperação dos cafezais. Associado a isto, como dissemos anteriormente, os programas para recuperação das lavouras cafeeiras colocados em prática neste período, já faziam exigências que dificultavam a plantação de lavouras intercalares, inviabilizando, desta forma, a parceria nas propriedades que se utilizaram dos recursos destes programas ⁵². Além disso, os fartos financiamentos possibilitavam recursos financeiros a estes produtores para contratarem um outro tipo de trabalhador que passa a se tornar abundante a partir do início dos anos 70, o volante.

⁵² Conforme dados do IBC, entre 1969/70 a 1976/77, foi relativamente intensa a contratação de financiamentos do programa de plantio de cafezais, por parte dos produtores da região: Cambé (241 contratos e 4.645,6 mil cafeeiros); Ibiporã (299 contratos e 5.716,5 mil cafeeiros); Londrina (806 contratos e 15.689,3 mil cafeeiros); Rolândia (549 contratos e 8.856,2 mil cafeeiros).

Nestes municípios a área plantada com algodão, um produto típico das pequenas propriedades e intimamente vinculado ao arrendamento e parceria⁵³, teve pouco crescimento entre 1960 e 1970. Neste último ano, em Rolândia não chegava a 1% da área colhida, enquanto a soja e trigo já representavam mais de 20% desta área. Em Cambé, apesar do algodão representar pouco mais de 13% da área, mesmo neste ano o café manteve a importância, com mais de 35% da área colhida.

Por outro lado, em Ipirorã, em 1970 o algodão foi a segunda lavoura mais importante, ocupando mais de 24% da área, portanto, mais que o café, que representou quase 21%. Em Londrina a situação é parecida, pois, embora em termos relativos a importância do algodão não seja tão grande (5,66%), em termos absolutos ocupava uma área grande, mais de 3 mil hectares. Acrescentamos, conforme visto anteriormente, a grande incorporação de novas áreas no período.

Situação bem diferente vai ocorrer entre 1970 e 1975, caracterizada por uma reconcentração fundiária. Por um lado, vai haver uma queda de mais de 22% no número de estabelecimentos, a qual ocorreu exclusivamente naqueles de menos de 100 hectares (houve uma diminuição de 2.263 estabelecimentos), e dentro desses em especial nos menores de 10 hectares, que tiveram uma redução de quase 39%. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 100 hectares aumentaram pouco mais de 44%. A análise da área ocupada torna mais nítida a concentração ocorrida, pois, os estabelecimentos de menos de 100 hectares tiveram uma redução de aproximadamente 15 mil hectares (42%), enquanto os estabelecimentos com mais de 100 hectares aumentaram sua área em mais de 34 mil hectares (40,4%). Ou seja, estes estabelecimentos, além de incorporarem área dos estabelecimentos menores, foram responsáveis por toda a expansão sobre áreas novas. (Tabela 48 em anexo)

Como consequência desta incorporação dos menores estabelecimentos pelos maiores, a concentração fundiária da região vai aumentar. Por um lado, a área média dos estabelecimentos passa de 32 hectares para 44 hectares entre 1970 e 1975. Por outro lado, os estabelecimentos de menos de 100 hectares decaem sua participação de 95,71% em 1960 para 93,04% em 1975, o mesmo ocorrendo com a área ocupada, que passa de 49,3% para pouco

⁵³ Para o Estado do Paraná como um todo (leia-se Norte do Paraná, pois no final da década de 60, por volta de 95% da área colhida se concentrava nesta região), em 1970, cerca de 80% da área colhida com algodão situa-se em estabelecimentos com menos de 50 ha, e os parceiros e arrendatários eram responsáveis por mais de 54% do total da área. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. 1985. p.138/140)

menos de 42%. Já os estabelecimentos com mais de 100 hectares, aumentam sua participação em termos numéricos e principalmente na área ocupada, passando de 50,7% em 1970 para pouco mais de 58% em 1975. (vide Tabela 22 e Figura 36 do cap. II)

Esta concentração ocorrida entre 1970 e 1975, se deu principalmente em detrimento das terras arrendadas que apresentam uma queda de quase 41% no número de estabelecimentos e de mais de 30% da área ocupada. As terras ocupadas também apresentam queda significativa. Porém, o comportamento das terras próprias nos indica que não houve simplesmente a expulsão de parceiros, mas a concentração foi mais além, expulsando também os proprietários da terra. Por um lado, as terras próprias tiveram um decréscimo de mais de 12% no número de estabelecimentos. Por outro lado, em termos de área ocupada, estas terras tiveram um aumento de quase 11%, passando a área média de 44 para 55 hectares, entre 1970 e 1975. Ou seja, nitidamente houve a incorporação das propriedades menores pelas maiores, assim como, a anexação de propriedades menores pelos próprios pequenos e médios proprietários que conseguiram acumular alguma poupança, iniciando um processo de diferenciação, que prosseguiria nos anos seguintes.

Como explica OLIVEIRA (1991, p.39/40), este processo de expropriação não é linear, ou seja, também vai se mostrar contraditório e desigual territorialmente. Por exemplo no sul do país, junto com a ação direta do capital, há também a subordinação e o processo de ampliação da propriedade camponesa, quando o camponês médio ou rico anexa, através da compra, a terra do pequeno.

Não é muito complicado entender esse processo. O desenvolvimento das forças produtivas, que colocam o avanço tecnológico a serviço das empresas capitalistas para poder aumentar a exploração dos trabalhadores, também está disponível no mercado para os produtores camponeses. Portanto, uma parte do campesinato também tem elevado o grau de produtividade do trabalho familiar camponês. Em muitos casos, tem mesmo conseguido acumular uma poupança que reaplica na compra de mais terra, de seus vizinhos, por exemplo, que não tiveram a mesma possibilidade de acumulação ou que optaram pela migração ou foram expropriados sumariamente.

Ou seja, neste período, a concentração fundiária vai ocorrer basicamente em função da expropriação das terras arrendadas (em especial as tomadas em parceria), assim como tem início um processo de expropriação de pequenas propriedade, que se intensifica após 1975.

A diminuição do número de parceiros e de outras formas de acesso precário à terra nos anos 1970, é o reflexo de uma política agrícola formulada a partir do final dos

anos 1960, onde a falta de garantias ou o menor poder de barganha destas categorias acabavam por impedir seu acesso a uma nova base técnica de produção. Concomitantemente ao acontecido com a parceria no primeiro quinquênio da década de 1970, registra-se uma substancial queda do número e estabelecimentos na condição de proprietário. Esta queda indica que se até 1975, o processo de expropriação do campesinato concentrava-se fundamentalmente entre os não proprietários, agora a pequena propriedade sofre também uma significativa redução. Entende-se que o motivo fundamental desta redução também está ligada ao modelo agrícola que no início dos anos 1970 teve por consequência social básica, a expropriação dos parceiros e que se agora os pequenos proprietários também são atingidos, é que a incorporação do progresso técnico ao trabalho camponês depende de condições que os menores estabelecimentos muitas vezes não possuem. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.103/104).⁵⁴

3.4. 3. Relações de trabalho

Além dos efeitos sobre a estrutura fundiária, a própria análise desta nos indica as profundas consequências sobre o pessoal ocupado, ocorrida em função das transformações em curso. Conforme a Tabela 25 e Figura 37 (vide cap. II), verificamos que entre 1960 e 1975, houve uma queda no número de trabalhadores de 11.429 (20%). Todas as categorias de trabalhadores, com exceção dos Responsáveis e Membros Não Remunerados da Família apresentaram um decréscimo, havendo diferenciações no processo ocorrido entre 1960 e 1970 e deste ano até 1975.

Neste primeiro período citado, os parceiros (empregados) subordinados à administração da propriedade foram os que apresentaram a maior redução, mais de 51%, fazendo sua participação cair de mais de 25% do pessoal ocupado em 1960, para somente pouco mais de 13% em 1970. Os empregados permanentes e temporários também decresceram no período. Ou seja, estas duas últimas categorias de trabalhadores são reconhecidamente predominantes nas propriedades maiores (ver tab. 24 do cap. II), assim como, os parceiros (empregados), conforme discutimos no capítulo anterior.

Desta forma, esta redução se explica pela erradicação de cafeeiros nas propriedades maiores. Repetindo o que apresentamos anteriormente, para o total do Estado,

⁵⁴ Sobre este assunto, ou seja, a inadequação do progresso técnico implantado à pequena produção, trataremos no próximo capítulo.

entre 1960 e 1970 os estabelecimentos com menos de 20 hectares aumentaram sua área de culturas permanentes em 243.122 hectares, enquanto os demais a reduziram em 594.003 hectares, quando o saldo total foi de menos de 350.881 hectares. Desta forma, enquanto os grupos de área total de 2 a menos de 20 hectares aumentaram a participação relativa na área de café de 24,5% para 49,6%, os grupos de área total igual ou superior a 20 hectares tiveram sua participação reduzida de 75,5% para 50,4%. (CODESUL, 1976, p.144)

Embora não tenhamos dados para este período, referente à Microrregião, com certeza esta situação se repete, uma vez que os dados do IBC para a mesma em 1985 indicam o predomínio do café nas propriedades menores, ou seja, 62,68% da área plantada se concentravam nas faixas de área abaixo de 30 hectares. (Tabela 75 em anexo).

Portanto, o decréscimo dos parceiros (empregados), empregados temporários e empregados permanentes está diretamente relacionado à diminuição da área das lavouras permanentes (café)⁵⁵, que lembramos foi de mais de 16 mil ha no período e aconteceu fundamentalmente nas propriedades maiores, ao mesmo tempo em que as atividades substitutivas não absorviam a mesma quantidade de trabalhadores.

Analisando a erradicação de café e a mobilidade da mão-de-obra no Paraná, PENTEADO (1979, p.36 e seguintes) diz que uma pessoa atende em média, cerca de 3 hectares com café, tendo ocupação durante todo o ano. Por outro lado, a pecuária, que teve crescimento significativo no período, necessita de uma família com duas pessoas economicamente ativas para atender, em média, 145 hectares. A diversificação de culturas ocorrida também absorveu parte da mão-de-obra, porém houve perda de renda para os trabalhadores uma vez que:

- a) outras culturas ocupam mão-de-obra em apenas 75% do ano;
- b) o café apresentava rendimentos maiores;
- c) outras culturas necessitam um trabalhador para 4,5 hectares, logo um número bem menor que o café (obviamente que a autora não está se referindo às culturas mecanizadas, que necessitam um número bem menor de trabalhadores).

⁵⁵ Em 1961, pesquisa realizada pelo IBC/OEA, analisando o número de cafeeiros explorados conforme o regime de exploração, realça a participação dos parceiros, que conduzem 31,7% dos cafeeiros, seguidos dos colonos com 27,4%. A família do proprietário aparece com 16,5%. Se somarmos todos os não-proprietários, veremos que eram responsáveis por 80% da população cafeeira. (PARANÁ, Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.37)

Além disso, nas grandes propriedades a figura do colono era a principal força de trabalho encontrada. No entanto, já no início dos anos 60 começaram a surgir problemas para essa categoria de trabalhador. Com o incremento da urbanização e industrialização do país, e o conseqüente aumento da procura por produtos alimentares, os proprietários de terras passaram a se interessar por estes produtos, restringindo cada vez mais as áreas destinadas ao colonos e exigindo parte da comercialização destes produtos. Desta forma, não havendo aumento da parte monetária dos salários dos colonos, há um rebaixamento da condição de vida dos mesmos.

O trabalho PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura (1985, p.38), traz um aspecto interessante a respeito da mudança no uso do solo na década de 60, relacionada às mudanças nas relações de trabalho. Neste período,

... a obrigatoriedade de formar determinada área da propriedade em pastagens surgiu nos contratos entre fazendeiros e colonos. Os fazendeiros abandonando a atividade cafeeira, conseguiam assim obter pastagens formadas praticamente sem nenhum custo, utilizando-se da exploração do colono, como se utilizaram anos antes dos empreiteiros para a formação dos cafezais, também praticamente com nenhum custo.

O oposto ocorre com os responsáveis e membros não remunerados da família, que de quase 30% do pessoal ocupado em 1960, passa para quase 50% em 1970. Conforme a Tabela 25 e Figura 37, verificamos que para o aumento deste grupo de trabalhadores, além do crescimento do número de proprietários, também contribuiu de forma significativa o aumento de todos os outros produtores, ou seja, ocupastes, arrendatários, parceiros autônomos.

Quanto aos ocupantes, no item anterior tentamos levantar as hipóteses que levaram a este acréscimo. No entanto, o aumento significativo de arrendatários e parceiros autônomos, ao mesmo tempo em que diminui os parceiros subordinados (empregados), merece ser visto com cuidado.

A análise do crescimento dos arrendatários indica que o mesmo ocorreu somente no município de Londrina, decrescendo nos demais (Tabelas 56 e 57 em anexo). Ou seja, indica que foi uma relação utilizada para a ampliação da área explorada ocorrida, em especial através do arrendamento para a formação de pastagens.

O acréscimo de 90% do número e parceiros autônomos representa um caso à parte. A interpretação mais corrente para este fato é a que costuma relacionar este aumento à crise que vinha atravessando a cafeicultura neste período, provocada por um lado, pelo declínio dos preços internacionais e, de outro pelas destruições e posteriores erradicações dos cafezais provocadas pelas geadas dos anos sessenta, principalmente as de 1962 e 1969. Em decorrência disso e dada a praticamente inexistência de alternativas de produção com lucratividade semelhante à do café, uma parcela considerável dos proprietários de lavouras cafeeiras passou a dividir suas lavouras em regime de parceria, o que explica, sem dúvida, o espetacular aumento dessa classe no período. (CODESUL/IPARDES, 1981, p.144/146)

No entanto, acreditamos que esta “divisão dos riscos”, via parceria, se aplica somente até o final da década de 60, quando as geadas não chegaram a afetar de forma drástica as colheitas, assim como as técnicas de plantio, nos períodos de crise permitiam que as plantações intercalares funcionassem como culturas de sustentação. Logo, a grande geada de 1969, que reduziu drasticamente a produção dos anos seguintes, antes de aumentar vai inviabilizar a parceria no café nos anos seguintes.

Explicitando melhor este ponto de vista, mesmo as grandes geadas ocorridas antes de 1970, não chegavam a impedir a permanência dos parceiros, uma vez que estes praticamente só participavam com a mão-de-obra, pois, os custos com aplicação de insumos e adubação eram mínimos, já que estes praticamente não eram empregados. As novas variedades, incluídas no pacote de modernização da agricultura, e a perda de fertilidade natural dos solos, faz com que esta situação se altere a partir de então. Outro fator importante relacionado à parceria e as novas tecnologias empregadas na cafeicultura após 1970, diz respeito às lavouras intercalares. Acontece que,

como na maioria das lavouras de café formadas antes de 1970 o espaçamento predominante fosse de 4m x 4m. o espaço entre as linhas de café era ocupado por culturas intercalares. as quais em períodos normais têm a função de culturas de subsistência, enquanto que em períodos especiais, isto é, durante a fase de formação da lavoura de café, bem como, nos três primeiros anos após a queda de geadas de grande intensidade, assumem a função de culturas de sustentação. Em condições normais costuma-se plantar duas carreiras de culturas intercalares. Contudo, nos dois primeiros anos após a queda de geadas violentas, cultivava-se quatro carreiras, no terceiro ano duas ou três, e no quarto ano retorna-se ao número normal de duas carreiras. (MORO, 1980, p.109)

Com o novo espaçamento, fruto das novas tecnologias do café, após 1970, fica impossível estas outras lavouras funcionarem como culturas de sustentação, uma vez que o café é plantado em curva de nível, praticamente não havendo espaçamento entre um pé e outro nas ruas e, entre as ruas a distância gira em torno de 2m, o que praticamente impossibilita o plantio de culturas intercalares (além de que nas plantações financiadas as culturas intercalares eram proibidas). Desta forma, após grandes geadas o parceiro não tinha a menor condição de arcar com a renovação dos cafezais, pois, por um lado aumentaram os custos monetários (fertilizantes, defensivos, mudas) e por outro as lavouras intercalares se tornaram inviáveis.

Desta forma, nos parece mais correta a interpretação que diz que, ao longo dos anos 60, houve paulatinamente redução do sistema de colonato e da parceria, no café. Porém, com a expansão de culturas como o algodão e alimentares, a parceria passa a se expandir nestas culturas. Não obstante, esta expansão da parceria tem vida curta, pois, logo se expande a sojicultura, expulsando também os parceiros. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1988, p.51)

Os dados confirmam esta interpretação, uma vez que, como vimos anteriormente, o café se mantém como atividade principal nos municípios de Cambé e Rolândia, assim como o algodão é pouco importante nos mesmos. Pela análise das Tabelas 56 e 57 (em anexo), verificamos que em Cambé os parceiros autônomos têm um decréscimo de quase 78%, enquanto em Rolândia houve uma redução de mais de 28%, entre 1960 e 1970.

Por outro lado, nos municípios de Ibiporã e Londrina, que aumentaram significativamente a área de algodão, os parceiros autônomos cresceram 605,6% e 211%, respectivamente. Quanto ao município de Londrina, excepcionalmente, no ano de 1970 houve uma grande safra de rami (mais de 76 mil toneladas), também uma lavoura característica de pequena produção. Acrescentamos ainda, que nos quatro municípios houve um acréscimo da área colhida de arroz e milho, o que pode ter assegurado a subsistência de uma pequena parcela dos parceiros.

No período 1970/75, a expulsão de trabalhadores do campo se agrava, havendo uma redução de mais de 14% do total de trabalhadores. O fato novo ocorrido foi a queda no número de pessoas da categoria responsáveis e membros não remunerados da família e o aumento do número de empregados permanentes. As demais categorias continuam a decrescer, com os empregados temporários apresentando a maior queda relativa (quase 31%), acompanhado dos

parceiros empregados (17,56%). Porém, a diminuição dos produtores familiares, foi a mais intensa em termos absolutos, fruto do movimento conjunto de alterações tecnológicas, ampliação da sojicultura e reconcentração fundiária, já vistos nos itens anteriores, que trouxe a redução do número de terras próprias e principalmente das terras arrendadas.

Através Tabela 25 e Figura 37, verificamos que, inversamente ao que ocorreu entre 1960 e 1970, a partir de então, todas as categorias do grupo responsável e membros não remunerados da família apresentaram um decréscimo no total de pessoal ocupado, em especial a categoria de parceiros autônomos, que apresenta uma redução de 43,3%.

O crescimento da sojicultura, exigindo um maior emprego de capital, na forma de máquinas e insumos, inviabilizam a parceria, que fundamenta-se na utilização da força de trabalho.

Em pesquisa, citada anteriormente, com 80 estabelecimentos do município de Maringá, 51 deles passaram a plantar soja/trigo entre os anos de 1967 e 1977, e em apenas 3 destes estabelecimentos continuou a existir a parceria, sendo que em dois deles em pequenas áreas remanescentes de café.

As facilidades criadas pela mecanização, a fim de se conduzir as atividades produtivas, contribuem para aumentar o número de proprietários a participar diretamente das tarefas agrícolas, implicando diretamente na redução dos parceiros, que por sua vez são transferidos para a categoria de assalariados e em maior escala para a de volantes, quando permanecem na região. A partir do momento que o proprietário, pessoalmente ou com o auxílio de reduzida mão-de-obra, passou a fazer frente as tarefas decorrentes das atividades produtivas, deixaram de existir as condições favoráveis a manutenção da parceria, senão nos casos especiais de vínculos de profunda dependência herdados da fase anterior. Em conseqüência, a maior parte dos parceiros, que de um momento para outro, viram-se marginalizados do processo produtivo, migram para as cidades, e permanecendo na região, passam a constituir uma numerosa reserva de mão-de-obra agrícola temporária: os volantes (bóias-frias), ou quando muito, conseguem engajar-se como assalariados rurais. (MORO, 1980, p.149)

Desta forma, a parceria (somados parceiros autônomos e parceiros empregados), que era a principal relação de trabalho em 1960 (31,86%), passa no ano de 1975, para pouco mais de 22%, sendo superada numericamente pela mão-de-obra do proprietário e seus familiares (34,42%) e, em especial, pela mão-de-obra assalariada (empregados permanentes e temporários), que agora se torna a principal relação de trabalho na agricultura da Microrregião

Geográfica de Londrina, com mais de 39% do total. Portanto, há um nítido crescimento das relações de trabalho capitalistas, pois, agora os empregados permanentes são essencialmente assalariados, já que o colonato foi extinto no início dos anos 70. (vide Tabela 25 e Figura 37)

O aumento na participação relativa da mão-de-obra assalariada se deu em função do acréscimo dos empregados permanentes, que foi a única categoria que apresentou um crescimento entre 1970 e 1975, ainda que pequeno. Ou seja, houve um aumento de quase 1.300 pessoas nesta categoria (11,52%), fazendo sua participação no total se ampliar de 21% para 27,32% (Tabela 25). Este pequeno crescimento destes trabalhadores, está relacionado, por um lado, a manutenção nas maiores lavouras de café, agora plantadas sobre as novas bases técnicas, de um contingente de trabalhadores, com pagamento totalmente monetário, já que as inovações tecnológicas não recomendam as culturas intercalares.

Assim, as modernas lavouras de café utilizam na maior parte do ano, em quase a totalidade das operações, poucos trabalhadores, geralmente permanentes, dependendo de trabalhadores extras somente na colheita e algumas capinas, quando então contratam trabalhadores volantes, os bóias-frias. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.58)

Por outro lado, também o expressivo aumento de área da pecuária trouxe um aumento do número de empregados permanentes nesta atividade, embora modesto, pois, de maneira geral a pecuária necessita de poucos trabalhadores.

No entanto, esta estabilidade no número de empregados permanentes, se relaciona fundamentalmente à expansão das culturas associadas da soja e do trigo. Estas lavouras, mecanizadas em todas as fases produtivas, por um lado necessitam de pouca mão-de-obra, e por outro, empregam basicamente a mão-de-obra dos proprietários e de empregados permanentes. Portanto, esta atividade acaba absorvendo uma quantidade razoavelmente grande destes trabalhadores, basicamente pelo expressivo aumento da área ocorrido no período.

Novamente citamos como exemplo expressivo deste processo, a pesquisa realizada em Maringá, que constatou que quando predominava a cafeicultura (86% da área com esta atividade), os 80 estabelecimentos em questão empregavam 491 pessoas. Quando em 1977 estes mesmos estabelecimentos ocupavam quase 79% da área com soja, o efetivo de pessoal ocupado caiu para 272 pessoas. Naqueles estabelecimentos que promoveram a substituição da lavoura cafeeira pela cultura associada da soja e trigo, as alterações nas categorias funcionais

foram bastante expressivas. Os assalariados permanentes passam a ser uma categoria expressiva, representando 39,05% do pessoal ocupado (com o detalhe de ocupar 66 pessoas, enquanto o café em 1967 empregava 59), os proprietários e seus familiares passam a ser a principal mão-de-obra, representando 43,2% do total (MORO, 1960, p.145 e seguintes).

Por fim, cabe alguns comentários sobre a redução dos empregados temporários, já que é tão propalado o aumento expressivo dos bóias-frias, se deslocando principalmente para as periferias das cidades. De fato é isto o que ocorre. A redução, ou mesmo, a relativamente pouca participação desta categoria em relação às demais se explica, por um lado pelos critérios adotados pelo censo, que subestimam esta categoria. Os trabalhos por empreita, ou seja, feitas por estes trabalhadores através da “contratação” dos mesmos pelos “gatos”, não estão incluídos no efetivo desta categoria. Também a coleta dos dados sendo feita em dezembro, não representa o mês de maior emprego destes trabalhadores.

Por outro lado, embora a expropriação dos produtores tenha aumentado a oferta dos trabalhadores temporários, as novas atividades (pecuária e em especial a soja e o trigo) não absorvem toda esta mão-de-obra disponível. Em outras palavras, o deslocamento do café e, em menor medida do algodão, pela soja provocou uma menor utilização dos trabalhadores sazonais na região de Londrina. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.119)

Tentando sintetizar, no período 1962 a 1975, no bojo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, marcado pela industrialização pesada, até então com predomínio dos bens de consumo duráveis e impulsionada pela presença do Estado e do capital estrangeiro, assim como pela necessidade de ampliação da produção alimentar para o mercado interno (barateando o custo de reprodução do capital industrial) e aumento das divisas via ampliação das exportações, a Microrregião Geográfica de Londrina vai redefinir o seu papel na divisão territorial do trabalho.

Além deste processo geral, as mudanças na estrutura produtiva da região estão relacionadas às próprias particularidades da mesma, destacando-se a própria queda da rentabilidade do café, que havia se expandido por áreas impróprias, as quais vieram a ser substituídas fundamentalmente por pastagens. A existência de abundantes terras férteis e propícias à mecanização, o que conjugada com uma certa capitalização dos produtores (via cafeicultura), assim como com os créditos altamente subsidiados de então, favoreciam a adoção do pacote

tecnológico colocado à disposição, que previa, por um lado criar mercado para a indústria de equipamentos e insumos agropecuários, então em expansão e ampliar as exportações, via a cultura da soja e, subsidiariamente, com o trigo, diminuir a importação deste produto. Além disso, o próprio deslocamento da indústria de bens de consumo leves neste período, incentivada por organismos governamentais (IBC, CODEPAR/BADEP, etc.), fez crescer o número de agroindústrias processadoras destes produtos no Estado, ampliando o mercado para produtos como algodão, trigo, milho e soja.. Um outro aspecto importante, é que a estrutura fundiária, com grande número de pequenas propriedades, fez com que estas, em boa parte, não incorporassem o pacote tecnológico (mesmo porque este não era adequado a estas propriedades) e se mantivessem cultivando o café, daí o deslocamento desta atividade para as propriedades menores. Desta forma, ainda em 1975, este produto continua a ser bastante importante para a economia da região.

Como consequência, tivemos um processo de reconcentração fundiária e expulsão de mão-de-obra, especialmente entre 1970 e 1975. Este processo vai se intensificar a partir de então, agravando os problemas sociais que já se faziam presentes no início dos anos 70.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993. 253p.
- CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2.ed. Campinas, Ed. da UNICAMP; São Paulo, FAPESP, 1993. 184p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. & BELUZZO, L.G. de M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982. V.1. p.141-158
- CODESUL. Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976.
- CODESUL/IPARDES. Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (Norte) e em região de culturas alimentares (Extremo-oeste) no Paraná. Curitiba, s.d. 324p.
- FLEISCHFRESSER, V. Modernização tecnológica da agricultura. Curitiba, Livraria Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988. 154p.
- GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, (1): 21-47, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, J.da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192p.
- _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981. 210p.
- GUARNIERI, L.C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura. Campinas, 1979. 213p. (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas)
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas nacionais. Rio de Janeiro, 1991. 33p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Programa de diversificação econômica da região cafeeira do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1967. 87p.
- LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994. p.198-210
- MAGNOLI, D. Agroindústria e urbanização: o caso de Guariba (SP). São Paulo, 1990. (Dissertação de mestrado, USP)
- MANOEL, A. Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista. São Paulo, IPE/USP, 1986. 182p.

- MORAIS, N.A. de. A pecuária e a pecuarização no Estado do Paraná. Recife, 1988. 631p. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).
- MORO, D.A. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1980. 168p. (Dissertação de Mestrado, USP)
- OLIVEIRA, A.U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991. 162p.
- _____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1986. 88p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Mudanças técnicas e relações de trabalhos no café, algodão e soja no norte paranaense. Curitiba, 1985. 217p.
- PENTEADO, J. Erradicação de cafeeiros e mobilidade de mão-de-obra agrícola no Paraná. Curitiba, BADEP, 1973. 39p.
- RAZENDE, N. Ocupação do espaço urbano de Londrina. Recife, s.d. 393p. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982. V.1. p.56-121
- SCHIFFER, S.R. A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994. p.116-124
- SINGER, P. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 8.ed. São Paulo, Moderna, 1987. 86p.

CAPÍTULO IV - A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA: 1975...

4.1. Introdução

Como explanamos no capítulo anterior, a agricultura brasileira passa, a partir de meados dos anos 60, por uma capitalização do processo de produção, o qual ocorre dentro da estrutura de alta concentração da propriedade legal das terras, resultando na chamada modernização conservadora. A estratégia de industrialização e de modernização tecnológica da agricultura, constituiu-se em uma exigência do novo padrão de acumulação, que estava fundamentalmente ligado ao capital internacional. Assim, esta estratégia passa a fazer parte do grande esforço do Estado no sentido de viabilizar a reprodução ampliada de algumas frações do capital monopolista.

Ainda, reforçando o que já dissemos anteriormente, esta modernização conservadora, produziu uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola, a qual está ligada a uma divisão territorial do trabalho, tendente a especializar certos espaços no cultivo de produtos vinculados aos interesses desta política de modernização, enquanto os pequenos produtores vinculados à produção alimentar são expulsos para áreas distantes dos mercados consumidores.

No que se refere ao Norte do Paraná, logo à Microrregião Geográfica de Londrina, podemos dizer que, de meados dos anos sessenta até aproximadamente metade da década de setenta, assistimos a redefinição da forma agrícola de produzir; o final dos anos setenta e os anos oitenta marcam o período de consolidação da produção agrícola em base material industrial. Neste período mais recente, dois fenômenos constituem sua expressão mais concreta: a modernização e a migração.

4.2. O Desenvolvimento do Capitalismo Monopolista na Agricultura

A análise do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo é um assunto muito complexo e que envolve várias facetas. Neste item, pretendemos desenvolver alguns aspectos deste processo que apresentam relevância aos objetivos do presente trabalho, ou seja, como se altera as relações entre a agricultura e a indústria e as conseqüentes transformações no campo, em especial no que se refere à modernização tecnológica e as conseqüências sobre a estrutura fundiária e relações de trabalho.

Portanto, elementos importantes deste processo, como os mecanismos complexos da comercialização, a expansão da integração contratual de agricultores com agroindústrias, enfim as próprias dimensões de cada complexo agroindustrial, embora importantes, não serão aprofundados em função dos limites do presente trabalho.

O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira de nossos dias está marcado pela sua industrialização, a qual deve ser entendida internacionalmente. Nesta industrialização da agricultura, há uma ampliação da modernização tecnológica e a interpretação mais corrente sobre esta modernização, concebe as

transformações agrícolas como conseqüência de alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia - aquela proveniente do setor industrial.
(FLEISCHFRESSER, 1988, p.11)

Assim sendo, a intensificação das relações agricultura/indústria, acarreta uma mercantilização cada vez maior da produção agrícola, assim como, normalmente implica em alterações nas relações associadas ao processo produtivo agrícola. Isto é particularmente sentido no que se refere às relações de trabalho, já que as alterações técnicas afetaram de modo desigual as diferentes etapas do processo de produção, alterando os requisitos de força de trabalho e o tipo de trabalho prevalecente. Ou seja, a economia brasileira passou a requerer da agricultura a elevação das taxas de produtividade. Para que isso fosse possível, transformações nas relações de produção e de trabalho ocorreram, com o trabalho assalariado (bóia-fria) expandindo-se ao mesmo tempo em que aumentou a produtividade do trabalho familiar decorrente do avanço tecnológico.

No entanto, não devemos pensar que necessariamente isto vai acarretar, mesmo naquelas regiões onde este processo de modernização da agricultura tenha sido mais intenso, o predomínio absoluto do assalariamento em detrimento das relações de trabalho não-capitalistas, pois,

o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é portanto, em si, contraditório e desigual. Isto significa que para seu desenvolvimento ser possível, ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios a si mesmo.

Vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado (os bóia-frias, por exemplo), a presença das relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc. (OLIVEIRA, 1991, p.18)

Portanto, este processo é desigual tanto territorial, como temporalmente, e a análise dos dados sobre essa questão tem revelado a expansão/retração de um e de outro em uma região do país e o oposto em outras. O mesmo ocorre quando analisamos as séries temporais, histórica portanto. Num período uma relação pode retrair-se e, em período posterior, voltar a aumentar e assim por diante. Isto significa que não podemos tomar como produto de uma relação mecânica de causa e efeito a expropriação da terra no capitalismo. Ela também é desigual e contraditória.

A utilização dessas relações de trabalho não-capitalistas poupa ao capitalista investimentos em mão-de-obra. Ao mesmo tempo, ele recebe parte do fruto do trabalho desses parceiros e camponeses, que converte em dinheiro, realizando assim a metamorfose da renda da terra em capital.

Portanto, o que podemos concluir desse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 1991, p.20)

A sujeição da renda da terra ao capital é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês. Na primeira, o capital, geralmente, unifica as figuras do

proprietário e do capitalista, sendo raros os casos em que o proprietário da terra é um e o produtor (arrendatário capitalista) é outro.

O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado (...), o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe. (MARTINS, 1990, p.175)

Desta forma, este processo de certo modo abre espaço para a expansão da produção camponesa, surgindo um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, chegando muitas vezes a se tornar um capitalista.

Um dos fatores que podem gerar a criação de novos capitalistas, é o próprio setor tecnológico (máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, etc.), que está no mercado à disposição de todos os produtores, inclusive aos camponeses. Desta forma, ao mesmo tempo que estes camponeses que se tecnificam podem vir a ser obrigados a se desfazer da terra, também podem levar a uma acumulação e a partir daí aumentar suas terras e/ou contratar trabalhadores assalariados. Desta forma, os membros da família (filhos, pai e mãe) deixam de trabalhar na produção, passando a cuidar apenas das tarefas da administração e comercialização da produção, tornando-se, pois, pequenos capitalistas. (OLIVEIRA, 1991, p.21)

Assim sendo, a industrialização da agricultura, também desigual no campo brasileiro, revela que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário das terras, latifundiário portanto ou através da sujeição da renda da terra. No primeiro caso, cujo o principal exemplo são as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, o capital territorializa-se. Estamos, portanto, diante do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura, em que o capital sujeita o trabalho que se dá no campo. No segundo caso, esse processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem entretanto territorializar-se. Estamos, pois, diante do processo de monopolização do território pelo capital monopolista. (OLIVEIRA, 1991, p.24). Ou seja, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes do capital comercial, implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação, logo sujeitando a renda da terra ao capital.

Desta forma, o processo de apropriação da renda da terra pelo capital no caso brasileiro atua no sentido de subordinar toda a atividade produtiva não-capitalista, e mesmo dentre os capitalistas, subjugam os setores mais frágeis e também alguns setores mais sólidos da economia.

Neste processo, a industrialização da agricultura, pode abrir uma fissura interna na classe capitalista quando seus interesses entram em conflito com os capitalistas do campo; aí então toda uma série de movimentos de pressão é utilizado, destacando-se os dos citricultores, produtores de soja e cafeicultores. Essas lutas são expressão concreta da disputa entre os capitalistas da agricultura e os monopólios industriais, no sentido de ver quem vai reter a maior fração da renda da terra. (OLIVEIRA, 1986, p.53)

No que se refere ao momento histórico em que a agricultura brasileira passa por este processo de industrialização e modernização, muito embora esta tome impulso somente na década de 1970, após meados da década de 1950 é possível observarmos mudanças no padrão geral de rendimento estagnado ou de lento crescimento por hectare. Contudo, o aumento de produtividade provocado por inovações tecnológicas, limita-se a algumas matérias-primas industriais e alguns produtos de exportação, assim como concentram-se em São Paulo, onde há uma tradição relativamente longa de pesquisa agrícola e serviços de extensão.

Segundo GOODMAN (1986, p.126), em começos da década de 1950 foram introduzidas medidas destinadas a acelerar a inovação tecnológica na agropecuária. Dada a prioridade atribuída ao controle de preços urbanos dos alimentos, essas medidas atuavam do lado da oferta, subsidiando insumos modernos, especialmente fertilizantes e máquinas, e principalmente através da concessão de taxas de câmbio preferenciais, isenções tarifárias e incentivos fiscais. Em começos da década de 1960, estes instrumentos perderam parte de sua importância após a gradual unificação do sistema de taxa de câmbio e a introdução de programas de fabricação nacional de fertilizantes e máquinas agrícolas; e foram suplantados por programas especiais de crédito rural.

Conforme DELGADO (1985, p.21), as políticas agrícolas anteriores ao Sistema Nacional de Crédito Rural(SNCR) eram formuladas como políticas por produto, só se configurando como políticas de mercadoria rural em geral, após a constituição do SNCR, em 1965. Ou seja, o objetivo principal das medidas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos, assim como não se

buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna.

Portanto, a metade da década de 1960, constitui um marco delimitador para o processo de industrialização da agricultura e para a demarcação do início de um novo padrão de produção agrícola, caracterizado pela intensificação das relações agricultura-indústria, podendo ser apontados três fatores que justificam este corte analítico.

- a) a mudança na base técnica da agricultura, faz com que sua reprodução ampliada passe a depender cada vez menos dos recursos naturais e cada vez mais dos meios de produção gerados por um setor especializado da indústria (máquinas, equipamentos e insumos);
- b) O crescimento da demanda de produtos agrícolas pelo setor não agrícola (setor urbano e mercado externo) leva a uma acentuação do processo de mercantilização geral das relações econômicas do setor rural, com reflexos imediatos sobre a constituição, em escala nacional, de um mercado de produtos agrícolas e agroindustriais; consolidação de um mercado de trabalho e constituição de uma mercado de terras;
- c) relevância assumida pela política de crédito rural como principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador. (DELGADO, 1985, p.19/20)

Resumindo, podemos dizer que os objetivos reais implícitos no modelo de industrialização e modernização agropecuária passam a ser aqueles especificados pelo próprio padrão de acumulação, visando atender aos interesses do capital privado, capital estrangeiro e do Estado, sendo seus objetivos fundamentais os seguintes:

- a) suprir as necessidades de divisas a partir da diversificação e expansão das exportações;
- b) criar uma demanda capaz de absorver a produção das indústrias de bens de produção para o setor;
- c) produzir matérias-primas para abastecer as agroindústrias processadoras. Mais tarde, dado o acentuado desequilíbrio da balança comercial brasileira, o Estado acrescenta mais um objetivo que deveria ser atendido pelo setor agropecuário, qual seja, a produção de biomassa para fins energéticos, como substituição de importações. (PEREIRA, 1987, p.105/106)

O produto que mais se prestou ao atendimento destes objetivos foi a soja e o seu complementar, o trigo. Vários fatores contribuíram para isso, entre os quais o fato da soja ser uma cultura para a qual as inovações biológicas já haviam sido desenvolvidas, além de permitir a mecanização em todas as suas fases de produção, permitindo, deste modo, sua introdução como um verdadeiro pacote tecnológico. Outro fator, atrelado ao primeiro, é que a soja atendia os interesses das indústrias produtoras de insumos químicos e mecânicos; das agroindústrias processadoras de soja em grãos e exportadoras; e do Estado por constituir um produto de grande aceitação no mercado externo. (FLEISCHEFRESSER, 1988, p.17)

No início dos anos 70 a soja apresentava uma alta cotação no mercado internacional, em função da frustração da safra dos Estados Unidos e do aumento da demanda. Além disso os preços eram favoráveis ao produto brasileiro, pois, a comercialização da safra brasileira coincidia com o período de entressafra dos Estados Unidos, obtendo cotações mais elevadas.

Além dos fatores apontados, relacionados ao mercado externo, PEREIRA (1987, p.115/116), relaciona outros fatores de ordem interna, que vieram a favorecer o processo de expansão da soja. Entre estes destacam-se a facilidade de cultivo em sucessão com o trigo, possibilitando ao produtor duas safras por ano, com o uso do mesmo capital fixo, aproveitamento da estrutura cooperativa montada para o trigo, ampliação do mercado interno para os subprodutos da soja (óleo comestível e farelo) e as próprias políticas institucionais que fazem parte da estratégia de modernização da agropecuária.

Desta forma, as políticas institucionais, especialmente crédito rural, alteram os custos relativos dos produtos viabilizando uns em detrimento de outros. No que se refere à soja, isto se torna mais evidente para o período posterior a 1974, pois no período 1970-73 este produto teve um excelente crescimento em seus preços tanto no mercado internacional quanto no mercado interno. No entanto, a partir de 1974, os preços entraram em crescente deterioração, e o Estado, atendendo aos interesses associados ao produto, passa a viabilizá-lo a partir de políticas institucionais, principalmente o crédito rural subsidiado que cresceu acentuadamente a partir de então, concentrando-se, fundamentalmente na soja. (PEREIRA, 1987, p.301)

Portanto, a expansão da cultura da soja, ou de forma mais ampla a própria industrialização da agricultura, tem que ser entendida sob as relações de poder que comandam o

modelo brasileiro, ação conjugada do capital privado, capital estrangeiro e estatal, que agem de forma coerente com o novo padrão de acumulação. Muito embora todos esses elementos tenham desempenhado papel importante no processo de industrialização da agricultura, sem dúvida o Estado acelerou tal processo, logo, atendeu os vários interesses em jogo, através das políticas institucionais, em especial, repetimos, a do crédito rural subsidiado.⁵⁶

O aumento das disponibilidades de crédito agrícola no primeiro quinquênio da década de 1970 foi tal que, em 1975, o volume total de financiamentos ao setor equivalia ao total do produto líquido gerado na agricultura. Nos anos 70, a participação esteve próximo de 75%. Por outro lado, a expansão do crédito verificada nas décadas de 60 e 70 (mais fortemente nesta última), processou-se a taxas de juros altamente subsidiadas. (MANOEL, 1986, p.38/39).

O aumento do volume de crédito, aliado aos altos subsídios, provocou uma transferência de recursos da sociedade como um todo para os mutuários do Sistema Nacional de Crédito Rural (em especial, os grandes proprietários que foram quem mais concentraram o crédito), bem como para os industriais ligados aos setores de máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes, defensivos, agroindústrias processadoras, como também ao setor financeiro.

As principais críticas ao programa de crédito rural podem ser resumidas sumariamente nos seguintes itens:

- a) *O crescimento mais rápido do crédito rural relativamente ao produto agrícola cria sérias dúvidas sobre a eficácia deste instrumento para a dinamização da produção;*
- b) *Dada a sistemática do programa de crédito rural, pelo menos até 1979, e dos subsídios, nas magnitudes que foram ofertados, apresentam-se fortes incentivos para o desvio dos recursos destinados à agricultura, para outros setores;*
- c) *Além da concentração nas maiores propriedades, parcela substancial do crédito (80% entre 1975 e 1979) foi distribuído entre as seguintes culturas: soja, trigo, arroz, milho, café e cana-de-açúcar, que produziram cerca de 60% do valor bruto de todas as culturas;*
- d) *Finalmente, a distribuição entre regiões também deu-se de forma desproporcional: em 1977 a região Nordeste produziu 22% do valor das culturas e recebeu somente 12% do total do crédito rural. (MANOEL, 1986, p.42)*

⁵⁶ No ano de 1979, o valor do crédito para fertilizantes representou 90% do valor das vendas deste insumo no Brasil; o valor do crédito para defensivos representou mais de 75% das vendas destes e os financiamentos de crédito rural para tratores representaram mais de 90% do valor das vendas da indústria de tratores para a agropecuária (PINTO, L.C.G. Notas sobre a política agrícola e crédito rural. Campinas. UNICAMP. 1981. (Texto para Discussão). apud PEREIRA (1992, p.120)

O padrão de financiamento baseado no crédito fortemente subsidiado perdeu força no final da década de 70, e entrou definitivamente em crise a partir de 1980, em especial no que se refere ao crédito para investimentos.

Numa situação de restrição da oferta de crédito como a observada, associada à queda dos preços recebidos pelos agricultores, situação desfavorável do mercado internacional e retração da demanda devido aos anos de recessão aguda, a agricultura viabilizou-se, no período 1980-85, especialmente pelos subsídios.(...) Deste modo, foi possível compensar as quedas de preços, através da redução de custos, via subsídios. Ou seja, não houve exatamente uma eliminação do tratamento creditício preferencial, senão maior seletividade dos beneficiários... (MARTINI, 1989, p.9)

Em outras palavras, neste período, os favores públicos limitaram-se aos grupos mais modernos. Desta forma, os produtos de maior peso no desempenho favorável da agricultura na primeira metade dos anos 80 são aqueles que dispunham de mecanismos de valorização, incentivos e subsídios, além de crédito e de preços mínimos. Assim apresentam desempenho favorável a cana-de-açúcar, trigo, soja, cacau, algodão e laranja.

4.3. A Industrialização da Agricultura na Microrregião Geográfica de Londrina

Como dissemos no capítulo anterior, a Microrregião Geográfica de Londrina, a partir do início da década de 1960 começa a redefinir o seu papel na divisão territorial do trabalho, pois foi uma das regiões do norte do estado do Paraná onde a industrialização da agricultura foi mais intensa, causando profundas alterações na estrutura produtiva, principalmente nos anos posteriores a 1970, ao mesmo tempo em que se instalaram na região indústrias de grande porte processadoras de produtos agrícolas, em especial, relacionadas à industrialização da soja.

Portanto, juntamente com as alterações quanto a utilização das terras, marcadas pelo crescimento vertiginoso das lavouras temporárias, com alto grau de mecanização, trazendo conseqüentemente um processo de concentração fundiária e alterações nas relações de trabalho, há um esvaziamento do campo, tanto no que se refere a grande diminuição populacional, que em boa parte migra para as áreas urbanas, como também pela perda de posição relativa da agricultura em relação ao demais setores da economia.

4.3.1. Utilização das terras

A análise da utilização das terras posteriores a 1975, nos indica que a tendência que já se manifestava no quinquênio anterior, vai tomar impulso (vide Tabela 19 e Figura 32 do cap. II). As lavouras temporárias continuam a apresentar um crescimento extraordinário, aumentando sua área entre 1975 e 1985 em mais de 45 mil hectares. Desta forma, de uma participação relativa na área ocupada de 25,68% em 1975, passa para 41,7% em 1985, tornando-se assim a atividade mais importante, superando a própria pecuária, que vinha ocupando mais área que as lavouras temporárias durante a década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980. Nesta atividade, após um crescimento entre 1975/80, no que se refere às pastagens plantadas (16,36%), vai ocorrer um decréscimo de área entre 1980/85, principalmente das pastagens naturais. Desta forma, as pastagens (naturais e plantadas), que ocupavam pouco mais de 38% da área em 1980, tem sua participação diminuída para 35,56% em 1985.

Movimento contrário ao das lavouras temporárias vai ocorrer com as lavouras permanentes. Ou seja, estas últimas apresentam uma perda de área entre 1975 e 1985 de 46.736 hectares (60%), passando de uma participação de 23,65% da área ocupada em 1975 para somente 10% em 1985.

Outro aspecto que se destaca é a grande diminuição das terras em descanso e produtivas não utilizadas. Como vimos, o período 1975/80, correspondeu a uma “farta” concessão de créditos rurais, com as maiores taxas de subsídios. Acreditamos que este tenha sido o motivo da maior utilização destas terras, por várias razões. Por um lado, pode ter havido uma expansão das fronteiras internas das propriedades justamente para a obtenção deste crédito subsidiado, assim como a própria mecanização ocorrida, de certa forma exigia uma expansão da área trabalhada para evitar a ociosidade dos maquinários, devido ao porte dos mesmos. Por outro lado, muito deste crédito foi desviado para outros fins, inclusive para a compra de novas terras, que podem ter vindo a ser incorporadas com novas atividades produtivas.

No que se refere aos municípios da região, se no período anterior (1962-1975) os mesmos apresentaram particularidades quanto às proporções das alterações na utilização da terra, mais recentemente, após 1975, o que temos é um comportamento semelhante, que leva a uma uniformidade, principalmente entre os municípios de Cambé, Ibiporã e Rolândia, onde há um

claro predomínio das lavouras temporárias (com mais de 54% da área ocupada em 1985). Nestes municípios, também vai ocorrer uma pequena queda na área de pastagens, o que, associado à drástica redução das lavouras permanentes, faz com que esta última atividade passe a ocupar uma área inferior às pastagens. Em Londrina, as diferenças em relação aos demais municípios se mantêm, uma vez que as pastagens continuam a ocupar mais área que as demais atividades. No entanto, o processo de transformação é semelhante, pois, enquanto as lavouras temporárias têm uma expansão entre 1975 a 1985 de 30%, a pecuária apresentou um crescimento de apenas 7,4%. Desta forma, a proporção de área ocupada entre estas duas atividades se tornaram muito mais próximas. (Tabelas 45, 46 e 47 em anexo).

Muito embora, após 1985 não existam informações mais precisas sobre a utilização das terras, conforme dados da Secretaria da Agricultura-Núcleo Regional de Londrina, esta tendência se mantém nos anos mais recentes, pois, em 1995, as lavouras permanentes tem diminuída ainda mais sua área, ocupando somente 12.600 hectares, o que representa em torno de 4% da área ocupada da Microrregião. Por outro lado, neste ano as lavouras temporárias passam de 152 mil hectares (49% da área ocupada).

Este extraordinário aumento das lavouras temporárias seguiu o mesmo processo iniciado em 1970, com um crescimento vertiginoso das culturas incentivadas pelas políticas oficiais, ou seja, culturas com alta demanda de insumos químicos e máquinas e voltadas a atender as agroindústrias processadoras, o mercado externo e, recentemente, as políticas energéticas, no caso da cana-de-açúcar.

Desta forma, conforme a Tabela 21 e Figura 33 (vide cap. II)⁵⁷, a soja que deu um grande salto na área colhida entre 1970 e 1975, mantém o crescimento em termos absolutos, porém num ritmo menor, passando a ser o principal produto agrícola da região, representando quase 30% da área colhida em 1985. Juntamente com a soja e associada a ela, ganham expressão o milho e o trigo, ocupando quase 22% e 21% da área, respectivamente. Ou seja, estas três lavouras, as mais tecnificadas e que necessitam menor número de trabalhadores, passam a ocupar mais de 72% da área de lavouras da região, cifra esta nunca atingida pelo café, mesmo no seu auge.

⁵⁷ Lembremos, mais uma vez, que se trata de área colhida, portanto, lavouras como soja e trigo, por exemplo, são plantadas em rotação, ou seja, na mesma porção da propriedade se planta a soja no verão e o trigo no inverno.

Além destes produtos, o algodão e a cana-de-açúcar, que têm o processo produtivo tecnificado apenas parcialmente, e que ainda absorvem grandes quantidades de trabalhadores temporários nos períodos de colheita, foram os produtos que mais tiveram aumento de área em termos relativos, entre 1975 e 1985. Desta forma, o algodão que entrara em decadência desde 1970, volta a crescer a partir de 1980, passando de uma participação de 1,27% da área em 1975, para mais de 6% em 1985. O mesmo ocorre com a cana-de-açúcar, que praticamente não existia em 1980, e passa a ocupar pouco mais de 2% da área em 1985. O aumento de 3.708 hectares de cana-de-açúcar entre 1980 e 1985, se deu quase que exclusivamente no município de Rolândia, quando a cooperativa local (COROL) implanta uma usina de açúcar e destilaria de álcool, levando os cooperados a aderir a tal atividade.

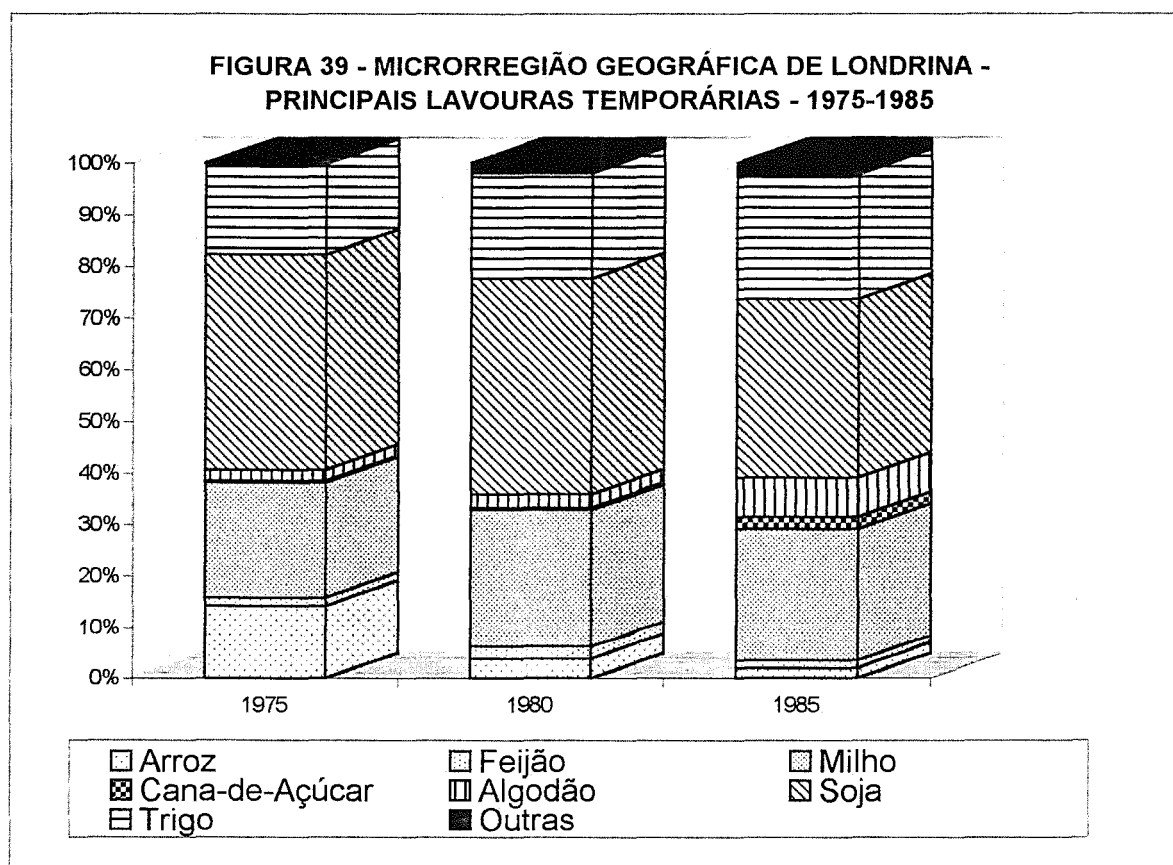
Resumindo, entre 1975 e 1985, estas lavouras ditas modernas, tiveram um aumento de área da ordem de 74 mil hectares. Este acréscimo se deu fundamentalmente sobre as lavouras cafeeiras. O café, que era a principal lavoura da região em 1975, com mais de 40% da área colhida, passa a representar somente 13,38% desta área em 1985, ocorrendo uma redução de mais de 42 mil hectares (62%). A outra lavoura a sofrer uma perda considerável de área foi o arroz (quase 11 mil hectares), fazendo sua participação relativa cair de mais de 8% da área colhida em 1975, para menos de 2% em 1985 (vide Tabela 21). Além disso, como vimos anteriormente, estas lavouras se expandem também sobre as terras em descanso e produtivas não utilizadas, que apresentaram uma redução de quase 16 mil hectares (71%) no período.

Desta forma, as alterações quanto à composição das lavouras temporárias, no que se refere às culturas alimentares em relação às culturas para exportação e para processamento industrial, vão se intensificar, pois, se em 1975 as culturas alimentares (arroz e feijão) ainda detinham 15% da área, em 1985, não chegam a 4%. Por outro lado, o algodão e a cana-de-açúcar, como dissemos lavouras vinculadas ao processamento industrial e parcialmente mecanizadas, de uma participação de quase 2,5%, sobem para 10%. Mas fundamentalmente o que se destaca é a participação do milho, trigo e soja, que de pouco mais de 80% da área colhida em 1975, passam para mais de 84% em 1985 (Tabela 29 e Figura 39).

Os dados mais recentes da Secretaria da Agricultura, referente à primeira metade da década de 1990, indicam que, de um modo geral, esta tendência se mantém. Ou seja, a participação do arroz e feijão continua caindo e a área do café após um ligeiro aumento em 1990, sofre deste ano até 1995 uma redução de 59% da área colhida. Desta forma, esta lavoura passa a

TABELA 29 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS (%) - 1975-1985

LAVOURAS	1975	1980	1985
Arroz	14,18	3,86	2,06
Feijão	1,61	2,32	1,46
Milho	22,41	26,65	25,55
Cana-de-Açúcar	0,33	0,4	2,41
Algodão	2,15	2,69	7,65
Soja	41,64	41,8	34,57
Trigo	17,51	20,43	24,17
Outras	0,17	1,85	2,13
TOTAL	100	100	100



FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

representar neste último ano, somente 6,35% do total da área de lavouras. A cana-de-açúcar continua a apresentar expansão de área, porém, modesto. Em conjunto, o milho e o trigo também mantêm uma certa estabilidade da área colhida, havendo somente anos em que aumenta a área colhida de um em detrimento do outro. Isto ocorre, pois, após a colheita da safra de verão, fundamentalmente a soja, o produtor, em função das condições de mercado, faz a opção pelo trigo e/ou milho. O algodão é o outro produto, além do café, a sofrer uma drástica redução de área entre 1990 e 1995, passando de pouco mais de 8 mil hectares, para menos de 2 mil hectares, respectivamente. No entanto, o que se destaca, é que a soja continua a ter aumentos significativos na área colhida. (Tabelas 73 e 74 em anexo)

Portanto, na Microrregião Geográfica de Londrina a soja foi, sem dúvida, o veículo mais adequado para o processo de industrialização e modernização da agricultura.

Além de toda a política de incentivo à produção da soja, houve ainda fatores regionais que contribuíram para a expansão desta lavoura. Com a cafeicultura, por um lado, a economia regional já se encontrava totalmente integrada ao mercado nacional e internacional, existindo uma base financeira e comercial, além de uma infra estrutura produtiva no tocante aos meios de transporte e capacidade de armazenagem. Conforme resume MORO (1991, p.155/156), o sistema viário estadual teve função das mais importantes no processo de modernização da agricultura paranaense. O governo estadual ampliou e melhorou significativamente o plano viário principalmente na década de 1970, pretendendo priorizar e agilizar o escoamento da produção agrícola, em especial, através dos corredores de exportação. Também o Porto de Paranaguá, peça fundamental no processo geral de organização da produção agrícola estadual, precisou ser adequado à nova realidade, passando por uma série de obras com vistas a sua ampliação e reequipamento para atender o aumento do movimento de exportação e importação de produtos, relacionados ao setor agrícola. Por outro lado, a cafeicultura trouxe um razoável patamar de acumulação entre os produtores, os quais já apresentavam uma certa base técnica, uma vez que possuíam alguns tipos de máquinas mais modernas, em especial, tratores.

Também havia uma certa organização política entre os produtores rurais e um movimento cooperativista relativamente desenvolvido, que tem suas origens vinculadas à cafeicultura, com a grande maioria das cooperativas sendo formadas na segunda metade da década de cinquenta. A partir de então, as cooperativas agropecuárias, estimuladas pelo governo federal através de numerosos incentivos para o setor, têm uma grande expansão, concomitante,

portanto ao processo de modernização da agricultura norte paranaense. A medida que tal processo se concretizava, as cooperativas também promoviam profundas transformações, reestruturando-se e modernizando-se no caminho da industrialização da produção. Conforme dados apresentados por MORO (1991, p.237), nitidamente as cooperativas se vinculam aos produtos relacionados ao processo de industrialização da agricultura, pois, na safra 1988/89, as cooperativas do norte do estado receberam 42% da soja e 53% do trigo, enquanto com relação ao café, arroz e feijão receberam somente 16%, 4% e 3% da produção, respectivamente.

Assim, no contexto do processo de industrialização da agricultura,

...as cooperativas agropecuárias norte-paranaenses, na sua ação de viabilizar a organização da produção, apoiadas institucionalmente pelo Estado, caracterizam-se, num primeiro momento, como instrumento deste, e, num segundo momento, como agentes, dos mais importantes na condução desse processo. Aparecem, ao lado do Estado, como agentes dos que mais concorrem à organização do espaço rural. (MORO, 1991, p.259)

Adicionalmente, devemos levar em consideração que a grande geada ocorrida em 1975, dizimou o parque cafeeiro da região, o que, com os maiores custos de produção desta lavoura em função das novas técnicas de cultivo, assim como das dificuldades, até então, em relação ao mercado internacional, conjugado, ao período de grande aceitação da soja no mercado internacional e toda a política agrícola que favorecia o desenvolvimento desta lavoura, fez com que grande parte dos cafeicultores abandonassem o café e passassem às culturas anuais mecanizadas. Logicamente que, a existência de terras férteis e mecanizáveis, assim como condições ambientais e tecnológicas que permitiam duas colheitas anuais, principalmente havendo plantações associadas entre a soja e trigo ou milho, com índices de produtividade elevados, favoreceram tal substituição de culturas.

No entanto, apesar da importância da soja, não se pode atribuir a esse produto todas as transformações que se processaram na base técnica da produção agropecuária. O que se deve colocar é que muitos produtores se tecnificaram a partir da adesão a essa cultura, induzidos pelas facilidades creditícias, rentabilidade do capital investido (até certo ponto artificial, pois foi possível, em parte graças ao crédito subsidiado) a preexistência de um mercado consumidor externo e um mercado interno que se constituía concomitantemente à expansão da soja, formado por grandes agroindústrias e cooperativas. (FLEISCHFRESSER, 1988, p.18)

As primeiras plantações de soja no Norte do Paraná ocorreram em 1954, quando foram introduzidas 2.000 sacas provenientes de São Paulo e que foram usadas principalmente na adubação verde dos cafezais. Durante a década de 50 algumas empresas fomentaram o plantio de soja na região, chegando a realizar contratos de financiamento para o plantio, assegurando aos agricultores a compra de todo o produto obtido. Em 1956, foram semeadas somente na região do Norte Novo mais de 5.000 sacas de sementes de soja, a maior parte entre as ruas dos cafezais. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.82/84)

Apesar da existência destes registros de soja na microrregião de Londrina na década de 50, como vimos, a sua expansão só passa a ganhar mais ritmo e ter importância a partir de meados da década de 60 e principalmente na década de 70.

Técnicos consultados na região de Londrina comentam que no início da expansão da cultura da soja, havia na MRH de Londrina algumas pequenas indústrias de óleos vegetais que inicialmente trabalhavam com algodão e amendoim, passando a trabalhar com soja antes mesmo da década de setenta. Em 1970, algumas indústrias estrangeiras instalaram escritórios e locais de compra na região, uma delas foi a Anderson Clayton, que comprava o produto e mandava para São Paulo. Outras empresas a instalarem escritórios na região, foram a Coimbra e Cargill. (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.88/89)

Posteriormente as grandes empresas transnacionais acabam por se implantar em todo o estado, e no que se refere ao Norte do Paraná, em especial no Norte Novo, notadamente em torno dos parques industriais de Londrina e Maringá, ou em cidades próximas, ampliando desta forma o mercado interno e também contribuindo para a expansão das lavouras mecanizadas.⁵⁸

No entanto, até 1970 a expansão da soja não esteve associada a inovações técnicas particulares, sendo desenvolvida através de práticas agrícolas tradicionais, grande absorvedoras de força de trabalho ou ainda, com os primeiros plantios mecanizados sendo realizados por antigos fazendeiros produtores de café e algodão, utilizando inicialmente máquinas e implementos empregados nessas lavouras. Foi durante os anos setenta que a cultura da soja ganha importância, seja do ponto de vista econômico e/ou das transformações sociais que trouxe no meio rural.

⁵⁸ Para se ter uma idéia, em 1989, as principais agroindústrias privadas do Norte Novo do Paraná eram responsáveis por 81.8% do refino de óleos vegetais do estado, assim como com relação ao esmagamento de oleaginosas, representava 25% da soja, 67.3% do algodão, 42% do milho e 100% do amendoim processados no estado. Dados da OCEPAR - Organização das Cooperativas do Paraná, apresentados por MORO (1991, p.264)

Essas transformações acarretaram mudanças nas relações e na divisão social do trabalho, propiciando entre outras coisas, o aumento da produtividade do trabalho e a crescente acumulação e expansão do capital no campo, através da incorporação da propriedade da terra e de tecnologia pelos produtores rurais privilegiados, via capital financeiro (crédito subsidiado). (PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura, 1985, p.64).

Desta forma, conforme a mesma publicação (p.76/77), o rápido incremento da área de soja ocorreu sobre as melhores terras, incorporando áreas antes ocupadas com café e fazendo com que culturas como milho⁵⁹, feijão, arroz, amendoim, etc., ocupassem terrenos de maior declividade e de menor fertilidade, ou seja, onde a semeadura da soja fosse inviável economicamente. Além disso, no Paraná de 1970 a 1980, ocorreu expressiva redução da área de soja nos menores estabelecimentos e a progressiva concentração das explorações nas maiores propriedades. Em 1970, os estabelecimentos com mais de 50 hectares detinham apenas 10% da área cultivada com soja e 26,4% da produção. A partir de então há um acentuado crescimento, com estes estabelecimentos em 1980 passando a representar 65,5% da área e 62,6% da produção. Analisando os estabelecimentos com áreas inferiores a 20 hectares percebemos com maior clareza o processo de concentração da área e da produção da soja. Não só estes estabelecimentos produtores de soja reduziram seu número relativo (passando de 77,5% para 57,9%) mas diminuíram de maneira ainda mais acentuada sua participação relativa na produção (passando de 51,4% para 14,2%) e na área colhida (passando de 56,3% para 14,1%).

Resumindo, no período em análise, as principais transformações ocorridas na utilização da terra na Microrregião Geográfica de Londrina, vão de encontro às diretrizes da política agrícola, que visavam a modernização da agricultura e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho, via tecnificação do processo produtivo. Ou seja, há fundamentalmente a substituição das lavouras permanentes pelas lavouras temporárias, lavouras estas que foram altamente incentivadas via crédito e quase que totalmente mecanizáveis em todas as etapas do processo produtivo, assim como pela ampliação das pastagens plantadas, de maior produtividade, em detrimento das pastagens naturais

No que se refere à importância do crédito rural para tais transformações, embora não tenhamos os dados específicos para a Microrregião, como inicialmente o processo de industrialização da agricultura paranaense se deu fundamentalmente no Norte do Estado, os

⁵⁹ Com o milho isto ocorre somente inicialmente e parcialmente, pois, posteriormente, com a assimilação da nova tecnologia por esta lavoura, sobretudo nos estabelecimentos de mais de 20 hectares, a produção passa a ser feita nos mesmos moldes da soja e, inclusive, sendo produzido associado a esta lavoura.

dados a nível estadual nos dão uma boa idéia da importância do crédito para as transformações ocorridas na Microrregião Geográfica de Londrina.

Como dissemos anteriormente, uma das distorções do crédito rural subsidiado foi a sua concessão de forma assimétrica em termos regionais. Um dos Estados favorecidos em termos do montante de crédito recebido foi o Paraná. Os dados da Tabela 30 evidenciam o montante de recursos destinados à agricultura brasileira e paranaense no período 1970-85. Como podemos constatar, o Paraná sempre recebeu mais de 16% do total de crédito.

TABELA 30 - VALORES REAIS DO CRÉDITO DESTINADO À ATIVIDADE AGRÍCOLA DO BRASIL E DO PARANÁ; TAXAS REAIS DE JUROS E VALORES DOS SUBSÍDIOS DESTINADOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA PARANAENSE - 1970-85

(Bilhões de Cr\$ de 1985)

Anos	Créd. rural à ativ. agríc.		Taxa real de juros	Subsídios ativ. agríc. Paraná(C)	Valor prod. agríc. Paraná(D)	B/A	B/D	C/D
	Brasil (A)	Paraná (B)						
1970	16.623,9	2.906,8	-6,7	194,7	-	17,5	-	-
1971	19.144,4	3.129,8	-6,9	215,9	-	16,3	-	-
1972	23.879,4	4.657,6	-3,1	144,4	-	19,5	-	-
1973	32.843,2	6.790,1	-2,9	196,9	-	20,7	-	-
1974	41.753,7	8.903,8	-17,6	1.567,1	15.659,7	21,3	56,9	10,0
1975	59.613,2	12.975,7	-14,4	1.868,4	16.897,2	21,8	76,8	11,1
1976	61.806,7	13.038,2	-24,3	3.168,3	12.878,4	21,1	101,2	24,6
1977	60.192,7	12.208,6	-19,9	2.429,5	18.258,2	20,3	66,9	13,3
1978	57.538,2	10.633,7	-18,3	1.946,0	12.452,3	18,5	85,4	15,6
1979	71.259,7	13.581,5	-33,4	4.536,2	12.978,8	19,1	104,6	35,0
1980	76.186,3	13.101,8	-42,9	5.620,7	15.369,6	17,2	85,2	36,6
1981	69.461,1	12.242,9	-28,0	3.428,0	15.747,8	17,6	77,7	21,8
1982	67.214,7	12.052,2	-30,0	3.615,7	15.717,0	17,9	102,9	30,9
1983	51.248,4	8.839,8	-23,0	2.033,2	12.004,0	17,2	73,6	16,9
1984	32.204,1	6.217,4	-5,0	310,9	13.927,8	19,3	44,6	2,2
1985	47.347,3	8.720,4	-2,0	174,4	17.570,2	18,4	49,6	1,0

FONTE: PEREIRA (1992. p.121)

Neste período é possível distinguir pelo menos três momentos distintos: o primeiro (1970-75) caracteriza-se por rápida expansão do crédito, com taxas reais de juros,

embora negativas, baixas em valores absolutos até 1973; no segundo (1975-80) houve a desaceleração nas taxas de crescimento do montante de crédito, mas com taxas de juros reais negativas e crescentes em termos absolutos em todo o período, o que implicou grande volume de recursos a título de subsídios; e o terceiro (1981-85) caracteriza-se por significativa redução no montante de recursos e drástica elevação da taxa de juros, que passa de (-42,9) em 1980 para (-2,0) em 1985. (PEREIRA, 1992, p.12).

A tabela também evidencia as distorções desta política, quando comparamos o valor do crédito e o valor da produção agrícola do Estado, em que, de 1974 a 1985, o montante de crédito no valor da produção agrícola, esteve acima de 44% em quatro anos, acima de 70% em cinco anos e inclusive, acima de 100% nos anos de 1976, 1979 e 1982.

A outra crítica quanto ao crédito rural se refere à concentração do mesmo em certos produtos vinculados ao mercado externo e/ou altamente tecnificados. A Tabela 31 evidencia este fato para o Paraná, uma vez que no período de crescentes subsídios (1975-80), verificamos que o crédito de custeio concentra-se fundamentalmente no binômio soja-trigo (próximo de 60%), enquanto o crédito para as culturas alimentares (arroz, feijão e mandioca), manteve uma média de 4,6%. Além disso o café, cultura que ainda emprega grande contingente de trabalhadores tem reduzido drasticamente o montante de crédito a partir de 1975, absorvendo no período de 1975 a 1980 entre 13% e 16% do crédito.

No período seguinte (1981-85), há uma pequena alteração na distribuição do crédito. Por um lado há uma insignificante elevação do crédito para as culturas alimentares. Por outro, uma pequena queda para a soja. No entanto, o que chama mais a atenção é o fato do café diminuir ainda mais a sua participação, uma vez que de uma média de 15,6% no período 1975/80, passa a receber, em média, apenas 8,4% do crédito entre 1980/85. Também o trigo passa de uma média de 21,7% para 14,9%, respectivamente. Por outro lado, o algodão praticamente dobra o montante de crédito recebido entre os dois períodos. O mesmo ocorre com relação ao milho, que de uma média de 7,2% passa para 12,8%. Lembramos que aqui nitidamente se trata pura e simplesmente da opção do produtor em plantar o milho no lugar do trigo, utilizando-se dos mesmos recursos técnicos, ou seja, trata-se da plantação de milho mecanizada e voltada para o mercado consumidor.

TABELA 31 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS NO CRÉDITO DE CUSTEIO DESTINADO AO PARANÁ - 1974-85

(Em %)

Ano	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Média		
													1974-79	1980-85	
Produtos															
Arroz	4,2	6,0	3,4	2,0	1,9	1,5	1,4	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	3,2	1,1	
Feijão	0,9	0,5	0,6	1,9	1,6	1,4	3,5	5,6	3,4	2,8	3,4	3,7	1,2	3,7	
Mandioca	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,4	0,3	0,6	0,6	0,2	0,4	
Milho	7,2	8,8	7,9	5,1	7,1	7,3	10,6	15,3	12,1	11,2	10,6	17,2	7,2	12,8	
Algodão	9,7	4,8	7,6	7,4	6,5	7,9	7,9	12,2	14,1	9,5	17,8	12,1	7,3	12,3	
Café	29,9	13,7	13,2	13,2	6,2	16,4	16,4	5,3	10,8	8,3	5,7	4,0	15,6	8,4	
Soja	27,1	34,6	34,4	34,6	32,4	31,0	26,6	26,2	27,3	35,5	30,1	34,9	32,4	30,1	
Trigo	13,2	21,9	24,6	22,8	27,5	20,1	19,5	15,0	10,9	11,2	14,3	18,6	21,7	14,9	
Outros(1)	7,8	9,7	8,1	11,8	16,6	14,2	13,9	19,1	20,0	20,1	16,5	7,7	11,4	16,2	
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

FONTE: PEREIRA (1992, p.123)

(1) Esta linha inclui os créditos repassados pelas cooperativas do Paraná. Como estas estão fundamentalmente ligadas aos produtos café, soja e trigo, é provável que os percentuais referentes à participação no crédito associados a esses produtos encontrem-se subestimados.

No que se refere à distribuição do crédito de custeio⁶⁰ entre os produtores no Paraná, o total de operações atinge somente 33,6% do total de produtores agrícolas em 1980. Considerando ainda, que é grande o número de estabelecimentos que realiza mais de uma operação de crédito por ano, concluímos que o crédito atinge uma porcentagem menor ainda de produtores rurais. Quanto a distribuição do crédito segundo o tamanho dos produtores, apesar dos mini e pequenos produtores terem realizado 68,2% das operações, captaram apenas 21,5% do valor total concedido. Já os grandes, por sua vez, realizando somente 7,9% das operações, receberam 45,9% do crédito total concedido ao Estado do Paraná. (IPARDES, 1981, p.35/36)

⁶⁰ O crédito de custeio é mais compatível aos pequenos produtores ao contrário do crédito para investimento, que como afirmamos anteriormente é basicamente direcionado às grandes propriedades. Portanto, podemos concluir que o crédito para investimento é muito mais concentrado que o crédito para custeio.

4.3.2. A generalização da tecnificação no campo

Como dissemos, as lavouras temporárias mecanizadas, em especial a soja, foram os veículos da industrialização da agricultura, portanto, são lavouras que, neste período, são incorporadas com todo um aparato tecnológico, que inclui melhorias biológicas, sementes selecionadas e principalmente a utilização de defensivos e fertilizantes químicos, assim como uma elevada utilização da mecanização. Portanto, juntamente com o grande incremento de área destas lavouras, na Microrregião Geográfica de Londrina, vai ocorrer uma generalização da tecnificação no campo.

Quanto ao uso de fertilizantes e defensivos, pela Tabela 32 e Figura 40, verificamos o grande incremento no uso de adubos químicos, uma vez que em 1960 somente 3,89% do total de estabelecimentos utilizavam este tipo de fertilizante, enquanto em 1985 a proporção se eleva para quase 65%. Este aumento, ocorreu fundamentalmente entre 1970/75, quando houve um acréscimo de mais de 47% no número de estabelecimentos a utilizarem adubos químicos. Outro aspecto a se destacar é que, entre 1980 e 1985 houve um aumento substancial na utilização da adubação orgânica, chegando a representar mais de 70% dos estabelecimentos neste último ano. Provavelmente isto ocorreu em função do encarecimento dos fertilizantes químicos, aliados à queda acentuada dos subsídios do crédito rural.

Os dados quanto ao uso de defensivos animal e vegetal também indicam um crescimento constante, chegando a mais de 79% dos estabelecimentos em 1985.

Pela análise a nível municipal, verificamos que Londrina destoa dos demais municípios, uma vez que neste, tanto o uso de fertilizantes, como de defensivos é bem menor que em Cambé, Ibiporã e Rolândia. Enquanto em 1985 somente 58,15% dos estabelecimentos utilizavam adubos químicos em Londrina, em Cambé a proporção chegava a mais de 76% e em Ibiporã e Rolândia, a mais de 82%. O mesmo ocorre com relação aos defensivos, pois enquanto em Londrina quase 71% dos estabelecimentos utilizavam, em Cambé passava de 87% e em Rolândia e Ibiporã, quase 91% e mais de 95%, respectivamente. (vide Tabela 76 em anexo)

Quanto ao uso de máquinas e instrumentos agrícolas, verificamos que, como dissemos, em 1960 já existia um número razoável de tratores na região, fazendo com que a

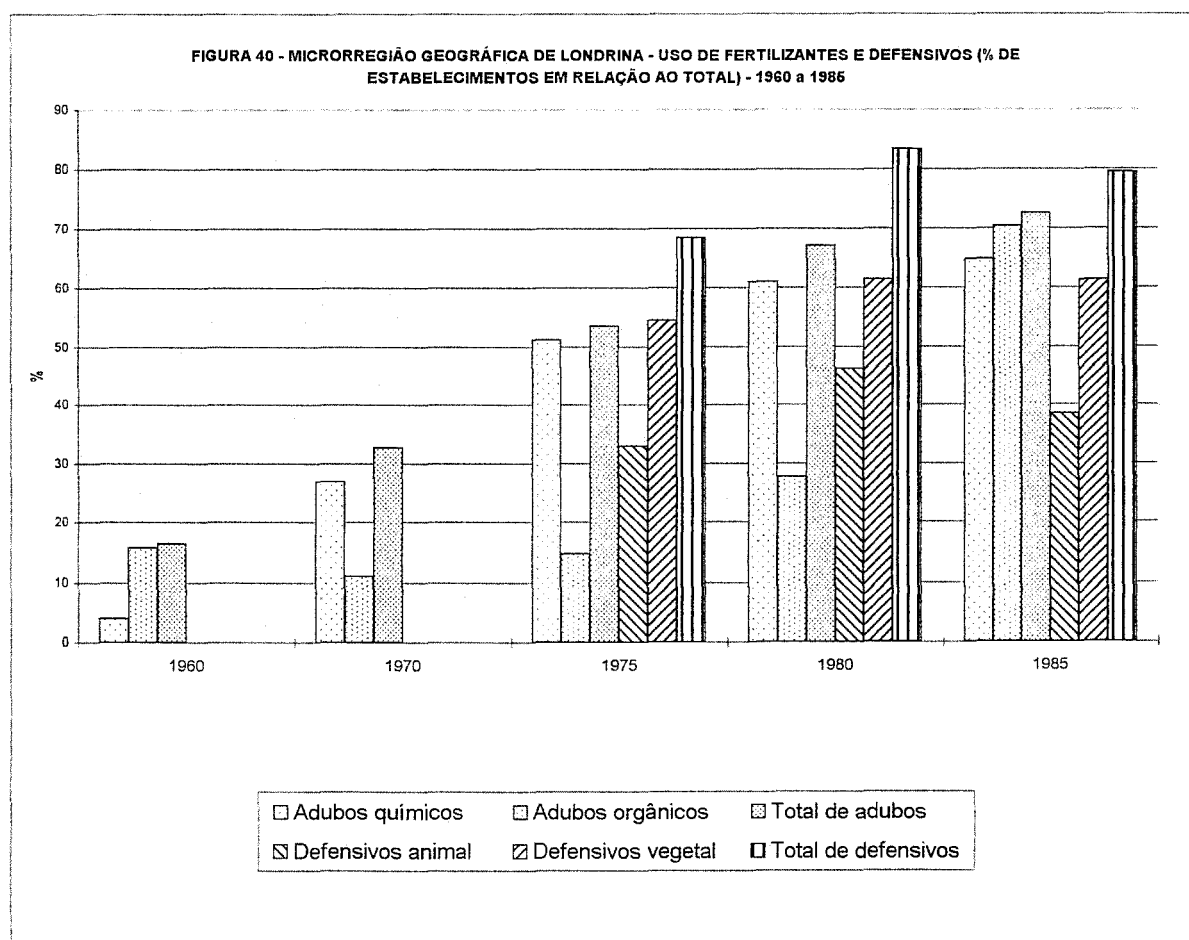
TABELA 32 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - USO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS (No. DE ESTABELECIMENTOS) - 1960 A 1985

	1960		1970		1975		1980		1985		EVOLUÇÃO PERCENTUAL			
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	60/70	70/75	75/80	80/85
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	6459	100,00	9570	100,00	7413	100,00	6725	100,00	7313	100,00	48,17	-22,54	-9,28	8,74
ESTABELECIMENTOS INFORMANTES:														
ADUBOS QUÍMICOS	251	3,89	2581	26,97	3798	51,23	4104	61,03	4745	64,88	928,29	47,15	8,06	15,62
ADUBOS ORGÂNICOS	1023	15,84	1056	11,03	1101	14,85	1864	27,72	5138	70,26	3,23	4,26	69,30	175,64
TOTAL DE ADUBOS(1)	1062	16,44	3125	32,65	3966	53,50	4518	67,18	5309	72,60	194,26	26,91	13,92	17,51
CALCÁRIO	82	1,27	383	4,00	743	10,02	1320	19,63	2042	27,92	367,07	93,99	77,66	54,70
DEFENSIVOS ANIMAL	(*)		(*)		2435	32,85	3106	46,19	2815	38,49	-	-	27,56	-9,37
DEFENSIVOS VEGETAL	(*)		(*)		4042	54,53	4134	61,47	4482	61,29	-	-	2,28	8,42
TOTAL DE DEFENSIVOS(1)	(*)		(*)		5077	68,49	5605	83,35	5813	79,49	-	-	10,40	3,71

(1) Inclusive os estabelecimentos que declararam mais de um tipo

(*) Estes dados não constam do censo

Obs.: As porcentagens constantes nos anos de 1960, 1970, 1975, 1980 e 1985, foram calculadas em relação ao total de estabelecimentos



proporção de tratores por área, que era de um trator para 18.650 hectares em 1950, baixasse para 760 hectares em 1960. No entanto, é a partir deste último ano que o uso de tratores passa a se generalizar, havendo um constante aumento em todos os anos. Desta forma, em 1985 o índice de mecanização por tratores é altíssimo, chegando a um trator para cada 75 hectares. (Tabela 33)

Também chama a atenção na tabela, o fato de que, como no país como um todo, a partir de 1970 há uma mudança qualitativa na tratorização, pois, passa a predominar os tratores de maior potência (os quais têm crescimento constante), em detrimento dos de potências menores, que no caso dos de menos de 10 cavalos, diminuem numericamente e os de 10 a 50 cavalos, de maneira geral, mantêm uma certa estabilidade numérica. Portanto, como dissemos anteriormente, a tecnologia imposta beneficiava fundamentalmente as propriedades maiores, sendo inadequada à própria estrutura fundiária regional, em que havia um predomínio, em termos de número de estabelecimentos, daqueles de menores áreas.

O mesmo vai ocorrer em relação ao uso de arados. Enquanto os arados de tração animal apresentam decréscimos absolutos a partir de 1970 até 1985, com os de tração mecânica ocorre o contrário, ou seja, crescem até 1980 e se estabilizam a partir de então, chegando a proporção de um arado mecânico para cada 82 hectares em 1985.

No que se refere às diferenças entre os municípios, se repete o que ocorre com os demais indicadores, ou seja, Londrina apresenta um índice de mecanização bem menor que os demais. Enquanto em Cambé, Ibiporã e Rolândia, em 1985, o índice quanto ao uso de tratores, variava de um para 46 hectares a um para 58 hectares, em Londrina chegava a um para 99 hectares. O mesmo ocorre com relação às máquinas para colheita, pois, enquanto em Londrina e Ibiporã havia uma máquina para mais de 600 hectares, em Rolândia e Cambé este índice não chegava a 300 hectares (Tabela 77 em anexo). Estas diferenciações vão ocorrer, por um lado, no que se refere ao município de Londrina, a uma menor capitalização de parte dos produtores rurais, pelas várias razões já apontadas nos capítulos anteriores. Por outro lado, pela própria utilização das terras destes municípios, que como vimos no item anterior, indicam que em Londrina há o predomínio das pastagens sobre as demais atividades. Além disso, acrescentamos, tanto em Londrina como em Ibiporã a área de algodão continuava relativamente alta em 1985, representando 9,12% e 12,40%, respectivamente. Como sabemos, esta lavoura emprega em alta escala adubos e defensivos, assim como tratores, no entanto a colheita ainda é manual.

TABELA 33 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS - 1940 A 1985

	1940		1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.
ÁREA OCUPADA DA REGIÃO	233494	-	279754	-	289382	-	310329	-	329475	-	317904	-	311116	-
TRATORES:														
MENOS DE 10 CV.	1	233494	1	279754	63	4593	312	995	296	1113	206	1543	200	1556
DE 10 A MENOS DE 50 CV.(1)	-	-	14	19982	278	1041	706	440	898	367	857	371	980	317
MAIS DE 50 CV.	-	-	-	-	40	7235	281	1104	1540	214	2423	131	2965	105
TOTAL	1	233494	15	18650	381	760	1299	239	2734	121	3486	91	4145	75
ARADOS:														
DE TRACÇÃO ANIMAL(2)	43	5430	188	1488	1193	243	4958	63	4408	75	4401	72	3973	78
DE TRACÇÃO MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	1425	218	3125	105	3811	83	3815	82
MÁQUINAS PARA COLHEITA(3)	-	-	-	-	-	-	261	1189	696	473	722	440	675	461

(1) No Censo de 1950 apare somente duas classes de potência: menos de 10 e mais de 10 cavalos.

(2) Nos Censos de 1940, 1950 e 1960 não há discriminação entre tração animal e tração mecânica.

(3) Este item não consta dos Censos de 1940, 1950 e 1960.

E V O L U Ç Ã O N U M É R I C A E P E R C E N T U A L												
	1940/50		1950/60		1960/70		1970/75		1975/80		1980/85	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
ÁREA OCUPADA DA REGIÃO	46260	19,81	9628	3,44	20947	7,24	19146	6,17	-11571	-3,51	-6788	-2,14
TRATORES:												
MENOS DE 10 CV.	0	0,00	62	6200,00	249	395,24	-16	-5,13	-90	-30,41	-6	-2,91
DE 10 A MENOS DE 50 CV.(1)	-	-	264	1885,71	428	153,96	192	27,20	-41	-4,57	123	14,35
MAIS DE 50 CV.	-	-	-	-	241	602,50	1259	448,04	883	57,34	542	22,37
TOTAL	14	1400,00	366	2440,00	918	240,94	1435	110,47	752	27,51	659	18,90
ARADOS:												
DE TRACÇÃO ANIMAL(2)	145	337,21	1005	534,57	3765	315,59	-550	-11,09	-7	-0,16	-428	-9,73
DE TRACÇÃO MECÂNICA	-	-	-	-	-	-	1700	119,30	686	21,95	4	0,10
MÁQUINAS PARA COLHEITA(3)	-	-	-	-	-	-	435	166,67	26	3,74	-47	-6,51

Culminando com esta intensa utilização de máquinas entre os produtores, verificamos que até 1970 ainda era grande o número de estabelecimentos a utilizarem somente a força humana nos trabalhos agrários, pois, somente 50,89% deles utilizavam força animal ou mecânica, e destes, havia um nítido predomínio da força animal, pois, somente pouco mais de 14% dos estabelecimentos utilizavam força mecânica. No entanto, a partir de então a situação passa a se reverter, chegando em 1985 com mais de 76% dos estabelecimentos utilizando algum tipo de força nos trabalhos agrários que não a humana, em especial, a força mecânica (quase 64% dos estabelecimentos). (Tabela 34)

Ou seja, sem dúvida a Microrregião Geográfica de Londrina é uma das regiões do Brasil onde o processo de generalização da tecnificação no campo se deu de forma mais intensa e a rapidez, intensidade e tipo de tecnologia implementada, via política agrícola, foi a principal responsável pelas profundas transformações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho ocorridas na região a partir de 1970.

4.3.3. Estrutura fundiária

De uma maneira geral o processo de concentração fundiária existente entre 1970 e 1975 vai persistir até 1980, porém num ritmo menor e, deste ano até 1985, vai haver uma alteração desta tendência, havendo novamente a possibilidade de acesso à terra através, principalmente, do arrendamento e da parceria, porém, persistindo a concentração da propriedade da terra.

Como podemos observar pela Tabela 48 (em anexo), de 1975 a 1980 houve uma redução de pouco mais de 9% do total de estabelecimentos. Esta redução ocorreu principalmente entre os estabelecimentos de menos de 100 hectares, que diminuíram em 23% e em termos absolutos esta se concentrou, fundamentalmente na faixa de área de 10 a 100 hectares, onde houve uma redução de 433 estabelecimentos. Porém, os dados desagregados, nos permite afirmar que isto se deu basicamente na faixa de área de 10 a 20 hectares, que perderam 337 estabelecimentos no período, assim como aqueles de 20 a 50 hectares tiveram uma redução muito pequena e os de 50 a 100, chegaram a aumentar, ainda que muito pouco.

**TABELA 34 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA -USO DA FORÇA UTILIZADA NOS TRABALHOS AGRÁRIOS -
1950 A 1985**

FORÇA UTILIZADA	1950		1960		1970		1975		1980		1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	5565	100,00	6459	100,00	9570	100,00	7413	100,00	6725	100,00	7313	100,00
ESTABELECIMENTOS INFORMANTES												
ANIMAL	269	4,83	986	15,27	4160	43,47	3545	47,82	3525	52,42	3097	42,35
MECÂNICA	12	0,22	299	4,63	1372	14,34	2579	34,79	4090	60,82	4654	63,64
TOTAL(1)	272	4,89	1165	18,04	4870	50,89	5425	73,18	5299	78,80	5566	76,11

(1) Inclusive os estabelecimentos que declararam mais de um tipo

Obs.: As porcentagens foram calculadas em relação ao total de estabelecimentos

Por outro lado, quanto aos estabelecimentos maiores, há uma diminuição de três estabelecimentos de mais de 1.000 hectares, o que representou uma queda de pouco mais de 19% da área ocupada por esta faixa de área. Portanto, no período, somente os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares tiveram um crescimento, tanto em termos numéricos, como na área ocupada, que aumentou pouco mais de 10%. (vide Tabela 48 em anexo).

Portanto, conforme resumem CARNASCIALI et alii (1987, p.138 e seguintes), a industrialização da agricultura acelera o processo de diferenciação sócio-econômica entre os produtores rurais, pois, por um lado, intensificou o processo de mercantilização tanto do produto final, como da própria atividade produtiva, pois a aquisição dos insumos industriais traz um aumento dos custos monetários e impõe assim, a necessidade de um aumento das receitas monetárias, como meio de viabilizar a produção e reprodução do processo produtivo. Por outro lado, como vimos, o crédito rural e os demais instrumentos de política agrícola, foram concedidos de forma discriminatória, privilegiando os médios e grandes produtores. Os agricultores beneficiados por esses estímulos puderam se capitalizar ou se tecnificar, enquanto os demais - na maioria, sem, recursos e com pouca terra para garantia do crédito e para a escala de produção requerida por essa tecnologia - diferenciaram-se cada vez mais daqueles, até o limite extremo, com a perda da terra.

Desta forma, os autores supra citados (p.141), analisando as informações sobre a estrutura fundiária do Paraná no período 1970/80, que basicamente se comporta de forma idêntica a da Microrregião Geográfica de Londrina, concluem que as mesmas comprovam a existência de uma camada de médios produtores tecnificados, formada, em sua maioria, por proprietários fundiários, o que explica o fato dos estabelecimentos entre 20 a 50 hectares terem sido menos atingidos do que os com menos de 20 hectares, enquanto aqueles entre 50 e 200 hectares não foram atingidos pelo movimento de concentração fundiária, além de terem ampliado o número de estabelecimentos.⁶¹

Assim, com o aumento da concentração fundiária, por um lado, a área média sofre novo acréscimo, passando de 44 hectares em 1975 para 47 hectares em 1980. Por outro lado, os estabelecimentos com até 100 hectares apresentaram uma redução no período, passando

⁶¹ Dados do Censo Agropecuário de 1980, para o Paraná, indicam que os estabelecimentos de 20 a 50 hectares concentram a maior parte dos tratores (28.6%), seguidos pelos de 50 a 100 hectares (17.7%).

de 93%, para 91,5%. O mesmo ocorre quanto a área ocupada que cai de 42% em 1975, para 40% em 1980. (vide Tabela 22 do cap. II)

Esta concentração, como podemos constatar pela Tabela 23 (vide cap. II), ocorreu fundamentalmente em razão do decréscimo das terras arrendadas, que tiveram uma perda de quase 49% dos estabelecimentos e quase 26% da área ocupada, entre 1975 e 1980. Porém, como já esclarecemos nos capítulos anteriores, neste item estão incluídas as terras arrendadas e em parceria e, recorrendo à análise da condição do produtor (Tabela 35), podemos constatar que de fato, a categoria realmente expropriada no período foi a dos parceiros, que tiveram uma redução de mais de 70% em relação ao número de estabelecimentos e de mais de 63% da área ocupada.

Por outro lado, os arrendatários tiveram um ganho de mais de 39% em termos de estabelecimentos e de mais de 80% na área ocupada, sendo a única categoria de produtores que incorporou área entre 1975 e 1980. (Tabela 35). Voltando à Tabela 23, a mesma também permite concluirmos que, em boa parte, a perda de 3,24% da área das terras próprias, se referem à terras cedidas em arrendamento, pois, as outras formas legais das terras (se refere ao item da tabela que inclui as outras terras que não próprias, arrendadas e ocupadas), em que predominam a situação mista de terras próprias/arrendadas⁶², tiveram uma elevação de mais de 67%, em termos de estabelecimentos e mais de 66% da área ocupada.

Isto nos indica que a expansão do capital/máquina leva à concentração fundiária. Conforme afirma SHIKI (1984, p.7), a concentração ocorre em razão da disparidade entre o volume de capital concentrado num trator ou numa colheitadeira e a quantidade de terra disponível numa determinada exploração, tornando o espaço agrícola insuficiente para realizar inteiramente o capital investido na máquina, o que exige um mecanismo de adaptação. Como as políticas agrícolas privilegiaram os proprietários de terras na aquisição de tratores e máquinas, assim como, uma sondagem em grandes propriedades no Paraná mostrou que se pode estimar em 100 hectares por trator ou 170 hectares por colheitadeira, a relação que permite a realização do capital a uma taxa média de lucro, na hipótese admitida que estas propriedades otimizavam a utilização dessas máquinas, a adaptação da estrutura fundiária, ocorre, a partir do momento em

⁶² Os dados desagregados indicam que estas terras, embora tenham representado 68% do aumento de estabelecimentos da categoria "outras terras", foram responsáveis pela quase totalidade do acréscimo de área desta categoria.

TABELA 35 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - EVOLUÇÃO DA CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 1940 A 1985

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS											
	1940/50(*)		1950/60(**)		1960/70(***)		1970/75(****)		1975/80		1980/85	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PROPRIETÁRIO	600	24,63	915	30,14	2123	53,73	-693	-11,41	121	2,25	-547	-9,94
ARRENDATÁRIO	132	67,35	-169	-51,52	345	216,98	-151	-29,96	138	39,09	263	53,56
PARCEIRO	-	-	-	-	1121	81,06	-1061	-42,37	-1011	-70,06	686	158,80
OCUPANTE	-65	-50,78	11	17,46	414	559,46	-252	-51,64	64	27,12	186	62,00
ADMINISTRADOR	161	50,95	415	87,00	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRA CONDIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	790	25,37	2555	65,45	3111	48,17	-2157	-22,54	-688	-9,28	588	8,74

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ÁREA OCUPADA (HA)											
	1940/50(*)		1950/60(**)		1960/70(***)		1970/75(****)		1975/80		1980/85	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PROPRIETÁRIO	-33053	-22,07	-8530	-7,31	156507	144,68	32977	12,46	-3692	-1,24	-31232	-10,62
ARRENDATÁRIO	2926	27,84	-8460	-62,96	3699	74,32	-1601	-18,45	5683	80,33	9301	72,90
PARCEIRO	-	-	-	-	-6357	-17,16	-10260	-33,44	-12932	-63,32	10416	139,03
OCUPANTE	-9797	-83,70	81	4,25	4294	215,89	-2019	-32,13	-563	-13,20	4725	127,67
ADMINISTRADOR	87801	146,53	-10524	-7,12	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRA CONDIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	46280	19,82	9608	3,43	20944	7,24	19097	6,15	-11504	-3,49	-6790	-2,14

(*) Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL. Os PARCEIROS estão incluídos junto com os ARRENDATÁRIOS.

(**) Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL. Os PARCEIROS estão incluídos junto com os ARRENDATÁRIOS..

Não consta o item OUTRA CONDIÇÃO.

(***) Se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL. Consta do censo o item ARRENDATÁRIO COM PAGAMENTO EM PRODUTOS, onde foram considerados somente os parceiros autônomos. Desta forma, na tabela, este item foi incluído como sendo PARCEIROS.

Não consta o item OUTRA CONDIÇÃO

(****) A partir do censo de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais os itens ADMINISTRADOR E OUTRA CONDIÇÃO.

que o proprietário de trator e máquina que tem uma exploração de área com soja e trigo menor que 100 hectares, tende a procurar áreas complementares para o plantio.

Esta complementação era conseguida de diversas formas:

- a) a recuperação de terras cedidas em parceria ou arrendamento;
- b) a tomada em arrendamento de áreas de cultivo adicionais;
- c) a prestação de serviços agrícolas às outras explorações para complementar a renda do proprietário de modo a obter o necessário à amortização do capital investido⁶³; e
- d) a compra de novas propriedades fundiárias. (SHIKI, 1984, p.7)

A conjugação de todos estes fatores, concretizada numa competição pela maior quantidade possível de terras, resulta no aspecto especulativo que assume o mercado de terras, com estudos demonstrando que na década de 1970, as terras do Paraná foram as que apresentaram maior valorização.

Desta forma o produtor que não possuía máquinas têm uma possibilidade de acumulação muito limitada, uma vez que dificilmente conseguirá ampliar a sua área, em função do preço cada vez mais elevado das terras próprias para a produção de soja. *Fechada esta saída, um destino que se tornou comum a esse tipo de produtor é vender a sua pequena área na região da soja e adquirir uma propriedade maior em terras de qualidade inferior e por isso mais baratas.* (CODESUL/IPARDES, 1981, p.299/300)

Ou seja, muito embora, pelos dados disponíveis não seja possível captar esta concentração da propriedade da terra, mesmo porque, conforme a tabela 35, os proprietários chegaram a aumentar em mais de 2% entre 1975 e 1980, tudo leva a crer que isto tenha ocorrido, não via a anexação de uma propriedade por outra, mas sim, pela compra de várias propriedades por um mesmo produtor.

O último ponto a destacar, com relação às tabelas citadas, é que os ocupantes, embora tenham aumentado em torno de 27%, em termos de número de estabelecimentos, têm

⁶³ Sobre este aspecto, a publicação do CODESUL/IPARDES (1981, p.245 e seguintes) afirma que, num primeiro momento da mecanização, o preparo remunerado do terreno de agricultores que não dispunham de trator, foi uma poderosa alavanca de acumulação dos produtores que conseguiram adquiri-lo. Porém, num segundo momento, o uso de trator se generaliza, inclusive nas propriedades menores, inviabilizando a acumulação via aluguel de tratores, tornando o desperdício em que os pequenos produtores incorrem absolutamente inevitável.

uma queda de pouco mais de 12% na área ocupada, indicando que a área média das posses têm diminuído, passando de 18 para 12 hectares entre 1975 e 1980. Pensamos que as explicações para este fato são as mesmas apontadas no capítulo anterior, ou seja, por um lado o próprio movimento pelo acesso a terra, tendo em vista a grande expropriação porque passaram os parceiros, podem ter levado ao aumento do número de ocupantes, assim como, pode estar havendo uma “subdivisão” não oficializada da terra, via sucessão hereditária, que acaba sendo computada pelo censo como ocupação.

Com relação ao período 1980-1985, há um movimento de desconcentração do acesso à terra, uma vez que mesmo havendo uma redução de pouco mais de 2% da área explorada da microrregião, houve um acréscimo de quase 9% do número de estabelecimentos. Ou seja, praticamente há uma reversão completa da redução do número de estabelecimentos ocorrida no quinquênio anterior.

Analisando os dados por classe de área (Tabela 48 em anexo), verificamos que a classe de menos de 10 hectares foi a principal responsável por este crescimento, apresentando uma elevação de quase 35% do número de estabelecimentos e de 34,5% da área ocupada. Por outro lado, a faixa de área de 10 a 100 hectares tem uma redução de 3% do número de estabelecimentos e de pouco mais de 2% da área ocupada. Porém, os dados desagregados indicam que de fato, foram os estabelecimentos de 20 a 50 hectares os responsáveis por esta redução. Ou seja, o que houve foi um parcelamento destas propriedades, surgindo daí estabelecimentos de dimensões menores, quase que exclusivamente com menos de 10 hectares, já que os de 10 a 20 hectares, tiveram uma expansão mínima.

No que se refere aos estabelecimentos maiores, com mais de 100 hectares, por um lado, os de 100 a 1.000 hectares tiveram um acréscimo de pouco mais de 2% do número de estabelecimentos e de quase 4% da área ocupada (os dados desagregados indicam que este crescimento ocorreu exclusivamente na faixa de área de 100 a 500 hectares, já que a de 500 a 1.000 não sofreu alterações no período). Por outro lado, aqueles de mais de 1.000 hectares tiveram uma redução de mais de 23% do número de estabelecimentos e de quase 22% da área ocupada. Ou seja, aqui também houve uma fragmentação destas grandes propriedades em estabelecimentos menores, de 100 a 500 hectares.

Desta forma, considerando o que colocamos anteriormente a respeito da formação de uma camada de produtores familiares tecnificados, que se situam fundamentalmente na faixa de área de 20 a 50 hectares, somos levados a concordar com FLEISCHFRESSER (1987, p.12), quando analisando a agricultura paranaense de 1980 a 1985, conclui que

...o período recessivo imprimiu outro rumo ao processo capitalista de diferenciação social no campo, tornando-o mais perverso, à medida que os trabalhadores rurais disputam condições precárias de trabalho, os produtores de autoconsumo se pauperizam, os produtores familiares tecnificados não conseguem reproduzir suas condições de produção e a classe capitalista se fortalece.

Portanto, ente 1980 e 1985, o que houve foi uma movimentação fundiária dentro das próprias faixas de área menores e maiores, fazendo com que, de uma maneira geral, a concentração fundiária existente na região pouco se alterasse. Explicitando melhor, os estabelecimentos de menos de 100 hectares, tiveram uma expansão insignificante, pois representavam 91,5% do total e 40% da área ocupada em 1980, passando para 92% e 41%, respectivamente, em 1985. Porém, nesta faixa de área os estabelecimentos de menos de 10 hectares, passam de pouco mais de 30% do total em 1980, para mais de 37% em 1985, o mesmo ocorrendo com a área ocupada, que sobe de quase 3%, para mais de 4%, respectivamente. Isto ocorreu em detrimento dos estabelecimentos da faixa de área de 10 a 100 hectares, que de uma participação de mais de 61% do total, reduzem para pouco menos de 55% e, quanto a área, se mantém em torno de 37%⁶⁴. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 100 hectares, que representavam 8,5% do total e ocupavam 60% da área em 1980, decrescem para 8% e 59%, respectivamente, em 1985, porém, com os estabelecimentos de 100 a 1.000 hectares ganhando área em relação aos de mais de 1.000 hectares. (vide Tabela 22 do cap. II)

Mais do que isso, de fato, não podemos falar que houve uma desconcentração fundiária, pois, o que ocorreu foi uma maior abertura ao acesso à terra, em suas várias formas, com exceção da propriedade da mesma.

Como podemos verificar pela TABELA 35, os proprietários passam a recorrer principalmente à parceria e arrendamento. Quanto aos parceiros, notamos que foi a categoria que mais se expandiu no período (quase 160% em relação aos estabelecimentos e mais de 139% da área ocupada). No entanto, os arrendatários também cresceram de forma significativa, pois,

⁶⁴ Esta estabilidade relativa ocorre em função da área total explorada ter diminuído, pois, em termos absolutos, esta faixa de área teve uma redução de 2.769 ha.

embora em termos relativos tenham aumentado “somente” 73%, isto representou um acréscimo de mais de nove mil hectares. Por outro lado, o crescimento significativo dos ocupantes, 62% em relação aos estabelecimentos e quase 128% em relação a área, assim como o tamanho médio de 25,5 hectares destes novos estabelecimentos ocupados, indicam que este acréscimo se deu principalmente em função da segunda hipótese levantada para os períodos anteriores, ou seja, áreas cedidas pelo proprietário aos filhos, uma vez que não se têm notícias de ocupações de terras nestas proporções na região neste período e as que ocorreram, se deram em propriedades bem menores.

Os dados da Tabela 23 (vide cap. II) vêm reforçar o que dissemos, pois, além de demonstrar o que acabamos de dizer em relação as terras próprias, arrendadas e ocupadas, traz os dados relativos à categoria outra condição legal das terras. Como podemos verificar, esta categoria também apresentou um aumento de quase 32% da área ocupada. Os dados desagregados desta categoria indicam, por um lado, que grande parte deste acréscimo ocorreu através das terras próprias/arrendadas, ou seja, proprietários que passam a ampliar suas terras através do arrendamento. Por outro lado, também teve crescimento importante as terras próprias/ocupadas, o que a nosso ver, vem reforçar a hipótese de que uma parcela das terras são cedidas aos filhos para que haja a plantação e o censo acaba computando isto como se fosse ocupação, uma vez que não é comum na região proprietários expandirem suas terras via ocupação.

Portanto, resumindo, enquanto de 1975 a 1980 o montante e os subsídios do crédito rural eram altos, houve simultaneamente uma ampliação da mecanização e das lavouras temporárias vinculadas a tal processo, acarretando entre outras conseqüências uma maior concentração fundiária. No entanto, de 1980 a 1985, como resume MARTINE (1989, p.12) ,pela primeira vez desde o início da fase de industrialização da agricultura, voltou a crescer o número de pequenos estabelecimentos. Essa reversão parcial da concentração fundiária ocorre simultaneamente com a crise econômica e seus impactos sobre a disponibilidade de créditos e subsídios, sobre a retração do mercado e, portanto, sobre a atratividade do setor agrícola, seja como atividade produtiva, seja como empreendimento financeiro-especulativo. Desta forma, como vimos, o ritmo de incorporação de tecnologia e de expansão das culturas mecanizadas, em especial a soja, sofre uma grande redução.

4.3.4. Relações de trabalho

A consequência mais perversa do processo de industrialização da agricultura foi sobre os trabalhadores, pois, de um lado reduziu em muito a necessidade de mão-de-obra e, de outro lado, trouxe alterações na composição desta mão-de-obra, havendo uma gradual substituição das relações não tipicamente capitalistas, em que o trabalhador ainda não é expropriado totalmente dos meios de produção, pelo trabalho assalariado, capitalista portanto, em que o trabalhador só dispõe de sua força-de-trabalho para vender. Desta forma, enquanto de 1970 a 1980, a população rural da Microrregião Geográfica de Londrina sofreu um decréscimo de 48,5% (vide item 4.3.5.), o pessoal ocupado na agricultura apresentou uma redução bem menor (quase 27%)⁶⁵. Ou seja, há uma mudança no papel do campo, com o trabalhador assalariado rural passando a morar na cidade.

Como vimos no capítulo anterior, o processo de expulsão do trabalhador do campo na Microrregião Geográfica de Londrina, já vem ocorrendo desde os anos sessenta, porém ganha expressão entre 1970 e 1975. Este processo continua em curso entre 1975 e 1985, havendo uma redução de 17,6% no total de pessoal ocupado. No entanto, a maior parte deste decréscimo ocorreu entre 1975 e 1980, pois, a partir de então, o ritmo de expulsão de trabalhadores foi bem menor. Porém, é bom ressaltarmos, que continuou havendo uma diminuição do pessoal ocupado, apesar da abertura do acesso à terra ocorrida neste período (vide item anterior), o que demonstra que as mudanças na pauta de produtos e as modificações tecnológicas ocorridas ao nível de cada cultura, vem exigindo cada vez menos trabalhadores.

Analisando o progresso técnico e a necessidade de mão-de-obra após 1970, a publicação PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura (1985, p.167 e seguintes), detectou as seguintes situações:

- a) no café, rami e cana-de-açúcar as alterações tecnológicas não implicaram em redução da necessidade de trabalho e esta se comportou conforme a variação da área;
- b) No arroz e feijão, além da redução da área influenciou os fatores tecnológicos;

⁶⁵ Os dados posteriores, embora correspondentes a períodos diferentes, possibilitam verificarmos o agravamento deste quadro, pois de 1970 a 1991 a população rural da Microrregião diminuiu em 66%, enquanto o pessoal ocupado na agricultura no período 1970 a 1985 tem uma redução de 29%.

c) No algodão, soja, milho e trigo, houve redução da necessidade de trabalho em função do progresso técnico.

Este trabalho procurou verificar as alterações técnicas em cada cultura e os efeitos disso sobre a necessidade de mão-de-obra. Para tanto utilizou o critério de coeficiente médio de homem-dia por hectare. Os resultados indicam a quantidade de dias de trabalho de um homem para cada hectare de determinada cultura, durante um ano. Exemplificando, a soja em 1975 apresentou um coeficiente médio de 7,19. Isto significa que naquele ano a soja requeria, em um hectare, somente 7,19 dias de trabalho de um homem. Este coeficiente cai para 5,57 em 1980 e 3,93 em 1985, havendo assim, de 1975 a 1985 uma redução de 45% na necessidade de trabalhadores por hectare.

Quanto ao café, os coeficientes pouco se alteraram, sendo de 86,07 homens/dia por hectare em 1975, 85,77 em 1980 e 15,58 em 1985. Portanto, a redução de mão-de-obra nesta cultura se deu em função da erradicação.

Para o algodão, a necessidade de jornadas de trabalho passa de 62,20 homens-dia/ha para, 42,70 homens-dia/ha, entre 1975 e 1985, havendo, portanto, uma redução de mais de 31%.

A Tabela 25 e Figura 37 (vide cap. II) nos permite verificar que entre 1975 e 1980, os Responsáveis e Membros Não Remunerados da Família, continua sendo, como no quinquênio anterior, a categoria a perder mais pessoas, pois, sofrem uma redução de mais de 26%. Dentro desta categoria, os proprietários e seus familiares apresentam uma redução pequena (pouco mais de 16%), enquanto os parceiros autônomos sofrem uma redução de mais de 76%. Por outro lado, os arrendatários têm um pequeno crescimento de quase 12% e os ocupantes de 1,4%, o que em termos absolutos representa muito pouco (135 pessoas), já que eram categorias de pouca expressão em 1975.

As outras categorias de trabalhadores tiveram pequenas reduções, com os parceiros subordinados sofrendo uma perda de 11%, os empregados temporários de 4,1% e os empregados permanentes de 1,7%.

As causas de tais transformações são várias e devem ser vistas em conjunto. Por um lado, as mudanças na utilização das terras, com a expansão das culturas mecanizadas, tende a reduzir a necessidade de trabalhadores de todas as categorias, em especial, aquelas que ainda mantêm acesso a terra. Desta forma, a contínua erradicação do café, que chegou a mais de 35% no período⁶⁶, sem dúvida é a principal razão do grande declínio dos parceiros autônomos. Como dissemos anteriormente, esta era uma relação de trabalho muito importante na cafeicultura, havendo uma divisão de despesas entre o dono da terra e o parceiro. Assim sendo, além da erradicação, neste período, ocorreu a grande geada em 1975 que dizimou completamente os cafezais, seguida de secas que dificultaram a recuperação dos mesmos nos anos seguintes, havendo entre 1975 e 1980 uma redução na área colhida de quase 51% e do total da produção de quase 79%. Desta forma, conforme argumentamos no capítulo anterior, por um lado, o parceiro não tinha a menor condição de se manter como tal e, por outro lado, o crédito fácil e barato também levava os proprietários a optar por uma maior mecanização e uso de insumos químicos, assim como, estas próprias transformações, aumentando o número de trabalhadores sem vínculos com a terra, ou seja, os assalariados, garantia a oferta de trabalho sem que o proprietário necessitasse utilizar parte de suas terras com trabalhadores residentes.

Acreditamos que, com relação aos parceiros subordinados, o processo seja um pouco diferente, ocorrendo a redução principalmente em função da erradicação do café nas propriedades maiores. Como vimos no capítulo anterior, estes trabalhadores predominavam nestas propriedades e foram estas que mais erradicaram, predominando em 1985 as pequenas plantações de café (vide Tabela 75 em anexo). Porém, a queda não foi tão acentuada, pois, houve uma certa compensação naqueles municípios que aumentaram as áreas de algodão, ou seja, Londrina e Iporã, que chegaram a apresentar uma elevação numérica dos parceiros subordinados. No entanto, esta parece ser uma situação residual, ou seja, houve o aproveitamento desta mão-de-obra enquanto o crédito não foi direcionado de forma mais intensa a esta cultura, havendo uma alteração, com o predomínio do trabalho assalariado temporário (nas propriedades mais capitalizadas), quando o montante de recursos creditícios para o algodão, praticamente dobra nos primeiros anos da década de 1980 (vide tabela 31), além de que, como vimos, talvez até em função destes recursos creditícios, esta lavoura passa por um progresso técnico que altera o perfil e a quantidade de trabalhadores necessários.

⁶⁶ Conforme dados da evolução das lavouras permanentes da TABELA 19 do cap. II. Como dissemos, na Microrregião Geográfica de Londrina praticamente a única lavoura permanente existente é o café e este dado dá a idéia da área erradicada, uma vez que se trata da área plantada, enquanto a área por produtos se refere a área colhida, que em especial para o café, pode sofrer grandes variações, em função da idade dos cafeeiros, problemas climáticos, etc.

Quanto à redução do número de proprietários e seus familiares, isto se deve a mecanização, que libera parte destas pessoas do trabalho rural, ou até mesmo o surgimento de novos capitalistas, quando a família do proprietário não participa mais das atividades ligadas à produção. Também devemos levar em consideração que, embora os dados sobre a estrutura fundiária não indique, provavelmente a expropriação da propriedade da terra, ocorrida entre 1970 e 1975, continue no quinquênio seguinte, assim como começa a haver um crescimento dos produtores que cedem suas terras em arrendamento, trazendo, conseqüentemente um crescimento dos arrendatários em detrimento dos proprietários.

Situação diferente vai ocorrer no período 1980-1985. Com o agravamento da crise econômica, que já se prenunciava no final da década de 70 e, conseqüentemente a retirada gradual dos subsídios do crédito rural, assim como um declínio acentuado do montante de crédito, em especial para investimento, há por um lado, como vimos, o arrefecimento da tecnificação, assim como as transformações nas relações de trabalho sofrem alterações em relação ao quinquênio anterior.

Conforme a Tabela 25 e Figura 37(vide cap. II), a primeira conseqüência foi que a queda do total de pessoal ocupado foi de apenas 3,3%. Isto ocorreu em função da redução dos proprietários e sua família (15,4%) e, fundamentalmente da queda dos parceiros subordinados (mais de 50%) e empregados permanentes, que tiveram uma redução de 35%. Por outro lado, todas as outras categorias tiveram crescimento, em especial os parceiros autônomos, que apresentaram uma variação de 152% e os empregados temporários, que cresceram 91%.

A conclusão que podemos tirar destes dados é a que apresentamos anteriormente, ou seja, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, encontramos a presença das relações de trabalho não-capitalistas. Este processo se dá de forma desigual, tanto territorial, como temporalmente, havendo a expansão/retração de um e de outro em uma região do país e o oposto em outra ou, num período uma relação pode retrair-se e, em período posterior voltar a aumentar.

Portanto, as transformações ocorridas, que revelam todas estas contradições, uma vez que as categorias que mais crescem são os assalariados temporários e os parceiros

autônomos, requerem uma análise levando em conta os vários aspectos envolvidos nestas transformações.

Como vimos no item anterior, os estabelecimentos que parcelaram suas terras foram os de 20 a 50 hectares, portanto uma parcela dos produtores familiares tecnificados. Isto indica, que no processo de capitalização destes produtores, uma parte consegue ir adiante neste processo, enquanto outra parte não consegue reproduzir suas condições de produção. Numa época de crise econômica, em que o crédito subsidiado acaba apresentando uma maior seletividade dos beneficiários, esta situação se agrava, com a classe capitalista se fortalecendo.

Desta forma, por um lado, estes proprietários que não conseguem se reproduzir, quando não perdem a propriedade da terra, podem optar pela parceria autônoma, que reduz os custos de produção tanto no que se refere à mão-de-obra, quanto às demais despesas da lavoura. O crescimento dos parceiros autônomos se deu quase totalmente em Londrina e Ibiporã (Tabelas 59 e 60 em anexo), indicando que, os mesmos, além de subsistirem ainda no café, se dedicaram principalmente à cultura do algodão, uma vez que estes municípios foram responsáveis por 82% do aumento da área colhida desta lavoura no período (Tabelas 46 e 47 em anexo). Além disso, a produção de produtos da horticultura têm crescimento expressivo, passando de 5.455 toneladas em 1980, para 7.797 toneladas em 1985. Neste último ano, 30% da produção se concentrou em Ibiporã e 52,6% em Londrina.

Em entrevista com técnicos da EMATER que atuam no município de Londrina, os mesmos disseram que a parceria hoje em dia é rara, mesmo no café, pois, dos 320 produtores (se tratam de pequenos produtores) do município, calculam que somente 20% são parceiros, ou seja, pouco mais de 60. Também no algodão recentemente a mesma é pouco importante, não só pela drástica redução de área (vide Tabela 74 em anexo), como pelos padrões tecnológicos adotados. Por outro lado, esta relação de trabalho vem crescendo na olericultura, sendo que as cerca de 600 propriedades dedicadas a esta atividade, utilizam 300 parceiros. No geral estes estabelecimentos têm até 10 hectares e esta atividade passou a ter maior importância a partir de 1982, entre outras causas pela própria instalação do CEASA .

Por outro lado, os produtores familiares tecnificados mais remediados e os capitalistas continuam a expandir ou, pelo menos, mantêm suas áreas de lavouras mecanizadas o que, associado às menores exigências de mão-de-obra em função dos avanços técnicos, faz

diminuir o número de empregados permanentes, assim como faz aumentar o número de arrendamentos. Logo, de outro ângulo, o crescimento dos arrendatários indica que parte dos proprietários, para não perderem a propriedade da terra, a entregam em arrendamento.

Segundo os técnicos da EMATER, os arrendatários geralmente são proprietários tecnificados que possuem mais de 20 hectares e arrendam terras próximas à sua propriedade, de preferência na mesma estrada, utilizando a mão-de-obra da família e de empregados permanentes (operadores de máquinas). Se dedicam basicamente à soja e ao milho e arrendam áreas acima de 25 hectares, pagando pelo arrendamento um valor equivalente a 15 sacas de soja por hectare.

Como vimos, o café ainda é uma cultura que emprega muita mão-de-obra e que não sofreu grandes alterações na base técnica que implicasse em diminuição da mão-de-obra necessária. Porém, a redução de mais de 19 mil hectares da área plantada entre 1980 e 1985, implicou numa queda considerável dos empregados permanentes e parceiros subordinados empregados nestas propriedades.

Portanto, no período de 1980 e 1985, o processo de diferenciação camponesa continua, com um número considerável de proprietários passando a arrendar terras visando aumentar a área plantada, logo, continuando também o processo de surgimento de novos capitalistas que, com a mecanização, libera parte das pessoas da família do trabalho no campo. Por outro lado, revela uma estratégia de parte dos produtores no sentido de recriar formas não especificamente capitalistas, buscando diminuir os custos com mão-de-obra e se apropriando da renda da terra.

Não possuímos os dados do pessoal ocupado segundo o tamanho dos estabelecimentos para a Microrregião Geográfica de Londrina, porém, estes dados a nível estadual comprovam o que dissemos acima.

Por um lado, o aumento do pessoal ocupado ocorre, (...) unicamente nos estabelecimentos menores (de até dez hectares) e nas categorias de não-proprietários, enquanto entre os estabelecimentos de área superior a dez hectares e de proprietários, há redução da ocupação. Isto pode ser interpretado como ampliação do exército de reserva de força de trabalho estocada nos pequenos estabelecimentos de não proprietários, disponíveis para o atendimento das necessidades dos médios e grandes produtores, e recrutados exatamente para este fim. (GERMER, 1987, p.6/7)

Seja como for, apesar deste refluxo entre 1980 e 1985, entre as alterações ocorridas na Microrregião Geográfica de Londrina de 1970 a 1985, destacam-se as de caráter social, assim como a tendência é o desenvolvimento das relações capitalistas no campo, pois, os assalariados (permanentes e temporários), que já era a principal relação de trabalho em 1975, com mais de 39% do pessoal ocupado, em 1985 aumenta ainda mais, chegando a mais de 47%, com o agravamento da intermitência do trabalho temporário, pois, os picos de utilização da força-de-trabalho acentuam-se, ao mesmo tempo em que estendem-se os períodos em que estes trabalhadores não encontram trabalho no campo. Portanto, apesar do aumento do número destes trabalhadores, estes se caracterizam mais pelo desemprego intermitente e crônico, do que pelo emprego efetivo. Também vai apresentar crescimento o arrendamento capitalista que de 2,5%, passa para 4,5%, respectivamente. Por outro lado, a mão-de-obra familiar dos proprietários cai de pouco mais de 34% em 1975, para 29,5% em 1985, assim como a parceria (autônoma e subordinada), de uma participação de mais de 22%, reduz para menos de 14%, respectivamente. (vide Tabela 25 e Figura 37 do cap. II)

Embora não existam dados mais recentes quanto ao pessoal ocupado, com base na grande ampliação da área de soja, que como vimos, cada vez mais reduz a necessidade de trabalhadores por hectare e, por outro lado, o grande declínio do café e do algodão, culturas estas que mais absorvem trabalhadores, podemos afirmar que esta tendência se manteve e até mesmo se ampliou nos anos 90. A própria redução da população rural, como veremos a seguir, comprova o que acabamos de afirmar.

Conforme a análise de MARTINE (1989, p.19) sobre as mudanças na estrutura e nas relações de produção no campo, posteriores a 1985,

parece provável que o espaço aberto para formas de produção menos formais durante o auge da crise deve ter voltado a fechar-se. A euforia de incentivos, garantias e produção intensificada deve ter voltado a esquentar o mercado de terras, fazendo com que os 'minifundistas' intersticiais, os parceiros, arrendatários e posseiros tenham sido novamente obrigados a migrar em maior número. Atuariam no mesmo sentido a forte reação da direita às ameaças de reforma agrária, a derrota desta na Constituinte, a militarização dos latifúndios e a violência crescente contra militantes da igreja, de partidos ou de sindicatos que apoiam os 'sem-terra'. Paralelamente, existem indícios de que a forte migração para a fronteira amazônica - particularmente para Rondônia - na primeira metade da década, ter-se-ia arrefecido a partir de 1986. O resultado final desse conjunto de tendências dever ser a retomada do ritmo de urbanização no final da década.

4.3.5. Alguns aspectos da nova relação do rural e do urbano

A intensificação do capital no campo e a conseqüente proletarização do trabalhador rural, significou a urbanização da reprodução da força de trabalho rural, logo, há uma generalização da perda de população rural, acompanhada de um crescimento urbano de praticamente todos os municípios que passaram pelo processo de industrialização da agricultura. Isto por um lado, acarreta a conformação de periferias urbanas, inclusive nas pequenas cidades e, por outro lado, traz um crescimento muito mais intenso da população urbana nos centros maiores e nas cidades vizinhas a estes centros.

Ou seja,

...as cidade maiores tendem a absorver mão-de-obra com um mínimo de especialização, promovendo subsidiariamente uma série de atividades informais e/ou não especializadas, que gerarão rendas mínimas. Nas cidades menores, as alternativas de emprego urbano são mais restritas, mas ainda assim uma parcela da população oriunda do campo fixa aí sua moradia, mantendo relações de trabalho com o campo. Essas relações se diferenciam de acordo com a posse ou não dos meios de produção: há desde os proprietários rurais de médio e grande porte que procuram residir próximos de sua atividade econômica, até os trabalhadores rurais volantes sem nenhuma vinculação formal com o trabalho que desenvolvem. (MAGALHÃES, 1992, p.6)

A análise do comportamento populacional do Norte do Paraná indica que, com o avanço da frente pioneira e a consolidação da cafeicultura, houve um crescimento populacional de grandes proporções, acarretando o surgimento de uma quantidade bastante grande de pequenas cidades, porém com um amplo predomínio da população rural sobre a urbana. Nestas circunstâncias, conforme a Tabela 36 e a Figura 41, já em 1940 a região apresentava uma população de 340 mil habitantes, o que representava 27,5% do total do Estado. Nas décadas seguintes, até o início dos anos 70, o crescimento foi ainda maior, chegando em 1970 a uma população próxima dos 3 milhões de habitantes. Portanto, em apenas 30 anos, de 1940 a 1970, houve um crescimento de 775%. Desta forma, já em 1950 a população da região representava 48,6% da população do Estado. Em 1960 e 1970, embora a população tenha crescido num ritmo muito intenso, a participação em relação ao Estado cai para 43,1% e 42,5%, respectivamente. Isto ocorre em função do aumento populacional nas outras regiões, principalmente no Sudoeste/Oeste do Estado.

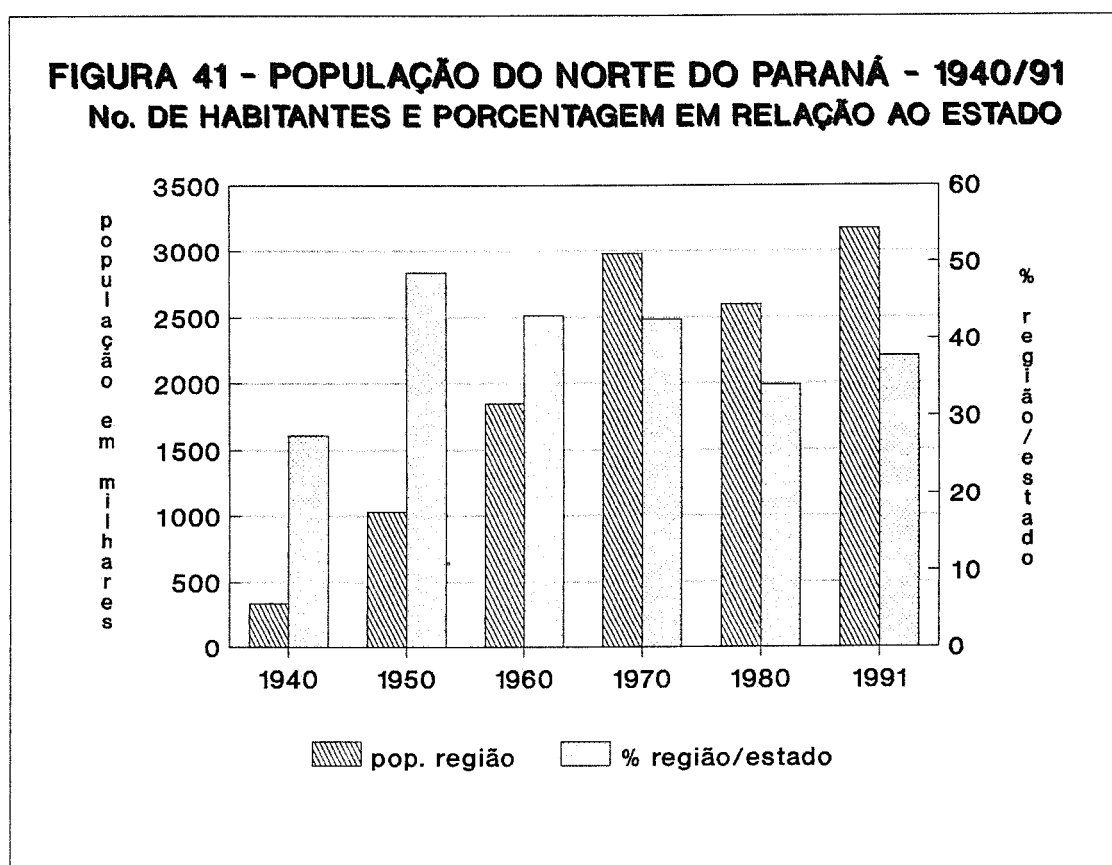
TABELA 36 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO ESTADO E DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ - 1940/1991

ANO	ESTADO	REGIÃO NORTE	% REGIÃO/ESTADO	CRESCIMENTO %
1940	1.236.276	340.449	27,54	-
1950	2.115.547	1.029.025	48,64	202,26
1960	4.277.763	1.843.679	43,10	79,17
1970	6.999.682	2.979.024	42,56	61,58
1980	7.629.392	2.596.324	34,03	(-12,85)
1991	8.415.659	3.175.691	37,74	22,31

FONTE: 1940 a 1970 - PADIS (1981)

1980 - IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980

1991 - IPARDES - Resultados Preliminares do Censo de 1991

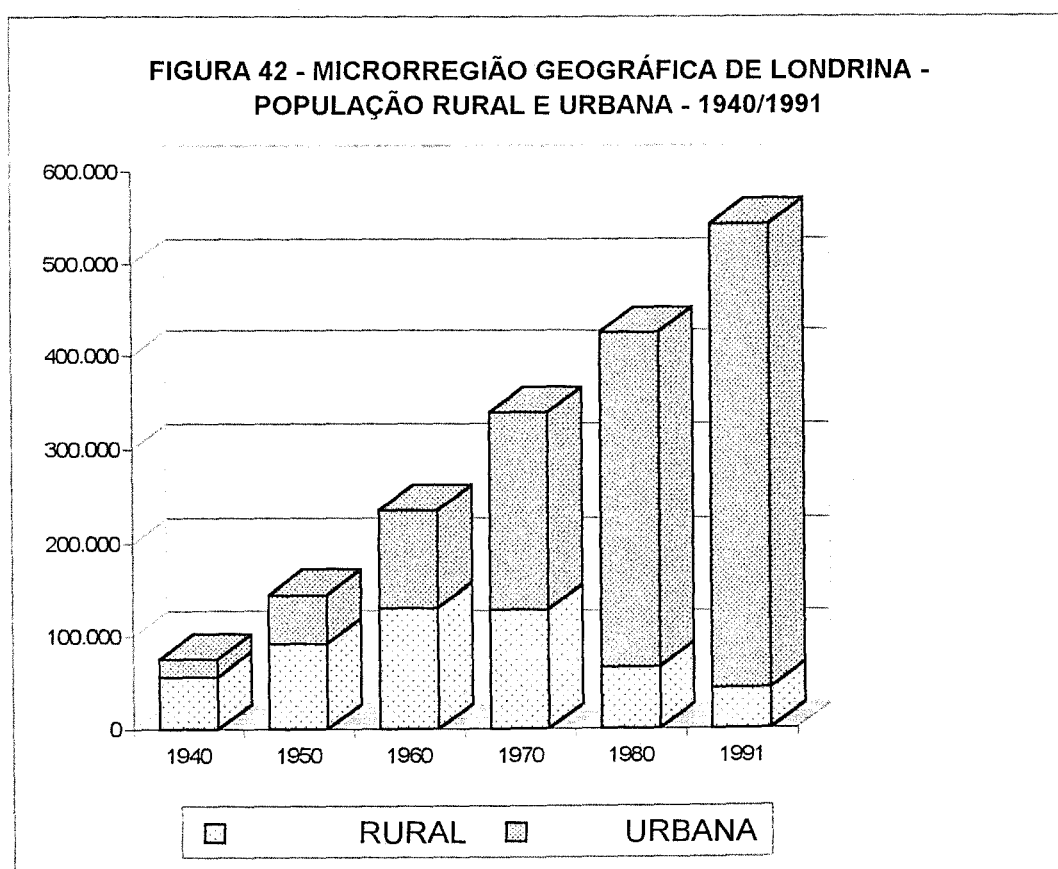


No entanto, ao final da década de 1970, há um decréscimo populacional na região norte paranaense de 12,85%, caindo a participação no total do Estado para 34,03%. Sem dúvida isto é resultado da intensificação da capitalização da agricultura, que neste momento ocorria de forma mais acentuada nesta região do Estado. Nos anos oitenta a população do Norte do Estado volta a crescer, assim como a participação em relação ao restante do Estado (37,7% em 1991). No entanto, em todo o período (1970-1991), a característica mais importante foi o intenso êxodo rural, com esta população migrante, em parte sendo absorvida nas pequenas cidades, o que levou ao crescimento urbano destas, porém, não suficiente para que a grande maioria delas sofressem uma redução da população total. A outra característica foi a concentração populacional nos maiores centros, o que levou a uma grande incremento da população total destes municípios, assim como, dos municípios vizinhos destes pólos regionais, criando regiões mais ou menos homogeneizadas.

Um exemplo deste processo é a própria Microrregião Geográfica de Londrina que, como dissemos está inserida na Microrregião do Norte Novo de Londrina. Quando analisamos o comportamento dos municípios desta região, verificamos que em todos eles, de 1970 a 1991, houve uma perda de população rural e um aumento da população urbana. No entanto, na maioria destes municípios este crescimento da população urbana não foi suficiente para evitar uma perda da população total (vide Tabela 78 em anexo). Porém, a Microrregião Geográfica de Londrina, tendo a cidade de Londrina como pólo regional, apresentou um decréscimo da população rural, embora pequeno, já na década de 60. Este êxodo rural se intensifica nos anos seguintes, havendo uma redução na população rural entre 1970/80 de quase 49% e de 1980/91 de mais de 34% (vide Tabela 38). Desta forma, a população rural que em 1950 representava quase 64% da população total, no de 1991 passa a representar somente 7,99% desta população. Por outro lado, a população urbana e total sempre cresceram no período, com a população urbana, concentrando em 1991 pouco mais de 92% do total (Tabela 37 e Figura 42). Este crescimento, que até o ano de 1970 se dava principalmente na cidade de Londrina, nas décadas de 1970 e 1980 vai sofrer alterações. A cidade de Londrina, no período de 1970 a 1980, teve um crescimento de sua população urbana de 63,2%, enquanto as cidades menores ao seu redor (Ibiporã, Cambé e Rolândia), em seu conjunto, tiveram um crescimento da população urbana de quase 94%, com destaque para o município de Cambé, que apresenta um crescimento de mais de 231%. No período de 1980 a 1991, embora com uma intensidade menor, o processo se repete, pois, enquanto a população urbana de Londrina cresceu 37,3%, a das cidades vizinhas

TABELA 37 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - POPULAÇÃO RURAL E URBANA - 1940/1991

ANOS	RURAL		URBANA		TOTAL	
	No.	%	No.	%	No.	%
1940	56.196	74,63	19.100	25,37	75.296	100,00
1950	92.250	63,98	51.944	36,02	144.194	100,00
1960	130.501	55,68	103.888	44,32	234.389	100,00
1970	127.997	37,77	210.882	62,23	338.879	100,00
1980	65.868	15,51	358.775	84,49	424.643	100,00
1991	43.379	7,99	499.235	92,01	542.614	100,00



FONTE: IBGE - CENSOS DEMOGRÁFICOS

creceram 44,5%, em especial Cambé que cresce mais de 49% e Ibiporã, mais de 53%. (Tabela 38 e Figura 43)

Desta forma, o município de Londrina, que concentrava 77,54% da população urbana da Microrregião Geográfica de Londrina em 1970, cai para pouco mais de 74% e 73%, respectivamente nos anos de 1980 e 1991.

Na nova relação do rural e do urbano, além do esvaziamento populacional do campo, vai ocorrer uma perda de posição relativa da agricultura em relação aos outros setores da economia.

A primeira manifestação deste processo é quanto ao pessoal ocupado por setor econômico. Como podemos verificar pela Tabela 39 e Figura 44, a agropecuária que empregava mais de 71% da mão-de-obra em 1970, sofre uma constante redução, passando a empregar quase 41% em 1985. Por outro lado, há um constante aumento do pessoal ocupado tanto na indústria, como no setor comercial e de serviços, passando, em conjunto, de 28,3% do pessoal ocupado em 1970, para mais de 59% em 1985, com destaque para o setor comercial e de serviços que concentram quase 38% da mão-de-obra.

No entanto, muito embora este processo geral vá ocorrer em todos os municípios da microrregião, sem dúvida no município de Londrina a intensidade foi muito maior. Este município, que em 1970 já apresentava uma participação do pessoal ocupado na agropecuária bem menor que Cambé, Ibiporã e Rolândia, vai acentuar esta característica, pois, em 1985, enquanto somente 31,64% do pessoal ocupado estava empregado na agropecuária, os outros setores concentravam mais de 68% deste pessoal. Por outro lado, os demais municípios ainda empregavam um número relativamente grande de pessoas na agropecuária, variando de quase 59% em Rolândia a quase 69% em Ibiporã. Como podemos verificar, esta diferenciação ocorre fundamentalmente, pela concentração de pessoal em Londrina no setor comercial e de serviços, já que a participação relativa do pessoal empregado nas indústrias é muito próxima entre os municípios, com exceção de Ibiporã, que tem uma participação da indústria bem menor ⁶⁷. (vide Tabela 79 em anexo)

⁶⁷ Embora não tenhamos dados quanto ao pessoal ocupada por setor. como veremos adiante. com relação ao valor adicionado . em Ibiporã. a partir de 1985 esta situação também se altera. com um grande impulso do setor industrial.

TABELA 38 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL E URBANA - 1950/60 a 1980/91

(Em %)

ANOS	LONDRINA			CAMBÉ			IBIPORÁ			ROLÂNDIA			MICROR. GEO. LONDRINA			TOTAL EXCETO LONDRINA		
	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
1950/60	88,79	54,48	126,06	52,1	59,23	37,99	32,82	21,23	85,15	30,48	26,79	43,05	62,55	41,46	100,00	36,8	32,68	49,63
1960/70	69,19	12,42	111,33	22,19	9,08	52,12	4,77	-26,82	98,16	7,88	-18,8	88,39	44,58	-1,92	102,99	11,16	-13,19	78,65
1970/80	32,27	-46,15	63,24	51,19	-59,06	231,63	1,58	-46,74	54,35	-13,58	-46,59	29,37	25,31	-48,54	70,13	10,97	-50,97	93,93
1980/91	29,25	-32,65	37,31	37,09	-22,41	49,11	27,3	-41,27	53,13	5,33	-41,33	30,38	27,78	-34,14	39,15	24,18	-35,81	44,49

FIGURA 43 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA - 1950/60 a 1980/91

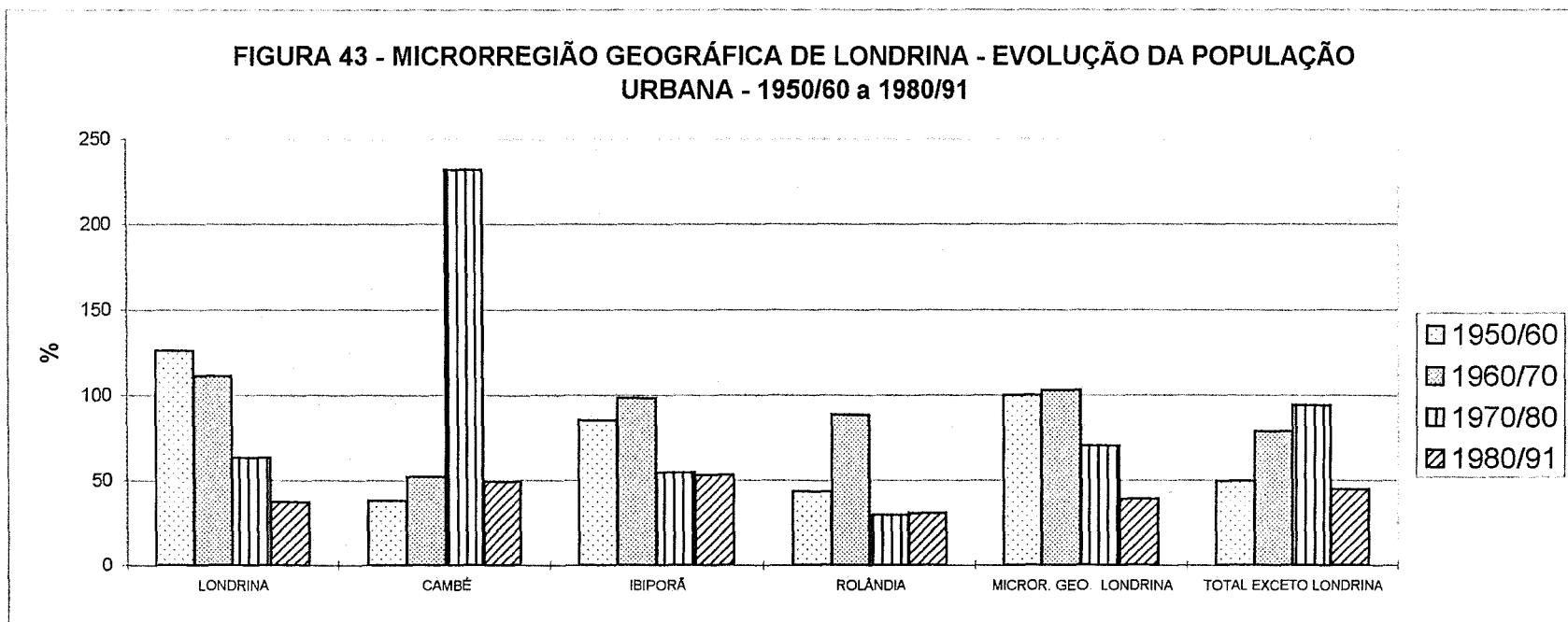
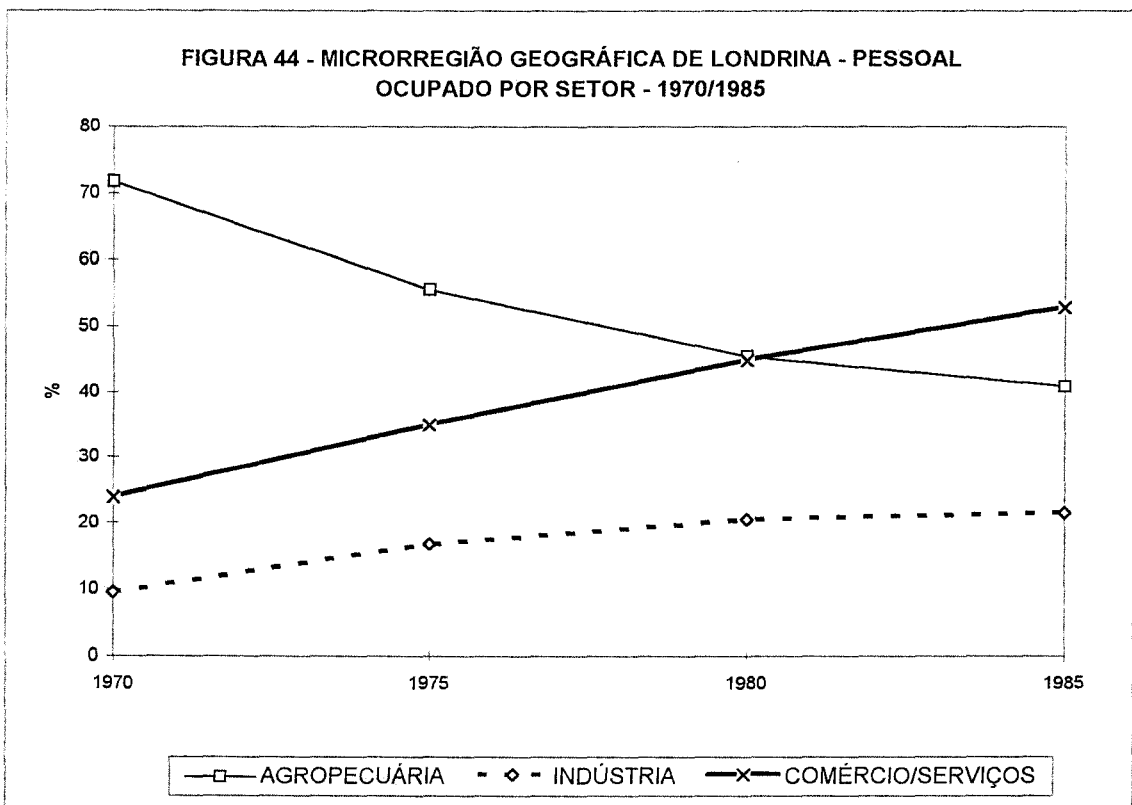


TABELA 39 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO POR SETOR - 1970/1985

SETORES	1970		1975		1980		1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	53.071	71,66	45.562	55,67	38.823	45,43	37.554	40,82
INDÚSTRIA	7.109	9,60	13.711	16,75	17.592	20,59	19.776	21,50
COMÉRCIO/SERVIÇOS	13.883	18,74	22.576	27,58	29.045	33,99	34.660	37,68
TOTAL	74.063	100	81.849	100	85.460	100	91.990	100



FONTE: a) AGROPECUÁRIA: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO ; b) INDÚSTRIA E COMÉRCIO/SERVIÇOS: IPARDES

Portanto, como já colocamos, se a nível nacional o processo de redivisão regional do trabalho tende a criar poucos centros urbanos que comandam este processo, o mesmo se repete a nível regional. Desta forma, no Norte do Paraná e, mais especificamente no Norte Novo do Paraná, a Microrregião Geográfica de Londrina passa a desempenhar este papel. Os próprios dados do pessoal ocupado por setor são indicadores das proporções deste processo. Como podemos verificar pela Tabela 40 e Figura 45, a situação do emprego no Norte Novo do Paraná é completamente diferente da Microrregião Geográfica de Londrina, uma vez que, excluindo os dados desta última, aquela região, em 1985 ainda apresentava uma participação de pessoas empregadas na agropecuária bastante elevada, chegando a mais de 74%. Por outro lado, embora tenha havido um pequeno crescimento do pessoal empregado no setor industrial, de 1980 a 1985 há um acentuado decréscimo do emprego no setor comercial e de serviços, fazendo com que em conjunto, empregassem somente 25,78% do pessoal ocupado.

Acontece que a expansão industrial é concentrada em termos espaciais. Por sua vez a agricultura, ao modernizar-se, integra-se à indústria implicando novos esquemas de comercialização, aumentando o fornecimento de serviços e equipamentos e o crescente processamento industrial da produção agrícola.

*Essas atividades demandam uma escala mínima de operação só compatível com mercados amplos, exigindo grandes extensões geográficas de mercado e uma base operacional urbana. Esse duplo movimento implica uma concentração populacional e econômica em alguns pólos regionais ao mesmo tempo em que dificulta o crescimento de centros menores.*⁶⁸ (BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL, 1982, p.10)

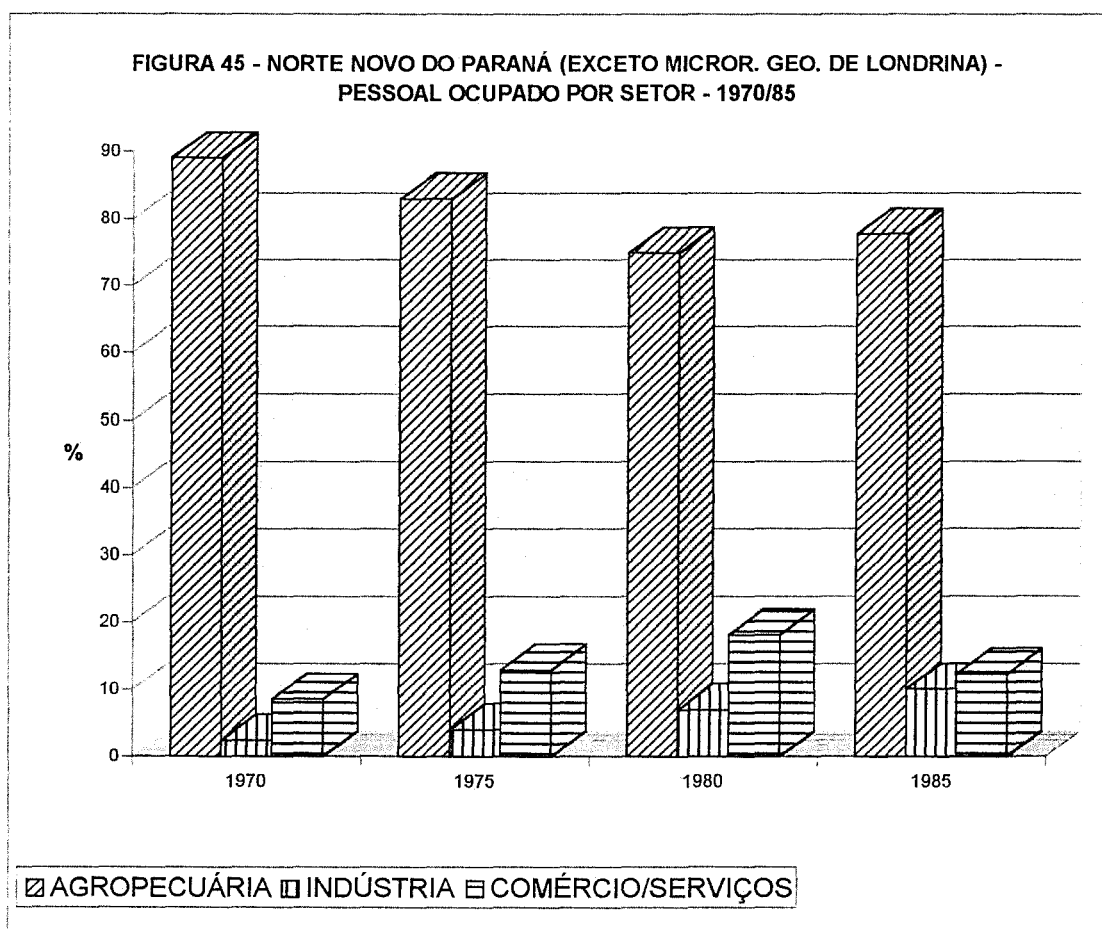
A perda de posição relativa da agricultura em relação aos demais setores se torna mais evidente através dos dados referentes ao valor adicionado por setor⁶⁹ (Tabela 41 e Figura 46). Como dissemos, junto com a modernização da agricultura da Microrregião e contribuindo para tal, se instalaram na região ou foram criadas pelas cooperativas, uma gama variada de agroindústrias, de porte muito maior do que as existentes até então. Desta forma, a

⁶⁸ Só para exemplificar, conforme dissemos anteriormente, as principais agroindústrias privadas se concentravam em 1989 no Norte Novo do Paraná e nesta região, em especial nos municípios de Maringá e Londrina e nas cidades próximas. Do total de agroindústrias do Norte Novo, os municípios da Microrregião Geográfica de Londrina concentravam as seguintes proporções: refino de óleos vegetais (77%); esmagamento de soja (52%); esmagamento de algodão (51.5%); esmagamento de amendoim (100%); café solúvel (100%). Dados básicos apresentados por MORO (1991, p.264)

⁶⁹ Este valor, quanto aos setores primário e secundário, corresponde ao valor bruto da produção menos o consumo intermediário (despesas com operações industriais, propaganda, fretes, adubos, sementes, aluguel de máquinas, etc.). Quanto ao setor comercial, se refere aos valores das saídas de mercadorias (vendas mais transferências),

TABELA 40 - NORTE NOVO DO PARANÁ (EXCETO A MICRORREGIÃO GEO. DE LONDRINA) - PESSOAL OCUPADO POR SETOR - 1970/1985

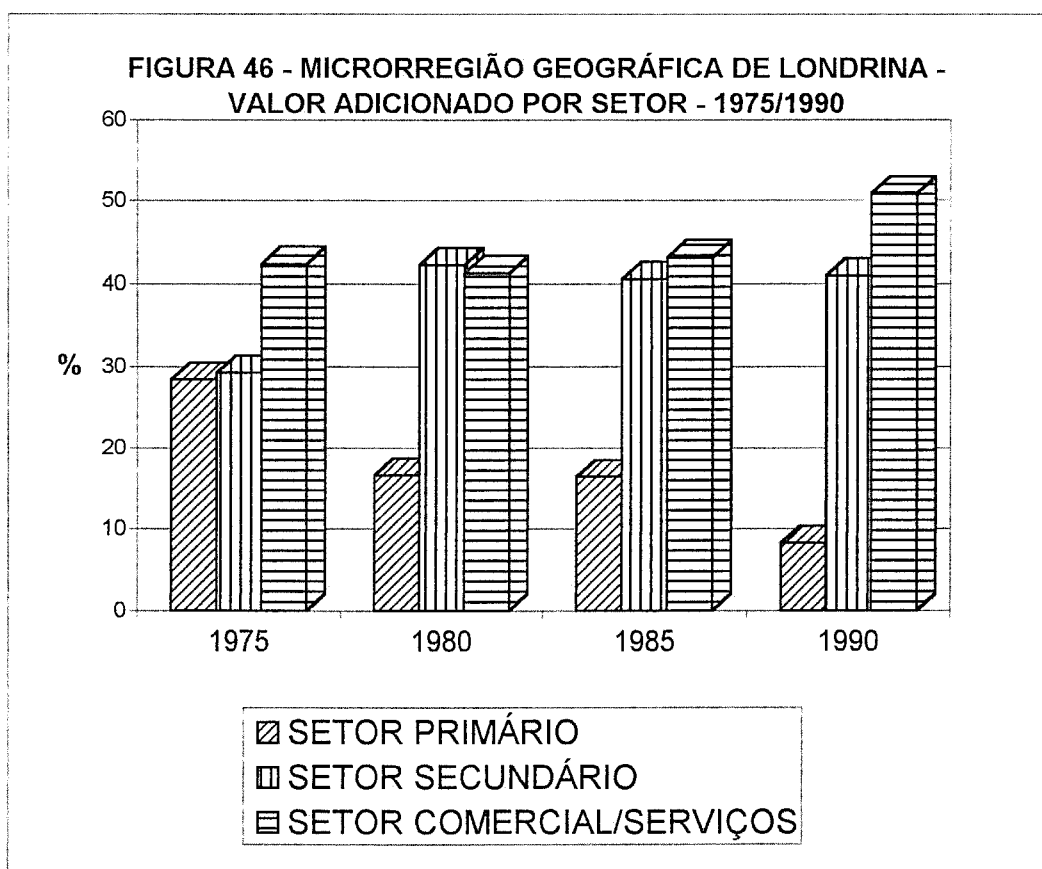
SETORES	1970		1975		1980		1985	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	322806	90,55	305317	85,10	237267	78,07	228050	74,22
INDÚSTRIA	8684	2,44	14824	4,13	21982	7,23	29375	9,56
COMÉRCIO/SERVIÇOS	24995	7,01	38651	10,77	44671	14,70	49837	16,22
TOTAL	356485	100	358792	100	303920	100	307262	100



FONTE: a) AGROPECUÁRIA: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO ; b) INDÚSTRIA E COMÉRCIO/SERVIÇOS: IPARDES

TABELA 41 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - VALOR ADICIONADO POR SETOR(%) - 1975/1990

	1975	1980	1985	1990
SETOR PRIMÁRIO	28,43	16,57	16,40	8,19
SETOR SECUNDÁRIO	29,24	42,20	40,50	40,90
SETOR COMERCIAL/SERVIÇOS	42,33	41,23	43,10	50,90
TOTAL	100	100	100	100



FONTE: IPARDES

grande transformação vai ocorrer entre 1975 e 1980, quando o setor secundário salta de pouco mais de 29% do valor, para mais de 42%. Por outro lado, o setor primário sofre uma redução no período de 28,43% para 16,57%. Esta alteração se mantém estável até 1990, quando o setor primário reduz sua participação para pouco mais de 8%, enquanto o setor comercial e de serviços, que se mantinha desde 1975 em torno dos 42%, sobe sua participação no valor adicionado para quase 51%.

A nível municipal também vai haver diferenciações, com o município de Londrina apresentando o setor comercial e de serviços gerando a maior parte do valor adicionado, chegando a quase 59% em 1990. Porém, neste município esta característica já ocorria em 1975, com o setor primário perdendo posição relativa desde então, fundamentalmente para o setor industrial. Nos demais municípios a situação é outra, pois, em todos eles, em 1975 o setor primário era o que gerava maior valor. A partir de 1980 a situação se altera, culminando em 1990, com o setor industrial gerando a maior parcela do valor adicionado, enquanto o setor primária apresenta redução acentuada, somente mantendo uma importância maior que o setor comercial e de serviços no município de Rolândia (vide Tabela 80 em anexo).

Portanto, o processo de industrialização da agricultura trouxe alterações profundas nas relações entre a agricultura e indústria e nas regiões em que tal processo ocorreu de forma mais intensa, entre as quais a Microrregião Geográfica de Londrina, a dinâmica da indústria passou a comandar definitivamente o desenvolvimento da agricultura, pois, com a divisão do trabalho, a agricultura passa a ter relações mais estreitas com a indústria, comprando insumos e vendendo matérias-primas para outros ramos industriais.

Assim, não se pode mais falar numa dinâmica geral da agricultura ou do setor agrícola, porque grande parte das atividades agrícolas esta integrada na matriz de relações interindustriais e agora existem várias dinâmicas, correspondentes a cada um dos complexos particulares... (MARTINE. 1989. p.19/20).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM DA ANÁLISE CONJUNTURAL, 4(9):10-13, Curitiba, 1982.

CARNASCIALI, C.H. et alii. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, G. & COUTINHO GARCIA, R. org. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. p.125-167

CODESUL/IPARDES. Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (norte) e em região de culturas alimentares (extremo-oeste) no Paraná. Curitiba, 1981. 324p.

DELGADO, G. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo, Icone/Unicamp, 1985.

FLEISCHFRESSER, V. O capitalismo revela sua face mais perversa na crise: análise dos dados do Censo Agropecuário de 1985. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(12):7-12, dez. 1987.

_____. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. Curitiba, Livraria do Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988. 154p.

GERMER, C. Anotações sobre os resultados preliminares do censo agropecuário de 1985. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(12):1-7, dez. 1987.

GOODMAN, D. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, E. & KLEIN, H.S. (org.). A transição incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.1. p.113-176

IPARDES. Fundação Edison Vieira. O Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. 72p.

MAGALHÃES, M.V. A migração no Paraná nas duas últimas décadas: um balanço preliminar. Análise Conjuntural, Curitiba, 14(11/12):3-9, nov./dez., 1992.

MANOEL, A. Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista. São Paulo, IPE/USP, 1986. 182P.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Brasília, IPLAN, 1989. 67p. (Texto para discussão n. 15)

MARTINS, J.S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1990. p. 151-177

MORO, D.A. Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná. Rio Claro, 1991. 2pt. 353p. (Tese de doutorado, UNESP. Rio Claro)

OLIVEIRA, A.U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991. 162p.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1986. 88p.

- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Mudanças técnicas e relações de trabalho no café, algodão e soja no norte paranaense. Curitiba, 1985. 217p.
- PEREIRA, L.B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 30 (2): 115-133, abr./jun. 1992
- . O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense. Recife, 1987. 2pt. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco)
- SHIKI, S. Mecanização agrícola: homem e terra sob impacto. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, 15, (2):5-11, mar./abr. 1984

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os objetivos do presente trabalho, procuramos mostrar, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e das sucessivas divisões internas do trabalho, quando e como a Microrregião Geográfica de Londrina, com suas particularidades, se integra a tais divisões do trabalho e, as implicações disto na relação agricultura-indústria.

A periodização deste processo consistiu de uma análise mais geral sobre os processos de ocupação e colonização do Norte do Paraná, enfocando o comportamento da região como frente de expansão e frente pioneira e de uma análise mais específica sobre a Microrregião Geográfica de Londrina, a qual consistiu de três períodos: a) o período de 1930 a 1962 em que há o avanço e predomínio da cafeicultura; b) de 1962 a 1975, em que tem início o processo de transformação da estrutura agrária, num primeiro momento com o declínio da cafeicultura e expansão da pecuária e num segundo momento, com o avanço das culturas temporárias mecanizadas, em conformidade com o novo padrão de acumulação do país e; por fim, de 1975 até os dias atuais, em que a industrialização da agricultura que se iniciara no período anterior se consolida.

Quanto ao período inicial de ocupação e colonização do Norte do Paraná, que corresponde, grosso modo, na periodização do processo de desenvolvimento capitalista nacional, à economia exportadora capitalista, em que ainda não havia se constituído um departamento de bens de produção, o movimento da economia brasileira ainda era imprimido, em última instância, pela acumulação cafeeira, logo, há uma série de políticas de defesa do café por parte do Estado que, juntamente com outros fatores, tornaram as condições de acumulação extremamente favoráveis à atividade cafeeira. No entanto, em que pese estas condições favoráveis a nível mais geral, a cafeicultura paranaense pouco se expande neste período, uma vez que, se por um lado a fertilidade do solo incentivava o processo de ocupação e exploração cafeeira nas terras do Norte do Paraná, por outro, a má localização freiava-o na medida que, até os anos de 1920, os altos custos de produção, a despeito do maior rendimento dos cafeeiros norte paranaenses, restringiam ou até mesmo eliminavam a renda fundiária. Desta forma, quando se estende a ferrovia de Ourinhos para as terras do Norte Velho, melhorando a localização, logo se encurtando a distância aos mercados e se assegurando transporte, há um avanço da frente pioneira da cafeicultura naquela região.

Desta forma, a grande expansão da cafeicultura no Norte do Estado e na Microrregião Geográfica de Londrina veio a ocorrer somente após 1930, com pouca intensidade até 1945 e com um dinamismo muito forte deste ano até 1962.

Este período, conforme a periodização da economia brasileira, é caracterizado pela industrialização restringida, uma vez que há um movimento endógeno de acumulação industrial, porém, a industrialização se encontra restringida porque não se implanta totalmente a indústria de bens de produção. Desta forma, a acumulação industrial continua submetida ao limite, em última instância, imposto pela capacidade de importar. No entanto, não há como negar que houve, neste período, uma mudança no padrão de acumulação sob o comando do capital mercantil em direção à acumulação sob o comando do capital industrial, o que, juntamente com a crise cafeeira de 1930, impõe à agricultura sua reformulação, possibilitando alterações na relação agricultura-indústria. Há uma reformulação na relação latifúndio-minifúndio, com a expansão da agricultura camponesa, tornado a agricultura apta a cumprir nova função na sua relação com a indústria. Ou seja, à monocultura cabe fornecer, com seus produtos de exportação, as divisas que cobrirão as despesas de importação de máquinas e equipamentos necessários à expansão das indústrias; à policultura, os alimentos que subsidiem a baixo preço a reprodução dos salários urbano-industriais.

A consolidação do núcleo industrial no interior do complexo cafeeiro, em especial em São Paulo, introduziu modificações significativas na dinâmica espacial brasileira. Nos anos 30 vai ocorrer a formação do mercado nacional e, portanto, o processo de unificação econômica do espaço brasileiro e de sua efetiva regionalização interna.

É neste contexto, marcado pelo deslocamento do eixo econômico para o setor industrial, porém, com o setor cafeeiro representando papel fundamental na geração de divisas para o país, logo, demandando e recebendo um tratamento diferenciado no que se refere às políticas econômicas, que a Microrregião Geográfica de Londrina vai ser incorporada como uma frente pioneira da expansão cafeeira, se integrando organicamente à São Paulo e se constituindo também em fornecedor de produtos alimentares e produtos industrializáveis àquele pólo nacional, assim como se convertendo em um importante mercado para os seus produtos manufaturados.

Esta expansão da cafeicultura na Microrregião Geográfica de Londrina, mesmo num período de forte crise do setor, somente foi possível pelas características que se apresentavam nesta região. A sustentação dos preços do café via políticas institucionais, ainda que baixos, mantinha aberta a possibilidade de expansão do cultivo. Neste contexto, a Microrregião se apresentava como um local propício a tal expansão, uma vez que a colonização, através, principalmente da pequena produção e por consequência com predomínio da mão-de-obra familiar, assim como a alta fertilidade do solo, que propiciava uma produtividade muito maior que em outras regiões, fazia com que os custos de produção fossem extremamente baixos. Desta forma, com a Companhia de Terras do Norte do Paraná resolvendo o problema dos transportes, através do prolongamento da ferrovia e de uma malha rodoviária de boa qualidade, conseqüentemente melhorando a localização da região, abriu-se a possibilidade dos produtores ali instalados auferirem a renda absoluta e diferencial I.

Porém, este crescimento inicial da cafeicultura foi lento, acelerando-se no período pós-guerra (entre 1945 a 1962), movida pela recuperação do produto junto ao mercado internacional. Além do estímulo representado pela alta dos preços no mercado internacional e interno, outros fatores contribuíram para o aumento da capacidade produtiva. Por um lado, a rede de transportes sofria constantes melhorias, tanto no que se refere à ampliação e pavimentação da malha rodoviária, como o rush populacional ocorrido, proporcionou a força de trabalho requerida na formação de novos cafezais.

Desta forma, a Microrregião Geográfica de Londrina vai se integrar a economia nacional, participando na divisão territorial do trabalho, fundamentalmente como produtora de café e em menor escala como fornecedora de produtos alimentares, culminando em 1960, com o café representando 68% da área colhida, enquanto as culturas alimentares (milho, feijão e arroz), em conjunto participavam com 31% desta área.

Como dissemos uma das particularidades que favoreceram a expansão cafeeira para a Microrregião foi o predomínio da pequena produção. Por um lado, contribuiu para isso o processo de colonização da área, que num momento de crise econômica, direciona a venda de terras para satisfazer a clientela existente naquele momento histórico, ou seja chefes de família de recursos modestos, gerando desta forma um predomínio numérico da pequena propriedade. No entanto, este predomínio ocorre no que se refere ao número de propriedades, pois, quanto a área ocupada, as médias e grandes propriedades vão predominar. Ou seja, apesar de uma melhor

distribuição da terra, a mesma também é concentrada na Microrregião. Contribui também para o predomínio da pequena produção a participação importantíssima dos parceiros neste período, pois, em 1960, esta era a principal relação de trabalho da região, representando aproximadamente 32% do pessoal ocupada.

Uma vez formado o cafezal, vai haver uma certa distinção no que se refere ao pessoal ocupado, entre as pequenas propriedades e aquelas de dimensões maiores. As primeiras, juntamente com o uso intensivo da mão-de-obra familiar, geralmente vão recorrer à parceria. Nas propriedades maiores vai ocorrer o contrário, ou seja, não há participação da mão-de-obra familiar, acontece uma queda da parceria e há o predomínio das relações assalariadas, principalmente o colonato.

O entendimento das transformações da estrutura agrária da Microrregião Geográfica de Londrina e o seu novo papel na divisão territorial do trabalho, a partir de 1962, se faz a partir das modificações do capitalismo no Brasil, ou seja, a passagem para uma nova forma de acumulação, marcada pela industrialização pesada, que nasce vinculada ao capital internacional e com o amparo do Estado. A consolidação desta acumulação comandada pelo capital monopolista fez-se em dois momentos: o primeiro esforço de industrialização pesada, com o Plano de Metas, no quinquênio 1956/1960 e, passada a crise de 1962/67, sua etapa culminante (a do “milagre brasileiro”), entre 1967 e 1974, que se estende - embora com uma desaceleração - até 1980, quando conclui-se a instalação dos setores de bens de consumo durável, de bens intermediários e de capital.

Neste período, entre as principais transformações encontra-se a progressiva mudança nas relações entre a agricultura e a indústria, com o setor agrícola redefinindo o seu papel no conjunto da economia, na base da subordinação ao complexo industrial. Ou seja, há um processo de industrialização da agricultura que estava ligado de várias formas ao surto de desenvolvimento industrial. Por um lado deveria ampliar os mercados para os ramos industriais produtores de máquinas, equipamentos e outros insumos modernos para a agricultura. Por outro lado, deveria aumentar a oferta de matérias-primas para a indústria de transformação, assim como, com a diversificação da pauta de produtos agrícolas exportáveis, gerar recursos para reduzir os desequilíbrios de pagamentos externos. Este processo se acelera a partir dos anos setenta, porém, através de subsídios e facilidades creditícias concedidas pelo Estado. Neste momento, as modificações nos rumos da política cafeeira fazem parte das transformações mais

gerais da capitalização da agricultura brasileira se materializando, num primeiro momento, pela erradicação, que se estende de 1962 a 1967/68. Num segundo momento, de 1968/69 a 1977, a política cafeeira se insere no programa de modernização tecnológica via crédito subsidiado pelo Estado e, também se integrando e subordinando aos setores agroindustriais e financeiros.

As necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, pelas suas proporções, desencadearão novos processos de articulação da economia e do território nacional, redefinindo sua regionalização. Por um lado, essa nova etapa da industrialização acaba se concentrando no Sudeste e, em particular, em São Paulo. Por outro lado, a industrialização da agricultura que trouxe uma modernização conservadora, produziu uma determinada divisão social do trabalho no setor agrícola, a qual está ligada a uma divisão territorial do trabalho, tendente a especializar certos espaço no cultivo de produtos vinculados aos interesses desta política de industrialização, enquanto os pequenos produtores vinculados á produção alimentar são expulsos para área distantes dos mercados consumidores.

Neste contexto, na Microrregião Geográfica de Londrina, as necessidades da dinâmica da acumulação monopolística, vão se fazer sentir, de forma mais acentuada, a partir do final da década de 60 e principalmente nas décadas seguintes, marcadas por mudanças na produção agrícola diretamente vinculadas às necessidade de reprodução do capital industrial. Porém, a primeira manifestação deste processo na região vai se dar nos primeiros anos da década de 60, quando se acentua a crise da cafeeira e como consequência tem início a desagregação desta atividade, ocorrendo inicialmente um crescimento acentuado da pecuária e, já a partir de 1970, com a intensificação da industrialização da agricultura, há uma redefinição da forma agrícola de produzir, havendo alterações significativas na utilização da terra, com o crescimento das lavouras temporárias para exportação e para processamento industrial, em detrimento das culturas alimentares de consumo interno e do café. No entanto, mesmo com tais transformações, o café se mantém com maior importância que as lavouras temporárias até 1975. A partir de então, há a consolidação da produção agrícola em base material industrial, o que acentua as transformações de caráter social, ou seja, concentração fundiária e proletarização do trabalhador rural.

Com o significativo aumento das lavouras temporárias, esta passa a ser a atividade a ocupar mais área na Microrregião em 1985, superando inclusive a área de pastagens. Por outro lado, as lavouras permanentes, passam a ocupar somente 10% da área naquele ano.

Este extraordinário aumento das lavouras temporária se deu com um crescimento vertiginoso das culturas incentivadas pelas políticas oficiais, ou seja, culturas com alta demanda de insumos químicos e máquinas e voltadas a atender as agroindústrias processadoras, o mercado externo e, recentemente, as políticas energéticas, no caso da cana-de-açúcar. O produto que mais se prestou ao atendimento dos objetivos da política de industrialização da agricultura foi a soja e o seu complementar o trigo.

Assim, em 1985 a soja passa a ser o principal produto agrícola da região, representando quase 30% da área colhida, assim como ganham expressão o milho e o trigo, ocupando quase 22% e 21% da área, respectivamente. Este incremento de área destas lavouras se deu fundamentalmente sobre as lavouras cafeeiras, fazendo a área colhida reduzir-se para pouco mais de 13%. Também as culturas alimentares têm suas áreas reduzidas, fazendo com que estas, em relação às outras lavouras temporárias, chegassem a representar menos de 4% da área colhida. Esta situação se intensifica nos anos de 1990.

Além da correspondência com o processo geral de desenvolvimento capitalista do país, as mudanças na estrutura produtiva da Microrregião Geográfica de Londrina, estão relacionadas às particularidades da mesma, destacando-se a própria queda da rentabilidade do café, que havia se expandido por áreas impróprias, as quais vieram a ser substituídas, em especial na década de 1960, fundamentalmente por pastagens; o aparato oriundo da cafeicultura que, por um lado, fez com que a economia regional já se encontrasse totalmente integrada ao mercado nacional e internacional, existindo uma base financeira e comercial, além de uma infra estrutura produtiva no tocante ao meios de transporte e capacidade de armazenagem. Por outro lado, a cafeicultura trouxe um razoável patamar de acumulação entre os produtores, os quais já apresentavam uma certa base técnica.

Também havia uma certa organização política entre os produtores rurais e um movimento cooperativista relativamente desenvolvido, que tem suas origens vinculadas à cafeicultura. A partir de então, as cooperativas agropecuárias, estimuladas pelo governo federal através de numerosos incentivos para o setor, têm uma grande expansão, concomitante, portanto ao processo de modernização da agricultura, a qual segue no caminho da industrialização dos produtos agrícolas. Além disso, também cresce, no período, as indústrias privadas à jusante da agricultura, incentivada por organismos governamentais (IBC, CODEPAR/BADEP, etc.), ampliando o mercado para produtos como algodão, trigo, milho e principalmente soja.

Adicionalmente, devemos levar em consideração que a grande geada ocorrida em 1975 dizimou o parque cafeeiro da região, o que, com os maiores custos de produção desta lavoura, em função das novas técnicas de cultivo, assim como das dificuldades, até então, em relação ao mercado internacional, conjugado, ao período de grande aceitação da soja no mercado internacional e toda a política agrícola que favorecia o desenvolvimento desta lavoura, fez com que grande parte dos cafeicultores abandonassem o café e passassem às culturas anuais mecanizadas. Logicamente que, a existência de terras férteis propícias à mecanização, assim como condições ambientais e tecnológicas que permitem duas colheitas anuais, principalmente havendo plantações associadas entre soja e trigo ou milho, com índices de produtividade elevados, favoreceram tal substituição de culturas.

Portanto, neste período, as principais transformações ocorridas na utilização da terra na Microrregião Geográfica de Londrina, vão de encontro às diretrizes da política agrícola, que visavam a industrialização da agricultura e o conseqüente aumento da produtividade do trabalho, via tecnificação do processo produtivo. Ou seja, há fundamentalmente a substituição das lavouras permanentes (café) pelas lavouras temporárias, lavouras estas que foram altamente incentivadas via crédito e que são quase que totalmente mecanizáveis em todas as etapas do processo produtivo, assim como pela ampliação das pastagens plantadas, de maior produtividade, em detrimento das pastagens naturais.

Desta forma, juntamente com o grande incremento da área destas lavouras, vai ocorrer uma generalização da tecnificação no campo, transformando a Microrregião Geográfica de Londrina, sem dúvida, numa das regiões do país onde tal processo foi mais intenso e, a rapidez, intensidade e tipo de tecnologia implementada, foi a principal responsável pelas profundas transformações na estrutura fundiária e nas relações de trabalho ocorridas na região a partir de 1970.

De 1980 a 1985, pela primeira vez desde o início da fase de industrialização da agricultura, voltou a crescer o número de pequenos estabelecimentos, basicamente pela ampliação da parceria. Portanto, não alterando a concentração da propriedade da terra, mas sim abrindo a possibilidade de acesso à terra, à camada de produtores não proprietários. Tal processo ocorre simultaneamente com a crise econômica e seus impactos sobre a disponibilidade de créditos e subsídios, sobre a retração do mercado e, portanto, sobre a atratividade do setor agrícola, seja

como atividade produtiva, seja como empreendimento financeiro-especulativo, reduzindo desta forma, o ritmo de incorporação de tecnologia e de expansão das culturas mecanizadas, em especial a soja. No entanto, embora não existam dados mais recentes sobre a estrutura fundiária, a análise da área das principais lavouras e da população rural, indicam que a concentração fundiária deve ter voltado a ocorrer nos anos mais recentes.

A conseqüência mais perversa do processo de industrialização da agricultura foi sobre os trabalhadores, pois, de um lado reduziu em muito a necessidade de mão-de-obra e, de outro lado, trouxe alterações na composição desta mão-de-obra, havendo uma gradual substituição das relações não tipicamente capitalistas, em que o trabalhador ainda não é expropriado totalmente dos meios de produção, pelo trabalho assalariado, capitalista portanto, em que o trabalhador só dispõe de sua força-de-trabalho para vender. Desta forma, na Microrregião Geográfica de Londrina, os assalariados (temporários e permanentes), passam a representar mais de 47% do pessoal ocupado em 1985, com o agravamento da intermitência do trabalho temporário, pois, os picos de utilização da força-de-trabalho acentuam-se, ao mesmo tempo em que estendem-se os períodos em que estes trabalhadores não encontram trabalho no campo. Também vai apresentar crescimento o arrendamento capitalista. Por outro lado, a mão-de-obra familiar dos proprietários cai, assim como a dos parceiros, que passa a representar somente 14% do total em 1985.

Portanto, a intensificação do capital no campo traz alterações na relação do rural com o urbano, com a conseqüente proletarização do trabalhador rural, significando a urbanização da reprodução da força de trabalho rural, logo, há uma generalização da perda de população rural, acompanhada de um crescimento urbano de praticamente todos os municípios que passaram pelo processo de industrialização da agricultura. Isto por um lado, acarreta a conformações de periferias urbanas, inclusive nas pequenas cidades e, por outro lado, traz um crescimento muito mais intenso da população nos centros maiores e nas cidade vizinhas a estes centros. Desta forma, enquanto na maioria dos municípios do Norte do Paraná, houve uma redução da população rural, a qual em parte foi absorvida pela área urbana, porém, não o bastante para impedir um decréscimo da população total, na Microrregião Geográfica de Londrina, o crescimento urbano foi de grandes proporções, o que, por um lado, fez com que também houvesse um acentuado crescimento da população total e, por outro lado, em termos relativos, este crescimento foi muito mais intenso nas cidades de Cambé e Ibiporã, do que no centro maior, que é Londrina.

Na nova relação do rural e do urbano, além do esvaziamento populacional do campo, vai ocorrer perda de posição relativa da agricultura em relação aos outros setores da economia. A primeira manifestação deste processo é quanto ao pessoal ocupado por setor econômico, em que, paralelo a constante redução da mão-de-obra na agricultura, há um aumento do pessoal ocupado tanto na indústria, como no setor comercial e de serviços. O mesmo ocorre com relação ao valor adicionado.

Esperamos, com o término deste trabalho, ter contribuído, por um lado, para um maior conhecimento sobre a Microrregião Geográfica de Londrina, numa visão em que a mesma não é vista isolada do contexto internacional e nacional, assim como, não se comporta somente em função da inserção neste contexto, mas apresenta particularidades, que vão definir a sua forma de inserção na divisão territorial do trabalho. Por outro lado, com o entendimento da produção do espaço da Microrregião, também esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão da realidade global.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, M. & MORO, D.A. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. Boletim de Geografia, Maringá, 4(1):28-73, jan. 1986.
- ALVES, C.L.E. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina - os conjuntos habitacionais. São Paulo, 1991. (Dissertação de Mestrado, USP)
- ASARI, A.Y. "...e Eu só queria voltar ao Japão" (colonos japoneses em Assaí). São Paulo, 1992. 357p. (Tese de doutorado, USP)
- ASARI, A.Y. & TUMA, M.M. Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do município de Londrina: documento consulta. Londrina, Prefeitura Municipal de Londrina, 1978. 233p.
- ASSUMPTÃO, A.G. de; GALINA, L.A.; CONSONI, R. . Mudanças no padrão de desenvolvimento agroindustrial: o caso do Norte do Paraná. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 28(4):133-142, Out./Dez. 1990.
- AUGUSTO, M.H.O. Intevencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista. São Paulo, Símbolo, 1978. 233p.
- BARTHELMESS, A. Ocupação e organização do Paraná Velho. Boletim Paranaense de Geografia, (6/7):42-63, maio,1962.
- BECKER, B.K. & EGLER, C.A.G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993. 253p
- BERNARDES, D.A. de M. Nordeste: notas sobre a gênese da questão regional. Revista Brasileira de História, São Paulo, 1(2): 207-217, set. 1981.
- BERNARDES, L.M.C. O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 15 (53):335-384, 1953.
- . _____. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 14(4):427-456, out./dez.1952
- BOLETIM DE ANÁLISE CONJUNTURAL, Curitiba. 4(9):10-13, 1982
- BOLETIM DE SERVIÇO DO IBGE, 38(1763:supl.), Rio de Janeiro, 1989
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDESUL/SDU. Perfil, estratégia de intervenção e fichas de componentes do aglomerado urbano de Londrina e Maringá. Apucarana, 1983.
- BRAY, S.D. Os primeiros povoadores e a posse da terra no Vale do Paranapanema. Boletim Geografia, Maringá, 5(1):5-24, mar.1987.
- CAMARA, M.R.G. da. Transformações agrícolas e êxodo rural no Paraná na década de 70. São Paulo, 1985. 145p. (dissertação de mestrado, USP)

- CAMBIAGHI, S.M. O povoamento do Norte do Paraná. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1951/52), 6 t.I: 82-90, 1954.
- CANCIAN, N.A. Cafecultura paranaense-1900/1970. Curitiba, Grafipar/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Paraná, 1981. 140p.
- _____. Cafecultura paranaense: 1900-1970 - estudo de conjunturas. São Paulo, 1977. 497p. (Tese de doutorado, USP)
- CANO, W. Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional. 2.ed. Campinas, Ed. da UNICAMP; São Paulo, FAPESP, 1993. 184p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M.C. O capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. 182p.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. & BELUZZO, L.G. de M. Reflexões sobre a crise atual. In: BELUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982. V.1. p.141-158
- CARNASCIALI, C.H. et alii. Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: MARTINE, G. & COUTINHO GARCIA, R. org. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. p.125-167
- CARVALHO, A.P. de. Estudo dos instrumentos técnicos da política econômica cafeeira no período de 1972 a 1982. São Paulo, 1986. 181p. (Dissertação de Mestrado, PCU.SP)
- CARVALHO, M.S. de. A pequena produção de café no Paraná. São Paulo, 1991. 192p. (Tese de doutorado, USP)
- CASTOR, B.V.J. Um caso de mudança sócio-econômica e tecnológica: o Paraná, do café à agricultura moderna. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 42:85-144, 1984.
- CASTRO, A.B. de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980. v.II.
- CATANI, A.M. O que é capitalismo. São Paulo, Abril Cultural/Brasiliense, 1984. 137p.
- CENTÉSIMA décima quarta tertúlia, realizada em 19 de junho de 1945. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28):603-608, julho, 1945.
- CENTÉSIMA décima quinta tertúlia, realizada em 26 de junho de 1945. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28):608-612, julho, 1945.
- CENTÉSIMA décima segunda tertúlia, realizada em 5 de junho de 1945. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3(28):590-595, julho, 1945.
- CMNP. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. Maringá, 1975. 295p.
- CODATO, E. Colonização agrícola: a Colônia Três Barras - 1932-1970. Curitiba, 1981. 251p. (Dissertação de Mestrado. Univ. Federal do Paraná).

- CODEPAR. Companhia de Desenvolvimento do Paraná. O Paraná e a economia cafeeira. Curitiba, 1963
- CODESUL . Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. Análise do setor produtivo do leite: relações entre agricultura e indústria no Norte do Paraná. Curitiba, 1979. 86p.
- O papel social do pequeno estabelecimento rural no Paraná. Curitiba, 1978. 193p.
- Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná. Curitiba, 1976.
- CODESUL. Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul/IPARDES.Fundação Edison Vieira. Análise comparativa do progresso técnico na soja em uma região antiga de café (norte) e em região de culturas alimentares (extremo-oeste) no Paraná. Curitiba, 1981. 324p.
- CORAGGIO, J.L. Algumas questões relacionadas com o estudo das desigualdades regionais da América Latina. Boletim Paulista de Geografia, (56): 5-28, 1979.
- CORREA, R.L. Região e organização espacial. São Paulo, Ática, 1986. 84p.
- COSTA, V.M.H. de M. A modernização da agricultura no contexto da constituição do complexo agroindustrial no Brasil. In: ECONTRONACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11, Maringá, 1992. Anais... Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 1992. V.2, p. 2-26
- COSTA, W.M. da. O modo industrial de produzir no campo: um aspecto atual da modernização capitalista. Orientação, São Paulo, (8):63-70, 1990.
- COUTINHO, L. & BELUZZO, L.G.M. Desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. In: DESENVOLVIMENTO capitalista no Brasil-ensaios sobre a crise. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.18-33
- DELGADO, G. Capital financeiro e agricultura no Brasil. São Paulo, Icone/Unicamp, 1985.
- DELGADO, N.G. O contexto macroeconômico e as transformações recentes da agricultura e da indústria agroalimentar do Cone Sul. Revista de Economia, Curitiba, (18):107-120, 1994.
- DINIZ, C.C. & LEMOS, M.B. Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(2):32-42, fev.1986.
- DUARTE, A.C. Regionalização: considerações metodológicas. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, 10(20):5-32,1980.
- EVOLUÇÃO recente da indústria agroalimentar no Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(8):4-7, ago. 1985.
- A ESTRUTURA industrial paranaense. Boletim de Análise Conjuntural, Curitiba, 4(9): 6-10,1982
- FERRAZ, S.S. As mudanças nas relações de trabalho na agricultura paranaense. Piracicaba, 1982. 128p. (Dissertação de Mestrado, ESALQ)

- _____. Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná na década de 70. Curitiba, Livraria do Chain/CONCITEC/IPARDES, 1988. 154p.
- FRANÇA, A. A marcha do café e as frentes pioneiras. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1960
- FUENTES LLANILLO, R. Caracterização da estrutura de produção agropecuária do estado do Paraná. Piracicaba, 1984. 177p. (Dissertação de Mestrado, ESALQ/ USP)
- GALVÃO, M.V. & FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 31(4):179-190, out./dez., 1969.
- GAMA, A.N. da. As mudanças (radicais) na cafeicultura do Paraná. Revista do Comércio do Café, set., 1979.
- GERMER, C. Acumulação de capital e proletarização na agricultura brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11, Maringá, 1992. Anais... Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 1992. V.2, p.63-107
- _____. Anotações sobre os resultados preliminares do censo agropecuário de 1985. Análise Conjuntural, 9(12):1-7, dez. 1987.
- GODOY, A.M.G. A expansão do capitalismo no campo paranaense e a pequena produção: uma contribuição ao debate. Revista UNIMAR, Maringá, 16(1):17-31, 1994.
- GOLDENSTEIN, L. & SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia da USP. São Paulo, (1): 21-47, 1982.
- GOODMAN, D. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA, E. & KLEIN, H.S. (org.). A transição incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. V.1. p.113-176
- GRAZIANO DA SILVA, J.da. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. 192p.
- _____. Modernização, trabalhadores rurais e representações sociais no campo: Brasil 1960/1990. Boletim de Geografia Teórica, 22(43/44): 84-96, 1992.
- _____. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo, HUCITEC, 1981. 210p.
- GUARNIERI, L.C. Alguns aspectos sócio-econômicos do planejamento na cafeicultura. Campinas, 1979. (Dissertação de Mestrado, UNICAMP)
- IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agrícola de 1960: Paraná-Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1967. V.2.-t.12,
- _____. Censo agropecuário- Paraná: 1970. Rio de Janeiro, 1975. V.3-T.19
- _____. Censo agropecuário - Paraná: 1975. Rio de Janeiro, 1979. V.1-T.18
- _____. Censo agropecuário - Paraná: 1980. Rio de Janeiro, 1983. V.2-T.3

- _____. Censo agropecuário- Paraná: 1985. Rio de Janeiro, 1991.
- _____. Censo demográfico-Paraná: 1960. Rio de Janeiro, [1960]. V.1-T.14
- _____. Censo demográfico-Paraná: 1970. Rio de Janeiro, 1973. V.1-T.19
- _____. Censo demográfico-Paraná: 1980. Rio de Janeiro, 1982. V.1-T.4
- _____. Contas nacionais. Rio de Janeiro, 1991. 33p.
- _____. VIII recenseamento geral 1970: censo agropecuário - instruções de coleta (CA 2.05). Rio de Janeiro, [1970].
- _____. Sinopse preliminar do censo demográfico-Paraná: 1991. Rio de Janeiro, [1991]. V.6
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agrícola -Estado do Paraná: 1950. Rio de Janeiro, 1954.
- _____. Censo demográfico - Estado do Paraná: 1950. Rio de Janeiro, 1954.
- _____. Censo demográfico - população e habitação - Paraná: 1940. Rio de Janeiro, 1951. pt.18
- _____. Censos Econômicos: agrícola, industrial e dos serviços - 1940. Rio de Janeiro, 1951.
- _____. Enciclopédia dos Municípios. Rio de Janeiro, 1959.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ. Programa de diversificação econômica da região cafeeira do Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1967. 87p.
- INVENTÁRIO E PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE LONDRINA. IPAC/LDA. Os caminhos do café no Paraná. Heimital, o passado e o presente no vale dos alemães. Londrina, GRAFMAN, 1993. (Cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos No. 2) 71p.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira. Articulação sócio-econômica e energética do Paraná. Curitiba, 1986. 36p.
- _____. Comparação entre as áreas municipais do Estado do Paraná: 1960-1970. Curitiba, 1976. 58p.
- _____. O Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. 72p.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira/CODESUL. Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. Caracterização da indústria agroalimentar no Paraná. Curitiba, 1985. 51p.
- _____. Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná. Curitiba, 1978. 233p.

- _____. Contribuição ao estudo do crédito rural no Paraná. Curitiba, 1978. 233p.
- IPARDES. Fundação Edison Vieira/PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. 82p.
- KAGEYAMA, A.A. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola em São Paulo. In: MARTINE, G. & COUTINHO GARCIA, R. org. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. p.99-123
- KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 53(2):79-94, abr./jun., 1991.
- KRETZEN, J. As grandes potências econômicas no Estado do Paraná. 2.ed. Curitiba, Escritório Sul-Brasil Econômico, 1951. 496p.
- LEÃO, I.Z.C.C. O Paraná nos anos setenta. Curitiba, IPARDES/CONCITEC, 1989. 98p.
- LENCIONI, S. Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. São Paulo, 1985. (Dissertação de Mestrado, USP)
- _____. Agricultura e urbanização: a intensificação do capital no campo e a nova relação rural urbano no Estado de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (4): 41-53, 1985.
- _____. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.: SOUZA, M.A.A. de.; SILVEIRA, M.L. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo, HUCITEC/ ANPUR, 1994. p.198-210
- LIPIETZ, A. O capital e seu espaço. São Paulo, Nobel, 1988. 209p.
- LONDRINA no seu jubileu de prata: documento histórico. s.l.p., Realizações Brasileira, s.d.
- LOPES, A.Y.D.P. Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná. São Paulo, 1982. 241p. (Dissertação de Mestrado)
- LOURENÇO, G.M. O processo de industrialização no Paraná. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(6): 3-7, 1986.
- _____. O processo de industrialização no Paraná e suas perspectivas. Análise Conjuntural, Curitiba, 10(4):5-8,abr.1988.
- LUZ, F. O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá. São Paulo, 1980. (Dissertação de Mestrado, USP)
- LUZ, F. & OMURA, I.A.R. A propriedade rural no sistema de colonização da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. Revista Unimar,Maringá, 1(2):25-41, 1976.

- MAGNOLI, D. Agroindústria e urbanização: o caso de Guariba (SP). São Paulo, 1990. (Dissertação de mestrado, USP)
- MAMIGONIAN, A. A industrialização brasileira. Florianópolis, 1990. (texto mimeografado)
- MANOEL, A. Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista. São Paulo, IPE/USP, 1986. 182P.
- MARKUSEN, A.R. Região e Regionalismo: um enfoque marxista. Espaço e Debates, 1(2):61-99, 1981.
- MARQUES, M. Assaí e o Norte Velho: uma análise de posição. Revista do Departamento de Geografia da USP, São Paulo, (5):61-65, 1991.
- MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Brasília, IPLAN, 1989. 67p. (Texto para discussão n. 15)
- MARTINE, G. & GARCIA, R.C. (org.) Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caetés, 1987. 267p.
- MARTINS, J.S. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: _____ . Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. p.43-50
- _____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: _____ . Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1990. p. 151-177
- MARTINS, R.S. & MASSOLA, M.P. A dinâmica da agricultura paranaense nos anos 70 e 80: o caso das culturas de verão. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 32(3): 305-321, jul./set. 1994.
- MARX, K. Divisão do trabalho e manufatura. In: _____ . O capital: crítica da economia política. 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. V.I. p.386-422
- MENDES, C.M. Algumas considerações sobre a formação territorial urbana paranaense e o caso da "região" norte e suas implicações com a cafeicultura. São Paulo, 1988. 74p. (Trabalho de pós-graduação, mimeo.)
- MENDONÇA, F.A. Evolução sócio-econômica do Norte Novíssimo de Paranavaí. São Paulo, 1990. 277p. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MESQUITA, O.V. & SILVA, S.T. A inserção da pequena produção na mudança tecnológica na agricultura na região sul. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 48(4):503-533, out/dez., 1986.
- METRONOR. Plano diretor do eixo Londrina-Maringá: pré diagnóstico. Londrina, SUDESUL, 1978. 2.v.
- _____. Programa de desenvolvimento industrial. Curitiba, Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, 1982.

- MONBEIG, P. As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista. In: _____. Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo, Difel, 1957. p.105-124.
- _____. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984. 392p.
- _____. A zona pioneira do Norte-Paraná. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, 3 (25):11-17, abril, 1945.
- MONTEIRO, D.T. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. Revista Brasileira de Estudos Políticos, (12):47-63, 1961.
- MORAES, A.C.R. Da Geografia à História: a formação territorial do Brasil. In: _____. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo, 1991. (Tese de doutorado, USP)
- MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M.da. Geografia crítica: a valorização do espaço. São Paulo, HUCITEC, 1984. 196p.
- MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M. da. A geografia e o processo de valorização do espaço. In: SANTOS, M. (org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1988. p.111-130
- MORAIS, N.A. de. A pecuária e a pecuarização no Estado do Paraná. Recife, 1988. 631p. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco).
- MOREIRA, R. Formação do espaço agrário Brasileiro. São Paulo, Brasiliense, 1990. 80p.
- _____. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. Terra Livre,(6):19-64,1988.
- MORO, D.A. Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no Norte do Paraná. Rio Claro, 1991. 2pt. 353p. (Tese de doutorado, UNESP. Rio Claro)
- _____. Substituição de culturas e transformações na organização do espaço rural do município de Maringá. São Paulo, 1980. 168p. (Dissertação de Mestrado, USP)
- MULLER, G. O complexo agroindustrial brasileiro. São Paulo, FGV, 1981. 114p.
- MULLER, N.L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, (22):55-97, março, 1956.
- MUNGUIA PAYES, M.A. O Norte do Paraná: expansão cafeeira e apropriação da renda fundiária desde fins do século XIX até 1960. Itaguaí, 1984. 173p. (Dissertação de Mestrado, UFRRJ)
- NAKAGAWARA, Y. As funções regionais de Londrina e sua área de influência. São Paulo, 1972. (Tese de doutorado, USP)
- _____. Questões agrárias e urbanas: interdependência e subordinação - o caso norte-paranaense. Terra e Cultura, Londrina, 1(1):93-115, jan. 1981.

- _____. Questões agrárias e urbanas: interdependência e subordinação - o caso norte-paranaense. Terra e Cultura, Londrina, 1(1):93-115, jan. 1981.
- NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o estado do Paraná, 1920-65. Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 24(4):33-91, out./dez. 1970.
- OBERDICK, H.I. A imigração judaico-alemã no norte do Paraná: o caso de Rolândia. Assis, 1989. 189p. (Dissertação de Mestrado)
- OLIVEIRA, A.U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991. 162p.
- _____. Agricultura e indústria no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, (58):5-64, set. 1981.
- _____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo, Ática, 1986. 88p.
- _____. “Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional”. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (59):59-114, out., 1982.
- OLIVEIRA, F. de. O café e o Norte do Paraná. In: BRASIL. Ministério da Indústria e do Comércio. Instituto Brasileiro do Café. O café no Brasil. Rio de Janeiro, 1978. p.39-114
- OLIVEIRA, F.de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Estudos CEBRAP, (2):3-82, out., 1972.
- _____. A economia da dependência imperfeita. 5.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1989. 159p.
- _____. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. 132p.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. Cooperativismo e agroindústria no Paraná. Curitiba, 1986.
- PADIS, P.C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC; Curitiba, Secretaria de Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981. 216p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Transformações recentes na agricultura do Paraná. Curitiba, 1982. 108p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Atlas do Estado do Paraná. Curitiba, 1987. 73p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura. Departamento de Economia Rural. Mudanças técnicas e relações de trabalhos no café, algodão e soja no norte paranaense. Curitiba, 1985. 217p.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Perfil Geo- Econômico do Estado do Paraná. Curitiba, 1981.
- PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento/IPARDES. Subsídios ao diagnóstico sócio-econômico do Paraná: indústria e agricultura. Curitiba, 1978.

- PEREIRA, L.B. O Estado e o desempenho da agricultura paranaense no período de 1975-85. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 30 (2): 115-133, abr./jun. 1992
- _____. O Estado e as transformações recentes da agricultura paranaense. Recife, 1987. 2pt. (Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco)
- PERIDES, P.P. Um exemplo de processo de organização territorial: a sub-região de Jaú (1830-1930). São Paulo, 1980. (Tese de doutorado, USP)
- A POLÍTICA cafeeira do Brasil 1850/1972: mercado livre, intervenção e planejamento racional. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, 27(12): 72-81, dez. 1973.
- PRANDINI, N. Aspectos da Geografia urbana de Londrina. Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros(1951/52,)6 (t.I):61-80, 1954.
- RAGGIO, N. Preço da terra no Paraná e Brasil: algumas notas. Análise Conjuntural, Curitiba, 8(10): 3-6, out., 1986.
- RAZENDE, N. Ocupação do espaço urbano de Londrina. Recife, s.d. 393p. (Dissertação de Mestrado, Univ. Federal de Pernambuco)
- SANTOS, J.V.T.dos. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1984. 182p.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo, HUCITEC, 1988. 124p.
- SANTOS, V.M. dos. Estado, acumulação e organização do espaço brasileiro pós-64. Caderno de Estudos Sociológicos, 7(2):227-242, jul./dez. 1991
- SEABRA, M.F.G. Crise econômico-social no Brasil e o limite do espaço. In: SANTOS, M. (org.). Novos rumos da geografia brasileira. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1988. p.166-180
- SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e organização pioneira do espaço agrário no Paraná. Boletim de Geografia, Maringá, 10(1): 61-93, 1992.
- SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, L.G. de M. & COUTINHO, R. org. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982. V.1. p.56-121
- SHIFFER, S.R. A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (org.) Território: globalização e fragmentação. São Paulo, HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 116-124
- SHIKI, S. Mecanização agrícola: homem e terra sob impacto. Revista Brasileira de Tecnologia, Brasília, 15 (2):5-11, mar./abr. 1984
- SINGER, P. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. 8.ed. São Paulo, Moderna, 1987. 86p.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988. 242p.

- SOARES, M.D. & MAGALHÃES, M.V. Resultados preliminares do Censo demográfico de 1991 - Paraná. Curitiba, IPARDES, s.d. (Seminário: O Censo Demográfico de 1991 e o Planejamento Governamental do Estado do Paraná.)
- SOUZA, M.A.A.de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, (46):38-87,dez. 1971.
- SPOSITO, M.E.B. Capitalismo e urbanização. São Paulo, Contexto, 1988.
- STOLCKE, V. Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850/1980). São Paulo, Brasiliense, 1986. 397p.
- SUBSÍDIOS para uma política de industrialização regional. Análise Conjuntural, Curitiba, 7(2):6-11, fev.1985.
- SZMRECZÁNYI, T. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo, Contexto, 1990. 101p.
- TAVARES, M. da C. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. 2.e.d Campinas, Ed. da UNICAMP, 1986. 160p.
- TEIXEIRA, W.A. As transformações no espaço agrário do Paraná com a introdução da agricultura energética canavieira. Rio Claro, 1981. (Dissertação de mestrado, UNESP)
- TOMAZI, N.D. Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Assis, 1989. (Dissertação de Mestrado, UNESP).
- URBAN, M.L. & RAGGIO, N.Z. Complexo soja no Paraná: situação atual. Análise Conjuntural, Curitiba, 9(9):6-8, set.1987.
- VALVERDE, O. Planalto Meridional do Brasil. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 1957. 332p.
- VILLANUEVA, O. Rolândia: terra de pioneiros. Londrina, s.c.p.,1974. 249p.
- WACHOWICZ, R.C. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba, Graf. Vicentina, 1987. 178p.
- WESTPHALEN, C.M.; MACHADO, B.P.; BALHANA, A.P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. Boletim da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, (7):1-49,1968.

A n e x o s

A n e x o A

As primeiras povoações no atual território do Estado do Paraná

A imprecisão do tratado de Tordesilhas trouxe interpretações diferentes por parte de Portugal e Espanha, sobre os reais "donos" do atual território paranaense.

Segundo o tratado, até 370 léguas das ilhas de Cabo Verde as terras pertenceriam à Portugal e além destas pertenceriam a Espanha. Para os portugueses era legítima a ocupação até Laguna em Santa Catarina, enquanto para os espanhóis o meridiano de Tordesilhas perdia-se no mar na altura de Paranaguá.

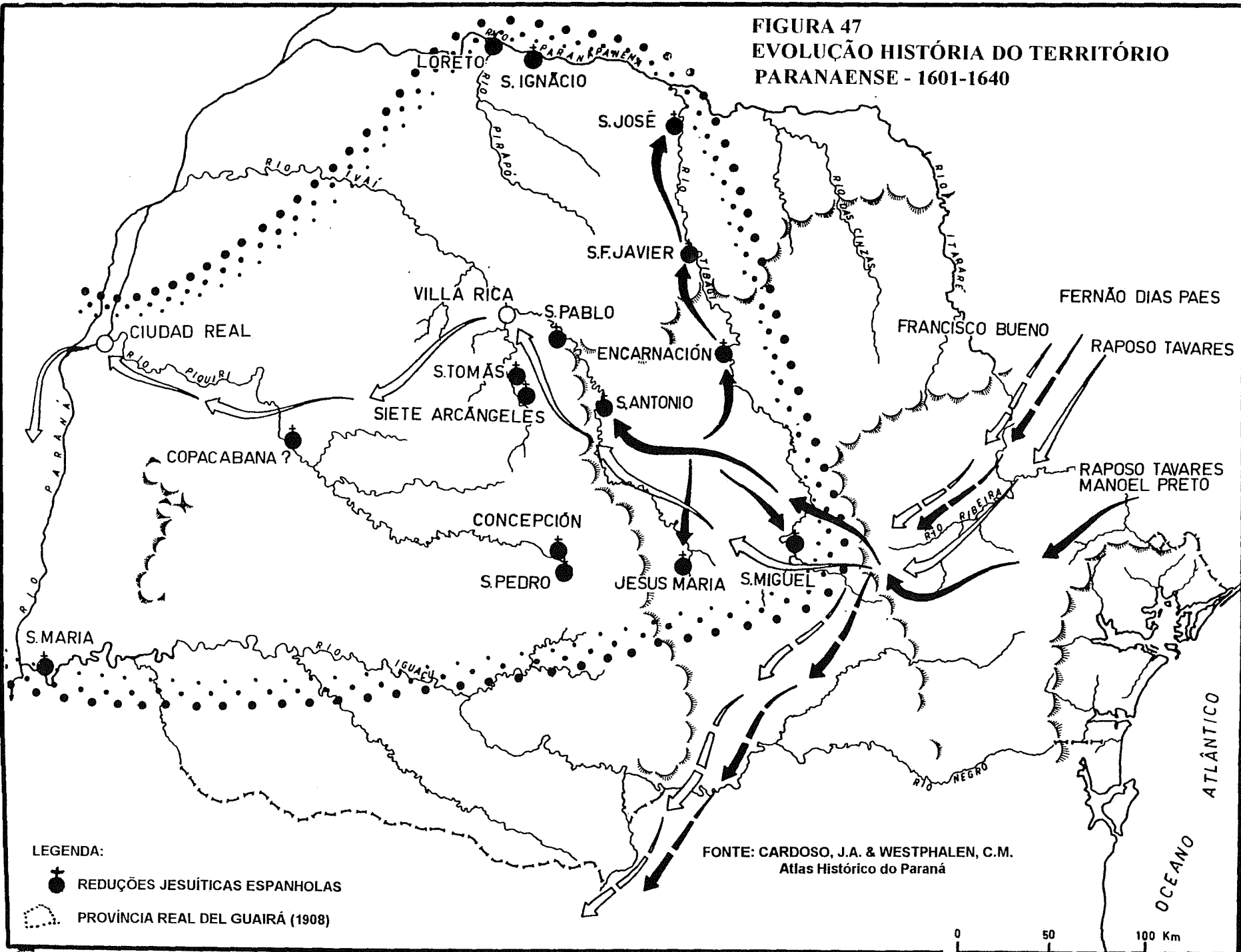
Segundo a publicação PARANÁ (1987, p.18), as duas primeiras expedições que passaram por terras paranaenses, chegando até o Paraguai (Aleixo Garcia(1516) e Francisco Chaves/Pero Lobo), acabaram destroçadas pelas tribos indígenas. O espanhol Cabeza de Vaca, com a preocupação de garantir a posse do território para a Espanha, parte da Ilha de Santa Catarina, seguindo o caminho de Aleixo Garcia e o caminho de Peabiru, chega a Assunção através do Paraná.

Com o objetivo de segurar os caminhos do Peabiru ante o perigo de uma avançada dos portugueses rumo ao ocidente, com a intenção de subordinar cerca de 200.000 índios que habitavam a região de Guairá e estabelecer uma saída marítima para o Atlântico, através da baía de Paranaguá, os espanhóis fundaram as seguintes povoações (Figura 47):

- a) Ontiveiros (1554) - transferida em seguida para:
- b) Ciudad Real del Guairá (1557)
- c) Villa Rica del Espíritu Santo (1576)

Ante a dificuldade dos espanhóis dominarem os índios, esta tarefa foi passada aos Jesuítas. Para tanto foi criada a Província del Guairá em 1608, onde seriam estabelecidas as

FIGURA 47
EVOLUÇÃO HISTÓRIA DO TERRITÓRIO
PARANAENSE - 1601-1640



reduções. Os limites da referida província era a leste o rio Tibagi, ao norte o Rio Paranapanema, ao sul o Rio Iguaçu e a oeste o rio Paraná.

Portanto, conforme a Figura 47, boa parte do norte paranaense pertencia a então Província del Guairá e segundo LOPES (1982, p.2),

... As primeiras reduções do território do Guairá datam de meados de século XVII e se estabeleceram em terras, hoje, do Norte do Paraná, próximas à foz do Pirapó no Paranapanema. Para esta época, a população indígena da região do Guairá é estimada em 200.000 pessoas, metade das quais vivendo nas margens do rio Tibagi...

Nas reduções havia uma organização comunitária e se constituíam em pequenos núcleos habitacionais, onde além de habitação e trabalho, os indígenas recebem educação, especialmente religiosa.

Este primeiro esboço de povoamento teve vida curta, uma vez que em pouco tempo as reduções foram dizimadas, podendo-se resumir as causas em:

- oposição dos próprios espanhóis;
- guerra movida pelos paulistas: preferiam buscar suas presas nas reduções, pois, além do grande número, estes índios estavam habituados aos trabalhos agrícolas.

A bandeira que arrasou a empresa jesuítica, foi a de Raposo Tavares e Manoel Preto, que com 69 paulistas, 900 mamelucos e 3000 índios, iniciaram os ataques em 1629 (na redução de Encarnação), e em 1632 já haviam acabado também com Cidade Real e Villa Rica. (vide Figura 47)

Os bandeirantes paulistas expulsaram para a margem direita do rio Paraná índios e jesuítas, restando hoje apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria, e no vale do Paranapanema as de Loreto e de Santo Inácio.

Desta maneira, os bandeirantes garantiram o domínio português na área, ficando o ocidente do Paraná em abandono por mais de um século, pois, durante o final da primeira metade do século XVII e durante o século XVIII, o Norte do Paraná ficou inteiramente à margem das correntes de colonização: processava-se, então, a ocupação do Litoral e Primeiro Planalto, inicialmente através da mineração e posteriormente, incluindo-se aí também o Segundo Planalto, através dos chamados "Caminhos Históricos", que ligava o principal centro de criação bovina (Rio Grande do Sul), aos principais mercados (São Paulo e Minas Gerais). Nestes caminhos, que percorriam os campos gerais, iam se formando numerosos núcleos populacionais.

No entanto, tantas vezes os paulistas percorreram os sertões do Ivaí e do Tibagi em busca de nativos e em busca de minas de ouro e prata, que delinearam caminhos regulares através do norte paranaense.

Anexo B

Tabelas e figuras complementares

TABELA 42 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1950

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	11.312	57,87	11.936	49,25	21.573	11,16	21.935	51,43	66.756	23,86
LAV. TEMPORÁRIAS	2.293	11,73	3.057	12,61	10.700	5,53	5.279	12,38	21.329	7,62
PASTAGENS NATURAIS	13	0,07	65	0,27	4.931	2,55	320	0,75	5.329	1,90
PASTAGENS PLANTADAS	3.152	16,13	4.993	20,60	24.903	12,88	6.234	14,62	39.282	14,04
MATAS NATURAIS	1.731	8,86	3.240	13,37	49.725	25,72	7.228	16,95	61.924	22,13
MATAS REFLORESTADAS	81	0,41	80	0,33	16.678	8,63	331	0,78	17.170	6,14
TERRAS INCULTAS	503	2,57	438	1,81	59.603	30,83	783	1,84	61.327	21,92
TERRAS IMPRODUTIVAS	462	2,36	425	1,75	5.226	2,70	544	1,28	6.657	2,38
TOTAL	19.547	100,00	24.234	100,00	193.339	100,00	42.654	100,00	279.774	100,00

TABELA 43 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1960

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	24.082	55,24	14.861	58,79	44.885	27,33	36.913	65,58	120.741	41,72
LAV. TEMPORÁRIAS	3.661	8,40	2.224	8,80	20.262	12,34	5.364	9,53	31.511	10,89
PASTAGENS NATURAIS	1.300	2,98	520	2,06	6.293	3,83	431	0,77	8.544	2,95
PASTAGENS PLANTADAS	9.890	22,69	5.253	20,78	33.745	20,55	8.941	15,88	57.829	19,98
MATAS NATURAIS	3.677	8,43	1.279	5,06	35.541	21,64	2.991	5,31	43.488	15,03
MATAS REFLORESTADAS	206	0,47	370	1,46	2.727	1,66	446	0,79	3.749	1,30
TERRAS INCULTAS	506	1,16	471	1,86	17.058	10,39	825	1,47	18.860	6,52
TERRAS IMPRODUTIVAS(1)	273	0,63	299	1,18	3.710	2,26	378	0,67	4.660	1,61
TOTAL	43.595	100,00	25.277	100,00	164.221	100,00	56.289	100,00	289.382	100,00

(1) Dado constante no censo somente no total

TABELA 44 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1970

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	19.171	43,57	8.525	37,13	36.590	19,41	30.291	55,26	94.577	30,48
LAV. TEMPORÁRIAS	8.127	18,47	6.749	29,39	40.356	21,40	7.959	14,52	63.191	20,36
PASTAGENS NATURAIS	3.735	8,49	1.980	8,62	9.484	5,03	2.081	3,80	17.280	5,57
PASTAGENS PLANTADAS	7.627	17,33	3.275	14,26	60.800	32,25	8.944	16,32	80.646	25,99
MATAS E FLOR. NATURAIS	2.506	5,70	1.015	4,42	13.978	7,41	1.663	3,03	19.162	6,17
MATAS E FLOR. PLANTADAS	231	0,52	89	0,39	2.385	1,26	741	1,35	3.446	1,11
TERRAS EM DESC. E PROD. NÃO UTILIZ.	847	1,92	426	1,86	16.287	8,64	874	1,59	18.434	5,94
TERRAS IMPRODUTIVAS	1.757	3,99	901	3,92	8.673	4,60	2.258	4,12	13.589	4,38
TOTAL	44.001	100,00	22.960	100,00	188.553	100,00	54.811	100,00	310.325	100,00

TABELA 45 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1975

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	13.640	30,33	7.152	27,29	30.018	14,82	26.872	48,26	77.682	23,58
LAV. TEMPORÁRIAS	14.052	31,25	9.296	35,47	47.902	23,65	13.433	24,13	84.683	25,71
LAV. EM DESC.	145	0,32	174	0,66	1.765	0,87	156	0,28	2.240	0,68
PASTAGENS NATURAIS	106	0,24	2.008	7,66	20.629	10,18	82	0,15	22.825	6,93
PASTAGENS PLANTADAS	11.897	26,46	4.157	15,86	59.328	29,29	10.308	18,51	85.690	26,01
MATAS E FLOR. NATURAIS	1.590	3,54	1.036	3,95	13.998	6,91	1.156	2,08	17.780	5,40
MATAS E FLOR. PLANTADAS	506	1,13	153	0,58	3.144	1,55	640	1,15	4.443	1,35
TERRAS PROD. NÃO UTILIZ.	1.274	2,83	715	2,73	17.399	8,59	777	1,40	20.165	6,12
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	1.757	3,91	1.518	5,79	8.388	4,14	2.252	4,04	13.915	4,22
TOTAL	44.967	100,00	26.209	100,00	202.571	100,00	55.676	100,00	329.423	100,00

TABELA 46 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1980

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	9.987	22,52	5.603	22,23	19.038	9,88	15.680	28,16	50.308	15,82
LAV. TEMPORÁRIAS	19.497	43,96	9.921	39,36	52.133	27,06	23.324	41,89	104.875	32,99
LAV. EM DESC.	130	0,29	209	0,83	886	0,46	310	0,56	1.535	0,48
PASTAGENS NATURAIS	1.420	3,20	1.824	7,24	17.954	9,32	144	0,26	21.342	6,71
PASTAGENS PLANTADAS	9.272	20,91	4.669	18,52	74.288	38,55	11.479	20,62	99.708	31,36
MATAS E FLOR. NATURAIS	1.704	3,84	825	3,27	13.264	6,88	1.211	2,17	17.004	5,35
MATAS E FLOR. PLANTADAS	397	0,90	254	1,01	2.917	1,51	1.115	2,00	4.683	1,47
TERRAS PROD. NÃO UTILIZ.	292	0,66	821	3,26	3.202	1,66	426	0,77	4.741	1,49
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	1.652	3,72	1.081	4,29	9.006	4,67	1.990	3,57	13.729	4,32
TOTAL	44.351	100,00	25.207	100,00	192.688	100,00	55.679	100,00	317.925	100,00

TABELA 47 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS (ÁREA OCUPADA EM ha) - 1985

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
LAV. PERMANENTES	5.871	13,89	3.578	14,28	13.114	6,89	8.683	16,27	31.246	10,04
LAV. TEMPORÁRIAS	24.349	57,59	14.206	56,69	62.263	32,69	28.936	54,23	129.754	41,70
LAV. EM DESC.	157	0,37	82	0,33	2.501	1,31	314	0,59	3.054	0,98
PASTAGENS NATURAIS	1.162	2,75	1.112	4,44	9.848	5,17	118	0,22	12.240	3,93
PASTAGENS PLANTADAS	7.305	17,28	4.192	16,73	75.988	39,90	10.926	20,48	98.411	31,63
MATAS E FLOR. NATURAIS	1.673	3,96	695	2,77	14.180	7,45	1.155	2,16	17.703	5,69
MATAS E FLOR. PLANTADAS	370	0,88	183	0,73	2.411	1,27	889	1,67	3.853	1,24
TERRAS PROD. NÃO UTILIZ.	189	0,45	107	0,43	2.900	1,52	225	0,42	3.421	1,10
TERRAS INAPROVEITÁVEIS	1.205	2,85	906	3,62	7.235	3,80	2.109	3,95	11.455	3,68
TOTAL	42.281	100,00	25.061	100,00	190.440	100,00	53.355	100,00	311.137	100,00

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DE 1985

TABELA 48 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1940 A 1985

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)											
	1940/50		1950/60		1960/70		1970/75		1975/80		1980/85	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	321	109,18	958	155,77	2.259	143,61	-1.492	-38,94	-313	-13,38	706	34,83
10 a - 100	622	25,90	1474	48,74	830	18,45	-771	-14,47	-433	-9,50	-124	-3,01
100 a - 1000	-122	-33,24	118	48,16	19	5,23	101	26,44	61	12,63	13	2,39
1000 e mais	-11	-35,48	5	25,00	3	12,00	5	17,86	-3	-9,09	-7	-23,33
TOTAL	810	26,18	2555	65,45	3.111	48,17	-2.157	-22,54	-688	-9,28	588	8,74

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)											
	1940/50		1950/60		1960/70		1970/75		1975/80		1980/85	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	2.011	107,31	4.958	127,62	12.006	135,77	-7.591	-36,41	-3.741	-28,22	3.284	34,51
10 a - 100	12.438	16,37	33.611	38,01	10.113	8,29	-7.447	-5,64	-6.973	-5,59	-2.769	-2,35
100 a - 1000	-34.178	-36,19	37.180	61,68	-2.499	-2,56	26.001	27,38	12.633	10,44	5.176	3,87
1000 e mais	65.989	107,86	-66.121	-51,99	1.327	2,17	8.183	13,12	-13.490	-19,12	-12.479	-21,87
TOTAL	46.260	19,81	9.628	3,44	20.947	7,24	19.146	6,17	-11.571	-3,51	-6.788	-2,14

FONTE: IBGE - CENSOS AGRÍCOLAS E AGROPECUÁRIOS

TABELA 49 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1950

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA(HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	91	13,56	275	30,12	167	12,82	82	8,06	615	15,75
10 a - 100	563	83,90	608	66,59	995	76,36	858	84,37	3.024	77,46
100 a - 1000	17	2,53	30	3,29	122	9,36	76	7,47	245	6,28
1000 e mais	0	0,00	0	0,00	19	1,46	1	0,10	20	0,51
TOTAL	671	100,00	913	100,00	1.303	100,00	1.017	100,00	3.904	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA(HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	585	2,99	1.652	6,82	1.125	0,58	523	1,23	3.885	1,39
10 a - 100	16.503	84,43	16.100	66,44	30.250	15,65	25.573	59,98	88.426	31,61
100 a - 1000	2.459	12,58	6.482	26,75	35.843	18,54	15.490	36,33	60.274	21,55
1000 e mais	0	0,00	0	0,00	126.121	65,23	1.048	2,46	127.169	45,46
TOTAL	19.547	100,00	24.234	100,00	193.339	100,00	42.634	100,00	279.754	100,00

FONTE: IBGE- CENSO AGRÍCOLA DE 1950

TABELA 50 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1960

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	131	13,05	507	44,63	635	24,12	300	17,79	1.573	24,35
10 a - 100	807	80,38	599	52,73	1.789	67,95	1.303	77,28	4.498	69,64
100 a - 1000	62	6,18	30	2,64	189	7,18	82	4,86	363	5,62
1000 e mais	4	0,40	0	0,00	20	0,76	1	0,06	25	0,39
TOTAL	1.004	100,00	1.136	100,00	2.633	100,00	1.686	100,00	6.459	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	875	2,01	3.036	12,01	3.571	2,17	1.361	2,42	8.843	3,06
10 a - 100	22.659	51,98	15.260	60,37	48.349	29,44	35.769	63,55	122.037	42,17
100 a - 1000	15.008	34,43	6.981	27,62	57.337	34,91	18.128	32,21	97.454	33,68
1000 e mais	5.053	11,59	0	0,00	54.964	33,47	1.031	1,83	61.048	21,10
TOTAL	43.595	100,00	25.277	100,00	164.221	100,00	56.289	100,00	289.382	100,00

FONTE: IBGE- CENSO AGRÍCOLA DE 1960

TABELA 51 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1970

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	156	14,47	571	48,68	2.734	49,00	371	21,33	3.832	40,04
10 a - 100	844	78,29	577	49,19	2.619	46,94	1.288	74,07	5.328	55,67
100 a - 1000	74	6,86	25	2,13	204	3,66	79	4,54	382	3,99
1000 e mais	4	0,37	0	0,00	23	0,41	1	0,06	28	0,29
TOTAL	1.078	100,00	1.173	100,00	5.580	100,00	1.739	100,00	9.570	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	919	2,09	3.572	15,56	14.146	7,50	2.212	4,04	20.849	6,72
10 a - 100	22.607	51,38	13.513	58,85	63.427	33,64	32.603	59,48	132.150	42,58
100 a - 1000	15.575	35,40	5.876	25,59	54.620	28,97	18.884	34,45	94.955	30,60
1000 e mais	4.900	11,14	0	0,00	56.362	29,89	1.113	2,03	62.375	20,10
TOTAL	44.001	100,00	22.961	100,00	188.555	100,00	54.812	100,00	310.329	100,00

FONTE: IBGE- CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970

TABELA 52 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1975

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	155	17,13	308	35,44	1.619	39,05	258	17,28	2.340	31,57
10 a - 100	668	73,81	511	58,80	2.237	53,96	1.141	76,42	4.557	61,47
100 a - 1000	77	8,51	50	5,75	265	6,39	91	6,10	483	6,52
1000 e mais	5	0,55	0	0,00	25	0,60	3	0,20	33	0,45
TOTAL	905	100,00	869	100,00	4.146	100,00	1.493	100,00	7.413	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	838	1,86	2.031	7,75	8.793	4,34	1.596	2,87	13.258	4,02
10 a - 100	20.103	44,71	14.300	54,56	59.610	29,42	30.690	55,12	124.703	37,85
100 a - 1000	17.757	39,49	9.878	37,69	73.541	36,29	19.780	35,53	120.956	36,71
1000 e mais	6.270	13,94	0	0,00	60.677	29,95	3.611	6,49	70.558	21,42
TOTAL	44.968	100,00	26.209	100,00	202.621	100,00	55.677	100,00	329.475	100,00

FONTE: IBGE- CENSO AGROPECUÁRIO DE 1975

TABELA 53 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1980

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	229	24,57	165	25,46	1.347	36,86	286	19,18	2.027	30,14
10 a - 100	602	64,59	431	66,51	1.976	54,08	1.115	74,78	4.124	61,32
100 a - 1000	98	10,52	52	8,02	306	8,37	88	5,90	544	8,09
1000 e mais	3	0,32	0	0,00	25	0,68	2	0,13	30	0,45
TOTAL	932	100,00	648	100,00	3.654	100,00	1.491	100,00	6.725	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	868	1,96	986	3,91	6.055	3,14	1.608	2,89	9.517	2,99
10 a - 100	17.665	39,83	13.791	54,72	54.939	28,51	31.335	56,28	117.730	37,03
100 a - 1000	21.979	49,56	10.424	41,36	81.389	42,24	19.797	35,56	133.589	42,02
1000 e mais	3.834	8,65	0	0,00	50.300	26,11	2.934	5,27	57.068	17,95
TOTAL	44.346	100,00	25.201	100,00	192.683	100,00	55.674	100,00	317.904	100,00

TABELA 54 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ESTRUTURA FUNDIÁRIA - 1985

CLASSES DE ÁREA (HA)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
menos de 10	253	27,92	345	39,75	1.826	43,99	309	22,26	2.733	37,37
10 a - 100	550	60,71	477	54,95	1.990	47,94	983	70,82	4.000	54,70
100 a - 1000	102	11,26	46	5,30	315	7,59	94	6,77	557	7,62
1000 e mais	1	0,11	0	0,00	20	0,48	2	0,14	23	0,31
TOTAL	906	100,00	868	100,00	4.151	100,00	1.388	100,00	7.313	100,00

CLASSES DE ÁREA (HA)	ÁREA OCUPADA (HA) POR CLASSE DE ÁREA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
menos de 10	982	2,32	1.968	7,85	8.072	4,24	1.779	3,33	12.801	4,11
10 a - 100	15.959	37,75	13.621	54,36	55.583	29,19	29.798	55,85	114.961	36,95
100 a - 1000	24.004	56,78	9.466	37,78	85.748	45,03	19.547	36,64	138.765	44,60
1000 e mais	1.331	3,15	0	0,00	41.032	21,55	2.226	4,17	44.589	14,33
TOTAL	42.276	100,00	25.055	100,00	190.435	100,00	53.350	100,00	311.116	100,00

TABELA 55 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1950

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEO. DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	2.642	32,06	2.851	40,86	4.128	32,10	4.114	30,28	13.735	32,97
Arrendatários(a)	283	3,44	271	3,89	576	4,48	119	0,88	1.250	3,00
Ocupantes(a)	0	0,00	95	1,36	47	0,37	98	0,72	241	0,58
Parceiros Autônomos(b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(c)	2.925	35,50	3.218	46,11	4.752	36,95	4.331	31,88	15.226	36,55
Parceiros Empregados(d)	1.560	18,93	396	5,67	1.177	9,15	1.902	14,00	5.035	12,09
Empregados Permanentes	1.907	23,15	2.045	29,3	3.910	30,4	3.535	26,02	11.397	27,36
Empregados Temporários	1.847	22,42	1.320	18,91	3.021	23,49	3.816	28,09	10.004	24,01
Outras Condições(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	8.239	100,00	6.979	100	12.860	100	13.584	100	41.662	100

Obs: se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL. Os ADMINISTRADORES foram incluídos junto com os proprietários.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
- 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Os PARCEIROS AUTÔNOMOS estão incluídos junto com os ARRENDATÁRIOS

c) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

d) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

(e) Esta categoria não consta do Censo de 1950.

TABELA 56 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1960

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEO. DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	2.962	27,45	2.453	39,37	4.929	21,44	2.395	14,10	12.738	22,35
Arrendatários(a)	108	1,00	123	1,98	185	0,80	22	0,13	438	0,77
Ocupantes(a)	62	0,58	3	0,04	141	0,61	2	0,01	208	0,36
Parceiros Autônomos(a)	1.050	9,73	395	6,35	1.238	5,39	957	5,63	3.640	6,39
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(b)	4.182	38,76	2.974	47,74	6.492	28,25	3.376	19,87	17.024	29,87
Parceiros Empregados(c)	2.771	25,68	710	11,40	2.720	11,83	8.317	48,96	14.518	25,47
Empregados Permanentes	2.239	20,75	912	14,64	7.066	30,74	3.233	19,03	13.450	23,60
Empregados Temporários	1.195	11,08	509	8,17	6.187	26,92	1.893	11,14	9.784	17,17
Outras Condições	402	3,73	1.125	18,06	519	2,26	169	0,99	2.215	3,89
TOTAL	10.789	100,00	6.230	100	22.984	100	16.988	100	56.991	100

Obs: se pesquisou a CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL, constando do censo o item ARRENDATÁRIOS COM PAGAMENTO EM PRODUTOS, em que foram considerados somente os PARCEIROS AUTÔNOMOS. Os ADMINISTRADORES foram incluídos junto com os proprietários.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
- 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

c) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

TABELA 57 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1970

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR GEO. DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	2.186	30,57	2.612	29,89	8.079	32,35	3.485	28,53	16.361	30,83
Arrendatários(a)	90	1,25	109	1,24	1.084	4,34	18	0,15	1.300	2,45
Ocupantes(a)	28	0,40	33	0,38	855	3,42	324	2,66	1.241	2,34
Parceiros Autônomos(a)	236	3,29	2.787	31,89	3.853	15,43	685	5,61	7.561	14,25
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(b)	2.539	35,52	5.541	63,41	13.871	55,55	4.512	36,94	26.463	49,86
Parceiros Empregados(c)	1923	26,90	581	6,65	1882	7,54	2708	22,17	7.094	13,37
Empregados Permanentes	1638	22,91	906	10,37	5732	22,96	2885	23,62	11.161	21,03
Empregados Temporários(d)	954	13,34	1410	16,13	3374	13,51	2069	16,94	7.807	14,71
Outras Condições	95	1,33	301	3,44	111	0,44	39	0,32	546	1,03
TOTAL	7.149	100	8.739	100	24.970	100	12.213	100	53.071	100

Obs: a partir de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais o item administrador.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
- 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

c) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

d) O número de pessoas ocupadas desta categoria está subestimado, uma vez que os trabalhadores temporários contratados por empreita (via "gato"), não foram computados pelo Censo neste item.

TABELA 58 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1975

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEO. DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	2.063	30,39	1.418	36,28	8.697	36,86	3.505	31,10	15.682	34,42
Arrendatários(a)	83	1,23	136	3,49	817	3,46	17	0,15	1.054	2,31
Ocupantes(a)	15	0,22	115	2,95	568	2,41	11	0,10	709	1,56
Parceiros Autônomos(a)	124	1,82	608	15,56	2.847	12,07	707	6,27	4.286	9,41
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(b)	2.285	33,66	2.277	58,28	12.928	54,79	4.241	37,62	21.731	47,70
Parceiros Empregados(c)	2.012	29,64	154	3,94	1.048	4,44	2.634	23,37	5.848	12,84
Empregados Permanentes	1.777	26,18	1.216	31,12	6.198	26,27	3.256	28,89	12.447	27,32
Empregados Temporários(d)	673	9,91	259	6,63	3.326	14,1	1.132	10,04	5.390	11,83
Outras Condições	41	0,6	1	0,03	95	0,4	9	0,08	146	0,32
TOTAL	6.788	100	3.907	100	23.595	100	11.272	100	45.562	100

Obs.: A partir de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais o item administrador.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;

2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

c) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

d) O número de pessoas ocupadas desta categoria está subestimado, uma vez que os trabalhadores temporários contratados por empreita (via "gato"), não foram computados pelo Censo neste item.

TABELA 59 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1980

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR GEO DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	2.061	33,76	1.463	38,52	7.015	36,01	2.583	27,35	13121	33,80
Arrendatários(a)	168	2,76	187	4,93	626	3,21	197	2,09	1179	3,04
Ocupantes(a)	36	0,59	3	0,07	612	3,14	68	0,73	719	1,85
Parceiros Autônomos(a)	148	2,42	8	0,20	617	3,16	245	2,59	1016	2,62
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(b)	2.413	39,52	1.660	43,72	8.869	45,53	3.093	32,76	16.035	41,30
Parceiros Empregados(c)	961	15,74	494	13,01	1.752	8,99	2.000	21,18	5.207	13,41
Empregados Permanentes	2.024	33,15	1.216	32,03	6.215	31,91	2.775	29,39	12.230	31,5
Empregados Temporários(d)	682	11,17	414	10,9	2.525	12,96	1.547	16,38	5.168	13,31
Outras Condições	25	0,41	13	0,34	118	0,61	27	0,29	183	0,47
TOTAL	6.105	100	3.797	100	19.479	100	9.442	100	38.823	100

Obs: a partir de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais o item administrador.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerado da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
- 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

c) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

d) O número de pessoas ocupadas desta categoria está subestimado, uma vez que os trabalhadores temporários contratados por empreita (via "gato"), não foram computados pelo Censo neste item.

TABELA 60 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO - 1985

CATEGORIA	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR GEO. DE LON.	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Proprietários(a)	1.603	22,72	1.118	28,71	6.453	31,62	1.931	31,14	11.105	29,57
Arrendatários(a)	225	3,19	205	5,25	963	4,72	298	4,81	1.690	4,50
Ocupantes(a)	43	0,61	62	1,59	996	4,88	43	0,69	1.144	3,05
Parceiros Autônomos(a)	71	1,00	680	17,47	1.502	7,36	317	5,11	2.570	6,84
Sub-Total-Responsáveis e Membros não Remunerados da Família(b)	1.941	27,52	2.065	53,02	9.914	48,58	2.589	41,76	16.509	43,96
Parceiros Empregados(c)	694	9,84	92	2,36	707	3,46	1.077	17,37	2.570	6,84
Empregados Permanentes	1.188	16,84	568	14,58	4.668	22,88	1.501	24,21	7.925	21,1
Empregados Temporários(d)	3.094	43,87	1.163	29,86	4.750	23,28	862	13,9	9.869	26,28
Outras Condições	136	1,93	7	0,18	367	1,8	171	2,76	681	1,81
TOTAL	7.053	100	3.895	100	20.406	100	6.200	100	37.554	100

Obs: a partir de 1970 se pesquisou a CONDIÇÃO DO PRODUTOR, não constando mais o item administrador.

(a) Estes dados foram obtidos através de estimativas realizadas pela combinação das tabelas CONDIÇÃO DO PRODUTOR com PESSOAL OCUPADO, utilizando-se os seguintes procedimentos:

- 1) cálculo da média de pessoal ocupado por família dos produtores. Ou seja, total de pessoas ocupadas do grupo "Responsável e Membros não Remunerados da Família" (tabela PESSOAL OCUPADO), dividido pelo total de estabelecimentos da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR;
- 2) multiplicação da média obtida no item anterior, pelo total de estabelecimentos de cada categoria da tabela CONDIÇÃO DO PRODUTOR.

b) Corresponde à soma dos itens anteriores, ou seja, proprietários, arrendatários, ocupantes e parceiros autônomos;

c) Segundo o Censo seriam os parceiros subordinados diretamente ao responsável pelo estabelecimento, portanto não têm responsabilidade da administração do mesmo.

d) O número de pessoas ocupadas desta categoria está subestimado, uma vez que os trabalhadores temporários contratados por empreita (via "gato"), não foram computados pelo Censo neste item.

TABELA 61 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1950

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	606	90,31	807	88,39	1132	86,88	962	94,59	3.507	89,83
ARRENDADAS(1)	65	9,69	77	8,43	158	12,13	28	2,75	328	8,40
OCUPADAS	0	0,00	27	2,96	13	1,00	23	2,26	63	1,61
PRÓP. E ARREND.(1)	0	0,00	1	0,11	0	0,00	2	0,20	3	0,08
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	1	0,11	0	0,00	2	0,20	3	0,08
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	671	100	913	100	1303	100	1.017	100	3.904	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	18.070	92,44	22.945	94,68	182.587	94,44	40.699	95,42	264.301	94,47
ARRENDADAS(1)	1.477	7,56	948	3,91	9.749	5,04	1.263	2,96	13.437	4,80
OCUPADAS	0	0,00	306	1,26	1.003	0,52	599	1,40	1.908	0,68
PRÓP. E ARREND.(1)	0	0,00	20	0,08	0	0,00	31	0,07	51	0,02
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	15	0,06	0	0,00	62	0,15	77	0,03
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	19.547	100	24.234	100	193.339	100	42.654	100	279.774	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

FONTE: IBGE- CENSO AGRÍCOLA DE 1950

TABELA 62 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1960

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	711	70,82	926	81,51	1.988	75,50	1.164	69,04	4.789	74,14
ARRENDADAS(1)	278	27,69	198	17,43	577	21,91	488	28,94	1.541	23,86
OCUPADAS	15	1,49	1	0,09	57	2,16	1	0,06	74	1,15
PRÓP. E ARREND.(1)	0	0,00	10	0,88	11	0,42	27	1,60	48	0,74
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	1	0,09	0	0,00	5	0,30	6	0,09
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,06	1	0,02
TOTAL	1.004	100	1.136	100	2.633	100	1.686	100	6.459	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	36.003	82,59	21.816	86,31	144.767	88,20	40.996	72,83	243.582	84,20
ARRENDADAS(1)	6.851	15,72	3.079	12,18	17.701	10,78	14.123	25,09	41.754	14,43
OCUPADAS	741	1,70	4	0,02	1.232	0,75	12	0,02	1.989	0,69
PRÓP. E ARREND.(1)	0	0,00	330	1,31	431	0,26	756	1,34	1.517	0,52
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	48	0,19	0	0,00	228	0,41	276	0,10
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	-	0	0,00	174	0,00	174	0,06
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	43.595	100	25.277	100	164.131	100	56.289	100	289.292	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

TABELA 63 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1970

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	925	85,81	501	42,71	3.202	57,38	1.330	76,48	5.958	62,26
ARRENDADAS(1)	138	12,80	609	51,92	1.984	35,56	271	15,58	3.002	31,37
OCUPADAS	12	1,11	7	0,60	344	6,16	125	7,19	488	5,10
PRÓP. E ARREND.(1)	3	0,28	24	2,05	32	0,57	11	0,63	70	0,73
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	28	2,39	16	0,29	2	0,12	46	0,48
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	4	0,34	2	0,04	0	0,00	6	0,06
TOTAL	1.078	100	1.173	100	5.580	100	1.739	100	9.570	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	38.895	88,39	15.183	66,13	161.157	85,47	46.215	84,32	261.450	84,25
ARRENDADAS(1)	4.461	10,14	6.299	27,43	23.224	12,32	5.240	9,56	39.224	12,64
OCUPADAS	563	1,28	61	0,27	3.190	1,69	2.469	4,50	6.283	2,02
PRÓP. E ARREND.(1)	83	0,19	683	2,97	676	0,36	867	1,58	2.309	0,74
PRÓP. E OCUPADAS	0	0,00	619	2,70	287	0,15	21	0,04	927	0,30
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	-	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	116	0,51	19	0,01	0	0,00	135	0,04
TOTAL	44.002	100	22.961	100	188.553	100	54.812	100	310.328	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

TABELA 64 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1975

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	801	88,51	525	60,41	2.671	64,42	1.231	82,45	5.228	70,52
ARRENDADAS(1)	82	9,06	283	32,57	1.162	28,03	254	17,01	1.781	24,03
OCUPADAS	6	0,66	44	5,06	179	4,32	4	0,27	233	3,14
PRÓP. E ARREND.(1)	15	1,66	14	1,61	98	2,36	3	0,20	130	1,75
PRÓP. E OCUPADAS	1	0,11	2	0,23	17	0,41	0	0,00	20	0,27
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	3	0,00	0	0,00	3	0,04
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	1	0,12	16	0,39	1	0,07	18	0,24
TOTAL	905	100	869	100	4.146	99,92764	1.493	100	7.413	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	40.967	91,10	20.262	77,31	177.358	87,55	51.357	92,24	289.944	88,02
ARRENDADAS(1)	2.016	4,48	3.682	14,05	17.290	8,54	4.182	7,51	27.170	8,25
OCUPADAS	199	0,44	1.623	6,19	2.287	1,13	86	0,15	4.195	1,27
PRÓP. E ARREND.(1)	1.546	3,44	456	1,74	4.510	2,23	38	0,07	6.550	1,99
PRÓP. E OCUPADAS	239	0,53	175	0,67	726	0,36	0	0,00	1.140	0,35
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	-	26	0,00	0	0,00	26	0,01
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	12	0,05	374	0,18	12	0,02	398	0,12
TOTAL	44.967	100	26.210	100	202.571	100	55.675	100	329.423	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

TABELA 65 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1980

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	750	80,47	549	84,72	2.703	73,97	1.226	82,23	5.228	77,74
ARRENDADAS(1)	122	13,09	76	11,73	506	13,85	211	14,15	915	13,61
OCUPADAS	14	1,50	1	0,15	248	6,79	33	2,21	296	4,40
PRÓP. E ARREND.(1)	26	2,79	20	3,09	146	4,00	16	1,07	208	3,09
PRÓP. E OCUPADAS	20	2,15	2	0,31	38	1,04	2	0,13	62	0,92
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	3	0,00	1	0,00	4	0,06
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	10	0,27	2	0,13	12	0,18
TOTAL	932	100	648	100	3.654	100	1.491	100	6.725	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	38.332	86,43	22.254	88,29	170.551	88,51	49.414	88,75	280.551	88,25
ARRENDADAS(1)	3.606	8,13	1.701	6,75	9.986	5,18	4.867	8,74	20.160	6,34
OCUPADAS	109	0,25	3	0,01	3.016	1,57	563	1,01	3.691	1,16
PRÓP. E ARREND.(1)	2.297	5,18	1.160	4,60	8.301	4,31	739	1,33	12.497	3,93
PRÓP. E OCUPADAS	5	0,01	87	0,35	295	0,15	27	0,05	414	0,13
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	-	460	0,00	41	0,00	501	0,16
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	76	0,04	25	0,04	101	0,03
TOTAL	44.349	100	25.205	100	192.685	100	55.676	100	317.915	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

TABELA 66 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS - 1985

CONDIÇÃO DAS TERRAS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
PRÓPRIAS	735	81,13	439	50,58	2.503	60,30	991	71,40	4.668	63,83
ARRENDADAS(1)	138	15,23	372	42,86	1.008	24,28	328	23,63	1.846	25,24
OCUPADAS	20	2,21	26	3,00	411	9,90	23	1,66	480	6,56
PRÓP. E ARREND.(1)	7	0,77	25	2,88	172	4,14	40	2,88	244	3,34
PRÓP. E OCUPADAS	5	0,55	6	0,69	26	0,63	4	0,29	41	0,56
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	1	0,00	0	0,00	1	0,00	0	0,00	2	0,03
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	30	0,72	2	0,14	32	0,44
TOTAL	906	100	868	100	4.151	100	1.388	100	7.313	100

CONDIÇÃO DAS TERRAS	ÁREA OCUPADA (HA)									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	área	%	área	%	área	%	área	%	área	%
PRÓPRIAS	36.376	86,04	17.293	69,01	152.224	79,93	39.356	73,77	245.249	78,83
ARRENDADAS(1)	4.871	11,52	5.800	23,15	18.743	9,84	10.116	18,96	39.530	12,71
OCUPADAS	120	0,28	251	1,00	7.647	4,02	382	0,72	8.400	2,70
PRÓP. E ARREND.(1)	882	2,09	1.389	5,54	9.677	5,08	3.249	6,09	15.197	4,88
PRÓP. E OCUPADAS	5	0,01	325	1,30	1.816	0,95	113	0,21	2.259	0,73
PRÓP. ARREND. E OCUP.(1)	25	0,00	0	-	1	0,00	0	0,00	26	0,01
ARREND. E OCUP.(1)	0	0,00	0	0,00	328	0,17	137	0,26	465	0,15
TOTAL	42.279	100	25.058	100	190.436	100	53.353	100	311.126	100

(1) As terras em parceria estão incluídas nas terras arrendadas.

TABELA 67 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1950

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ABOBORA	1	0,01	0	0,00	3	0,01	226	0,88	230	0,30
ALGODÃO	0	0,00	18	0,15	249	0,92	6	0,02	273	0,35
AMENDOIM	0	0,00	3	0,02	10	0,04	6	0,02	19	0,02
ARROZ	1.078	8,45	411	3,34	2.271	8,39	3.421	13,32	7.181	9,23
BATATA-DOCE	2	0,02	0	0,00	2	0,01	9	0,04	13	0,02
BATATA-INGLESA	17	0,13	2	0,02	1	0,00	93	0,36	113	0,15
CANA-DE-AÇÚCAR	91	0,71	15	0,12	143	0,53	33	0,13	282	0,36
CEBOLA	0	0,00	0	0,00	1	0,00	0	0,00	1	0,00
CENTEIO	0	0,00	0	0,00	0	0,00	11	0,04	11	0,01
FEIJÃO	482	3,78	1.534	12,46	3.494	12,92	3.504	13,65	9.014	11,59
FUMO	0	0,00	2	0,02	2	0,01	1	0,00	5	0,01
MANDIOCA	75	0,59	3	0,02	45	0,17	55	0,21	178	0,23
MILHO	617	4,83	1.876	15,24	6.579	24,32	4.260	16,59	13.332	17,14
TRIGO	19	0,15	9	0,07	58	0,21	24	0,09	110	0,14
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA(1)	2.382	18,66	3.873	31,47	12.858	47,53	11.649	45,36	30.762	39,54
BANANA	69	0,54	58	0,47	48	0,18	103	0,40	278	0,36
CAFÉ	9.955	77,99	8.250	67,03	13.984	51,69	13.646	53,14	45.835	58,91
LARANJA	46	0,36	80	0,65	39	0,14	11	0,04	176	0,23
UVA	15	0,12	15	0,12	12	0,04	8	0,03	50	0,06
OUTROS LAV. PERMANENTE	297	2,33	32	0,26	111	0,41	262	1,02	702	0,90
TOTAL-LAV. PERMANENTE	10.382	81,34	8.435	68,53	14.194	52,47	14.030	54,64	47.041	60,46
TOTAL	12.764	100,00	12.308	100,00	27.052	100,00	25.679	100,00	77.803	100,00

(1) Inclui em cultivo simples e cultivo associado a plantações temporárias

FONTE: IBGE - CENSO AGRÍCOLA DE 1950

TABELA 68 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1960

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	34	0,14	279	1,55	110	0,17	15	0,05	438	0,33
ARROZ	1.445	6,06	567	3,14	6.132	9,64	1.791	6,31	9.935	7,42
FEIJÃO	1.688	7,08	1.368	7,58	6.508	10,23	1.850	6,52	11.414	8,53
MILHO	2.971	12,46	3.124	17,30	11.534	18,14	2.581	9,10	20.210	15,10
TRIGO	0	0,00	0	0,00	7	0,01	28	0,10	35	0,03
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA(1)	6.138	25,74	5.338	29,57	24.291	38,20	6.265	22,08	42.032	31,40
BANANA	42	0,18	18	0,10	140	0,22	66	0,23	266	0,20
CAFÉ	17.634	73,94	12.670	70,18	39.060	61,42	21.682	76,41	91.046	68,01
LARANJA	34	0,14	28	0,16	98	0,15	305	1,07	465	0,35
OUTROS LAV. PERMANENTE	0	0,00	0	0,00	1	0,00	59	0,21	60	0,04
TOTAL-LAV. PERMANENTE	17.710	74,26	12.716	70,43	39.299	61,80	22.112	77,92	91.837	68,60
TOTAL	23.848	100,00	18.054	100,00	63.590	100,00	28.377	100,00	133.869	100,00

(1) Inclui em cultivo simples, em cultivo associado, em cultivo intercalado e misto

(2) Inclui: pêssego e tungue

TABELA 69 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1970

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	2.561	13,26	3.238	24,31	3.130	5,66	193	0,82	9.122	8,18
AMENDOIM	86	0,45	105	0,79	95	0,17	23	0,10	309	0,28
ARROZ	3.200	16,56	1.618	12,15	9.976	18,04	5.148	21,84	19.942	17,88
BATATA-INGLESA	1	0,01	0	0,00	32	0,06	2	0,01	35	0,03
CANA-DE-AÇÚCAR	29	0,15	2	0,02	447	0,81	22	0,09	500	0,45
FEIJÃO	1.083	5,61	1.131	8,49	6.547	11,84	1.197	5,08	9.958	8,93
MANDIOCA	1	0,01	4	0,03	176	0,32	43	0,18	224	0,20
MILHO	4.371	22,63	3.762	28,24	19.616	35,47	5.765	24,46	33.514	30,05
SOJA	496	2,57	375	2,82	1.491	2,70	2.476	10,51	4.838	4,34
TRIGO	599	3,10	222	1,67	1.081	1,95	2.309	9,80	4.211	3,78
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA(1)	12.427	64,33	10.457	78,51	42.591	77,00	17.178	72,88	82.653	74,12
BANANA	14	0,07	31	0,23	216	0,39	43	0,18	304	0,27
CAFÉ	6.834	35,37	2.752	20,66	12.210	22,08	6.280	26,65	28.076	25,18
LARANJA	26	0,13	59	0,44	162	0,29	67	0,28	314	0,28
UVA	18	0,09	21	0,16	131	0,24	1	0,00	171	0,15
TOTAL-LAV. PERMANENTE	6.892	35,67	2.863	21,49	12.719	23,00	6.391	27,12	28.865	25,88
TOTAL	19.319	100,00	13.320	100,00	55.310	100,00	23.569	100,00	111.518	100,00

(1) Inclui em cultivo simples, em cultivo associado, em cultivo intercalado, em cultivo misto

FONTE: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO DE 1970

TABELA 70 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1975

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	203	0,67	593	3,12	1.320	1,77	36	0,08	2.152	1,27
ARROZ	1.297	4,30	944	4,97	9.408	12,60	2.528	5,60	14.177	8,39
CANA-DE-AÇÚCAR	33	0,11	4	0,02	280	0,37	17	0,04	334	0,20
FEIJÃO	44	0,15	191	1,01	1.232	1,65	142	0,31	1.609	0,95
MILHO	2.033	6,74	2.320	12,22	14.136	18,93	3.920	8,69	22.409	13,26
SOJA	10.210	33,82	6.893	36,31	16.632	22,27	7.906	17,52	41.641	24,64
TRIGO	3.544	11,74	1.452	7,65	6.947	9,30	5.564	12,33	17.507	10,36
OUTROS LAV. TEMPORÁRIA(1)	11	0,04	19	0,10	114	0,15	22	0,05	166	0,10
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA	17.375	57,56	12.416	65,40	50.069	67,05	20.135	44,62	99.995	59,18
BANANA	47	0,16	3	0,02	98	0,13	9	0,02	157	0,09
CAFÉ	12.741	42,21	6.538	34,44	24.308	32,55	24.970	55,33	68.557	40,57
LARANJA	2	0,01	8	0,04	41	0,05	6	0,01	57	0,03
UVA	20	0,07	20	0,11	153	0,20	6	0,01	199	0,12
TOTAL-LAV. PERMANENTE	12.810	42,44	6.569	34,60	24.600	32,95	24.991	55,38	68.970	40,82
TOTAL	30.185	100,00	18.985	100,00	74.669	100,00	45.126	100,00	168.965	100,00

(1) Inclui: amendoim, hortelã e mandioca

TABELA 71 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1980

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	107	0,28	844	4,78	2.369	3,36	248	0,61	3.568	2,14
AMENDOIM	52	0,14	42	0,24	163	0,23	163	0,40	420	0,25
ARROZ	990	2,61	297	1,68	2.546	3,61	1.291	3,16	5.124	3,07
CANA-DE-AÇÚCAR	35	0,09	4	0,02	474	0,67	24	0,06	537	0,32
FEIJÃO	440	1,16	455	2,58	1.728	2,45	456	1,12	3.079	1,84
HORTELÃ	0	0,00	0	0,00	2	0,00	0	0,00	2	0,00
MANDIOCA	18	0,05	5	0,03	108	0,15	48	0,12	179	0,11
MILHO	3.946	10,41	2.097	11,87	18.273	25,94	11.039	27,03	35.355	21,18
RAMI(FIBRA)	0	0,00	0	0,00	1.855	2,63	0	0,00	1.855	1,11
SOJA	15.703	41,43	6.020	34,07	22.374	31,76	11.356	27,81	55.453	33,22
TRIGO	9.670	25,51	3.427	19,40	8.218	11,67	5.785	14,17	27.100	16,24
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA(1)	30.961	81,68	13.191	74,66	58.110	82,50	30.410	74,47	132.672	79,49
BANANA	134	0,35	3	0,02	65	0,09	51	0,12	253	0,15
CAFÉ	6.801	17,94	4.465	25,27	12.105	17,19	10.354	25,35	33.725	20,21
LARANJA	9	0,02	0	0,00	62	0,09	20	0,05	91	0,05
UVA	2	0,01	8	0,05	97	0,14	2	0,00	109	0,07
OUTROS LAV. PERMANENTE(2)	7	0,02	5	0,03	34	0,05	8	0,02	54	0,03
TOTAL-LAV. PERMANENTE	6.946	18,32	4.476	25,34	12.329	17,50	10.427	25,53	34.232	20,51
TOTAL	37.907	100,00	17.667	100,00	70.439	100,00	40.837	100,00	166.904	100,00

(1) Inclui em cultivo simples, em cultivo associado, em cultivo intercalado, misto e ignorado

(2) Inclui: pêssego e tangerina

TABELA 72 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1985

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	509	1,18	3.183	12,40	7.618	9,12	1.514	3,55	12.824	6,58
ARROZ	505	1,17	343	1,34	1.927	2,31	686	1,61	3.461	1,77
CANA-DE-AÇÚCAR	144	0,33	16	0,06	612	0,73	3.270	7,66	4.042	2,07
FEIJÃO	468	1,09	152	0,59	1.611	1,93	217	0,51	2.448	1,26
MILHO	8.679	20,13	2.460	9,58	22.297	26,69	9.388	22,00	42.824	21,96
SOJA	15.148	35,14	7.993	31,14	20.940	25,06	13.861	32,49	57.942	29,71
TRIGO	12.098	28,06	7.955	30,99	14.937	17,88	5.518	12,93	40.508	20,77
OUTROS LAV. TEMPORÁRIA(1)	299	0,69	182	0,71	2.747	3,29	351	0,82	3.579	1,84
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA	37.850	87,80	22.284	86,81	72.689	87,00	34.805	81,58	167.628	85,96
AMORA(FOLHA)	99	0,23	13	0,05	207	0,25	156	0,37	475	0,24
BANANA	48	0,11	14	0,05	98	0,12	27	0,06	187	0,10
CAFÉ	5.063	11,74	3.314	12,91	10.096	12,08	7.616	17,85	26.089	13,38
LARANJA	15	0,03	6	0,02	59	0,07	7	0,02	87	0,04
UVA	6	0,01	20	0,08	192	0,23	10	0,02	228	0,12
OUTROS LAV. PERMANENTE(2)	30	0,07	20	0,08	210	0,25	43	0,10	303	0,16
TOTAL-LAV. PERMANENTE	5.261	12,20	3.387	13,19	10.862	13,00	7.859	18,42	27.369	14,04
TOTAL	43.111	100,00	25.671	100,00	83.551	100,00	42.664	100,00	194.997	100,00

(1) Inclui: abóbora, amendoim, aveia em casca, batata-doce, batata-inglesa, cebola, centeio em grão, mandioca, mamona, rami em fibra, sorgo em grão, tomate, capim-elefante-napier, cana-forrageira e milho-forrageiro

(2) Inclui: abacate, caqui, limão, maçã, mamão, manga, pêssego e tangerina

TABELA 73 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1990

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	400	0,72	1.940	7,45	4.000	4,30	2.000	3,82	8.340	3,67
ARROZ	390	0,70	380	1,46	2.460	2,64	590	1,13	3.820	1,68
CANA-DE-AÇÚCAR	212	0,38	0	0,00	36	0,04	3.563	6,81	3.811	1,68
FEIJÃO	80	0,14	77	0,30	966	1,04	60	0,11	1.183	0,52
MILHO	3.200	5,76	1.150	4,42	17.500	18,81	6.000	11,47	27.850	12,27
RAMI	8	0,01	24	0,09	2.705	2,91	0	0,00	2.737	1,21
SOJA	23.945	43,10	9.650	37,05	30.000	32,25	18.350	35,06	81.945	36,11
TRIGO	19.000	34,20	9.750	37,43	22.000	23,65	12.000	22,93	62.750	27,65
OUTROS LAV. TEMPORÁRIA(1)	1.242	2,24	80	0,31	547	0,59	265	0,51	2.134	0,94
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA	48.477	87,26	23.051	88,50	80.214	86,23	42.828	81,84	194.570	85,73
AMORA(FOLHA)	125	0,22	33	0,13	208	0,22	46	0,09	412	0,18
CAFÉ	6.954	12,52	2.962	11,37	12.596	13,54	9.458	18,07	31.970	14,09
TOTAL-LAV. PERMANENTE	7.079	12,74	2.995	11,50	12.804	13,77	9.504	18,16	32.382	14,27
TOTAL	55.556	100,00	26.046	100,00	93.018	100,00	52.332	100,00	226.952	100,00

(1) Inclui: amendoim, alho, aveia, cebola, centeio, mandioca, mamona, tomate e triticales

TABELA 74 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - ÁREA(ha) COLHIDA DAS PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES - 1995

LAVOURAS	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA(1)		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%	ÁREA	%
ALGODÃO	100	0,18	50	0,19	700	0,88	1.100	2,36	1.950	0,95
ARROZ	320	0,59	250	0,97	2.080	2,62	590	1,26	3.240	1,57
CANA-DE-AÇÚCAR	359	0,66	0	0,00	40	0,05	5.090	10,91	5.489	2,66
FEIJÃO	123	0,23	116	0,45	570	0,72	222	0,48	1.031	0,50
MILHO	10.000	18,30	9.200	35,86	25.200	31,76	7.194	15,42	51.594	25,01
RAMI	8	0,01	12	0,05	1.430	1,80	0	0,00	1.450	0,70
SOJA	24.500	44,83	11.900	46,39	29.500	37,18	19.300	41,36	85.200	41,29
TRIGO	15.000	27,44	3.000	11,69	8.620	10,86	8.120	17,40	34.740	16,84
OUTROS LAV. TEMPORÁRIA(2)	980	1,79	95	0,37	5.667	7,14	1.510	3,24	8.252	4,00
TOTAL-LAV. TEMPORÁRIA	51.390	94,03	24.623	95,99	73.807	93,01	43.126	92,42	192.946	93,52
AMORA(FOLHA)	65	0,12	29	0,11	145	0,18	38	0,08	277	0,13
CAFÉ(3)	3.200	5,85	1.000	3,90	5.400	6,81	3.500	7,50	13.100	6,35
TOTAL-LAV. PERMANENTE	3.265	5,97	1.029	4,01	5.545	6,99	3.538	7,58	13.377	6,48
TOTAL	54.655	100,00	25.652	100,00	79.352	100,00	46.664	100,00	206.323	100,00

(1) Inclusive Pitangueiras que foi desmembrado de Rolândia recentemente

(2) Inclui: amendoim, alho, aveia, canola, cebola, mandioca, tomate e triticales

(3) Os dados se referem a área colhida de 1994

TABELA 75 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - FAIXAS DE ÁREA DAS PLANTAÇÕES DE CAFÉ - 1985

FAIXAS DE ÁREA (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		MICR. GEO. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
0-15	365	73,59	155	72,43	689	74,57	457	73,83	1.666	73,95
15,1-30	89	17,94	41	19,16	160	17,32	109	17,61	399	17,71
30,1-60	27	5,44	10	4,67	47	5,09	40	6,46	124	5,50
60,1-120	10	2,02	4	1,87	17	1,84	11	1,78	42	1,86
mais de 120	5	1,01	4	1,87	11	1,19	2	0,32	22	0,98
TOTAL	496	100	214	100	924	100	619	100	2.253	100

FAIXAS DE ÁREA (ha)	ÁREA OCUPADA EM HECTARES									
	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		MICR. GEO. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
0-15	2.669	37,35	951	28,44	5.274	39,45	3.316	38,78	12.210	37,67
15,1-30	1.785	24,98	881	26,35	3.210	24,01	2.229	26,07	8.105	25,01
30,1-60	1.111	15,55	403	12,05	1.935	14,47	1.602	18,74	5.051	15,59
60,1-120	827	11,57	375	11,21	1.406	10,52	889	10,40	3.497	10,79
mais de 120	753	10,54	734	21,95	1.545	11,56	514	6,01	3.546	10,94
TOTAL	7.145	100	3.344	100	13.370	100	8.550	100	32.409	100

FONTE: IBC

TABELA 76 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - USO DE FERTILIZANTES E DEFENSIVOS (No. DE ESTABELECIMENTOS) - 1985

	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	906	100,00	868	100,00	4.151	100,00	1.388	100,00	7.313	100,00
ESTABELECIMENTOS INFORMANTES:										
ADUBOS QUÍMICOS	691	76,27	712	82,03	2.194	52,85	1.148	82,71	4.745	64,88
ADUBOS ORGÂNICOS	762	84,11	746	85,94	2.414	58,15	1.216	87,61	5.138	70,26
TOTAL DE ADUBOS(1)	781	86,20	763	87,90	2.532	61,00	1.233	88,83	5.309	72,60
CALCÁRIO	324	35,76	304	35,02	834	20,09	580	41,79	2.042	27,92
DEFENSIVOS ANIMAL	395	43,60	299	34,45	1.550	37,34	571	41,14	2.815	38,49
DEFENSIVOS VEGETAL	635	70,09	730	84,10	2.101	50,61	1.016	73,20	4.482	61,29
TOTAL DE DEFENSIVOS(1)	789	87,09	826	95,16	2.937	70,75	1.261	90,85	5.813	79,49

(1) Inclusive os estabelecimentos que declararam mais de um tipo

Obs.: As porcentagens foram calculadas em relação ao total de estabelecimentos

TABELA 77 - MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - MÁQUINAS E INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS - 1985

	CAMBÉ		IBIPORÃ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.	No.	área/maq.
ÁREA OCUPADA DO MUNICÍPIO	42.276	-	25.055	-	190.435	-	53.350	-	311.116	-
TRATORES:										
MENOS DE 10 CV.	23	1.838	14	1.790	124	1.536	39	1.368	200	1.556
DE 10 A MENOS DE 50 CV.	128	330	129	194	507	376	216	247	980	317
MAIS DE 50 CV.	577	73	407	62	1.299	147	682	78	2.965	105
TOTAL	728	58	550	46	1.930	99	937	57	4.145	75
ARADOS:										
DE TRAÇÃO ANIMAL	474	89	508	49	2.326	82	665	80	3.973	78
DE TRAÇÃO MECÂNICA	771	55	472	53	1.701	112	871	61	3.815	82
MÁQUINAS PARA COLHEITA	164	258	41	611	290	657	180	296	675	461

TABELA 78 - NORTE NOVO DE LONDRINA - POPULAÇÃO RURAL E URBANA - 1970-1991

	TOTAL				URBANA				RURAL			
	1970	1980	1991	evolução	1970	1980	1991	evolução	1970	1980	1991	evolução
	No.	No.	No.	% 70/91	No.	No.	No.	% 70/91	No.	No.	No.	% 70/91
Alvorada do Sul	19.209	12.564	9.679	-49,61	3.261	5.208	5.923	81,63	15.948	7.356	3.756	-76,45
Arapongas	51.210	54.668	64.531	26,01	36.609	48.213	59.996	63,88	14.601	6.455	4.535	-68,94
Astorga	25.018	20.678	22.432	-10,34	10.692	14.165	18.512	73,14	14.326	6.513	3.920	-72,64
Bela Vista do Paraíso	18.097	14.998	15.094	-16,59	9.176	11.279	13.067	42,40	8.921	3.719	2.027	-77,28
Cafeara	4.882	3.150	2.398	-50,88	1.079	1.181	1.603	48,56	3.803	1.969	795	-79,10
Centenário do Sul	19.543	16.390	14.271	-26,98	5.818	7.841	9.991	71,73	13.725	8.549	4.280	-68,82
Colorado	16.088	17.056	18.973	17,93	5.131	10.336	15.617	204,37	10.957	6.720	3.356	-69,37
Florestópolis	9.774	12.146	11.999	22,76	2.709	6.316	8.547	215,50	7.065	5.830	3.452	-51,14
Florida	2.976	1.989	2.096	-29,57	837	1.059	1.652	97,37	2.139	930	444	-79,24
Guaraci	7.678	5.679	5.548	-27,74	2.699	3.207	4.058	50,35	4.979	2.472	1.490	-70,07
Iguaraçu	9.855	6.526	5.710	-42,06	1.711	2.083	4.036	135,89	8.144	4.443	1.674	-79,44
Itaguajé	8.563	5.224	5.054	-40,98	3.282	2.971	3.473	5,82	5.281	2.253	1.581	-70,06
Jaguapitã	16.710	12.001	10.613	-36,49	4.429	5.220	7.471	68,68	12.281	6.781	3.142	-74,42
Lobato	6.178	3.409	3.763	-39,09	1.515	1.728	2.827	86,60	4.663	1.681	936	-79,93
Lupionópolis	5.898	5.100	4.458	-24,42	2.576	3.122	3.676	42,70	3.322	1.978	782	-76,46
Miraselva	7.769	5.940	5.331	-31,38	1.279	2.141	3.092	141,75	6.490	3.799	2.239	-65,50
Munhoz de Melo	7.376	4.898	3.625	-50,85	1.354	1.525	1.991	47,05	6.022	3.373	1.634	-72,87
Nossa Sra. da Graças	6.288	4.260	3.481	-44,64	1.501	1.579	2.222	48,03	4.787	2.681	1.259	-73,70
Porecatu	22.277	21.469	17.103	-23,23	7.252	13.205	11.962	64,95	15.025	8.264	5.141	-65,78
Primeiro de Maio	25.738	13.214	11.905	-53,75	6.076	7.913	9.769	60,78	19.662	5.301	2.136	-89,14
Sabáudia	8.323	4.935	5.294	-36,39	1.380	1.814	2.980	115,94	6.943	3.121	2.314	-66,67
Santa Fé	11.527	9.505	8.709	-24,45	2.948	4.936	6.453	118,89	8.579	4.569	2.256	-73,70
Santa Ines	4.862	2.897	2.046	-57,92	671	955	1.012	50,82	4.191	1.942	1.034	-75,33
Santo Inácio	8.353	5.612	5.514	-33,99	2.270	2.896	4.035	77,75	6.083	2.716	1.479	-75,69
Sertanópolis	21.877	16.480	14.292	-34,67	5.887	7.970	9.994	69,76	15.990	8.510	4.298	-73,12
SUB-TOTAL	346.069	280.788	273.919	-20,85	122.142	168.863	213.959	75,17	223.927	111.925	59.960	-73,22
Cambé	35.621	53.856	73.803	107,19	13.510	44.803	66.779	394,29	22.111	9.053	7.024	-68,23
Ibiporã	27.193	27.624	35.164	29,31	12.999	20.064	30.724	136,36	14.194	7.560	4.440	-68,72
Londrina	228.101	301.711	389.959	70,96	163.528	266.940	366.542	124,15	64.573	34.771	23.417	-63,74
Rolândia	47.964	41.452	43.722	-8,84	20.845	26.968	35.221	68,97	27.119	14.484	8.501	-68,65
SUB-TOTAL	338.879	424.643	542.648	60,13	210.882	358.775	499.266	136,75	127.997	65.868	43.382	-66,11
TOTAL	684.948	705.431	816.567	19,22	333.024	527.638	713.225	114,17	351.924	177.793	103.342	-70,64

FONTE: IBGE - Censos Demográficos

TABELA 79 - MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA - PESSOAL OCUPADO POR SETOR - 1970 a 1985

1970

SETORES	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	7.149	85,05	8.739	89,73	24.970	59,75	12.213	86,47	53.071	71,66
INDÚSTRIA	596	7,09	518	5,32	5.290	12,66	705	4,99	7.109	9,60
COMÉRCIO/SERVIÇOS	661	7,86	482	4,95	11.534	27,60	1.206	8,54	13.883	18,74
TOTAL	8.406	100	9.739	100	41.794	100	14.124	100	74.063	100

1975

SETORES	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	6.788	71,81	3.907	69,63	23.595	44,60	11.272	81,20	45.562	55,67
INDÚSTRIA	1.557	16,47	866	15,43	10.263	19,40	1.025	7,38	13.711	16,75
COMÉRCIO/SERVIÇOS	1.108	11,72	838	14,93	19.046	36,00	1.584	11,41	22.576	27,58
TOTAL	9.453	100	5.611	100	52.904	100	13.881	100	81.849	100

1980

SETORES	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	6.105	59,39	3.797	67,72	19.479	34,19	9.442	74,98	38.823	45,43
INDÚSTRIA	2.833	27,56	765	13,64	12.816	22,49	1.178	9,35	17.592	20,59
COMÉRCIO/SERVIÇOS	1.342	13,05	1.045	18,64	24.685	43,32	1.973	15,67	29.045	33,99
TOTAL	10.280	100	5.607	100	56.980	100	12.593	100	85.460	100

1985

SETORES	CAMBÉ		IBIPORÁ		LONDRINA		ROLÂNDIA		TOTAL-MICROR. GEOG. DE LONDRINA	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
AGROPECUÁRIA	7.053	62,29	3.895	68,94	20.406	31,64	6.200	58,90	37.554	40,82
INDÚSTRIA	2.465	21,77	646	11,43	14.809	22,96	1.856	17,63	19.776	21,50
COMÉRCIO/SERVIÇOS	1.805	15,94	1.109	19,63	29.275	45,39	2.471	23,47	34.660	37,68
TOTAL	11.323	100	5.650	100	64.490	100	10.527	100	91.990	100

FONTE: AGROPECUÁRIA: IBGE - CENSO AGROPECUÁRIO; INDÚSTRIA E COMÉRCIO/SERVIÇOS: IPARDES

**TABELA 80 - MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE LONDRINA -
VALOR ADICIONADO POR SETOR(%) - 1975-1990**

1975

SETORES	CAMBÉ	IBIPORÁ	LONDRINA	ROLÂNDIA	TOTAL-MICROR. GEO. DE LONDRINA
SETOR PRIMÁRIO	39,67	40,11	22,87	44,81	28,43
SETOR SECUNDÁRIO	37,65	34,93	25,78	38,95	29,24
SETOR COMERCIAL/SERVIÇOS	22,68	24,96	51,35	16,23	42,33
TOTAL	100	100	100	100	100

1980

SETORES	CAMBÉ	IBIPORÁ	LONDRINA	ROLÂNDIA	TOTAL-MICROR. GEO. DE LONDRINA
SETOR PRIMÁRIO	21,16	23,57	13,76	38,12	16,57
SETOR SECUNDÁRIO	53,47	26,21	41,97	38,62	42,20
SETOR COMERCIAL/SERVIÇOS	25,37	50,22	44,27	23,26	41,23
TOTAL	100	100	100	100	100

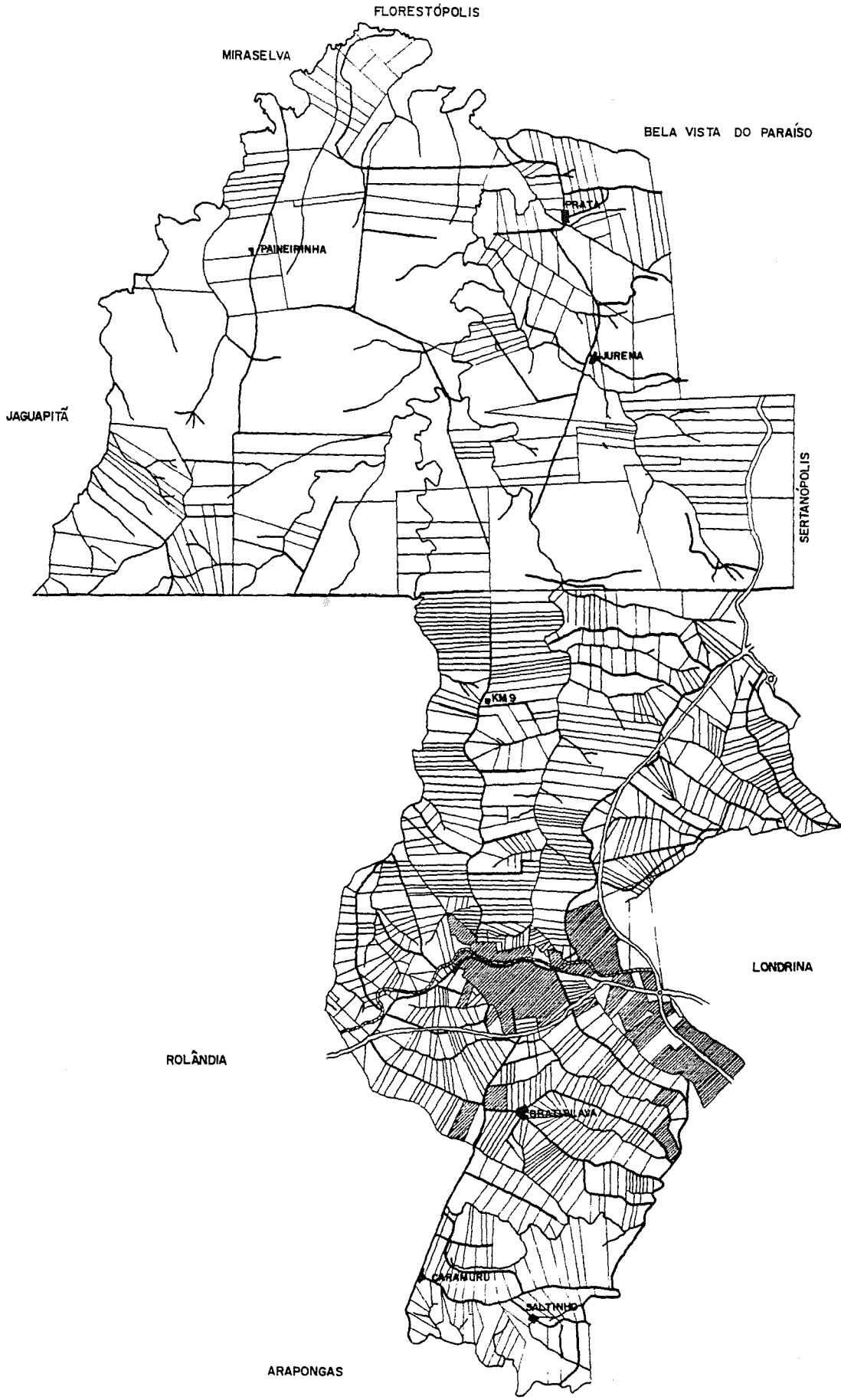
1985

SETORES	CAMBÉ	IBIPORÁ	LONDRINA	ROLÂNDIA	TOTAL-MICROR. GEO. DE LONDRINA
SETOR PRIMÁRIO	22,80	39,80	10,22	54,96	16,40
SETOR SECUNDÁRIO	67,05	9,98	40,13	30,32	40,50
SETOR COMERCIAL/SERVIÇOS	10,15	50,22	49,64	14,72	43,10
TOTAL	100	100	100	100	100

1990

SETORES	CAMBÉ	IBIPORÁ	LONDRINA	ROLÂNDIA	TOTAL-MICROR. GEO. DE LONDRINA
SETOR PRIMÁRIO	9,41	16,85	4,68	29,25	8,19
SETOR SECUNDÁRIO	59,25	53,55	36,49	46,32	40,90
SETOR COMERCIAL/SERVIÇOS	31,34	29,60	58,83	24,43	50,90
TOTAL	100	100	100	100	100

FIGURA 48 - MUNICIPIO DE CAMBÉ: PROPRIEDADES RURAIS - 1984



FONTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ
DESENHO
BUCHÉ, M. W.



A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.fflch.usp.br/>.

